

COMUNICADO

- Versão Retificada do Relatório e Contas de 2013 -

Aprovada na Assembleia Geral de 31 de maio de 2014

TEIXEIRA DUARTE, S.A. (TD,SA) divulga por este meio versão final, aprovada em Assembleia Geral de 31 de maio de 2014, do Relatório e Contas relativo ao exercício de 2013, na qual foram retificados lapsos de datilografia e edição, nomeadamente:

Correção do gráfico constante da página 26 referente à evolução das cotações das ações representativas do capital social da TD,SA que, por lapso, correspondia à evolução das cotações respeitante ao exercício de 2012.

Retificação do primeiro parágrafo da página 86 referente à participação detida no Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. uma vez que a versão publicada não corresponde à versão final aprovada pelo Conselho de Administração.

Lagoas Park, 31 de maio de 2014

O Representante para as Relações com o Mercado,

José Pedro Cobra Ferreira



**RELATÓRIO
E CONTAS**

2013



Capa: Banco de Moçambique - Maputo | Moçambique

Relatório e Contas **2013**

Teixeira Duarte, S.A.

SOCIEDADE ABERTA

Sede: Lagoas Park, Edifício 2 - 2740-265 Porto Salvo

Capital Social: € 210.000.000

Número Único de Pessoa Coletiva e de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Cascais (Oeiras) 509.234.526

Índice

ÓRGÃOS SOCIAIS - TEIXEIRA DUARTE, S.A.	4
ÓRGÃOS SOCIAIS - TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	5
ORGANOGRAMA TEIXEIRA DUARTE 2013	6
GRUPO TEIXEIRA DUARTE 2013	8
SÍNTESE DE INDICADORES	10
RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 2013	11
I. INTRODUÇÃO	12
II. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	13
III. APRECIACÃO GLOBAL	15
IV. ANÁLISE SETORIAL	26
IV.1. CONSTRUÇÃO	26
IV.2. CONCESSÕES E SERVIÇOS	58
IV.3. IMOBILIÁRIA	68
IV.4. HOTELARIA	72
IV.5. DISTRIBUIÇÃO	75
IV.6. ENERGIA	79
IV.7. AUTOMÓVEL	81
V. PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES COTADAS	85
VI. FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO EXERCÍCIO	86
VII. PERSPETIVAS PARA 2014	87
VIII. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS A MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E A COLABORADORES	88
IX. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	89
ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	90
RELATÓRIO SOBRE GOVERNO DA SOCIEDADE 2013	93
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2013	157
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2013	177
RELATÓRIOS, PARECERES E CERTIFICAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO 2013	249

Teixeira Duarte, S.A.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Dr. Rogério Paulo Castanho Alves
Vice-Presidente	Dr. José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Constenla
Secretário	Dr. José Pedro Poiars Cobra Ferreira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
Administradores	Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
	Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos
	Eng.º Carlos Gomes Baptista
	Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo
	Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino

CONSELHO FISCAL

Presidente	Dr. António Gonçalves Monteiro
Vogal	Dr. Mateus Moreira
Vogal	Miguel Carmo Pereira Coutinho
Suplente	Dr. Horácio Lisboa Afonso

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Mariquito, Correia & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por
Dr. António Francisco Escarameia Mariquito - ROC

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo	Dr. José Pedro Poiars Cobra Ferreira
Suplente	Dr.ª Maria António Monteiro Ambrósio

REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO

Dr. José Pedro Poiars Cobra Ferreira

Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira
Secretário	Dr.ª Maria Filipa Rebelo Pereira de Matos Alves Torgo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
Administradores	Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
	Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos
	Eng.º João José de Gouveia Capelão
	Eng.º João José do Carmo Delgado
	Eng.º Fernando Paulo Baptista Gomes de Araújo
	Eng.º Pedro Miguel Pinho Plácido
	Eng.º Luís Augusto Tavares Moreira da Silva

FISCAL ÚNICO

Efetivo	Mariquito, Correia & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. António Francisco Escameia Mariquito – ROC
Suplente	Júlio Alves, Mário Baptista & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. Júlio Lourenço Alves

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo	Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira
Suplente	Dr.ª Maria António Monteiro Ambrósio

ORGANOGRAMA TEIXEIRA DUARTE 2013

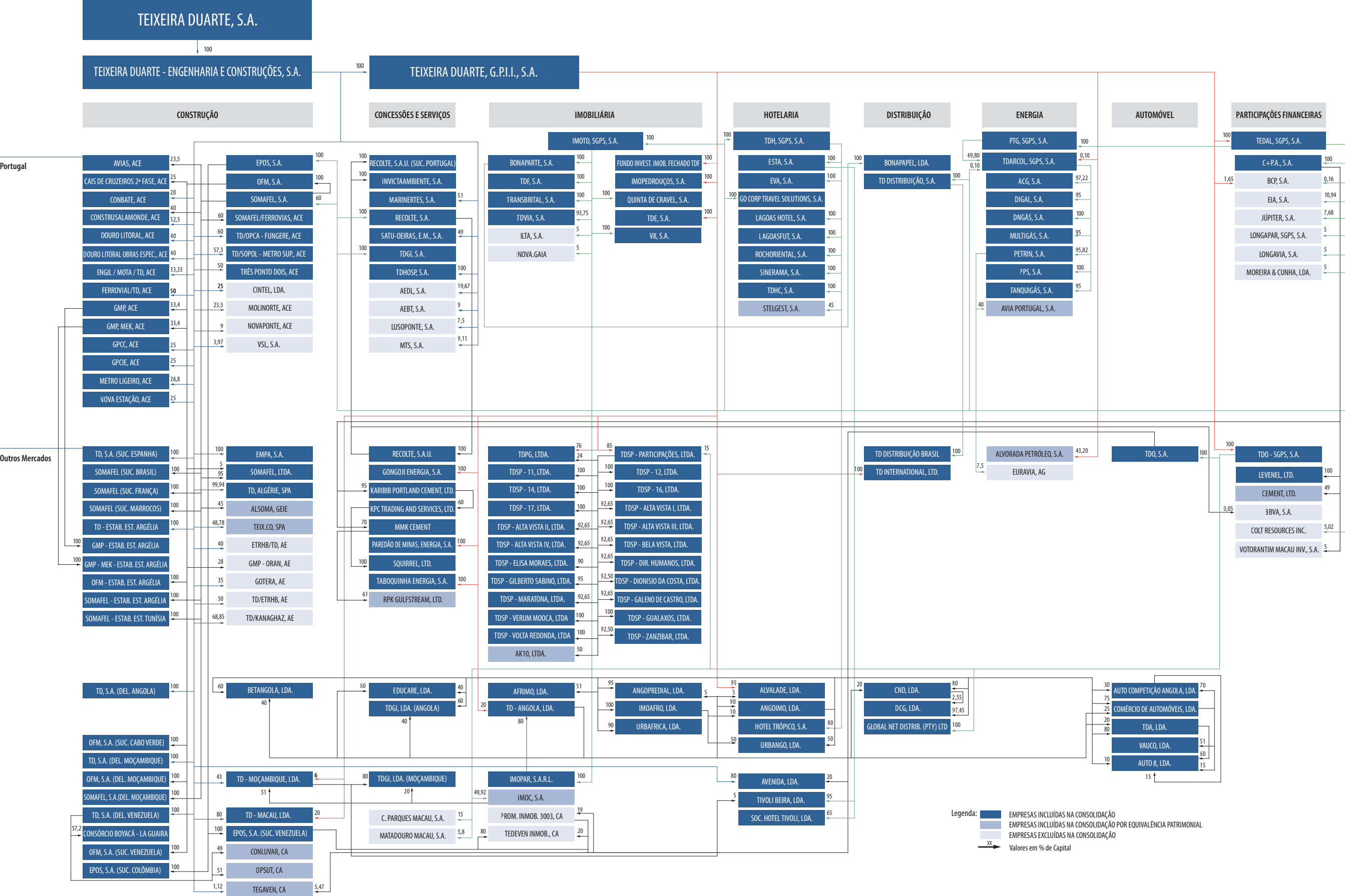
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assessor da Administração

Dr. António Costeira Faustino



GRUPO TEIXEIRA DUARTE 2013



Teixeira Duarte, S.A.

Notas:
Os valores contabilísticos estão expressos em milhões de euros.
Os valores da coluna "Variação 2013/2012 %" foram calculados tendo por base os valores sem arredondamentos.
O Total do Capital próprio inclui os interesses não controlados.

	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012 %
Número médio de trabalhadores	13.530	13.036	11.182	10.853	12.011	10,7%
Volume de Negócios	1.320	1.380	1.200	1.383	1.581	14,3%
Proveitos Operacionais	1.423	1.445	1.263	1.440	1.630	13,2%
EBITDA	213	150	117	209	213	1,9%
Margem EBITDA / Volume de Negócios	16,1%	10,9%	9,8%	15,1%	13,5%	(10,8%)
EBIT	157	84	51	143	114	(20,4%)
Ativos Fixos Tangíveis + Propriedades de Investimento	983	1.042	1.037	1.028	1.051	2,3%
Investimentos em Associadas + Ativos Financeiros disponíveis para venda + Outros Investimentos	1.276	317	153	125	136	9,1%
Endividamento Líquido	1.993	1.067	927	990	1.173	18,5%
Total do Capital Próprio	515	562	333	326	361	10,7%
Resultados Líquidos Atribuíveis a Detentores de Capital	116	46	(200)	24	64	166,5%

Relatório de Gestão do Conselho de Administração **2013**



I. INTRODUÇÃO

O Conselho de Administração da "Teixeira Duarte, S.A." (TD,SA), no cumprimento das disposições legais e regulamentares que regem as sociedades com o capital aberto ao investimento do público, apresenta o seu relatório de gestão relativo ao exercício de 2013.

O presente relatório abordará a atividade consolidada da TD,SA enquanto líder de um Grupo Empresarial que integra um universo de participações identificadas no quadro do "Grupo Teixeira Duarte – 2013" constante nas folhas preliminares, e fará apenas umas breves notas sobre a Sociedade a título individual, nomeadamente no que respeita à proposta de aplicação de resultados.

Na exposição deste texto ter-se-á em conta que cada uma dessas unidades dispõe de órgãos de gestão próprios, que tratam igualmente de disponibilizar a respetiva informação pertinente, pelo que aqui serão feitas somente algumas referências com o propósito de melhor configurar uma perspetiva de conjunto.

Nesse âmbito e de modo a aferir mais apropriadamente o desenvolvimento da atividade de tais entidades, far-se-á também alusão, sempre que se justificar, a alguns indicadores económico-financeiros individuais.

Entende-se que a forma mais adequada de apresentar as matérias objeto do presente Relatório será começar por proceder a uma breve descrição do enquadramento económico, seguindo-se uma apreciação global sobre a atuação do Grupo Teixeira Duarte, através da qual serão também destacados os mais significativos dados consolidados relativos a matérias transversais e integradas no âmbito do Centro Corporativo.

Nos capítulos subsequentes seguir-se-á então uma exposição sobre os diversos setores de atividade do Grupo, com uma análise dos respetivos desempenhos ao longo do ano de 2013, distinguindo em cada um deles os principais mercados de atuação, com especial destaque para a área da Construção.

Far-se-ão ainda algumas referências a participações significativas detidas em sociedades cotadas durante o exercício de 2013, ou seja, o "Banco Comercial Português, S.A." e o "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.".

Existe depois um capítulo para os factos relevantes ocorridos entre a conclusão do exercício e a data da elaboração deste Relatório, a que se seguirão as perspetivas para o exercício de 2014 agora em curso, terminando com a formulação da proposta de aplicação de resultados.

A este documento são anexados, nos termos da legislação aplicável, mapas com as diversas informações relativas às participações sociais no capital da TD,SA (nomeadamente de acordo com o disposto nos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais e no Regulamento da CMVM n.º 5/2008), bem como o relatório detalhado sobre a estrutura e as práticas de governo societário (elaborado em conformidade com o artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e com o Regulamento da CMVM n.º 4/2013).

Para além disso, consideram-se aqui também integradas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas com os respetivos anexos, as primeiras elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e as segundas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia, bem como os respetivos Relatórios e Pareceres dos Órgãos de Fiscalização, as Certificações Legais das Contas e Relatório de Auditoria produzidos por auditor registado na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários.

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os signatários declaram que, tanto quanto seja do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas e os demais documentos de prestação de contas anexos foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TD,SA e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação, bem como que expõem fielmente as respetivas evoluções dos negócios, dos desempenhos e das posições de cada uma dessas entidades, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que as mesmas se defrontam.

II. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Apresentam-se aqui algumas notas breves sobre o enquadramento económico verificado em 2013 nos principais mercados de atuação do Grupo Teixeira Duarte.

PORTUGAL

A Teixeira Duarte atuou, em 2013, em Portugal, nos setores da Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição, Energia e Automóvel.

No decorrer de 2013 a economia portuguesa prosseguiu com a correção dos desequilíbrios macroeconómicos, concretizados através de um conjunto de medidas de consolidação orçamental e uma desalavancagem ordenada e gradual do setor privado, que culminou numa forte contração da procura interna.

Enquadradas no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), estas medidas têm sido implementadas num contexto macroeconómico internacional bastante desfavorável, nomeadamente pela recessão sentida na área do euro.

Neste sentido, têm sido corrigidos alguns dos principais desequilíbrios económicos internos e externos da economia portuguesa, principalmente ao nível da consolidação estrutural das contas públicas, a melhoria do saldo das contas externas, traduzida numa capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, bem como uma reafetação de recursos no sentido dos setores produtores de bens e serviços transacionáveis.

Em 2013, a taxa de desemprego fixou-se nos 16,3%. No entanto, chegou a atingir máximos históricos de 17,8% em abril de 2013, tendo em dezembro do mesmo ano reduzido para os 15,3%. Em comparação com o ano transato, verificou-se um agravamento deste indicador, que se tinha fixado nos 15,7%.

O défice orçamental terminou em 2013 nos 4,9% do PIB, um valor inferior à meta acordada com a troika, que era de 5,9%.

Em relação às exportações portuguesas, registou-se um acréscimo de 4,6% em 2013, mas que reflete uma travagem face ao aumento de 5,7% verificado em 2012. Já as importações aumentaram 0,8% (-5,2% em 2012), o que permitiu uma taxa de cobertura de 83,6% em 2013, face a 80,6% em 2012.

Estes valores conseguidos são determinantes para o nosso equilíbrio externo, nomeadamente através da redução de 1.630 milhões de euros no défice da balança comercial.

De acordo com a 11ª avaliação da troika, cujas conclusões foram divulgadas a 28 de fevereiro, para 2014 prevê-se um crescimento do PIB de 1,2%, que em 2013 recuou 1,4%, bem como o crescimento das exportações em 5,5%.

ANGOLA

A Teixeira Duarte atuou, em 2013, em Angola, nos setores da Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel.

De acordo com as últimas projeções do FMI, o crescimento da economia Angolana fixou-se em 5,6%, sendo expectável que o mesmo se mantenha elevado nos próximos anos, contribuindo também para essa evolução a aposta que vem sendo feita no ensino e formação, com impacto direto na disponibilização de mão-de-obra qualificada.

O objetivo traçado para 2013 da manutenção da taxa de inflação a um dígito foi conseguido mantendo-se em torno dos 9%. Isto apesar da "desdolarização" pretendida e conseguida, com a obrigação dos pagamentos feitos pelo setor petrolífero no mercado interno passarem a ser feitos unicamente em moeda nacional, provocando um aumento da massa monetária em circulação e uma maior pressão na procura interna. Para esta evolução positiva também contribuiu uma taxa de câmbio estável.

ARGÉLIA

Em 2013, a Teixeira Duarte operou, na Argélia, no setor da Construção.

Nos últimos anos, a economia argelina tem registado uma evolução positiva, devido, principalmente ao bom desempenho do setor do petróleo e do gás, que representa cerca de 40% do produto interno bruto (PIB), 70% das receitas do Estado e 98% das exportações.

Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento da economia argelina, em 2013, situou-se em 3,1%.

As projeções para 2014 e anos subsequentes apontam para taxas de crescimento acima de 3%, suportadas não só pela esperada recuperação do setor dos hidrocarbonetos, mas também pelo dinamismo das restantes atividades económicas, particularmente o setor dos serviços e a construção, este último fortemente impulsionado pelo programa de investimentos públicos lançado pelo Governo.

BRASIL

Em 2013, a Teixeira Duarte operou no Brasil nos setores da Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária e Distribuição.

O Brasil é a principal economia da América Latina, sendo a sétima maior economia mundial, de acordo com o International Monetary Fund (IMF) e o Centre for Economics and Business Research (CEBR).

O crescimento do PIB em 2013 fechou em 2,3% de acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre uma lista de países selecionados e apresentados por este instituto, o crescimento da economia brasileira em 2013 aparece como o terceiro maior a nível mundial, atrás da expansão de 7,7% da China e de 2,8% da Coreia do Sul.

Com o objetivo do Banco Central de conter o excesso de procura, em abril de 2013 e em resposta a uma deterioração do cenário inflacionário nos últimos dois anos, o Comitê de Política Monetária (COPOM) iniciou um novo ciclo de alta nos juros básicos, quando a taxa básica de juros da economia brasileira (taxa Selic) se encontrava em 7,25% a.a., depois de quase dois anos sem aumento. Prevê-se que esta política económica seja mantida em 2014, encarecendo o crédito e estimulando a poupança.

Para 2014, o IMF projetou uma contribuição dos países emergentes e em desenvolvimento para o crescimento da economia mundial continuará superior a 70%. No caso específico do Brasil, o IMF prevê um crescimento igual ao de 2013, isto é, 2,3%.

ESPANHA

A maior parte da atividade da Teixeira Duarte em Espanha, durante o ano de 2013, foi realizada nos setores das Concessões e Serviços e Imobiliária.

O PIB a preços correntes alcançou o volume de 1.022.988 milhões de euros, que representa uma redução de -1,22% em relação ao ano de 2012. Contudo, no 4º trimestre de 2013, registou-se um crescimento de 0,2% em relação ao trimestre anterior, o que pode indiciar o início da recuperação económica.

Em Espanha, a taxa de desemprego no final do ano foi de 26,03%, ainda assim menor em 1,17% do que a registada em 2012.

O primeiro trimestre de 2014, confirma a recuperação da economia espanhola, com a continuação do crescimento do PIB e criação de emprego. Espera-se que a recuperação do consumo privado continue, embora a um ritmo menor do registado no 2º semestre de 2013.

Espanha prossegue assim o seu programa de consolidação fiscal, agora num ambiente economicamente mais favorável.

MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, a Teixeira Duarte atuou em 2013, nos setores da Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária e Hotelaria.

Estima-se que o crescimento do PIB real em Moçambique tenha atingido 7,5% em 2013.

As exportações e o investimento direto estrangeiro têm continuado fortes, sendo igualmente relevante o compromisso renovado das autoridades na persecução de políticas económicas prudentes que fomentam um crescimento sustentável da economia.

É importante salientar também a redução da taxa de desemprego, resultante da criação de mais de 260.000 novos postos de trabalho em 2013, bem como o facto da taxa de inflação prevista se situar nos 4,2%, contrariando estimativas que apontava para uma taxa de inflação na ordem dos 7,5%.

VENEZUELA

A Teixeira Duarte opera neste país no setor da Construção.

Na Venezuela, o desempenho da economia está ligado às exportações de petróleo e, consequentemente, à evolução dos preços desse bem nos mercados internacionais – em 2013 a Venezuela produziu uma média de 2,3 milhões de barris/dia, com um preço médio superior a 95 usd/barril. Assume-se como a quarta maior economia da América Latina (representa 8% da economia da América do Sul).

O PIB terá registado, em 2013, um crescimento de 0,7% tendo a inflação atingido os 56,2%. Importa ainda registar que em fevereiro de 2013, o Bolívar desvalorizou 46,5% face ao dólar (usd) cotando-se em 6,3bs/usd.

Apesar deste enquadramento macroeconómico e da difícil conjuntura global internacional, o Governo Bolivariano da Venezuela continuou a focalizar todas as suas energias nas políticas sociais e no investimento nas infraestruturas do país, mantendo uma coerência de atuação que lhe tem permitido cada vez melhores índices sociais.

III. APRECIACÃO GLOBAL

– APRECIACÃO FINANCEIRA

Os elementos financeiros agora analisados são consolidados e, como tal, encontram-se elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS).

	2013	2012	Var (%)
Proveitos operacionais	1.629.927	1.440.101	13,2%
Custos operacionais	(1.416.813)	(1.231.006)	15,1%
EBITDA	213.114	209.095	1,9%
Amortizações e depreciações	(62.856)	(60.747)	3,5%
Provisões	(36.213)	(5.105)	609,4%
EBIT	114.045	143.243	(20,4%)
Resultados financeiros	(101.246)	(80.061)	26,5%
Resultados antes dos impostos	12.799	63.182	(79,7%)
Imposto sobre o rendimento	51.947	(37.125)	-
Resultado líquido	64.746	26.057	148,5%
Atribuível a:			
Detentores de capital	63.974	24.003	166,5%
Interesses não controlados	772	2.054	(62,4%)

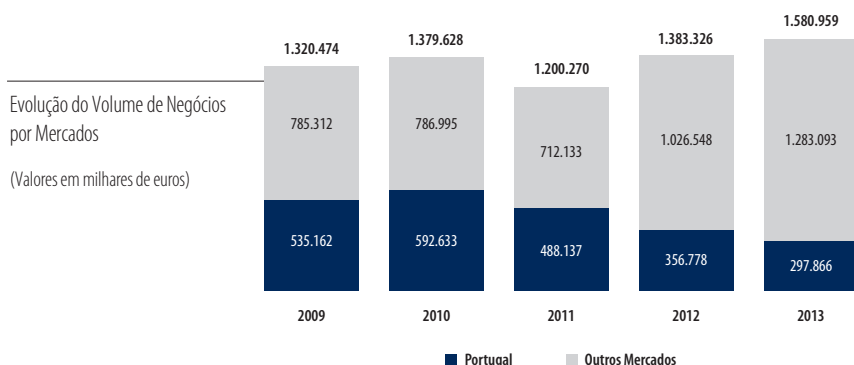
Demonstração dos Resultados
dos exercícios findos em 31 de
dezembro de 2013 e 2012

(Valores em milhares de euros)

Os **Resultados Líquidos Consolidados Atribuíveis a Detentores de Capital** foram de 63.974 milhares de euros.

Importa assinalar que, para além do desempenho conseguido pelas empresas do Grupo em 2013, outros fatores também influenciaram os resultados apurados nos exercícios de 2013 e de 2012, alguns dos quais originando o crescimento dos custos referentes a "Provisões e perdas por imparidade". Neste conjunto de fatores destacamos:

(Valores em milhares de euros)	2013	2012
Alteração da relevância fiscal das mais e menos-valias de participações sociais	65.487	-
Impacto nos resultados de provisões sobre o "Governo Regional da Madeira"	(9.207)	-
Impacto nos resultados de provisões para perdas no âmbito da sociedade "SATU - Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M., S.A."	(11.054)	-
Diferenças de câmbio	(7.378)	2.309
Perda por imparidade no "Banco Comercial Português, S.A."	-	(23.844)
Perda por imparidade na "KARIBIB Portland Cement Ltd"	-	(3.033)
Alienação de direitos de subscrição do "Banco Comercial Português, S.A."	-	8.479
	37.848	(16.089)



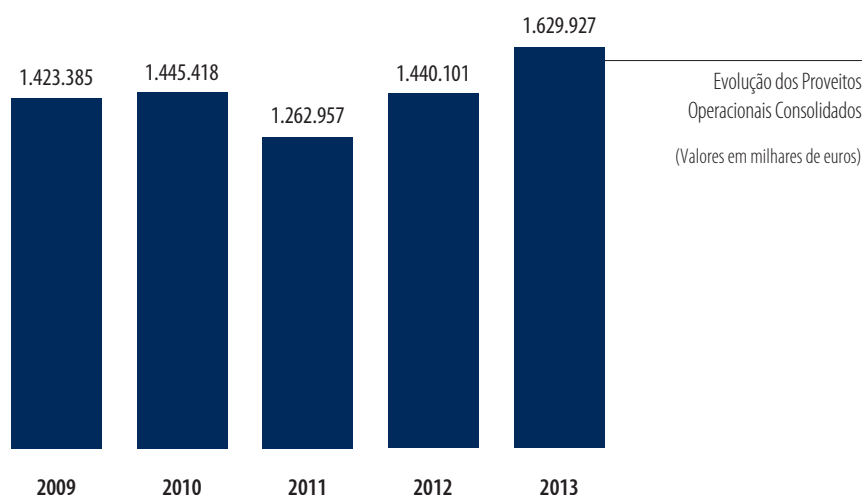
O **Volume de Negócios** registou um aumento de 14,3% face ao exercício de 2012, tendo atingido 1.580.959 milhares de euros.

A quebra de 16,5% registada em Portugal foi largamente compensada pelo incremento de 25% no mercado externo, o qual passou a representar 81,2% do total do volume de negócios do Grupo Teixeira Duarte.

O mapa *infra* reflete a quebra registada em Portugal e a subida alcançada nos restantes países em que o Grupo atua, com destaque para o mercado Venezuelano, traduzindo já a sua importância na carteira de encomendas para o setor da Construção.

Países	2013		2012		Variação
	Valor	Contributo	Valor	Contributo	
Portugal	297.866	18,8%	356.778	25,8%	(16,5%)
Angola	748.176	47,3%	703.139	50,8%	6,4%
Argélia	81.434	5,2%	56.879	4,1%	43,2%
Brasil	98.504	6,2%	88.703	6,4%	11,0%
Espanha	28.253	1,8%	22.745	1,6%	24,2%
Moçambique	62.817	4,0%	37.998	2,7%	65,3%
Venezuela	253.648	16,0%	108.842	7,9%	133,0%
Outros	10.261	0,6%	8.242	0,6%	24,5%
	1.580.959	100,0%	1.383.326	100,0%	14,3%

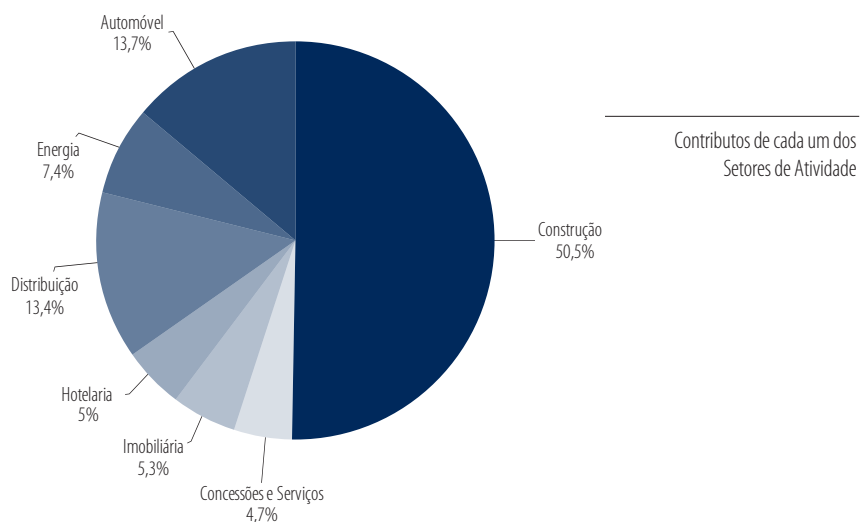
Os **proveitos operacionais consolidados** registaram um incremento de 13,2% face a 2012, atingindo no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o montante de 1.629.927 milhares de euros.

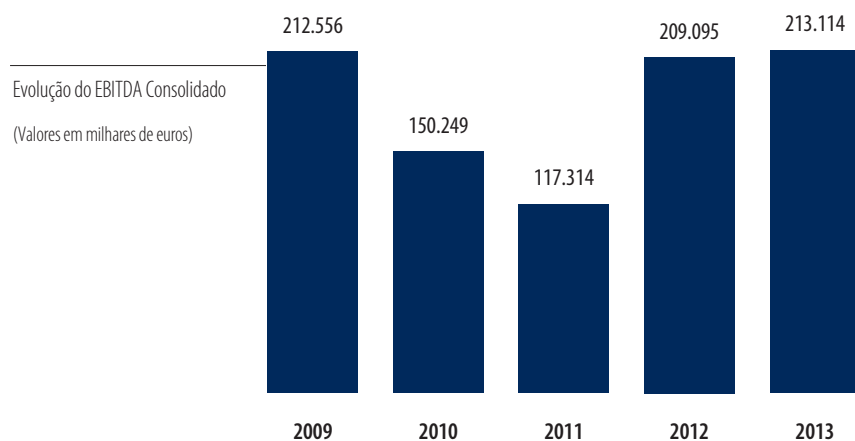


Setor de Atividade	Mercado Interno			Mercado Externo			Total		
	2013	2012	Var (%)	2013	2012	Var(%)	2013	2012	Var(%)
Construção	113.316	166.007	(31,7%)	710.181	479.262	48,2%	823.497	645.269	27,6%
Concessões e Serviços	25.111	19.497	28,8%	51.799	43.521	19,0%	76.910	63.018	22,0%
Imobiliária	41.763	45.170	(7,5%)	45.237	72.925	(38,0%)	87.000	118.095	(26,3%)
Hotelaria	13.604	13.441	1,2%	67.128	74.109	(9,4%)	80.732	87.550	(7,8%)
Distribuição	1.993	1.069	86,4%	216.539	183.818	17,8%	218.532	184.887	18,2%
Energia	120.026	134.938	(11,1%)	(61)	31	-	119.965	134.969	(11,1%)
Automóvel	-	-	-	223.291	206.313	8,2%	223.291	206.313	8,2%
Total	315.813	380.122	(16,9%)	1.314.114	1.059.979	24,0%	1.629.927	1.440.101	13,2%

Proveitos Operacionais por Atividade e Mercados Geográficos
(Valores em milhares de euros)

Os contributos de cada um dos setores de atividade para o valor global dos proveitos operacionais consolidados foram os seguintes:



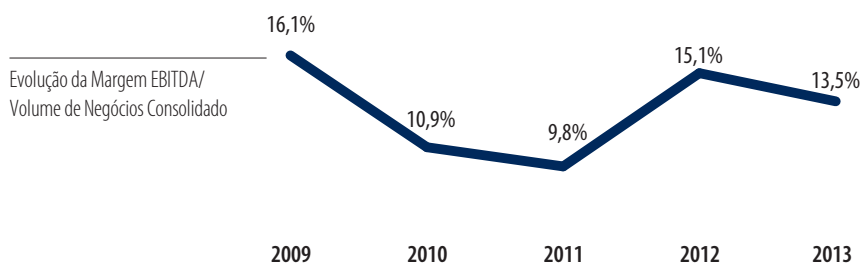


O **EBITDA** cresceu 1,9% em relação ao ano passado e fixou-se em 213.114 milhares de euros.

Analisando este indicador por setores, verificam-se, no mapa que se segue, comportamentos muito díspares das diferentes áreas de negócio em função das características e enquadramento de cada atividade.

Evolução do EBITDA por Atividade
(Valores em milhares de euros)

Sector de Atividade	2013	2012	Var (%)
Construção	102.535	62.806	63,3%
Concessões e Serviços	12.155	12.995	(6,5%)
Imobiliária	28.339	34.721	(18,4%)
Hotelaria	25.193	36.535	(31,0%)
Distribuição	22.045	31.053	(29,0%)
Energia	3.544	3.414	3,8%
Automóvel	34.594	42.837	(19,2%)
Não afetos a segmentos	(15.669)	(15.131)	-
Eliminações	378	(135)	-
Total	213.114	209.095	1,9%



A **Margem EBITDA / Volume de Negócios** teve uma diminuição face a dezembro de 2012 de 10,8%, passando de 15,1% para 13,5% em dezembro de 2013.

Os **resultados financeiros** foram negativos em 101.246 milhares de euros no exercício de 2013.

	2013	2012	Var (%)	Evolução dos Resultados Financeiros (Valores em milhares de euros)
Custos e perdas financeiros:	(156.072)	(144.593)	7,9%	
Juros suportados	(89.547)	(78.305)	14,4%	
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(41.667)	(37.686)	10,6%	
Outros custos e perdas financeiros	(24.858)	(28.602)	(13,1%)	
Proveitos e ganhos financeiros:	49.177	67.214	(26,8%)	
Juros obtidos	9.973	21.079	(52,7%)	
Diferenças de câmbio favoráveis	34.289	39.995	(14,3%)	
Descontos de pronto pagamento obtidos	559	663	(15,7%)	
Outros proveitos e ganhos financeiros	4.356	5.477	(20,5%)	
Resultados relativos a atividades de investimento:	5.649	(2.682)	-	
Resultados relativos a empresas associadas	(99)	7.892	-	
Dividendos	1.555	2.458	(36,7%)	
Outros investimentos	2.994	2.239	33,7%	
Ganhos / perdas em ativos disponíveis para venda	1.199	(15.271)	-	
Resultados financeiros	(101.246)	(80.061)	-	

Apesar da não ocorrência de perdas por imparidade no exercício de 2013, quando as mesmas tinham sido de 26.596 milhares de euros em 2012, este indicador apresenta uma variação desfavorável face ao exercício de 2012, essencialmente, pelos seguintes fatores:

- Acréscimo de 11.242 milhares de euros de juros suportados;
- Efeito negativo das diferenças de câmbio de 7.378 milhares de euros no exercício de 2013, as quais haviam sido positivas em 2.309 milhares de euros no ano anterior;
- Diminuição de 11.106 milhares de euros dos juros obtidos.

O **Imposto sobre o Rendimento** atingiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o montante positivo de 51.947 milhares de euros, que compara com o montante negativo de 37.125 milhares de euros no exercício de 2012.

	2013	2012	Var (%)	Imposto sobre o Rendimento (Valores em milhares de euros)
Imposto corrente	(52.294)	(55.254)	(5,4%)	
Imposto diferido	104.241	18.129	475,0%	
	51.947	(37.125)	-	

Os impostos diferidos tiveram um acréscimo significativo face ao exercício de 2012, essencialmente devido ao registo de ativos por impostos diferidos relacionados com a alteração, em sede de IRC, da relevância fiscal das mais e menos-valias das participações sociais, no montante de 65.487 milhares de euros.

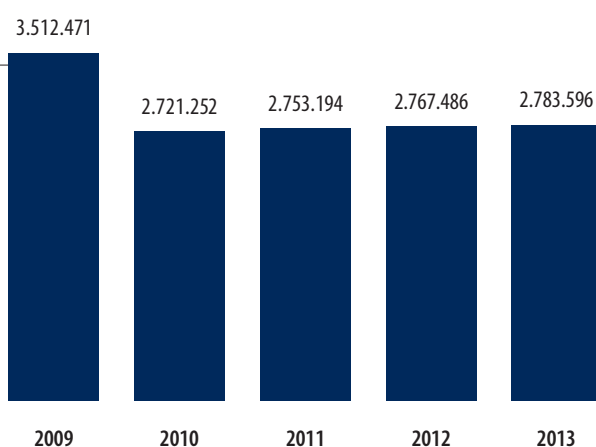
Evolução da Posição Financeira Sintética Consolidada

(Valores em milhares de euros)

	2013	2012	Var (%)
Ativo			
Ativos não Correntes	1.494.935	1.374.657	8,7%
Ativos Correntes			
Caixa e Equivalentes	189.912	246.063	(22,8%)
Outros Ativos Correntes	1.098.749	1.146.766	(4,2%)
Total do Ativo	2.783.596	2.767.486	0,6%
Capital Próprio atribuível a:			
Detentores de Capital	325.407	252.005	29,1%
Interesses não Controlados	35.321	73.863	(52,2%)
Total Capital Próprio	360.728	325.868	10,7%
Passivo			
Empréstimos	1.362.606	1.235.965	10,2%
Provisões	74.407	38.203	94,8%
Outros Passivos	985.855	1.167.450	(15,6%)
Total Passivo	2.422.868	2.441.618	(0,8%)
Total Passivo e Capital Próprio	2.783.596	2.767.486	0,6%

Evolução do Ativo Líquido

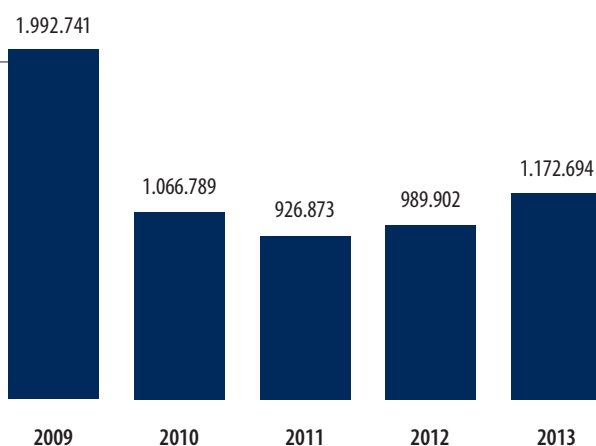
(Valores em milhares de euros)



O **Total do Ativo Líquido** cresceu 0,6% em relação a 31 de dezembro de 2012, tendo atingido 2.783.596 milhares de euros.

Evolução do Endividamento Líquido Consolidado

(Valores em milhares de euros)



O **Endividamento Líquido** do Grupo cresceu 18,5% em relação ao final de 2012, tendo-se fixado em 1.172.694 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2013.

O crescimento da atividade nos setores da Construção, Concessões e Serviços e Distribuição, com o consequente aumento dos créditos a receber de terceiros, nomeadamente pela redução do saldo dos adiantamentos recebidos, bem como o continuado investimento de expansão nesses setores, no montante de 108.183 milhares de euros, foram os principais contributos para o referido aumento do endividamento líquido do Grupo.

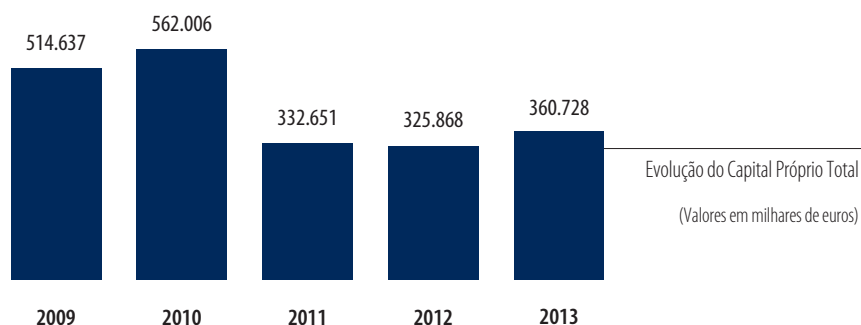
O **Capital Próprio Atribuível a Acionistas** aumentou 73.402 milhares de euros, passando de 252.005 milhares de euros para 325.407 milhares de euros, correspondendo a um crescimento de 29,1%, em relação a 31 de dezembro de 2012.

Os **Interesses não Controlados** diminuíram 38.542 milhares de euros, passando de 73.863 milhares de euros para 35.321 milhares de euros, correspondendo a um decréscimo de 52,2%, em relação a 31 de dezembro de 2012.

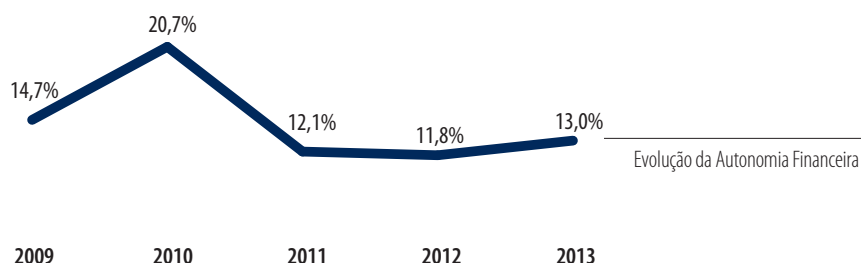
Esta diminuição deve-se essencialmente à aquisição de 48% da participada "C+P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.", que passou a ser exclusivamente detida pelo Grupo.

Já o **Total do Capital Próprio** cresceu 10,7%, tendo-se fixado em 360.728 milhares de euros, influenciado, essencialmente, pelos seguintes fatores:

- Efeito negativo de 35.009 milhares de euros, resultante da conversão cambial registada em função da desvalorização das Divisas em que o Grupo opera face ao Euro;
- Distribuição de 6.300 milhares de euros a título de dividendos relativos ao exercício de 2012;
- Resultado líquido positivo de 64.746 milhares de euros;
- Variação positiva no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos de impostos diferidos, no montante de 33.079 milhares de euros;
- Efeito de operação de cobertura positivo de 2.706 milhares de euros, resultante da variação do justo valor do instrumento financeiro "interest rate swap" contratado em 2008 no âmbito da Concessão da Gestão do Edifício do Hospital de Cascais.



A **Autonomia Financeira** passou de 11,8% em 31 de dezembro de 2012 para 13,0% em final de 2013, registando um acréscimo de 10,1%.



– APRECIÇÃO ORGANIZACIONAL

Sem prejuízo do desenvolvimento desta matéria no "Relatório sobre o Governo da Sociedade" anexo, entende-se importante referir aqui e a propósito do desempenho do Grupo Teixeira Duarte nos vários setores e mercados de atividade, a colaboração entre todas as estruturas melhor identificadas no Organograma junto no início deste Relatório, bem como as mais-valias resultantes dessas sinergias, traduzidas no meio privilegiado e eficaz de se alcançarem objetivos por todos assumidos como coletivos.

As **Estruturas Operacionais** do Grupo estão organizadas por Setores de Atividade e abrangem, por regra, a responsabilidade por todas as equipas e operações dessas áreas de negócio, independentemente do mercado geográfico em que atuem, aproximando, também por essa forma, os recursos centrais técnicos e humanos do Grupo dos que estão a operar nos diversos mercados de atuação da Teixeira Duarte.

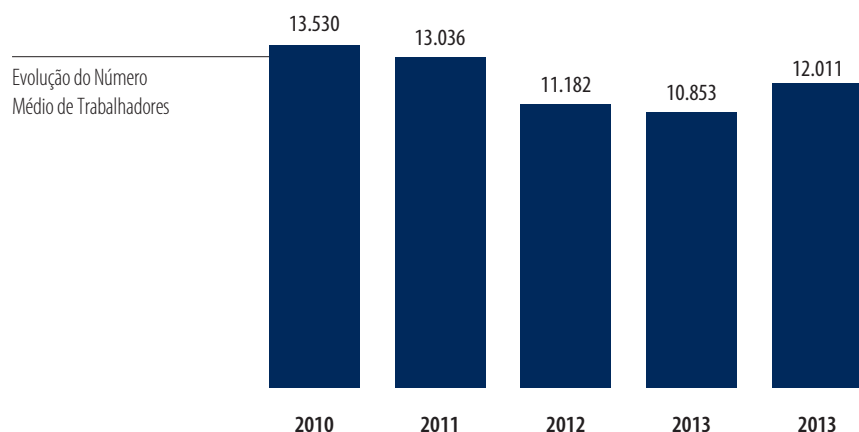
Refira-se, ainda assim, a situação pontual de algumas entidades integradas no Grupo que, dada a particularidade do seu negócio, mantêm a respetiva especificidade, em especial nos setores da Construção e das Concessões e Serviços.

A "**Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.**" (TD-EC), como principal sociedade do Grupo no setor da Construção, desenvolve a sua atuação através de **Centros de Exploração**, que dividem as valências de produção e são essenciais na formação de quadros dirigentes e no acompanhamento da sua carreira, dispondo também de um conjunto de **Estruturas de Apoio** especializado aos Centros de Exploração, em particular nas áreas das Cofragens e Pré-Esforço, do Equipamento e do Laboratório de Materiais, bem como de diversas **Direções Centrais** que atuam ao nível Comercial e de Estudos e Projetos.

Salienta-se, para além daquelas estruturas mais diretamente ligadas à área operacional do Grupo, a existência de um conjunto de Direções Centrais e Serviços com especiais responsabilidades de apoio transversal às atuações desenvolvidas nos vários setores de atividade, integradas no denominado **Centro Corporativo**, ao qual cabe promover uma uniformização de procedimentos e um apoio junto das estruturas que atuam no estrangeiro nestas áreas comuns a vários negócios.

De entre estas equipas – que se encontram também identificadas no Organograma integrado no início deste Relatório – destacar-se-ão, de seguida algumas referências relativas às suas atuações em 2013.

Ao nível dos **Recursos Humanos**, a Teixeira Duarte prossegue uma atuação de adequação do número de trabalhadores às atividades levadas a cabo nos diversos setores e mercados, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores.



O aumento da atividade do Grupo em 2013 teve um incontornável reflexo no número de trabalhadores, cujo número médio subiu 10,7% em relação a 2012 e o número ao final do ano era 13,8% superior ao registado em 31 de dezembro de 2012.

Com efeito, o aumento do número de trabalhadores de 11.110, em 31 de dezembro de 2012, para 12.639, em igual data de 2013, foi reflexo da subida nas equipas dos setores da Construção, das Concessões e Serviços, da Distribuição e do Automóvel, sendo que os países que mais contribuíram para este aumento foram Angola, Brasil, Moçambique e Venezuela.

De referir ainda a este propósito, a continuada aposta da Teixeira Duarte na formação dos seus colaboradores, prosseguindo a Direção Central de Recursos Humanos um trabalho de impulso e suporte, não só ao nível da TD-EC e de Portugal, mas também nas demais empresas do Grupo e mercados geográficos em que as mesmas operam, destacando-se ainda a este propósito o apoio nas múltiplas deslocações e deslocalizações de trabalhadores para acompanhamento dos fluxos de atividade da Teixeira Duarte.

Neste âmbito, deu-se continuidade a diversificadas ações de Formação Profissional, destacando-se, em Portugal, as formações específicas nas áreas da Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho (que envolveram 474 formandos) e as formações na área da informática (que envolveram 177 formandos), bem como a formação prestada pela Bauer, com duração de 40 horas, ministrada por formador da marca, que abrangeu 20 engenheiros, colocados em diversas geografias.

Para além disso, em 2013 o Grupo intensificou o apoio presencial em diversos países, designadamente em Angola, Argélia, Espanha e Moçambique, com o particular intuito de replicar o seu modelo de qualificação profissional.

Em Angola, foram ministrados diversos cursos e ações de formação, dos quais se destacam:

- a) Cinco cursos de formação destinados a recém-licenciados e a futuros Quadros (Academias) do setor automóvel e do setor da distribuição, aos quais se juntam dois realizados em Portugal, que abrangeram um total de 105 formandos;
- b) A primeira edição do curso de engenheiros estagiários, com duração de seis meses;
- c) As ações de formação no domínio da engenharia civil, desenvolvidas no âmbito do protocolo assinado com o IST e com a FUNDEC, que em articulação com a Direção de Recursos Humanos – Angola abrangeram colaboradores das empresas do Grupo, bem como formandos externos, num total de 150 formandos e um volume de formação de 3.150 horas;
- d) As ações específicas de formação no domínio da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (primeiro socorros e técnicas de emergência hospitalar) e através das quais formamos 317 colaboradores do Grupo, totalizando um volume de formação de 6.064 horas.

Também neste país, a Teixeira Duarte desenvolveu um projeto no âmbito da qualificação profissional e da responsabilidade social, frequentado durante dez meses por 32 jovens, qualificando-os para o exercício da atividade profissional no setor automóvel e no setor da distribuição, no Grupo, onde todos exercem, atualmente, a sua atividade profissional, através da qual melhoram as respetivas condições de vida pessoal e familiar, assim como os auxilia no prosseguimento dos estudos.

Saliente-se, também, a extensão das atividades da equipa da medicina do trabalho ao universo das empresas do Grupo que operam noutras geografias, com maior ênfase a Angola, Argélia e Moçambique.

Em 2013, o Serviço de Medicina do Trabalho passou a integrar 20 empresas do Grupo, que representam mais de 3.250 colaboradores, tendo sido realizados 2.567 exames médicos, o que corresponde a um incremento de 76% relativamente ao ano anterior.

Durante o exercício em análise a **Direção Central dos Sistemas de Gestão e Tecnologia** manteve a sua atividade de apoio aos processos de obtenção, acompanhamento ou renovação das certificações dos Sistemas de Gestão das várias empresas do grupo, nas áreas da Segurança, da Qualidade, do Ambiente, da Responsabilidade Social, da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI). Destaca-se a realização conjunta das auditorias de terceira parte, e o alinhamento dos ciclos de certificação da Qualidade e do IDI entre as empresas detentoras daqueles referenciais, objetivo que se pretende continuar a desenvolver para as restantes certificações.

Foi dada continuidade ao processo de harmonização dos sistemas de gestão entre as diversas empresas do grupo, bem como à realização das auditorias internas na modalidade interempresas.

Em complemento à sua inscrição na Plataforma REPRO como fornecedor avaliado, a participada "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." realizou uma "Auditoria ACHILLES" definida de acordo com os "Standards Comité REPRO", tendo superado de forma satisfatória a mesma auditoria, cujos resultados foram incluídos naquela plataforma.

Face à importância das redes de conhecimento no desenvolvimento das atividades de IDI, manteve-se o apoio dado às estruturas produtivas da Teixeira Duarte, na sua integração e participação nos grupos de trabalho das sociedades científicas e plataformas tecnológicas, no estreitamento da colaboração com as universidades e laboratórios nacionais e na procura de novos conhecimentos orientados para a indústria da construção.

Na área de formação, colaboradores desta Direção Central participam na organização de cursos de formação pós-graduada de âmbito tecnológico em Angola e em Moçambique, realizados em colaboração com o "Instituto Superior Técnico de Lisboa" e a "FUNDEC - Associação para a Formação e o Desenvolvimento em Engenharia Civil e Arquitetura", com o duplo objetivo de formação contínua e de integração de novos quadros naquelas áreas geográficas.

A **Direção de Central de informática** vem continuamente orientando a sua ação no sentido de harmonizar e consolidar as plataformas existentes no grupo, padronizar tecnologias, processos e procedimentos, privilegiando a crescente melhoria do apoio aos utilizadores com a criação de estruturas locais, tendo como objetivo último, o alinhamento com as necessidades dos negócios e o contributo para o seu sucesso.

Atuando nas várias frentes, expandiu-se a cobertura do ERP/SAP a novas empresas, em particular em Angola e Brasil, melhorou-se a integração das diversas aplicações de negócio, ampliando e adequando a cobertura dos processos. Foram desenvolvidas novas aplicações, em ambiente de Portal, para suporte a várias áreas funcionais.

Registaram-se avanços significativos na área das comunicações com introdução de uma plataforma de videoconferência, consolidação de plataformas de correio eletrónico, reestruturação das ligações VOIP e interligação dos diversos locais de negócio em Luanda através de rede de fibra ótica.

O Portal do Grupo Teixeira Duarte continuou a assumir-se como veículo privilegiado de comunicação interna e de disponibilização de serviços úteis aos colaboradores, em particular na sua relação com a Empresa, tendo esta plataforma registado um forte aumento de solicitações por outras estruturas do Grupo para inclusão de mais serviços, levando à criação de novas aplicações e adaptação das existentes para uso noutras geografias.

As infraestruturas de *Data Center* foram revistas e com base na auditoria efetuada foram elaborados projetos tipo, adequados ao grau de exigência de cada negócio, que passarão a constituir-se como padrão. Procedeu-se à renovação e redimensionamento de equipamentos, melhorias nas redes de dados, plataformas de segurança e monitorização, com o objetivo de reduzir os riscos e reforçar os níveis de disponibilidade dos sistemas.

A Teixeira Duarte prosseguiu em 2013 com a reorganização da sua **Direção Central de Finanças e Contabilidade**, com o objetivo de otimizar e uniformizar processos em todas as geografias onde o grupo opera.

O crescimento registado nas atividades no exterior preconiza o reforço do investimento na sua plataforma informática SAP, em ordem a aumentar a eficácia do controlo centralizado dos principais processos.

A **Direção Central de Aprovisionamentos** desenvolve a sua atuação para Empresas do Grupo TD que operam em várias geografias nas seguintes áreas:

- Procura de fontes de abastecimento, negociação e contratação, tendo em vista designadamente, o estabelecimento de acordos de base temporal e a obtenção de economias de escala em aquisições de bens e serviços;
- Logística de mercadorias nas vertentes de importação e de exportação;
- Gestão de Armazéns Centrais;
- Apoio à gestão de instalações fixas de Empresas do Grupo TD, nomeadamente, Sede, Escritórios Regionais, Alojamentos e Arquivo Central.

Em Portugal, foi dada continuidade ao modelo de organização funcional implementado no último trimestre de 2011, tendo em vista o reforço da intervenção da Direção Central de Aprovisionamentos nas componentes estratégicas de compras realizadas para empresas do Grupo. Por outro lado, foi desenvolvido um novo modelo de acompanhamento dos níveis de serviço nas vertentes de compras e logística.

Em Angola, foi concluída a reorganização física do Armazém Central e mantido o modelo de gestão da Estrutura Central de Compras.

Na Argélia, foram mantidos os modelos de gestão da logística de mercadorias nas vertentes de exportação e importação e de coordenação da Estrutura Central de Compras.

Em Moçambique, começou-se a reestruturação do Armazém Central.

Na Venezuela, foi iniciada a reestruturação do Departamento de Logística e Importações, no sentido de dar resposta adequada à crescente atividade do Grupo neste País.

— APRECIÇÃO SOCIETÁRIA

No cumprimento de todas as obrigações de cariz societário, nomeadamente enquanto entidade emitente de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, destaca-se a divulgação pública das diversas informações consideradas relevantes em 2013, com especial destaque para o Relatório de Gestão e as Contas relativos ao exercício de 2012, bem como o Relatório Sobre o Governo da Sociedade reportado ao mesmo período, ambos aprovados em Assembleia Geral.

Assembleia Geral Anual:

A reunião da Assembleia Geral de 25 de maio de 2013 registou a expressiva participação de titulares de 80,9% do capital social e dos direitos de voto, tendo sido aprovadas todas as propostas submetidas a deliberação, nomeadamente as de aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, a proposta referente à Avaliação da Administração e Fiscalização da Sociedade, a proposta relativa à Declaração Sobre Política de Remuneração dos Membros dos Respetivos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Sociedade, bem como a proposta de eleição de mais um Administrador para exercer funções juntamente com os demais membros do Conselho de Administração até ao final do mandato 2011/2014.

Dividendos:

A Assembleia Geral aprovou a proposta do Conselho de Administração no sentido dos resultados líquidos individuais da TD,SA apurados no exercício de 2012, no montante de 20.478.206,13€ (vinte milhões quatrocentos e setenta e oito mil duzentos e seis euros e treze cêntimos), terem a seguinte aplicação:

Para reforço da reserva legal: 4.500.000,00 €;

Para reforço das reservas livres: 9.678.206,13 €; e

Para dividendos aos acionistas: 6.300.000,00 €.

Os títulos da Teixeira Duarte, S.A.:

Durante o ano de 2013, as ações sofreram uma valorização de 178,13%, subindo de 0,32€ em 31 de dezembro de 2012, para 0,89€ em 31 de dezembro de 2013.

No que se refere à liquidez e volume de negócios executados neste exercício, foram transacionadas em Bolsa, neste período, 25.042.008 ações, com um volume de negócios no montante de 15.917.459,97€.

No gráfico *infra* verifica-se a evolução da cotação das ações durante o exercício de 2013:

Cotações Teixeira Duarte, S.A.

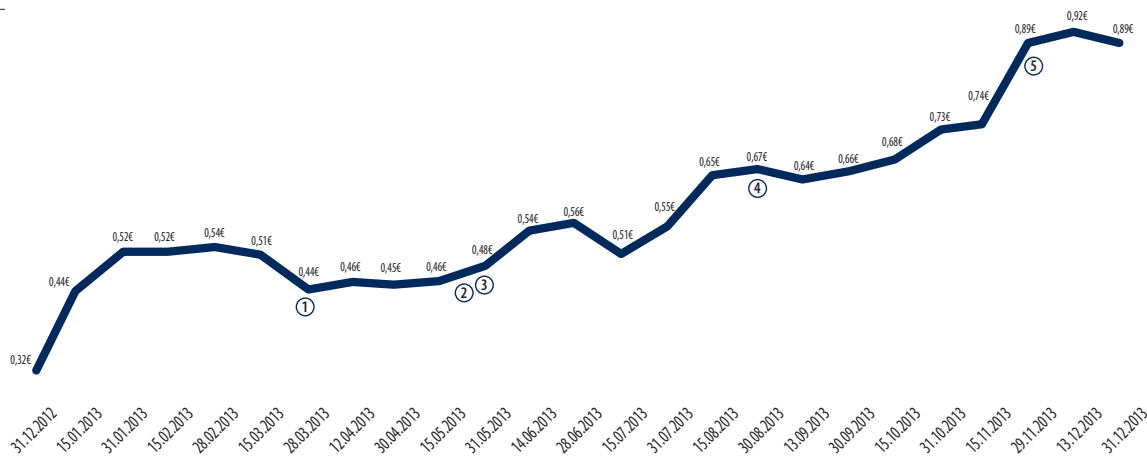
1 - Divulgação de Resultados referentes ao Exercício de 2012 - 28 de março de 2013

2 - Aprovação do Relatório e Contas Relativo ao exercício de 2012 - 25 de maio de 2013

3 - Atividade, resultados e situação económica e financeira do 1º trimestre de 2013 - 31 de maio de 2013

4 - Resultados relativos ao 1º semestre de 2013 e perspetivas para o final do exercício - 30 de agosto de 2013

5 - Atividade, resultados e situação económica e financeira do 3º trimestre de 2013 - 29 de novembro de 2013



IV. ANÁLISE SETORIAL

De seguida, será feito o reporte da atividade desenvolvida nos diversos setores em que o Grupo atua, seguindo-se, para todos eles, uma estrutura semelhante, ou seja, começando por uma apresentação do respetivo setor dentro do Grupo Teixeira Duarte, depois explicando, com suporte gráfico sobre o Volume de Negócios e o EBITDA consolidados, qual o contributo dessa área de negócio para o Grupo e concluindo com uma exposição sobre a atuação durante 2013, acompanhada de indicadores não consolidados que permitem uma análise e perspetiva sobre o total da atividade e não só o que se cinge ao contributo final para os números consolidados.

IV.1. CONSTRUÇÃO

A Construção é o *core business* e a génese do Grupo Teixeira Duarte que, neste setor, atua nas áreas da Geotecnia e Reabilitação, Edificações, Infraestruturas, Metalomecânica, Obras Subterrâneas, Obras Ferroviárias e Obras Marítimas, que contam com o apoio de um Centro Operacional de Cofragens e Pré-esforço, de uma Direção de Equipamentos de grande dimensão e elevada tecnologia, de um Laboratório de Materiais e de um Polo Operacional Teixeira Duarte, instalado num terreno com uma área superior a 130.000 m² e que constitui uma enorme valia adicional para a Empresa e para os serviços prestados aos seus clientes.

Destacam-se também as Direções Centrais e estruturas de apoio específico nas áreas Comercial, de Estudos e de Projetos.

O seu fundador, Eng.º Ricardo Esquivel Teixeira Duarte, que concluiu o primeiro curso de Engenharia Civil ministrado no Instituto Superior Técnico e que desempenhou funções de bastonário da Ordem dos Engenheiros, desde sempre foi reconhecido pelos seus pares pela sua valia técnica e de inovação.

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atuação marcada por esse cunho, assumindo-se sempre como uma verdadeira casa de Engenharia. Desde grandes infraestruturas como pontes, barragens, estradas e outras obras públicas, bem como hospitais e grandes edifícios que constituem marcos históricos, nomeadamente em Portugal, a Teixeira Duarte é reconhecida como um sinónimo de conhecimento e experiência, sendo uma presença constante no mercado da construção.

Para além da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." (TD-EC) - que é a principal sociedade do Grupo - existem também outras sociedades participadas, que operam em áreas específicas da Construção, nomeadamente nas obras Subterrâneas, Ferroviárias e Marítimas, bem como diversos Agrupamentos Complementares de Empresas e outras estruturas semelhantes afetas a projetos específico, em particular na área das Infraestruturas.

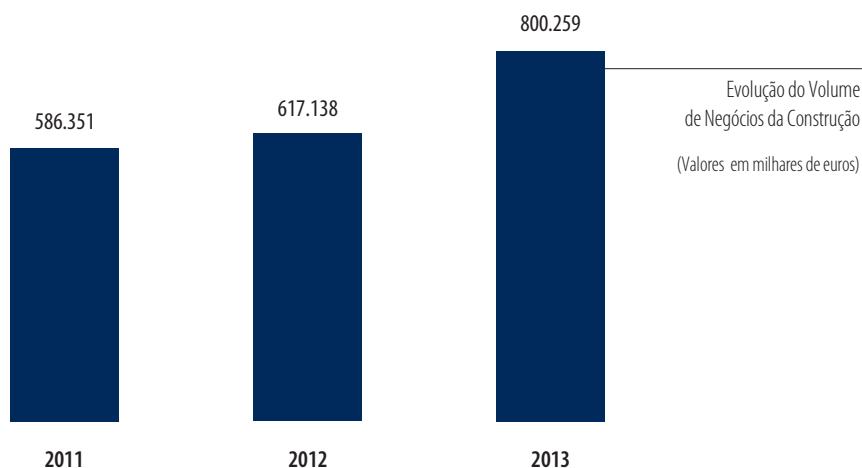
Em 2013 a Teixeira Duarte operou nesta área em vários países, destacando-se como principais mercados Portugal, Angola, Argélia, Brasil, França, Moçambique e Venezuela.

— CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

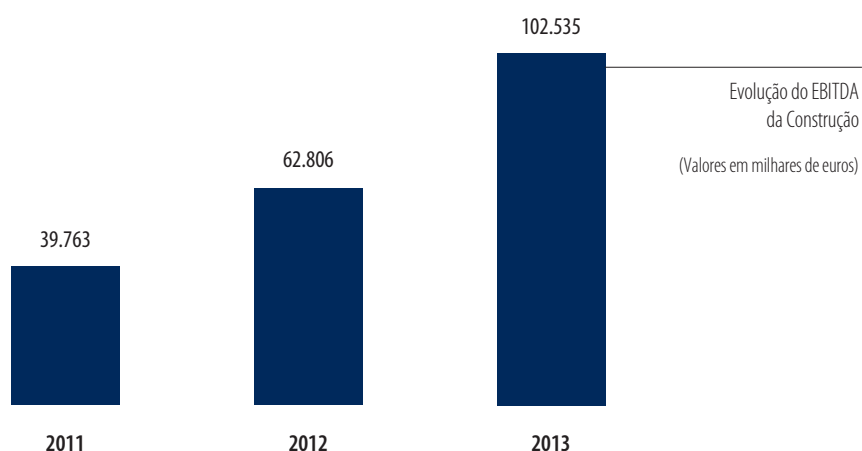
O Volume de Negócios da Construção cresceu 29,7% face a dezembro de 2012, fruto do melhor desempenho conseguido no mercado externo.

Ainda que em Portugal a atividade tenha descido 33%, o Grupo registou fortes subidas noutros países.

Destacam-se os crescimentos na Argélia (43,2%), no Brasil (38,6%) e em Moçambique (97,2%), o que, associado à subida significativa na Venezuela de 108.842 milhares de euros em 2012 para 253.648 milhares de euros em 2013.



O EBITDA na Construção registou uma subida de 63,3% em relação ao exercício anterior, essencialmente em resultado do bom desempenho dos mercados externos.



— ATIVIDADE DURANTE 2013

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2013, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Construção atingiram o valor global de 1.034.942 milhares de euros, sendo que, no global, estes valores refletem uma subida de 23,4% em relação a 2012.

Veja-se agora quais as principais atividades realizadas nas várias áreas em que a Teixeira Duarte atua no setor da construção:

A **GEOTECNIA E REABILITAÇÃO** é o Centro de Exploração da TD-EC que hoje concentra as áreas da Geotecnia e Fundações, bem como de Reabilitação, centralizando um núcleo de engenharia e investigação de referência na Empresa e no mercado.

Este Centro de Exploração tem protagonizado nestes últimos anos um acentuado desenvolvimento da sua atividade, com relevância na atuação global da Empresa, caracterizada por intervenções em projetos de elevada complexidade técnica e dimensão, tanto em empreitadas públicas como privadas, contando com recursos humanos altamente especializados, de elevada preparação técnica e qualidade e apoiados por equipamentos próprios de vanguarda tecnológica.



REFER, EPE | Reforço e Reabilitação das Fundações da Ponte Internacional de Valença
Viana do Castelo | Portugal



Câmara Municipal de Sintra | Variante à Rua D. Pedro IV e obra de arte sobre a Ribeira de Carenque
Queluz - Sintra | Portugal

Na área da Geotecnia e Fundações, a Teixeira Duarte concebe e executa Estudos Técnicos de Engenharia de Fundações, Estudos Geológicos, Paredes Moldadas, Estacas, Micro Estacas, Pregagens, Ancoragens, Consolidações, Injecções, *Jet-Grouting*.

Na área da Reabilitação, a Teixeira Duarte atua na realização de trabalhos especializados nos domínios da Reabilitação de Estruturas e Conservação de Monumentos e Património Arquitetónico Edificado, bem como nas Inspeções e Diagnóstico de Estruturas.

Depois de uma forte subida conseguida no ano passado, a atividade desenvolvida pelo Centro de Exploração de Geotecnia e Reabilitação da TD-EC voltou a registar em 2013 mais um significativo incremento (cerca de 30%), tendo alcançado proveitos operacionais em cerca de 82,7 milhões de euros.

Para este reforçado incremento foi decisiva a consolidação, nos novos mercados externos, dos diversos processos aplicados no desenvolvimento produtivo em obra, bem como a formação e enquadramento das equipas locais e o início da laboração dos novos equipamentos e ferramentas.

Em **Portugal**, fruto da crise e da inerente redução de concursos, registou-se novamente mais um decréscimo dos proveitos (em cerca de 33%), que se ficaram pelos 13,7 milhões de euros.

Nesta área, destaque para a conclusão das seguintes empreitadas:

- Reconhecimento Geológico-geotécnico e Instrumentação no local do Hydrolift da Mitrena, para a "LISNAVE, Infraestruturas Navais S.A.";
- Diversas reabilitações de edifícios e estruturas na Central Hidroelétrica de Sines, para a "EDP - Gestão de Produção de Energia, S.A.";
- Execução da Impermeabilização a Montante das Bacias 1E e 3E e do Tapete de Proteção a Jusante de Todas as Bacias - Levantamento batimétrico de jusante, no Aproveitamento Hidroelétrico de Crestuma-Lever, Barragem-Descarregador, para a "EDP - Gestão de Produção de Energia, S.A.";
- Reforço e Reabilitação das Fundações da Ponte Internacional de Valença, para a "Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE";
- Execução de Variante à Rua D. Pedro IV e Obra de Arte sobre a Ribeira de Carenque, em Queluz, para a Câmara Municipal de Sintra;



"Hotel Santiago, Construção Civil - Estrutura"
Alfama
Lisboa | Portugal



REFER, EPE
Estabilização de taludes da Linha do Oeste
Portugal

- Reabilitação da Ponte Filipina em Queluz, para a Câmara Municipal de Sintra;
- "Hotel Santiago, Construção Civil - Estrutura", em Alfama, Lisboa;
- Estabilização de taludes entre o Km 33,480 e 33,800 e entre os Km 44,500 e 44,650 da Linha do Oeste, para "Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE";
- Requalificação das Instalações da Sede da Associação Nacional de Farmácias, em Lisboa;
- Execução de taludes com redes pregadas no caminho de acesso à restituição da empreitada do reforço de potência do aproveitamento hidroelétrico de Salomonde, em Braga, para a "EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.".

Para além da conclusão das empreitadas atrás mencionadas, foi dada continuidade a outras, nomeadamente:

- Reconhecimento geotécnico e instrumentação, injeções de contacto, de consolidação e impermeabilização no DCC, da empreitada do Reforço de Potência do Aproveitamento Hidroelétrico de Salomonde, em Braga, para a "EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.";
- Reabilitação e Reforço Estrutural da Ponte da Atalhada sobre o Rio Mondego, para a "EP - Estradas de Portugal, S.A.".

Considerando a acentuada diminuição de concursos públicos e propostas para o setor privado em Portugal, é expectável uma redução significativa do volume de negócios nesta área em 2014.

Em **Angola**, os proveitos atingiram o montante de 19,6 milhões de euros, superando em cerca de 26,4% os valores obtidos em 2012.

Destaca-se, neste país, a conclusão das seguintes empreitadas:

- Escavação, Contenção Periférica e Fundações do Edifício Nossa Senhora da Muxima, para o "BESAACTIVE - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.", em Luanda;
- Escavação, Contenção Periférica e Fundações do Edifício Samba Residence, para "Rui Ribeiro Angola Construções, S.A.", em Luanda;
- Fundações e escavação do Edifício Muxima Plaza, para "PROMINVEST-Promoção e Investimentos Imobiliários, Lda.", em Luanda;



BESAACTIVE, S.A. | Escavação, contenção periférica e fundações do edifício "Nossa Senhora da Muxima" Luanda | Angola



ANGOLA LNG, Limited | "Engineering, Procurement and Construction (EPC) of the Marine Operations Support Dock" Soyo | Angola

- Contenção Periférica do Edifício Somatek, para empresa congénere, em Luanda;
- Contenção Periférica do Edifício Galaxy, para empresa congénere, em Luanda;
- Reconhecimento geológico e geotécnico de "Construction of a Cement Factory", para a "Cimenteries CBR, S.A.", em Benguela.

Iniciaram-se outras importantes empreitadas neste país, nomeadamente:

- "Engineering, Procurement and Construction (EPC) of the Marine Operations Support Dock", no Soyo, para a "ANGOLA LNG, Limited".
- Consolidação fachada tardoz do edifício do Cine-Teatro Nacional, para o "Ministério da Cultura", em Luanda;
- Reforço de laje, substituição de cobertura, execução rampa e outdoor nas oficinas da TDA dos Coqueiros, para a empresa do Grupo Teixeira Duarte "TDA - Comércio e Indústria", em Luanda;
- Fundações indiretas da Cooperativa Essandju, Lotes 29 a 33, para a "Cooperativa Essándju, SCRL", em Luanda;
- De realçar, já no final do ano, a adjudicação pelo "I.N.E.A. - Instituto de Estradas de Angola", da empreitada da "2ª fase do Reforço do Sistema de Suspensão da Ponte da Barra do Kwanza".

Na área comercial, apesar de se registar um aumento ligeiro no número de propostas entregues, houve uma diminuição de 14% do valor total das mesmas, que totalizaram 114 milhões de euros.

Para 2014 e de acordo com adjudicações entretanto efetuadas, prevê-se um crescimento do volume de negócios em relação ao ano em análise.

Na **Argélia**, 2013 foi o segundo ano em que este Centro de Exploração atuou através da sociedade de direito argelino "TEIXEIRA DUARTE ALGÉRIE, SPA".

Foi, pois, um ano de natural crescimento da atividade, com a angariação de novas empreitadas que resultaram do trabalho comercial iniciado em 2012 e do reconhecimento, por parte do mercado local, da consolidação da Empresa como parceira superiormente habilitada.



GMAC
Fundações especiais
Alger | Argélia



TD-EC, S.A.
Fundações em estacas de 1500mm do viaduto PK 36
Tizi Ouzou | Argélia

A atividade cresceu significativamente, tendo os proveitos sido três vezes superiores aos registados em 2012.

Realça-se a conclusão, em 2013, das seguintes empreitadas:

- Execução de fundações Especiais para o consórcio "GMAC- Groupement Metro de Alger", em Alger;
- Execução de estacas de fundação na Base Militar de Mers El Kebir para a empresa "ETC/EPE - Ouali Kamel", em Oran;
- Execução das fundações em estacas de 1500mm do viaduto PK 36, para a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", em Tizi Ouzou.

Destaque também para a empreitada iniciada no exercício já em curso, para a Escavação e Contenção Periférica da Nova Sede do "AGB - Gulf Bank Algéria", em Argel.

A atividade comercial teve um aumento significativo relativamente ao ano transato, fruto do conhecimento adquirido do mercado e do reconhecimento pelo mesmo da valia técnica que a Teixeira Duarte representa. Foram emitidas propostas no valor de 50 milhões de euros, tendo sido recebidas adjudicações no valor de 5 milhões de euros.

Verificou-se um investimento em novos equipamentos que permitirão alargar e diversificar a área de ação e potenciar um crescimento sólido para o futuro, o que, associado à carteira de encomendas que transita do ano passado e às propostas em negociação avançada com vários clientes, permite perspetivar para o exercício de 2014 um aumento significativo do volume dos trabalhos.

No **Brasil**, a atividade da Geotecnia e Reabilitação registou um forte incremento, resultante da fidelização de importantes clientes privados conseguida através da execução de trabalhos de elevada qualidade técnica e operacional, que fomentou um aumento de confiança dos clientes no nome da Teixeira Duarte, num mercado de grande dimensão como é o Brasileiro.

O volume de trabalhos durante o ano de 2013 ascendeu a 18 milhões de euros, representando um aumento para mais do dobro face ao ano anterior.



Consórcio "EMPA, S.A. / Grupo CR Almeida
Fundações no Estaleiro Naval da "Jurong Shipyard",
Aracruz | Espírito Santo | Brasil



GAFISA, S.A.
Contenção Periférica em Parede Moldada e Tirantes Provisórios
São Caetano | São Paulo | Brasil

De seguida indicam-se as empreitadas que se concluíram durante o período em análise:

- Execução de Fundações das Obras de Arte Especiais, na Transcarioca – Trecho Penha-Galeão, Rio de Janeiro, para o Consórcio Transcarioca Rio, constituído pelas empresas, "OAS, S.A.", "Carioca Chistiani – Nielsen, Engenharia" e "Contern Construções e Comércio, Ltda.";
- Contenção Periférica em Parede Moldada, Estacas Raiz e Tirantes Provisórios, no Empreendimento Blue Tree Premium em Alphaville, São Paulo, para a "Madeira SPE Empreendimentos Imobiliários S.A.";
- Execução de Fundações no Empreendimento Residencial Altavista Premium (Fase 1 e início da Fase 2), em Jundiaí, São Paulo, para a empresa "Schahin Engenharia S.A.";
- Execução de Estacas Hélice no Desvio do Rio Joana, no Rio de Janeiro, para a "Mendes Júnior Engenharia S.A.";
- Execução de Estacas-Raiz na Ampliação do Hospital de Niterói, Rio de Janeiro;
- Substituição da Ponte sobre o Rio de Santa Joana, em Colatina, Espírito Santo, para a "VALE, S.A.";
- Reabilitação do Túnel dos Marmelos, em Juiz de Fora, Minas Gerais, para a "MRS, S.A."

Iniciaram-se em 2013 outras importantes empreitadas neste país, nomeadamente:

- Fundações no Estaleiro Naval da "Jurong Shipyard", em Aracruz, Espírito Santo, para o Consórcio "EMPA, S.A. / Grupo CR Almeida", tendo-se executado a totalidade das estacas do Cais Norte e iniciadas as fundações do Finger-Sul;
- Fundações Profundas em Estacas Escavadas, na Linha 17 do Metro de São Paulo, para o Consórcio "Andrade Gutierrez / Grupo CR Almeida";
- Fundações Especiais – estacas escavadas e estacas-raiz – do Nó da Rodovia Anchieta, em Cubatão, Santos, para o "Grupo CR Almeida";
- Parede Moldada de 800 mm, nos Reservatórios da Praça de Niteroi e Praça Varnhagen, inseridos no Projecto de Amortecimento de Cheias na Bacia da Tijuca, no Rio de Janeiro, para a "OAS, S.A.";
- Contenção Periférica em Parede Moldada e Tirantes Provisórios, no Empreendimento Residencial SAO, em São Caetano, São Paulo, para a "GAFISA, S.A.";
- Substituição das Pontes do Rio Corrente (Governador Valadares, Minas Gerais), Piraqueaçu (João Neiva, Espírito Santo) e Santa Maria (Cariacica), para a "VALE, S.A."



Edifício Julius Nyerere 130,
Maputo | Moçambique



ANE
Ponte Chicumbane
Gaza | Moçambique

Em linha com o crescimento produtivo obtido durante 2013, verificou-se também, um aumento significativo da atividade comercial relativamente ao ano transato, fruto de um melhor conhecimento do mercado e do reconhecimento por parte dos nossos clientes da valia técnica que a empresa representa na resolução de difíceis problemas, através de soluções inovadoras.

Neste sentido, o ano de 2013 terminou com a apresentação de 139 propostas, totalizando um valor próximo dos 500 milhões de euros.

Tendo em consideração a perspetiva de manutenção ou aumento do investimento público em ano de eleições presidenciais, a carteira de encomendas que transita do ano anterior, as propostas em negociação avançada com alguns clientes, bem como a confiança depositada nas equipas, encara-se com bastante otimismo o exercício de 2014.

Em **Moçambique**, no ano de 2013, o Centro de Exploração de Geotecnia e Reabilitação atingiu um valor de faturação de 6,7 milhões de euros.

No período em análise realizaram-se diversas obras com alguma relevância, sendo de destacar:

- A execução de Contenção Periférica e Fundações Indiretas da Empreitada de Construção do Edifício Julius Nyerere 130, em Maputo, obra para empresa imobiliária do Grupo Teixeira Duarte;
- As Obras de emergência para resolução dos danos causados pelas cheias nas Pontes de Chicumbane e Xai-Xai, Província de Gaza, para a "Administração Nacional de Estradas - ANE";
- A execução de estacas para a intervenção de emergência na Ponte ao km 26+900 da Linha de Ressano Garcia, para os "CFM - Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.";
- A reabilitação da Ponte sobre o Rio LuaLua na Província da Zambézia, para a "Administração Nacional de Estradas - ANE";
- A execução de Estacas para um Edifício na Av. Ahmed Sekou Touré, em Maputo, para a "Soicifide - Moçambique, Limitada";
- Diversos trabalhos de reconhecimento geotécnico realizados para clientes externos, com particular incidência para os trabalhos executados na cidade de Pemba, Província de Cabo Delgado.



Bolipueros
Ampliação e Modernização do Porto de La Guaira
Vargas | Venezuela



Ministério del Poder Popular para el Transporte Terrestre
Túnel de Baralt
Caracas | Venezuela

Em 2013, a área comercial estudou propostas num valor próximo de 60 milhões de euros, um valor ligeiramente superior ao registado no período anterior mas que representou um aumento superior a 45% no número de propostas entregues, que permite perspetivar o ano de 2014 como um período de crescimento de atividade.

Na **Venezuela**, 2013 ficou fortemente marcado pelos elevados ritmos de produção impostos pelas duas grandes empreitadas públicas em curso, iniciadas em 2012, e onde o setor de geotecnia tem um importante envolvimento: a "Ampliação e Modernização do Porto de La Guaira" e o "Prolongamento da Avenida Boyaca (cota mil) até ao Distribuidor Macayapa e Prolongamento do Viaduto Tacagua".

O volume da atividade duplicou em relação a 2012, tendo os proveitos atingido 20,5 milhões de euros.

Na obra do Porto de La Guaira, o ano ficou marcado pelo cumprimento dos objectivos traçados, quer na execução das fundações do molhe, quer no tratamento dos aterros da nova área a explorar, atividades nas quais sobressaíram a experiência das equipas, as técnicas implementadas e os equipamentos de vanguarda utilizados pela Teixeira Duarte.

Relativamente à empreitada Prolongamento da Avenida Boyaca (cota mil) até ao Distribuidor Macayapa e Prolongamento do Viaduto Tacagua, em particular quanto à execução do Túnel de Baralt e ao Nó de Acesso de Macayapa, importa realçar os trabalhos de contenção e estabilização de taludes levados a cabo com qualidade reconhecida, realçando-se os bons ritmos de produção alcançados.

A atividade comercial do setor da Geotecnia e Reabilitação acompanhou e participou na elaboração de importantes propostas que se englobam no acordo acima referido, ainda que para 2014 se preveja um abrandamento da atividade desta área neste mercado.

Na **Guiné Equatorial**, a Teixeira Duarte prosseguiu o apoio a empresas portuguesas através da execução das fundações por estacas da empreitada de construção do Instituto Tecnológico Nacional de Hidrocarbonetos e execução de estacas de 800 mm de diâmetro na empreitada

de construção "Del Paso Superior en el PK0 para el Enlace de Autovía Mongomeyen-Ebibeyin con la carretera Añisok-Mongomo en Guinea Ecuatorial".

Na área comercial, regista-se a entrega de propostas no valor de 13,5 milhões de euros, com especial realce para a proposta apresentada para as fundações da obra de ampliação do Porto de Luba, na ilha de Malabo, no valor de 8 milhões de euros.

Mantém-se a expectativa de a empresa conseguir neste país obter novos contratos, ligados às áreas da Geotecnia e Fundações e das Obras Marítimas.

Na sequência do exposto e tendo em atenção as propostas atualmente em negociação – nomeadamente no Brasil, Angola e Guiné Equatorial – e a atual carteira de encomendas, prevê-se que esta área venha a ter um crescimento significativo da sua atividade.

Na área das **EDIFICAÇÕES** a TD-EC mantém uma atividade de grande dinamismo e particularmente relevante na atividade geral do Grupo a partir da década de 60.

Neste domínio, a intervenção nos mercados é caracterizada pelo desenvolvimento de projetos de grande dimensão e complexidade técnica, abrangendo todo o tipo de construção: grandes edifícios complexos e multifuncionais, edifícios públicos, habitacionais e de serviços, complexos industriais, escolas, empreendimentos turísticos, reconstrução de edifícios e hospitais.

Em 2013, a atividade nesta área das Edificações teve um aumento na ordem dos 28%.

A produção realizada em Portugal continuou a diminuir, representando já menos de 10% do total da área das Edificações. Vários anos consecutivos de retração económica no país conduziram a níveis muito baixos de investimento e consequentemente a uma travagem enorme no lançamento de concursos, tanto públicos como para clientes privados.

Neste enquadramento, prosseguiu-se e reforçou-se a atividade comercial nos diferentes mercados em que a Teixeira Duarte opera nesta área da construção, sendo que o mercado Angolano foi aquele que mais contribuiu para o respetivo volume de atividade.

Em **Portugal**, pelas razões antes expostas, as propostas apresentadas foram em reduzido número. Os baixos preços praticados no mercado estão a levar inúmeras empresas do setor à insolvência, arrastando consigo uma parte importante da rede de fornecedores e subempreiteiros, que dão suporte à indústria da construção de edifícios no país. Reflexo desta conjuntura foi o facto da produção no ano em análise ter sido inferior à de 2012, em cerca de 50%.

Na área de edifícios escolares, executou-se a empreitada do Edifício C – Ginásio, do 2º e 3º Ciclos do Colégio Moderno, em Lisboa, para "Colégio Moderno de João Soares e Filhos, Lda."

Na área industrial, foram concluídos os trabalhos do Terminal de Armazenagem de GPL no Porto de Aveiro – Empreitada Geral Fase 2, para a empresa do Grupo Teixeira Duarte "PPS – Produtos Petrolíferos S.A."

No setor dos serviços, foram concluídas, para a IURD, as empreitadas de construção do Edifício Multiusos, em Vila Nova de Gaia e dos Estúdios de Comunicação Social, em Lisboa.

Na área da saúde, prosseguiram-se os trabalhos para o "Centro Hospitalar São João – E.P.E." através da realização de diversas intervenções de remodelação e modernização do Hospital de São João, no Porto, enquanto que em Lisboa, se iniciou a obra de Construção Civil, Instalações Especiais e Arranjos Exteriores do Edifício das Contrapartidas (Centro de Dia e de Saúde), para Multiusos Oriente – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado.



Colégio Moderno
Ginásio do 2º e 3º Ciclos
Lisboa | Portugal



PPS, S.A.
Terminal de Armazenagem de GPL no Porto de Aveiro
Aveiro | Portugal

Em **Angola**, no ano de 2013, esta área da construção atingiu o maior volume de produção de sempre, tendo para tal contribuído decisivamente duas obras de muito grande dimensão e complexidade, que neste ano atingiram os picos de faturação, por se apresentarem ambas na sua fase final. São elas:

- A construção do edifício sede da Assembleia Nacional de Angola, para Gabinete de Obras Especiais (GOE), cujos trabalhos de grande dimensão, complexidade e invulgar qualidade e especificidade, decorrem em muito bom ritmo, prevendo-se a sua conclusão no primeiro semestre de 2014. Por estas características, bem como pela marcante arquitetura e nobre função a que o edifício se destina, esta obra constitui indiscutivelmente um marco na construção de edifícios no país;
- A construção dos Edifícios GES 2,3 e 4 para "ESCOM - Espírito Santo Imobiliária, SARL" prosseguiu em bom ritmo, tendo o ano sido de grande produção. Também esta obra, de grande dimensão e qualidade, não passará despercebida entre os melhores edifícios que nos últimos anos têm sido construídos em Luanda.

Com a conclusão destas duas empreitadas, no final de 2013 e primeiro semestre de 2014, prevê-se para este exercício a redução da atividade de construção de edifícios neste país.

Das várias outras empreitadas desenvolvidas merecem especial referência:

- A conclusão da construção do Edifício de Inspeção de Viaturas, na Direcção Nacional de Viação e Transito, e respetivas vias de acesso, para o Gabinete de Obras Especiais (GOE);
- Para o "Banco de Fomento de Angola", executou-se a construção da Agência Rainha Ginga I, em Luanda;
- Para o "Standard Bank", iniciou-se a empreitada de Execução do "Cash Center - SBT", em Viana;
- Para "Sociedade de Bebidas de Angola, S.A.", começou-se a empreitada de Trabalhos de Construção Civil nas instalações da Catumbela, em Benguela;
- Para a empresa do Grupo Teixeira Duarte "CND - Comércio Geral de Importação, Lda.", concluiu-se a Remodelação de Edifício para a Maxi Mulemba, em Luanda; executaram-se as lojas Maxi Cacucaco, Maxi Rocha Pinto e a Ampliação do Armazém Central de Distribuição



GOE
Assembleia Nacional de Angola
Luanda | Angola



ESCOM, SARL
Edifícios GES 2,3 e 4
Luanda | Angola

- (Maxi Park), também em Luanda; tendo-se ainda dado início às obras de execução da loja Maxi em Benguela;
- Para a empresa do Grupo Teixeira Duarte "ALVALADE - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.", procedeu-se à remodelação da piscina do hotel e à execução da Nova Central de Emergência dessa unidade turística situada em Luanda;
 - Para a empresa do Grupo Teixeira Duarte "TDA, Lda.", iniciaram-se as obras de Expansão das Oficinas no "Polo TDA", em Luanda e concluíram-se as Oficinas/Stand TDA, no Lobito;
 - Para a empresa do Grupo Teixeira Duarte "ANGÓIMO, Lda.", construíram-se as Instalações da "Pastelaria Nilo", na Maianga, em Luanda;
 - A remodelação do "Hotel Trópico", em Luanda, foi outra empreitada iniciada este ano para empresas do Grupo Teixeira Duarte. Este trabalho reveste-se de elevada complexidade, tendo em consideração a grande profundidade da intervenção de remodelação e o curto prazo previsto para a sua execução;
 - Na área social, arrancou a empreitada de Construção da Casa das Artes, Meninos do Mussulo, para a "ConSaúde - Consultoria de Gestão e Administração em Saúde, Lda.";
 - Na área da saúde, prosseguiram os trabalhos de construção da Ampliação da Lavandaria da "Clínica Sagrada Esperança", na Ilha do Cabo - Luanda e deu-se início à Empreitada de Conceção e Construção de Edifício para a "SOS - Internacional", também em Luanda;
 - Na área dos edifícios escolares, foi concluída a construção de uma Escola Primária com seis salas, na Ilha do Cabo, em Luanda, para a referida "Clínica da Sagrada Esperança" e para a empresa do Grupo Teixeira Duarte "Educare - Actividades Educativas e Culturais Lda.", concluiu-se a Fase 4 (Blocos 3 e 4) do Colégio São Francisco de Assis, bem como a nova Alameda de Acesso;
 - Na área industrial, arrancaram os trabalhos para a execução de trabalhos de construção civil na Central de Ciclo Combinado da Refinaria de Luanda, para a "Hidráulica de Angola, Lda.".

Na **Argélia**, a Teixeira Duarte conseguiu a adjudicação para a empreitada do projeto da Residência Oficial na cidade de Constantina, na Argélia, cujo respetivo contrato foi assinado já em 2014 com a "Direction de l'Administration Locale de la Wilaya de Constantine". Trata-se da primeira obra das Edificações neste mercado, a qual consiste na construção de um edifício polivalente para as necessidades de alojamento de personalidades, estando prevista ser executada em 20 meses.



FUJB
Projeto Integração Básico-clínica:
Mais Pesquisa Para a Saúde
Rio de Janeiro | Brasil



CHERY BRASIL, Lda.
Trabalhos da construção civil das oficinas de
soldagem, montagem e pintura
Jacarei | São Paulo | Brasil

No **Brasil**, a Teixeira Duarte prosseguiu, nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, o alargamento da atuação na área das Edificações com clientes externos ao Grupo, sendo que, com o rigoroso cumprimento dos contratos e uma postura de ajuda e colaboração, se consolidou a relação com alguns clientes que têm confiado novos contratos e se conseguiu a angariação de outros que se pretendem fidelizar.

Em 2013, merecem referência as seguintes empreitadas:

- Iniciou-se a Execução da 1ª etapa da obra do projeto designado "Integração Básico-clínica: Mais Pesquisa Para a Saúde - CCS/UFRJ", para a "Fundação Universitária José Bonifácio - FUJB", no Rio de Janeiro;
- Prosseguiram os trabalhos da construção civil das oficinas de soldagem, montagem e pintura, bem como dos Corredores para a Fase I do Projeto Brasil, em Jacarei - São Paulo, para a "CHERY BRASIL - Importação, Fabricação e Distribuição de Veículos, Lda.". Trata-se duma unidade industrial de grande dimensão, para o fabrico de veículos automóveis daquela marca chinesa;
- Ainda na área industrial, teve início a empreitada da construção de Diversos Edifícios no Porto de Açu - Rio de Janeiro, para a "Anglo American Minério de Ferro Brasil, S.A.";
- Na área da saúde, prosseguiram os trabalhos de Execução do edifício Escuteiros em Niterói - Rio de Janeiro, para o "Hospital de Clínicas de Niterói Lda.". Trata-se dum edifício para a ampliação daquela unidade hospitalar, prevendo-se a sua conclusão em 2014;
- Executou-se, para a "Amico Saúde, Lda.", a Obra Civil na UCI Pediátrica da Unidade Avançada Azevedo Macedo (2º andar), do Hospital da Luz, em São Paulo;
- Para o mesmo cliente e no mesmo hospital, arrancou a empreitada de Execução das Obras Civas, Acabamentos e Instalações do 7º Pavimento;
- Para "ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares S.A.", começaram-se os trabalhos de Execução das Obras Civas, Acabamentos e Instalações do 6º Pavimento do Hospital Vitória, em São Paulo.

Na área residencial, conclui-se o condomínio "Quartier Vila Mascote", em São Paulo, para empresa do setor imobiliário do Grupo Teixeira Duarte.

A empresa continua a reforçar as equipas com vista a permitir acompanhar o progressivo crescimento das adjudicações neste país.



Anglo American Minério de Ferro Brasil, S.A.
Diversos edifícios no Porto de Açu
Rio de Janeiro | Brasil



Hospital de Clínicas de Niterói Lda.
Edifício Escuteiros – Niterói
Rio de Janeiro | Brasil

Em **Espanha**, atendendo à pouca atividade do mercado em 2013, a empresa participou em alguns dos poucos concursos públicos, sendo que em 2014 prosseguiremos o esforço de angariação de empreitadas.

Em **Moçambique**, no ano de 2013 o volume de negócios da área das Edificações foi superior ao do ano anterior em cerca de 15% mas, ainda assim, inferior ao dos anos 2010 e 2011.

Apesar de terem sido entregues mais propostas do que em anos anteriores, o substancial aumento do número de empresas no mercado levou a que o volume de contratos não acompanhasse, na mesma proporção, aquele aumento de propostas, tendo continuado a verificar-se a prática de preços muito baixos por empresas sem experiência no país.

Em 2014, o Grupo acompanhará com atenção a evolução da atividade nos novos polos de desenvolvimento no norte do país, nomeadamente nas províncias de Nampula e Cabo Delgado, tendo passado a dispor de estaleiros de apoio nas cidades de Nacala e Pemba, prevendo-se um aumento do volume de negócios na área das Edificações.

Em 2013 foram concluídas as empreitadas de:

- Demolição de estacas prancha, terraplanagem, drenagem, civil e montagens mecânicas Cais 8 Porto da Beira, para a "VALE Moçambique, S.A.";
- TCM Phase 3.5: Expansion of The Matola Coal Terminal – D511/003 Civils and Piling, para a Grindrod Terminal de Carvão da Matola;
- Pavimentações e Infraestruturas Diversas no Porto de Pemba, para "Pemba Terminal Service";
- "MCTL - Extension to Car Terminal (Phase2) at Maputo Harbour - pavimentações e Infraestruturas", para "Maputo Car Terminal, Lda.";
- Reabilitação do Porto de Pemba, para "CFM - Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.";
- Construção, para a mesma entidade, da Ponte Provisória Km 26.900, na Via Férrea de Ressano Garcia e Trabalhos de Emergência nas Pontes Km 74.100 e 78.650;
- "Refurbishment Of the Geology Department" da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, para "ENRC Mozambique, Lda.";



Grindrod Terminal de Carvão da Matola
Expansão do terminal da Matola
Matola | Moçambique



Banco de Moçambique
Maputo | Moçambique

- Construção de um Edifício de quatro pisos para escritórios, em Maputo, para um cliente particular;
- Reabilitação do Auditório Municipal da Beira, para o Conselho Municipal daquela cidade.

Prosseguiram os trabalhos de:

- Construção da nova sede do Banco de Moçambique. Esta obra, situada na zona central da cidade, constitui um marco na cidade e será o maior edifício ali construído nas últimas décadas;
- Construção de Instalações para o Museu das Pescas na Cidade de Maputo, para o "Fundo de Fomento Pesqueiro";
- Construção da estrutura, fundações e alvenarias do Edifício Sede da Autoridade Tributária de Moçambique, para a "IMOINVESTE - Investimentos Imobiliários, S.A.", no centro de Maputo.

Foram iniciadas as Empreitadas de:

- Trabalhos de Emergência para Drenagens e Escoamentos de Águas Pluviais no Bairro Laulane, em Maputo, para os "CFM - Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique E.P.";
- Restauração da cobertura da Oficina Ferroviária e outros trabalhos nas Oficinas Gerais de Manutenção da Beira, para a "VALE Moçambique, S.A.";
- Construção do Edifício Multiusos, na Avenida Julius Nyerere nº 130, em Maputo, para sociedade imobiliária do Grupo Teixeira Duarte.

A área das **INFRAESTRUTURAS** tornou-se fundamental no desenvolvimento e crescimento da atividade da Teixeira Duarte, seguindo um padrão de empresa de engenharia, distintivo em diferentes mercados pelo reconhecimento do seu elevado nível tecnológico, numa linha histórica marcada desde a sua fundação.

Participando na modernização do país a partir de finais da década de 80, foi alargando o seu âmbito a diferentes tipos de obras, nomeadamente



Fundo de Fomento Pesqueiro
Museu das Pescas
Maputo | Moçambique



IMOINVESTE, S.A.
Estrutura, Fundações e alvenarias do edifício
sede da Autoridade Tributária de Moçambique
Maputo | Moçambique

Estradas e Autoestradas, Pontes e Viadutos, Barragens, Ferrovias, Gares Ferroviárias e Interfaces, Obras Portuárias, Construção Ambiental e ainda Infraestruturas de Água e Gás Natural.

Ao longo destas décadas, criou equipas e acumulou experiência nesses diversos campos da engenharia, em vários mercados, o que se tem revelado hoje fundamental naquilo que é um grande desafio do setor da construção do Grupo: a execução de grandes empreitadas no mercado externo.

Reflexo disto mesmo, é o facto da atividade do segmento em 2013 ter tido um crescimento de cerca de 23% em relação ao ano anterior, representando o mercado externo cerca de 91% do total.

Mantendo a tendência que se verifica a partir do ano 2011, a Venezuela adquiriu durante o exercício de 2013 o estatuto de grande mercado nesta área, que nesse país realizou mais de 50% da sua produção.

Em **Portugal**, continuou o declínio previsto nos últimos anos, tendo a produção caído para cerca de metade, passando a ser o quarto mercado para esta área da atuação. Confirma-se assim a previsão registada no relatório do exercício anterior que a atividade das Infraestruturas em Portugal tenda a ser residual.

Ainda assim, as obras desenvolvidas foram:

- A empreitada geral de construção do reforço de potência da Barragem de Salomonde, em Salomonde - Vieira do Minho, para a "EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.". Esta obra, executada pelo "CONSTRUSALAMONDE, ACE", no qual a TD-EC e a sua participada "E.P.O.S., S.A.", detêm 92,5%, é uma obra de elevada complexidade técnica e tem tido uma evolução compatível com os objetivos traçados, tendo sido cumpridas, perante o exigente cliente EDP, todas as datas chave contratualmente relevantes. Tudo aponta para que, em 2014 e até à conclusão das obras, se mantenham bons níveis de produção e de faturação, na linha dos objetivos definidos e acordados com a EDP e que a relação técnico-comercial com este cliente e parceiro seja consolidada;



EDP, S.A.
Reforço de potência da Barragem de Salamonde
Vieira do Minho | Portugal



SOMINCOR, S.A.
Reservatório do Cerro da Mina, Neves Corvo
Beja | Portugal

- Empreitada para a construção do reservatório do Cerro da Mina, em Neves Corvo, para a "SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A.". Trata-se de uma empreitada com elevados padrões de desempenho ao nível dos sistemas de gestão da segurança, qualidade, ambiente e gestão do risco, que inclui diversas obras acessórias, a qual deverá ficar concluída em meados de 2014.

No mercado de **Angola**, o segmento de infraestruturas é assumido como um vetor prioritário para a diversificação e consolidação do volume de negócios do setor da Construção da Teixeira Duarte, sendo que a atividade técnico-comercial em curso e as novas obras em perspectiva deixam antever bons níveis de crescimento neste importante mercado.

Em 2013, os níveis de produção mantiveram-se semelhantes aos verificados em 2012, sendo que:

- Continuou a obra de Reabilitação da Rede Viária de Luanda - Avenida Hoji Ya Henda, numa extensão de 5,1 km, em Luanda, para o "INEA - Instituto de Estradas de Angola". Os trabalhos de reabilitação desta via estruturante da cidade de Luanda - que atravessa os importantes Municípios do Rangel e do Cazenga - têm sido bastante condicionados por problemas de expropriação, por inúmeras contingências, sobretudo ao nível de serviços afetados, e pelo intenso tráfego que se faz sentir ao longo do dia, com repercussões significativas no faseamento da obra. Esta empreitada, que deverá ficar concluída durante o ano de 2015, caso se concretizem no curto prazo os processos de expropriações já identificados, constituirá um fator primordial de desenvolvimento da urbanidade da envolvente e terá um impacto social extremamente relevante nesta zona mais complexa da cidade.
- Foi aberta uma nova frente de trabalho com o início da empreitada de Construção das Infraestruturas Gerais das Urbanizações do "Nosso Zimbo", na província de Benguela, com níveis de produção e de desempenho muito interessantes, que deverá ficar concluída em setembro 2014.

Merece ainda destaque, pela sua relevância e dimensão, a adjudicação a um consórcio integrado pela TD-EC da empreitada "Estudos, Projeto Executivo e Construção da Estação de Tratamento de Água do Sistema IV - (BITA) - Lotes B1 e B7", para a "EPAL - E.P.". Esta empreitada deverá ter início ainda em 2014.



INEA
Reabilitação da Avenida Hoji Ya Henda
Luanda | Angola



ANESRIF
Modernização da linha ferroviária Thénia/Tizi-Ouzou
e sua eletrificação até Oued Aissi
Argélia

Na **Argélia**, a atividade do setor de Infraestruturas conheceu um forte crescimento em relação ao exercício anterior.

As principais obras em curso foram:

- "Projet de Réalisation de la Ligne 1 – Lot 1: Extension A Gros Œuvre-Voie, Ligne et Stations sur le Tronçon: Place Émir Abdelkader – Place des Martyrs, Alger", para a "Entreprise du Métro d'Alger (E.M.A.)";
- "Études d'exécution et Travaux de Modernisation de la Ligne Thénia/Tizi-Ouzou et son Électrification jusqu'à Oued Aissi (50+14 Km)", para a "ANESRIF – Agence Nationale d'Études et de Suivi de la Réalisation des Investissements Ferroviaires".

Estas empreitadas entraram numa fase de pleno desenvolvimento, que se deverá manter até às respetivas datas de conclusão previstas para 2016, depois de alguns atrasos muito ligados à necessidade de melhor definição dos trabalhos, bem como a processos de expropriações e à adequação dos projetos de execução às condições locais.

A obra do Metro de Argel – onde a Teixeira Duarte integra o consórcio denominado "GMAC" – tem exigido o recurso a soluções específicas e de grande complexidade técnica devido, essencialmente, à sua localização junto à baía da cidade, ao espólio arqueológico detetado nas zonas afetadas pelos trabalhos e suas envolventes – onde foram identificadas construções do período Bizantino – e, ainda, ao facto de ser realizada sob edificações antigas, classificadas pela UNESCO como património mundial.

Merece ainda destaque a recente entrega, pelo cliente, de mais um troço de túnel, numa extensão de 136 metros, fruto do trabalho desenvolvido até à data e da confiança depositada no Agrupamento, o que permitirá dar continuidade à empreitada geral em paralelo com os trabalhos arqueológicos em curso.

Em Thénia/Tizi-Ouzou, onde a Teixeira Duarte opera através do consórcio "TEHOZEN", o reconhecimento da qualidade do trabalho executado, do cumprimento de prazos e da capacidade técnica e de realização demonstradas, tem permitido reforçar de forma sustentada a participação nesta

empreitada de grande envergadura, com múltiplas e exigentes valências. Em 2013, foram concluídos dois dos quatro viadutos que integram a empreitada e iniciados os trabalhos em cinco das sete estações e apeadeiros sendo que ainda subsistem alguns impedimentos, sobretudo, ao nível de expropriações e de serviços afetados, que impedem a conclusão dos trabalhos num dos referidos viadutos e o lançamento de duas das gares. Em qualquer dos casos, prevê-se que os trabalhos nas obras de arte estejam integralmente concluídos em 2014 e que as estações possam terminar no final do primeiro semestre 2015.

O arranque, já no início de 2014, da empreitada de "Réalisation des Installations et Équipements d'Exploitation de l'Autoroute Est-Ouest - Lot Ouest", pelo Agrupamento liderado pela TD-EC, para a "Algérienne de Gestion des Autoroutes (AGA)", adjudicada no final do ano 2012, com um prazo de realização de dois anos, permite augurar um franco crescimento neste mercado que tende a posicionar-se como segundo em importância no setor.

Ainda em 2013, foi atribuída a um outro Agrupamento, igualmente liderado pela TD-EC, a empreitada "Réalisation et Exploitation de la Station d'Épuration de la nouvelle ville Ali Mendjeli (Constantine)", para o "Ministère des Ressources en Eau - Office National de l'Assainissement - ONA", com um prazo de execução de 44 meses - 20 para a construção e 24 para a exploração - fruto do bom trabalho efetuado em empreitada anterior para o mesmo cliente e da excelente relação mantida entre as partes, antevendo-se boas perspetivas também neste nicho de mercado.

No **Brasil**, a atuação desta área das infraestruturas tem sido concretizada através da participada "EMPA, S.A.", sendo que no período em análise se verificou uma retoma moderada nesta área de atividade.

Ao longo do ano, foram desenvolvidos projetos na construção e reabilitação de rodovias e na construção de infraestruturas portuárias nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Em 2013, concluíram-se as seguintes obras:

- Construção da rodovia BR 259, trecho Aimorés/Resplendor, no estado de Minas, para o "DNIT - Departamento Nacional de Infraestruturas de Transportes";
- Construção da rodovia BR 364, no Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais, para o "DNIT - Departamento Nacional de Infraestruturas de Transportes";
- Construção da rodovia "Simão Pereira", para o DER/MG - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais.

Para além das empreitadas atrás mencionadas e concluídas ao longo do exercício, foi dada continuidade à obra de infraestrutura portuária "ON SHORE 3", integrante do Projeto de Implantação do Super-Porto do Açú, localizada em Campos dos Goitacazes, no estado do Rio de Janeiro, para o "Grupo Anglo American".

Tiveram início em 2013 as seguintes obras, todas elas para o "DER/MG - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais":

- Construção da rodovia MG-230, trecho Serra do Salitre-Rio Paranaíba, com extensão de 57 km;
- Construção da rodovia LMG-680, trecho Paracatu - Brasilândia de Minas, com extensão de 94,80 km;
- Construção de duas pontes sobre o Rio Paracatu e sobre o Rio Verde na rodovia LMG-680.

Neste ano, arrancaram também as seguintes empreitadas:

- Obras de Infraestrutura Portuária, ON SHORE 5, nova etapa do antes referido "Projeto de Implantação do Super-Porto do Açú", no estado do Rio de Janeiro;
- Obras de Infraestrutura para a construção do Cais Sul, Finger Pier Sul, Terraplenagem dos Acessos e Retroárea de um estaleiro naval para a construção de navios-sonda para a exploração de petróleo. Este empreendimento está localizado em Aracruz, no estado do Espírito Santo e foi adjudicado pelo "Estaleiro Jurong Aracruz".

Para o ano de 2014 prevê-se, neste mercado, o acentuar do crescimento da atividade na área de infraestruturas, atendendo à consolidação da presença do Grupo no mercado público das obras rodoviárias e a crescente penetração no mercado privado, que se considera um promotor de



Rodovia LMG-680
Paracatu - Brasilândia de Minas | Brasil



ANE
Reparação da Ponte de Chicumbane
Província de Gaza | Moçambique

grandes realizações e investimentos em infraestruturas que o país necessita para o seu esperado desenvolvimento económico.

A atividade em **Moçambique** nesta área tem sido residual. Não obstante, durante 2013:

- Foi desenvolvida e concluída, para o Conselho Municipal da Beira, a empreitada de Reabilitação da Proteção Costeira da Cidade da Beira - Fase 1;
- Foram iniciadas, para a "ANE - Administração Nacional de Estradas", ao abrigo do Programa de Emergência, as obras de Reparação da Ponte de Chicumbane, de duas Passagens Hidráulicas em Xai-Xai, das Obras de Arte na Baixa do Limpopo, e Beneficiação da N1 entre Chicumbane e Xai-Xai, na Província de Gaza, que deverá ficar concluída em junho 2014.

Em paralelo, reforçou-se a atividade comercial, que se tem vindo a desenvolver com a apresentação de várias propostas, tanto em concursos públicos, como a clientes privados.

Na **Venezuela**, a área de infraestruturas durante o ano em apreço, desenvolveu importantes projetos de engenharia, dos quais se destacam:

A obra "Procura y Construcción del Muelle Oeste en la Ampliación y Modernización del Puerto de La Guaira", no estado Vargas, para a "Bolivariana de Puertos, S.A." (Bolipuertos).

Trata-se de um projeto de grande envergadura, que permitirá progresso e desenvolvimento na Venezuela e cuja conclusão está prevista para o final do terceiro trimestre de 2014.

O Grupo Teixeira Duarte desenvolveu de forma notável a execução deste projeto "*chave na mão*", o qual, abrangendo transferência tecnológica e constituindo um modelo de negócio inovador no âmbito portuário, tem sido executado com elevado *know how* e rigoroso cumprimento das metas fixadas pelo cliente.



Bolípuertos
Ampliação e Modernização do Porto de La Guaira
Vargas | Venezuela



Ministério del Poder Popular para el Transporte Terrestre
Túnel de Baralt - Prolongamento da Avenida Boyacá
Caracas | Venezuela

Outro empreendimento de grande impacto em curso neste país é a obra do Túnel Baralt, "Prolongación de la Avenida Boyacá (cota mil) hasta el distribuidor Macayapa y Viaducto Tacagua", para o "Ministério del Poder Popular para el Transporte Terrestre", que a Teixeira Duarte executa através do "Consórcio Boyacá - La Guaira", no qual detém uma participação de 57,2%.

De realçar o avanço substancial nos trabalhos de emboquilhamento em Baralt e Macayapa, que permitiu o arranque das quatro frentes de escavação das duas galerias do túnel.

Na componente do distribuidor Macayapa, deram-se seguimento aos trabalhos de contenção no Vale Macayapa e iniciaram-se as canalizações no Vale Tacagua. Simultaneamente, no viaduto Tacagua, iniciaram-se as fundações dos pilares e a construção da estrutura metálica do tabuleiro.

No setor das telecomunicações, prosseguiram os trabalhos para a "Compañía Nacional de Teléfonos de Venezuela" (CANTV), destacando-se os relativos ao Edifício Inteligente - Centro de Telecomunicações OPSUT-COR, em Valle de la Pascua e de todo o Complexo dos 213 nós e rede de fibra ótica distribuída pelos diversos estados da Venezuela, com conclusão esperada para o ano de 2014.

Durante 2013, foram concluídas as seguintes empreitadas:

- Construção da Fábrica de Computadores Canaima (Magalhães), em Caracas, para a "Telecom Venezuela";
- Construção da Estação Terrestre do Programa de Satélites, em El Sobrero, para a "Agência Bolivariana para Atividades Espaciais" (ABAE);
- Remodelação do Edifício da Comandancia General de la Aviación - La Carlota, para a ABAE.

No que diz respeito a novos projetos, o ano em curso foi marcado pela aprovação do Governo Venezuelano da construção da obra "Nueva Autopista Alterna Caracas-La Guaira", a realizar no âmbito do "Acordo Complementar ao Acordo Marco de Cooperação entre a República de Venezuela e a República Portuguesa, em matéria de cooperação económica e energética". Para formalização desta aprovação, celebrou-se no dia 18 de junho um Memorando de Entendimento com o "Ministério del Poder Popular para el Transporte Terrestre e com o Ministério del Poder Popular de Economía, Finanzas y Banca Pública".



CANTV
Centro de Telecomunicações OPSUT-COR
Valle de la Pascua | Venezuela



Telecom Venezuela
Fábrica de Computadores Canaima (Magalhães)
Caracas | Venezuela

Este projeto de obra pública, com um preço estimado de 4.787 milhões de dólares dos Estados Unidos de América, tem como principal objetivo reforçar e modernizar as vias rodoviárias de ligação entre Caracas e La Guaira (capital do estado Vargas e cidade que alberga o principal aeroporto internacional da Venezuela e um dos principais portos marítimos do país). Uma empreitada de grande complexidade técnica, que implicará a construção de mais de 9 km de túneis de dupla galeria e mais de 7 km em viadutos num prazo de 54 meses.

As boas relações comerciais entre Portugal e a Venezuela, expressadas no Convénio existente e consolidadas nos últimos anos pela cooperação em matéria política e económica, bem como a grande vontade política do Governo Venezuelano em continuar a investir na modernização das Infraestruturas do país, tem permitido, aliada ao trabalho de qualidade realizado pela Teixeira Duarte neste país há mais de 30 anos, o crescimento das oportunidades comerciais que se têm consolidado na assinatura de contratos de grande dimensão técnica e económica.

Já depois de terminado o exercício em apreciação, em janeiro de 2014, no âmbito da IX Comissão Mista de Acompanhamento entre Portugal e Venezuela, foram assinados três novos memorandos de entendimento para projetos na área marítima: "Terminal de Graneles Sólidos del Puerto de Maracaibo", no Estado Zúlia, "Terminal de Graneles Sólidos del Puerto de Puerto Cabello", Estado Carabobo e o "Proyecto de Expansión de la Planta Física de DIANCA" - Este Projeto irá permitir ampliar e modernizar o principal estaleiro naval da Venezuela. Nesta Comissão foi também consolidado o Projeto da "Nova Autoestrada Alternativa Caracas - La Guaira" que se encontra já, nesta data, em fase final do processo de contratação.

Os projetos em curso e os que estão em fase final de contratação, com memorandos de entendimento já assinados com o Governo Venezuelano, permitem encarar os próximos anos com grande otimismo e responsabilidade.

A **METALOMECÂNICA** constitui uma especialidade dentro do setor da construção da Teixeira Duarte com uma elevada especialização na construção metálica e relevante capacidade de realização comprovada, que tem desenvolvido a sua atividade com uma importante

participação em obras de Construção e Reabilitação de Pontes Metálicas e Mistas Aço-Betão, Conceção e Construção de Equipamentos Hidromecânicos para Barragens e Estruturas Metálicas em geral. Simultaneamente, tem mantido uma atividade relevante na manutenção e reparação de equipamentos de construção e mineiros.

Com uma já longa tradição de inovação, acumulada a um *know-how* específico, a equipa da Metalomecânica tem vindo continuamente a desenvolver procedimentos e a executar atividades de elevada complexidade, em particular na construção de estruturas de grande porte.

Em 2013, o Centro de Exploração de Metalomecânica desenvolveu uma intensa atividade na colaboração com os outros Centros de Exploração da Empresa, bem como algumas obras para Clientes Exteriores.

No período em análise, o Centro de Exploração Metalomecânica registou um significativo crescimento de atividade em relação ao realizado no exercício anterior, tendo mesmo alcançado um novo máximo.

Em **Portugal**, realça-se a construção e montagem dos equipamentos hidromecânicos e instalações elétricas para a empreitada do Descarregador Complementar de Cheias do Reforço de Potência da Barragem de Salomonde, para a "EDP – Gestão de Produção de Energia S.A.", com destaque para as duas comportas de segmento com 6,5m x 13,7m e duas comportas enscadeiras com 6,5m x 12,9m. Tratam-se das maiores comportas jamais realizados pelo Centro de Exploração da Metalomecânica.

Embora com valores menos expressivos, continuaram-se outros trabalhos de reparação e manutenção para a "EDP – Gestão de Produção de Energia S.A.".

Na área da reparação e manutenção de equipamentos, manteve-se a habitual colaboração com a Direção Central de Equipamentos e com outras empresas do Grupo, sendo de realçar, de entre estas, o incremento na colaboração com a "E.P.O.S., S.A." na manutenção de equipamento mineiro, em Neves Corvo, onde o Grupo mantém um contrato de assistência técnica com a "SOMINCOR – Sociedade Mineira de Neves Corvo S.A.".

Em **Angola**, prosseguiu-se a execução de estruturas metálicas no âmbito de empreitadas conduzidas por outros Centros de Exploração da Teixeira Duarte, nomeadamente para a Central de Ciclo Combinado na Refinaria de Luanda, para a ampliação da rede de supermercados MAXI e para obras da empresa do ramo automóvel "TDA, Lda.", nestes dois últimos casos para entidades do Grupo Teixeira Duarte.

Uma referência importante também para o facto de em 2013 se terem concluído as instalações oficiais do Centro de Exploração da Metalomecânica no Polo Operacional da Teixeira Duarte, em Viana. Trata-se de uma unidade de produção devidamente equipada para o fabrico de estruturas metálicas, incluindo cabine de decapagem e pintura.

Na **Argélia**, foi dada continuação ao fabrico das pontes metálicas para a "Linha Thenia/Tizi-Ouzou", para a "A.N.E.S.R.I.F. – Agence Nationale d'Études et Suivi de la Realization des Investissements Ferroviaires". Para este projeto foi efetuada a montagem da estrutura metálica do viaduto PK29, com um comprimento total de 670 m e foi também iniciada a montagem da estrutura do viaduto PK 36: estrutura de grande porte, com quatro vãos de 128 m cada, num comprimento total de 512 m e que implicou um procedimento de montagem de significativa complexidade técnica, que envolveu, inclusivamente, estruturas auxiliares de dimensão apreciável. Os trabalhos decorrem dentro do planeado e com elevada satisfação do dono de obra.

No **Brasil**, deu-se início à montagem da ponte sobre o rio Corrente, para a "VALE, S.A.", na Estrada de Ferro Vitória – Minas, em Governador Valadares, no Estado de Espírito Santo. Esta obra faz parte de uma empreitada de três pontes, adjudicada à empresa brasileira do Grupo Teixeira Duarte "EMPA, S.A.", em resultado da confiança obtida na anterior realização da obra da Ponte de Santa Joana, em Colatina, executada com processo inovador de manifesto sucesso e reconhecimento pelo dono de obra.

Em **Moçambique**, a equipa da Metalomecânica mantém-se atenta ao desenvolvimento de projetos de reabilitação e construção de pontes.



EDP, S.A.
Reforço de Potência da Barragem de Salamonde
Vieira do Minho | Portugal



VALE, S.A.
Ponte sobre o rio Corrente
Espírito Santo | Brasil

Para empreitadas do Grupo Teixeira Duarte na Venezuela, iniciou-se no Polo Operacional Teixeira Duarte, no Montijo, o fabrico de estruturas metálicas a serem instaladas no Porto de La Guaira.

Nas **OBRAS SUBTERRÂNEAS**, o Grupo conta, para além da própria TD-EC, com a "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A." (E.P.O.S., S.A.), empresa fundada no início dos anos 80 e que para além dessa reconhecida experiência é possuidora da mais avançada tecnologia e equipamentos para a execução de obras deste género, bem como para a atuação na área mineira.

Em 2013, atingiu um volume de vendas de 77.107 milhares de euros, valor ligeiramente superior ao realizado no exercício anterior e que constitui um novo máximo na sua história.

A atividade industrial desenvolvida em Portugal representou mais de 70% do total das vendas, tendo a parcela restante sido obtida nos mercados espanhol, venezuelano e argelino.

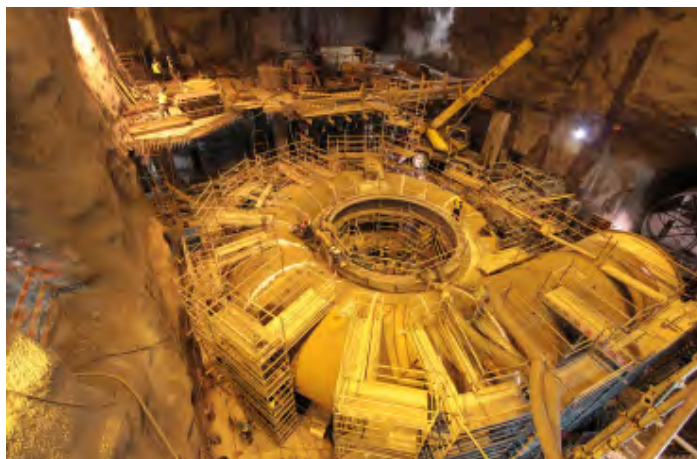
Em **Portugal**, a produção desta participada repartiu-se entre trabalhos realizados para diversas entidades mineiras e obras de engenharia civil, em especial no setor hidroelétrico.

São merecedores de referência neste país os seguintes trabalhos:

- Na Mina de Neves Corvo, a continuação dos contratos celebrados com "SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A." visando o desenvolvimento e reabilitação da infraestrutura mineira, tendo sido escavados 7,9 km de túneis e galerias e aplicados 42 mil m³ de betão projetado e 156 mil pregagens. Em paralelo, prosseguiu a empreitada de desmonte e transporte de minério, cujo total de produção ultrapassou um milhão de toneladas;



SOMINCOR, S.A.
Minas de Neves Corvo
Beja | Portugal



EDP, S.A.
Reforço de potência da Barragem de Salamonde
Vieira do Minho | Portugal

- O início da empreitada de Construção do Reservatório do Cerro da Mina, obra também contratada com "SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A.", mas, desta vez, em consórcio com TD-EC, onde foram realizados importantes volumes de terraplenagens, numa grande parte com recurso a explosivos em zona particularmente sensível ao nível de vibrações, sendo de destacar o contributo do *know-how* da "E.P.O.S., S.A." nesta matéria;
- Em junho de 2013, na Mina de Aljustrel, o início da empreitada de aplicação de ancoragens de cabo de aço, contratada com "ALMINA - Minas do Alentejo, S.A.", tendo, até ao final do ano, sido realizados cerca de 11 mil metros;
- A empreitada geral de Construção do Reforço de Potência de Salamonde - Salamonde II, contratada com a "EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.", onde, através da sua participação no "CONSTRUSALAMONDE, ACE", se concluíram os trabalhos da escavação subterrânea, dando continuidade à betonagem das diversas peças do circuito hidráulico;
- A conclusão, no mês de agosto, da subempreitada de Escavação e Contenção dos Túneis de Carga, das Galerias de Acesso e da Restituição da Barragem de Foz Tua, que havia sido contratada no ano anterior com o "Barragem de Foz Tua, ACE";
- Concluída foi também, nos últimos meses do ano, a empreitada de Beneficiação do Lanço Sul da Levada dos Tornos - 2ª fase, realizada para a "IGA - Investimentos e Gestão da Água, S.A.", na Região Autónoma da Madeira, em consórcio com TD-EC.

Na **Argélia**, a "E.P.O.S., S.A." manteve a prestação de assistência técnica à TD-EC, no seio do "Groupement Metro d' Alger Centre", dando continuidade aos trabalhos subterrâneos desenvolvidos por este agrupamento na empreitada de construção do tramo Place Emir Abderkader/ Place des Martyrs, do metropolitano da capital argelina.

Em **Espanha**, a atividade concentrou-se no setor mineiro, através de dois contratos visando reabilitação de infraestruturas e a construção de duas galerias geotécnicas com extensão perfazendo 900 metros, realizados na Mina de Aguablanca, propriedade de "Rio Narcea Recursos, S.A.".

Na **Venezuela**, prosseguiram os trabalhos de construção do Túnel de Baralt, que integra um complexo e extenso troço de rodovia na saída de Caracas em direção ao aeroporto, no qual a "E.P.O.S., S.A." intervém na qualidade de subempreiteiro do "Consorcio Boyacá - La Guaira",



Rio Narcea Recursos, S.A.
Mina de Aguablanca
Badajoz | Espanha



Ministério del Poder Popular para el Transporte Terrestre
Túnel de Baralt - Prolongamento da Avenida Boyacá
Caracas | Venezuela

para a componente do túnel. Em 2013 decorreram os trabalhos de acesso e preparação dos emboquilhamentos dos túneis e foi iniciada a sua escavação.

Nas **OBRAS FERROVIÁRIAS**, a "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A." (SOMAFEL, S.A.), é a sociedade do Grupo Teixeira Duarte (detida a 60%) particularmente vocacionada para a construção, renovação e conservação de infraestruturas ferroviárias incluindo a sua eletrificação (catenária).

O Grupo tem vindo a consolidar a sua atuação operacional, que atualmente se concentra em Portugal, Argélia, Marrocos, Brasil, França e Moçambique, tendo começado um processo para otimizar as atuações nesses diversos países.

Em termos organizacionais assinala-se a nomeação de um Diretor-Geral e a passagem de todos os serviços administrativos, aprovisionamentos, jurídicos, informática e recursos humanos para os serviços partilhados do Grupo Teixeira Duarte.

Em **Portugal**, a atividade industrial da "SOMAFEL, S.A." cingiu-se na sua maioria a trabalhos de manutenção das infraestruturas ferroviárias, destacando-se a prestação de serviço plurianual (5 anos), para a "Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE", que consiste na "Manutenção de Via e Catenária do Lote 5", que compreende toda a Zona Centro da rede ferroviária nacional (Linha do Norte-entre o Entroncamento e Pampilhosa, Linha da Beira Baixa, Linha da Beira Alta, Linha do Leste e Linha do Oeste).

Em 2013, a "SOMAFEL, S.A." atingiu um volume de negócios superior ao verificado no ano transato.



REFER, EPE
Manutenção da Linha da Beira Alta
Nelas | Portugal



REFER, EPE
Manutenção da Linha da Beira Alta
Nelas | Portugal

De destacar ainda a conclusão dos seguintes contratos:

- "Execução de Trabalhos de Manutenção em Infraestrutura Ferroviária, no estabelecimento sob gestão da CP - Zona Centro e Norte", para a "CP - Comboios de Portugal, EPE";
- Realização da empreitada "Linha do Leste - Bemposta, Crato, Santa Eulália - Levantamento de AMV's e passagem a via corrida", para a "Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE";
- Realização para a "CP - Comboios de Portugal, EPE", da "Empreitada de Beneficiação do PM Campolide".

Em face da perspectiva de lançamento de novos concursos ferroviários durante o ano em curso, antecipa-se um maior volume de trabalho ao nível de propostas de estudo, que certamente só se concretizarão em atividade em 2015, sendo que em 2014 se prevê manter um volume de negócios semelhante ao realizado no exercício em análise.

Na **Argélia**, prosseguiram os trabalhos do contrato de "Modernização da Linha de Thenia/Tizi Ouzou e a sua eletrificação até Oued Aissi", na extensão global de 75 Km, para a "ANESRIF-Agence Nationale d'Études et Suivi de la Realization des Investissements Ferroviaires".

Neste contexto, em 2013 a "SOMAFEL, S.A." registou um volume de negócios francamente inferior ao verificado no ano transato.

A atividade comercial teve um aumento significativo relativamente à desenvolvida em 2012, fruto do conhecimento do mercado e do complemento de sinergias com a TD-EC no estudo de importantes propostas ferroviárias.

Nesse sentido, foram adjudicados por parte do Agrupamento GMAC (Groupement Metro d'Alger Centre / Andrade Gutierrez - Teixeira Duarte - Gesi TP - Zagope), os Trabalhos de Montagem de Via e 3º Carril da empreitada "Extension A - La Place Emir Abdelkader et la Place des Martyrs - Metro d'Alger", que serão iniciados em 2014.

Tendo em consideração a carteira de encomendas que transita de 2013 e as propostas em negociação avançada que com alguns clientes, perspectiva-se para o ano de 2014 um aumento significativo do volume dos trabalhos neste país.

No **Brasil**, a "SOMAFEL, S.A." opera através da sua participada, "SOMAFEL - Obras Ferroviárias e Marítimas Lda.", que iniciou a sua atividade produtiva em 2013.

Em 2013, foram concluídos dois contratos para a "SUPERVIA - Concessionária de Transporte Ferroviário", na cidade do Rio de Janeiro, nomeadamente:

- Prestação de Serviço de Solda Elétrica em canteiro (2.849 unidades);
- Prestação de serviço de revitalização e compactação da via permanente em Belford Roxo.

Foram ainda iniciadas duas novas empreitadas, que terão desenvolvimento durante 2014, a saber:

- Segundo contrato de prestação de Serviço de Solda Elétrica em canteiro (5.274 unidades) para a Supervia - Concessionária de transporte ferroviário;
- Empreitada de construção dos caminhos de rolamento para guindaste no Porto de Açu, para a "Anglo Ferrous Minas - Rio Mineração SA".

Durante 2013 e tendo em atenção as diversas solicitações em novos estudos, foi reforçado o setor comercial, de forma a dar satisfação e acompanhamento aos diversos clientes.

Neste sentido e tendo em consideração o número de propostas atualmente em estudo e em negociação, perspectiva-se para o ano de 2014 um aumento significativo do volume dos trabalhos no Brasil.

Em **França**, a atividade da "SOMAFEL, S.A." tem-se caracterizado na realização de trabalhos de catenária para a empresa "TSO Catenaire".

Neste contexto, realizaram-se em 2013:

- Trabalhos de catenária para "Remaniements des Installations de Caténaires 25 KV, pour permettre la Joiction de LAVL Este et Ouest- 1ª Phase" para a SNCF (Société Nationale des Chemins de fer Français);
- Trabalhos de catenária para a "Ligne à Grande Vitesse Bretagne - Pays de Loire - Raccordement de Rennes phase 1 à 3 ";
- Trabalhos de catenária no estaleiro "L" De Liart a Tournes Regeneration Caténaire Programme 2013, Études et Travaux du Km 30,462 au Km 45,422.

Tendo em atenção as diversas solicitações em novas obras, prevê-se para o ano de 2014 um aumento do volume dos trabalhos.

Em **Marrocos**, a atividade desenvolvida em 2013 reduziu-se ao acompanhamento do mercado ao nível comercial, com a preparação de propostas para os concursos de renovação de via e de catenária, resultando desta atividade a adjudicação por parte da "ONCF-Office National des Chemins de Fer", da empreitada de "Estudos e Trabalhos de Via, Construção Civil e Catenária, nas Instalações Terminais de Kenitra - Ligação de Alta Velocidade entre Tânger e Kenitra", cujos trabalhos se iniciaram durante o ano de 2014.

Neste sentido perspectiva-se um acréscimo considerável do volume de negócios em 2014.

Em **Moçambique**, foi iniciada a atividade produtiva no último trimestre, com o arranque dos trabalhos do contrato de prestação de serviços para ataque mecânico pesado de via, para empresa congénere, no âmbito da execução das Obras de Reabilitação de Infra e Superestrutura da Secção 7 - Parte 2" da Ferrovia Corredor de Nacala - Moçambique.

Atendendo à ação comercial e de estudos desenvolvida, perspectiva-se a conclusão durante o ano de 2014 de negociações com vista a importantes contratos de manutenção em diversas linhas férreas do país, pelo que se prevê um aumento do volume de negócios.

Como referido, face à atual carteira de encomendas e às propostas em negociação em diversos mercados, nomeadamente no Brasil, Argélia e Moçambique, assume-se a expectativa de um crescimento significativo na atividade e proveitos da "SOMAFEL, S.A." em 2014.

Na área das **OBRAS MARÍTIMAS**, o Grupo Teixeira Duarte atua através da sociedade "OFM – Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A." (OFM, S.A.) – indiretamente detida a 60% –, que se destaca como entidade especializada em trabalhos marítimos e fluviais, operando em obras de infraestrutura portuária, tais como portos comerciais, de pesca e de recreio náutico, na construção e reabilitação de proteções costeiras, tais como molhes, esporões e obras de defesa aderentes, e ainda em operações de dragagem e noutros trabalhos da área marítima e fluvial.

O Grupo tem vindo a consolidar a sua atuação operacional, que atualmente se concentra em Portugal, Venezuela, Argélia, Cabo Verde, Brasil e Moçambique, tendo começado um processo para otimizar as atuações nesses diversos países.

Em termos organizacionais assinala-se a nomeação de um Diretor-Geral e a passagem de todos os serviços administrativos, aprovisionamentos, jurídicos, informática e recursos humanos para os serviços partilhados do Grupo Teixeira Duarte.

Em **Portugal**, fruto da crise e da consequente redução do investimento público e privado a "OFM, S.A." registou um decréscimo acentuado dos proveitos operacionais em cerca de um terço.

Durante o ano em análise, foram concluídas as seguintes empreitadas:

- Fornecimento e Montagem de Dezassete Defensas na Doca 2 Norte, para a "APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A";
- Empreitada de Construção das Infraestruturas Portuárias e Obras de Melhoramento das Condições de Abrigo do Porto da Madalena, na Ilha do Pico, para "Portos dos Açores, S.A.";
- Construção de Rampa para Navios RO-RO e Ferry, e Obras Complementares, no Porto de São Roque do Pico, para "Portos dos Açores, S.A.";
- Reforço da Cabeça do Molhe do Porto Comercial de São Roque do Pico, para "Portos dos Açores, S.A.".

Para além da conclusão das empreitadas atrás mencionadas, foram iniciados novos trabalhos, nomeadamente:

- Reabilitação de um Troço do Talude da Caldeira da Moita, para a Câmara Municipal da Moita;
- Reabilitação da Parte Superior dos Cais 1 e 2 na Base Naval de Lisboa, para o Ministério da Defesa Nacional – Marinha – Direção de Infraestruturas.

Em face da perspetiva de lançamento, durante o ano em curso, de diversos concursos nesta área, prevê-se um maior volume de trabalho ao nível de estudos e apresentação de propostas, ainda que tal não concretize já em 2014 em execução, pelo que, para este exercício ainda se prevê uma diminuição acentuada do volume de negócios.

Na **Argélia**, a atividade desenvolvida em 2013 reduziu-se ao acompanhamento do mercado ao nível comercial, com a preparação e apresentação de propostas para diversos concursos, com vista à angariação de novos trabalhos, bem como na concretização de tarefas administrativo-financeiras para encerramento de alguns agrupamentos.

Tendo em consideração o posicionamento em que se encontram algumas das propostas apresentadas, antevê-se a adjudicação durante o ano em curso de algum desses contratos, com a consequente retoma de volume de negócios neste mercado.

No **Brasil**, a atividade desenvolvida durante 2013 foi caracterizada por múltiplas diligências e contactos com potenciais clientes, nomeadamente empresas privadas concessionárias de espaços portuários, bem como pelo desenvolvimento e aprofundamento de sinergias com a empresa brasileira do Grupo Teixeira Duarte, "EMPA, S.A.", nomeadamente através do estudo conjunto de diversos projetos e na apresentação de várias propostas, que têm permitido uma maior exposição no mercado brasileiro dos serviços e competências do Grupo.

Durante o exercício em análise o consórcio "Grupo CR Almeida / EMPA, S.A." adjudicou à "OFM, S.A." os Trabalhos de Dragagem e Reperfilamento do Talude do Pier Sul no "Estaleiro Jurong Aracruz", no Estado do Espírito Santo.

Tendo em consideração os trabalhos adjudicados e as propostas em negociação avançada com alguns clientes, perspetiva-se para o ano de 2014 um aumento significativo do volume dos trabalhos.



APDL, S.A.
Doca 2 Norte
Porto de Leixões | Portugal



Ministério das Infraestruturas Transportes e Telecomunicações
Zona Nordeste do Porto Grande
São Vicente | Cabo Verde

Em **Cabo Verde**, prosseguiram os trabalhos de Alargamento do Terraplino e Construção de uma Nova Via de Acesso na Zona Nordeste do Porto Grande, São Vicente, para o Ministério das Infraestruturas Transportes e Telecomunicações, empreitada desenvolvida em consórcio.

Durante o ano de 2013, a "OFM, S.A." atingiu um volume de negócios ligeiramente superior ao verificado no ano transato.

Para 2014, além da conclusão da empreitada em curso, não se perspetivam novos trabalhos, em especial atendendo ao facto de se terem esgotado verbas disponibilizadas no âmbito da Cooperação Portuguesa no domínio das infraestruturas portuárias, o que implicará uma significativa diminuição do volume de negócios neste mercado.

Em **Moçambique**, concluíram-se os trabalhos, em consórcio com a Teixeira Duarte, relativos à empreitada de "Reabilitação da Proteção Costeira da Cidade da Beira - Fase 1", para o Conselho Municipal da Cidade da Beira e iniciaram-se os trabalhos de "Reabilitação de Lajes de Pavimento no Cais 14 do Porto de Maputo", para a "DP World Maputo", cujos trabalhos se irão prolongar durante o ano de 2014.

Para 2014 e tendo em atenção diversas propostas apresentadas e em fase negocial, prevê-se a adjudicação de algum desses contratos com o inerente aumento do volume de negócios.

Na **Venezuela**, a "OFM, S.A." completou o segundo ano de atividade, tendo dado continuidade a trabalhos no âmbito da empreitada de "Ampliación y Modernización del Puerto de La Guaira, Sector Oeste", que se prevê serem concluídos durante o exercício em curso.

Para 2014, prevê-se também o início de diversos estudos de trabalhos marítimos, em conjunto com a Teixeira Duarte, mas que apenas se concretizarão em início de trabalhos e faturação no final do ano, ou até mesmo início de 2015, pelo que se estima que neste exercício em curso se registre ainda uma diminuição significativa no volume de negócios.



Ampliação e Modernização do Porto de La Guaira
Vargas | Venezuela



EDP, S.A. | Cofragem pelo método de deslize na chaminé de equilíbrio | Barragem de Salomonde
Vieira do Minho | Portugal

O **CENTRO OPERACIONAL DE COFRAGENS E PRÉ-ESFORÇO** é o Centro de Exploração com experiência e tecnologia nas áreas de cofragem e cimbrês.

Constituindo um instrumento de fundamental importância para o sucesso das grandes obras de betão armado e pré-esforçado, compete-lhe ainda promover o estudo e o desenvolvimento de modernos processos construtivos em ordem a dispor das tecnologias mais avançadas existentes no mercado.

Em **Portugal**, a atividade centrou-se nos trabalhos de cofragem pelo método de deslize, no revestimento do Trecho de Adução e Poço de Barramentos, na empreitada de reforço de Potência da Barragem de Salomonde – Salomonde II.

Em **Angola**, concluíram-se os trabalhos na Assembleia Nacional, em Luanda e executaram-se as vigas pré-fabricadas na ampliação de cais "of the Marine Operations Support Dock", no Soyo.

Na **Argélia**, efetuou-se a montagem das plataformas de apoio à montagem dos arcos metálicos do viaduto; no âmbito da obra ferroviária em de Thenia/Tizi-Ouzou, para a "ANESRIF - Agence Nationale d'Études et Suivi de la Realization des Investissements Ferroviaires".

Este ano, o Centro Operacional de Cofragens e Pré-esforço iniciou a sua atividade no **Brasil**, tendo atuado em três estados diferentes, nas seguintes obras:

- Execução de uma chaminé pelo método de "cofragem trepante", na fábrica de automóveis da Chery, em Jacarei, no Estado de São Paulo;
- Conclusão da estrutura de um edifício para a Faculdade Universitária José Bonifácio, no Estado do Rio de Janeiro;
- Execução de vigas pré-fabricadas e betonadas "in situ", para a construção do "Estaleiro Jurong Aracruz", em Aracruz, no Estado de Espírito Santo.



ANESRIF
Viaduto da Linha ferroviária Thenia - Tizi-Ouzou
Argélia



Direção Central de Equipamento
Polo Operacional Teixeira Duarte
Montijo | Portugal

Em **Moçambique**, deu-se continuidade aos trabalhos de construção de dois edifícios, em Maputo, para o Banco de Moçambique e executou-se a estrutura do novo edifício para a Autoridade Tributária de Moçambique, também em Maputo.

A **DIREÇÃO CENTRAL DE EQUIPAMENTO** faz a gestão e manutenção do equipamento do Grupo, continuando a desempenhar um relevante serviço de apoio à atividade da produção. Esta Direção está sediada no "Polo Operacional Teixeira Duarte", no Montijo.

Em 2013, uniformizaram-se os procedimentos da gestão e manutenção do equipamento nos diferentes mercados, garantindo uma melhoria contínua do processo de gestão na plataforma SAP e iniciou-se um importante programa de formação de técnicos e manobreadores em parcerias com alguns dos principais fabricantes de equipamentos.

Em **Portugal**, devido ao abrandamento da atividade, a taxa de ocupação do equipamento Geral e Infraestruturas continuou baixo, cerca de 30%. O investimento em equipamento foi cerca de 0,3 milhões de euros, essencialmente para a área da Geotecnia e Reabilitação.

Em **Angola**, no equipamento Geral e de Infraestruturas a taxa de ocupação foi de 48% e, nos equipamentos da Geotecnia e Reabilitação, foi de 30%. O investimento foi de 7,3 milhões de euros, afeto a equipamento Geral, Infraestruturas e de Geotecnia e Reabilitação.

Importa destacar aqui a inauguração do novo parque de equipamentos em Angola designado "Pólo Operacional Teixeira Duarte", em Viana. Trata-se de uma moderna instalação que seguiu o modelo organizativo já aplicado em Portugal e que habilita as equipas das várias áreas de produção para um melhor e mais eficiente desempenho.

Na **Argélia**, a taxa de ocupação do equipamento Geral e Infraestruturas foi de 30% e de 39% para o equipamento de Geotecnia e Reabilitação. O investimento foi de 3,4 milhões de euros, essencialmente para a área da Geotecnia e Reabilitação.

No **Brasil**, a taxa de ocupação do equipamento Geral e de Infraestruturas foi de 34% e a do equipamento de Geotecnia e Reabilitação de 35%. O investimento foi de 24 milhões de euros, dos quais 2,9 milhões em equipamento Geral, 8,4 milhões em equipamento de Infraestruturas e 12,7 milhões em equipamento de Geotecnia e Reabilitação.

Em **Moçambique**, a taxa de ocupação do equipamento Geral e de Infraestruturas foi de 49% e para o equipamento de Geotecnia e Reabilitação foi de 30%. O investimento foi de 1,6 milhões de euros, na sua quase totalidade em equipamento Geral.

Na **Venezuela**, a taxa de ocupação do equipamento Geral e de Infraestruturas foi de 79%, tendo o Equipamento de Geotecnia e Reabilitação atingido o mesmo valor. O investimento foi de 4,6 milhões de euros, afeto a equipamento Geral, de Infraestruturas e Geotecnia e Reabilitação.

O **LABORATÓRIO DE MATERIAIS** está acreditado desde 1996 e, desde 2011, instalado no "Pólo Operacional Teixeira Duarte", no Montijo. Foi um dos primeiros laboratórios de uma empresa de construção a obter acreditação no domínio dos betões e agregados, em Portugal, possuindo um vasto portfólio de equipamentos que permitem a realização de mais de oitenta ensaios diferentes, estando igualmente vocacionado para apoiar as obras das empresas do Grupo, nos domínios da conceção e aplicação do betão, controlo da qualidade, orçamentação e inspeção de estruturas de betão, quer em Portugal, quer no Estrangeiro.

Em **Portugal**, deu-se continuidade ao apoio na realização de ensaios na Obra do Reforço de Potência do Aproveitamento da Barragem de Salomonde e concretizou-se a gestão documental baseada em suporte eletrónico com a utilização do Portal Corporativo. No âmbito da Investigação, Desenvolvimento e Inovação concluiu-se o trabalho de Caldas Pré-doseadas para Injeção em Paredes de Alvenaria.

De realçar, a obtenção em julho de 2013 da Acreditação do "Laboratório Temporário Salomonde II", pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC), para a realização do ensaio "Determinação da resistência à compressão, segundo a norma NP EN 12390-3:2011". Esta Acreditação resulta do esforço conjunto entre o Laboratório de Materiais da TD-EC e o "CONSTRUSALAMONDE, ACE".

Em **Angola**, iniciou-se a Gestão Integrada dos laboratórios com a responsabilidade técnica do Laboratório de Materiais em Lisboa, seguindo-se a uniformização documental e verificação do desenvolvimento do sistema de gestão segundo os documentos de referência NP EN ISO/IEC 17025 e o Guia OGC001.

Registe-se ainda o apoio local dado à obra "MOSD - Marine Operations Support Dock", na cidade do Soyo, no estudo e acompanhamento do fabrico dos betões e avaliação das centrais de produção de betão ali existentes.

Em **Moçambique**, destaca-se o reforço de competências nos ensaios de solos e betões e o apoio dado às equipas e do Centro de Exploração de Infraestruturas.

Iniciou-se também neste país, a Gestão Integrada dos laboratórios com a responsabilidade técnica do Laboratório de Materiais, em Lisboa, seguindo-se a uniformização documental e verificação do desenvolvimento do sistema de gestão segundo os documentos de referência NP EN ISO/IEC 17025 e o Guia OGC001.

IV.2. CONCESSÕES E SERVIÇOS

O Grupo Teixeira Duarte começou a operar nesta área em 1984, em Macau, através de uma participação na "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.", que ainda hoje mantém e à qual acrescentou outras em Portugal, Angola, Brasil, Espanha e Moçambique.

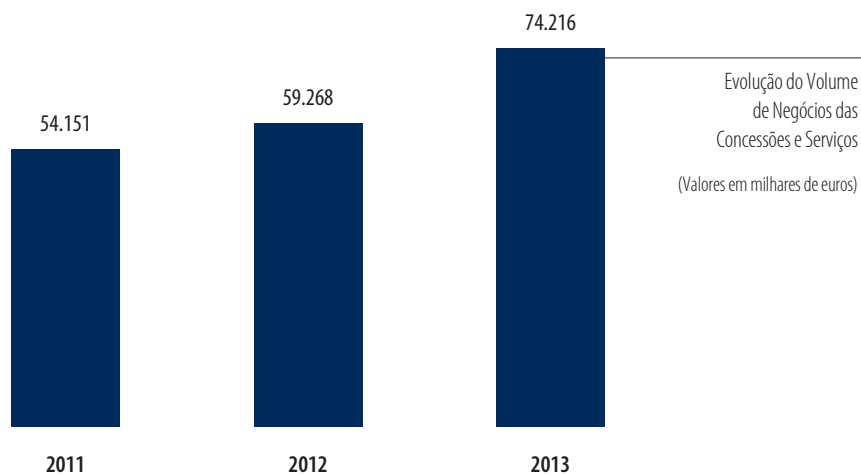
Atualmente as empresas do Grupo dedicam-se a áreas de negócios de naturezas distintas, com destaque para gestão e manutenção técnica de instalações e empreendimentos, o meio ambiente e os transportes.

Neste setor, a Teixeira Duarte detém também diversas participações minoritárias noutras entidades cuja gestão não é conduzida pelas estruturas do Grupo e que, em quase todos os casos, não integram o seu perímetro de consolidação. Ainda assim, sobre as mais importantes serão também apresentadas algumas notas no final deste capítulo.

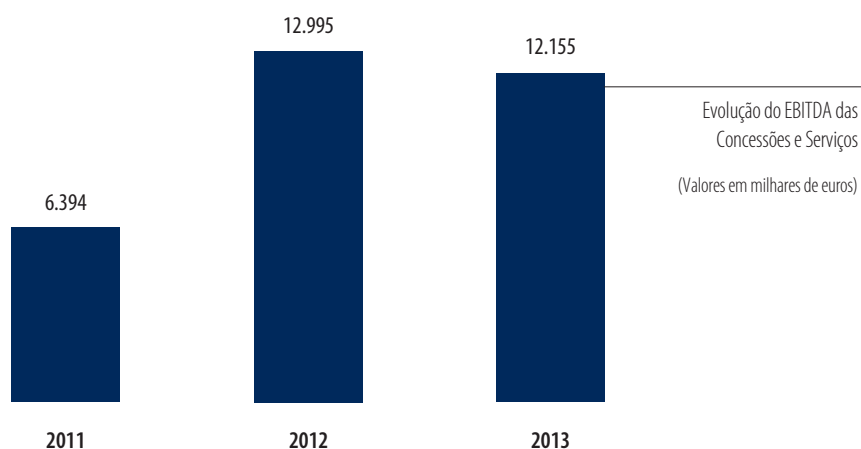
— CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

Nas Concessões e Serviços, o Volume de Negócios cresceu 25,2% face ao período homólogo, com um aumento em todos os mercados em que o Grupo opera, essencialmente na área de *facilities management*.

Portugal, apesar da conjuntura de retração, cresceu 28,9% e os outros mercados subiram 23,5%, com destaque para o mercado Angolano com um acréscimo de 40,5%.



O EBITDA neste setor das Concessões e Serviços teve uma ligeira descida, com um desempenho equilibrado de todos os mercados em que o Grupo opera.



— ATIVIDADE DURANTE 2013

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2013, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor das Concessões e Serviços atingiram o valor global de 103.488 milhares de euros, 56,7% dos quais reportados a atividade desenvolvida no estrangeiro, sendo que, no global, estes valores refletem uma subida de 14,4% em relação a 2012.

IV.2.1. SOCIEDADES DOMINADAS PELO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

O Grupo Teixeira Duarte atua na **GESTÃO E MANUTENÇÃO TÉCNICA DE INSTALAÇÕES E EMPREENDIMENTOS** nas seguintes áreas: *Facilities Management*, Manutenção, Análise e Diagnóstico, Gestão de Espaços e Obras e Soluções de Energia.

A Teixeira Duarte iniciou a sua atuação em Portugal no ano 2000 através da sociedade por si constituída para o efeito – e desde o início dominada a 100% – designada "TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A." (TDGI, S.A.), sendo que a sua internacionalização, iniciada em 2006, tem vindo a ser concretizada não por esta sociedade portuguesa, mas antes e desde 2011, pela consolidação da marca TDGI, com o objetivo de criar uma insígnia forte com valores sólidos e reconhecidos pelo mercado e pelos clientes, independentemente do local em que possa operar, alargando hoje o seu âmbito de ação a cinco países.

Em **Portugal**, o exercício de 2013, apesar do enquadrado num cenário económico de recessão, seguiu a tendência do ano de 2012 e acabou por se revelar francamente positivo, tendo o volume de negócios da TDGI aumentado.

A área de *Facilities Management* e gestão e condução de instalações, que continua a ser o *core business* da TDGI, registou também em 2013 um aumento da atividade, em resultado, essencialmente, de três motivos reveladores de factos de extrema importância: em primeiro lugar a manutenção da generalidade dos contratos existentes; em segundo lugar o aumento da abrangência dos contratos com alguns desses clientes, que revelam a relação de confiança entre a TDGI e os seus clientes; e, por último, mas não menos importante, a celebração de novos contratos, que reflete o trabalho comercial de atenção ao mercado.

Nesta área, releva-se, com especial destaque, o Edifício Sede da Unilever-Jerónimo Martins, em Lisboa, onde a TDGI é responsável não só pela manutenção e gestão das instalações e equipamentos, mas também por todos os serviços de apoio como é o caso da vigilância, limpeza e gestão do correio.

Com o mesmo conceito do anterior, destaca-se também o contrato com a "Johnson & Johnson", para o seu edifício sede, em Queluz, o novo aumento de lojas "DECATHLON" e ainda o reforço da prestação de serviços na Região Autónoma da Madeira, nomeadamente através dos contratos com os Aeroportos da Madeira e de Porto Santo, com o Arquivo Regional da Madeira e com o Lar de Santana.

De destacar a atuação da área de Soluções de Energia e Análise e Diagnóstico, que continuou, durante o ano de 2013, a ser uma aposta da TDGI como fator de diferenciação e de introdução de valor acrescentado aos seus clientes. Prosseguiu-se o investimento em novas tecnologias e em novos equipamentos e soluções que permitem uma adequada resposta às exigências que são colocadas, bem como a aposta numa equipa com técnicos especializados e apetrechada com as tecnologias mais recentemente utilizadas no *Building Maintenance*.

De salientar neste âmbito a Certificação Energética, ao abrigo do Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE), da unidade fabril da "SOPLASTE - Moura, Moutinho e Morais, S.A.", em Valongo.

No âmbito das Soluções de Energia, o ano de 2013 também foi de bastante relevante, destacando-se a adjudicação da auditoria energética aos diversos edifícios do "Millennium BCP" no TagusPark. Este estudo, que se desenvolverá durante um período de dois anos, pretende simultaneamente identificar e caracterizar os consumos dos diversos edifícios e respetivos sistemas e equipamentos, bem como identificar medidas de promovam a eficiência energética e a consequente redução de consumos.

O ano de 2013 foi também um ano francamente positivo no setor de Estudo de Espaços e Obras, tendo esta área de atividade registado um acentuado acréscimo de proveitos, com realce para os trabalhos de remodelação de todo o interior do Edifício Nestlé, no concelho de Oeiras.

Em **Angola**, a crescente confiança que os clientes têm depositado no trabalho desenvolvido, permitiu que o ano de 2013 consolidasse um assinalável crescimento, realçando-se:

- O contrato para empresa do Grupo Chevron, tendo por objeto a gestão e manutenção do "Edifício Lenine", antiga sede da companhia, em Luanda;
- O alargamento da atividade de assistência a agências bancárias, com a celebração de contratos com o "Banco de Negócios Internacional, S.A." e o "Banco Espírito Santo Angola, S.A.", para as suas agências nas províncias;
- Desenvolvimento da área de negócio de gestão de espaços e obras, com a remodelação interior da torre TTA1, pertencente à "TOTAL", uma empreitada de seis meses num edifício de 16 pisos.

A TDGI em Angola está sediada em Luanda, com delegações em Soyo, Sumbe, Huambo e Lubango e, desde 2013, também em Cabinda e Benguela.

No **Brasil**, 2013 foi um ano de crescimento para a marca TDGI. Com efeito, depois de em 2012 se ter dedicado à exploração e desenvolvimento comercial, em 2013 a TDGI arrancou com forte impulso o desenvolvimento da sua atividade neste mercado com o inerente crescimento da sua estrutura.



Auditoria energética a diversos edifícios do
Millennium BCP | TagusPark
Porto Salvo | Portugal



Grupo Chevron
Gestão e manutenção do Edifício Lenine
Luanda | Angola

Ao final deste primeiro ano de produção, a TDGI Brasil conta já com uma equipa de gestão de seis engenheiros, quatro elementos de apoio à produção e com equipas técnicas de campo, com setenta elementos e seis veículos.

Na carteira de clientes realçam-se as multinacionais "Price, WaterHouse & Cooper" e "Decathlon", bem como a empresa de brasileira de referência na área de seguros "Porto Seguro" e o "Grupo Itambé", líder brasileiro em consultoria e gestão imobiliária.

A confiança depositada por estes e outros importantes clientes, levou a que a atividade iniciada na cidade de São Paulo se tenha alargado a vários outros estados, tendo-se, inclusivamente, aberto escritórios no Rio de Janeiro e em Santa Catarina.

Neste enquadramento, prevê-se que em 2014 a TDGI venha a duplicar a sua faturação no Brasil.

Em **Espanha**, após um ano de 2012 muito difícil, a TDGI alterou o seu foco de atuação do setor público para o setor privado, prevendo-se, deste modo, um forte incremento da atividade da empresa, nomeadamente com a subida do volume de trabalhos para os clientes "PFIZER" e "CBRE".

Em **Moçambique**, a TDGI é hoje uma marca reconhecida e respeitada pelo trabalho que tem vindo a realizar na área da gestão dos edifícios, especialmente na capital Maputo.

Em função de um maior crescimento da atividade económica e do desenvolvimento das principais áreas urbanas que se encontram perto das jazidas de gás natural e de carvão (Pemba e Tete), estão a ser criadas infraestruturas logísticas e industriais necessárias ao escoamento e processamento destes recursos naturais (Nacala e Beira), estando a TDGI a reforçar as equipas nessas províncias, onde ainda existem maiores carências no âmbito da gestão edifícios e infraestruturas técnicas.

De entre os vários contratos, destacam-se:

- O contrato de gestão integrada de Facilities Mangement, para o edifício JN3412, edifício de serviços, em Maputo;



Edifício Porto Seguro
São Paulo | Brasil



Condomínio Xiluva
Maputo | Moçambique

- O contrato na área do ambiente industrial para manutenção das diversas instalações da "GRINDROD, Limited", no Porto de Maputo;
- O contrato de gestão e manutenção das instalações do "Hotel Park Inn", em Tete, pertencente a um dos maiores grupos hoteleiros do mundo, o "Grupo Carlson".

No seguimento da sua estratégia de internacionalização, a TDGI iniciou em 2013 a prospeção de oportunidades de negócio na Bélgica, tendo precedido à realização de diversos contactos comerciais com potenciais clientes, bem como à elaboração de propostas comerciais direccionadas tanto ao setor público como ao privado.

Em 2013, ainda se iniciaram operações na Bélgica, com a substituição de um Grupo de Produção de Água Refrigerada nas instalações da Embaixada de Portugal, em Bruxelas e com a adjudicação da otimização da tecnologia de iluminação de um supermercado em Anderlecht.

Na área do **MEIO AMBIENTE**, o Grupo Teixeira Duarte opera, fundamentalmente, através das suas participadas "RECOLTE - Serviços e Meio Ambiente, S.A." (RECOLTE), "RECOLTE - Servicios y Medioambiente, S.A.U" (RECOLTE S.A.U) e "INVICTAAMBIENTE - Recolha de Resíduos e Limpeza Pública, S.A. (INVICTAAMBIENTE).

A RECOLTE, com sede em Portugal, é uma sociedade detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte, que atua essencialmente nas áreas da conceção e operação de sistemas de limpeza e higiene urbana, em sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos e industriais, na construção e manutenção de jardins e espaços verdes, construção de equipamentos e de centrais de tratamento e gestão de resíduos e, ainda, na limpeza de praias e zonas costeiras.

A RECOLTE S.A.U. é uma sociedade de direito Espanhol, detida a 100% pela RECOLTE e que se dedica, tal como esta, à prestação de diversos serviços relacionados com o Meio Ambiente, nomeadamente no mercado da gestão de resíduos, limpeza viária, manutenção de jardins,

limpeza de praias e, ainda, a operações de salvamento e socorrismo costeiro.

A INVICTAAMBIENTE é uma sociedade de fim específico, detida a 100% pela RECOLTE S.A.U., que tem como objeto único a recolha de resíduos sólidos urbanos e a limpeza urbana de uma parte significativa da cidade do Porto.

A atividade em Portugal durante o ano de 2013 consistiu, essencialmente, na continuidade dos contratos de prestação de serviços existentes que, na sua esmagadora maioria, são de natureza plurianual, o que confere a esta área de atividade alguma estabilidade no que respeita aos valores do volume de negócios. Por outro lado, tendo em conta que a maioria dos potenciais clientes são entidades públicas cujos orçamentos se apresentam cada vez mais escassos, tem-se revelado problemática a celebração de novos contratos com margens operativas sustentáveis.

Na área da Construção de Sistemas Ambientais assinala-se a empreitada, realizada em consórcio com a TD-EC, de "Trabalhos da 1.ª Fase de reabilitação e requalificação da Central de Valorização Orgânica de São Brás de Alportel", para a "ALGAR, S.A.", que consistiu, essencialmente, na execução de trabalhos de reabilitação de estruturas de tratamento mecânico-biológico de resíduos sólidos urbanos, incluindo requalificação das respetivas instalações eletromecânicas e de reforço antissísmico das estruturas.

De destacar, na área da Construção de Espaços Verdes, a execução, também realizada em consórcio com a TD-EC, da empreitada "Parque de Picoutos - Requalificação Ambiental e Paisagística", para o Município de Matosinhos, que consistiu essencialmente na requalificação ambiental de um parque destinado a hortas urbanas.

Assim, em 2013 a RECOLTE atingiu um volume de negócios de cerca de 11 milhões de euros, ligeiramente superior ao verificado no ano transato.

Através da sua Sucursal em Portugal a RECOLTE S.A.U. deu continuidade aos contratos existentes com a "EMAC - Empresa de Ambiente de Cascais E.M. S.A." e com o Município de Oeiras, atingindo um volume de negócios de cerca de 2,5 milhões de euros, em linha com o volume obtido no ano anterior.

A INVICTAAMBIENTE obteve um volume de negócios de 3,8 milhões de euros, inferior ao do ano anterior fruto da redução de serviços verificada para o seu único cliente, o Município do Porto.

A maioria dos proveitos operacionais destas sociedades, obtidos sobretudo na esfera das Autarquias e Empresas Municipais, resultaram da continuidade de contratos de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Limpeza Urbana realizados nos Municípios de Alenquer, Cascais, Lagoa (Açores), Porto, Ribeira Grande, São João da Madeira e Vila Franca do Campo.

Dos principais trabalhos de Manutenção de Jardins e Espaços Verdes destacam-se os realizados para os Municípios de Azambuja, Benavente, Lisboa, Matosinhos, Oeiras e Vila Franca de Xira, para as freguesias de Algueirão Mem Martins e Benfica, e ainda para a "ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.", para a "TagusPark, S.A." e no Lagoas Park, para empresas do Grupo Teixeira Duarte.

Para 2014, em Portugal, pese embora a dificuldade acrescida decorrente da redução significativa dos valores colocados a concurso e, também, das reiteradas solicitações dos clientes para redução de serviços e atividades em curso, estimam-se proveitos operacionais em linha com os verificados em 2013.

Em **Espanha**, registou-se um volume de negócios de cerca de 31 milhões de euros, valor que representa um crescimento assinalável face ao registado no exercício anterior.

Entre as diversas operações em curso em 2013, merecem destaque, na área da Recolha de RSU, Limpeza Viária e Gestão de Ecocentros as desenvolvidas na Comunidade de Madrid (Ayuntamientos de San Lorenzo del Escorial, Griñon, Torrejón de la Calzada, Torrejón de Velasco e Villacañeja), na Comunidade de Andaluzia (Ayuntamiento de Benalmádena, Cartaya e Mairena, estes dois últimos com início já em 2013) e na Comunidade de Galiza (Mancomunidade dos Concellos do Morrazo, que integra os Ayuntamientos de Cangas, Bueu y Moaña).



ALGAR, S.A.
Reabilitação e requalificação da Central de
Valorização Orgânica de São Brás de Alportel
Faro | Portugal



Município de Matosinhos
Parque de Picoutos - Requalificação
Ambiental e Paisagística
Porto | Portugal

Também na **Manutenção de Jardins e Espaços Verdes** foi dada continuidade às principais prestações de serviços em curso na Comunidade Andaluza (Ayuntamiento de Algeciras) e na Comunidade de Madrid (Ayuntamiento de Serrallinos del Valle).

De salientar, ainda, a continuidade de diversos importantes contratos na área da **Manutenção e Conservação de Praias, Pinhais e Zonas Costeiras** na Comunidade de Andaluza, para os Ayuntamientos de Algeciras, Benalmádena e El Puerto de Santa Maria.

A atividade de Meio Ambiente em **Angola**, em 2013, centrou-se na área da **Construção e Manutenção de Jardins e Espaços Verdes**, na qual se destaca a "Construção dos Jardins e Espaços Verdes da Nova Assembleia Nacional de Angola".

Esta área de atividade tem-se mostrado promissora ao elevado número de oportunidades de negócio que tem surgido e é uma aposta clara para o desenvolvimento da atividade neste país.

Mantém-se particular atenção, igualmente, às possibilidades de intervenção nas áreas de recolha, tratamento e gestão de resíduos sólidos urbanos, na área da limpeza urbana como também na área da gestão e tratamento dos resíduos hospitalares perigosos a que acima se fez referência.

Mantém-se a aposta na diversificação para outras áreas do setor do Ambiente, designadamente em Sistemas e Equipamentos para tratamento de Resíduos Hospitalares e também - atenta alguma estagnação do mercado nacional - a reiterada busca de novas oportunidades de negócio noutros países, prioritariamente aqueles onde o Grupo Teixeira Duarte se encontra já implantado.

Com efeito foi celebrado, em 2013, um acordo de representação e distribuição de equipamentos de tratamento de resíduos hospitalares com o fabricante italiano OMPeco, em regime de exclusividade para Portugal, Espanha, Angola, Moçambique e Cabo Verde.

Pretende-se, com esta parceria com este fabricante, desenvolver e implementar esta tecnologia ambientalmente inovadora naqueles países, ex-



Ecocentro movil
Mairena de Aljarafe
Sevilha | Espanha



Lavagem de contentores enterrados
Mairena de Aljarafe
Sevilha | Espanha

plorando estes nichos de mercado de nível altamente tecnológico através da implementação de unidades de tratamento em prestações de serviços integradas, fornecendo aos clientes daqueles países uma solução global para a recolha, transporte e tratamento de Resíduos Hospitalares.

No exercício em apreço foi sedimentada a presença comercial noutros países de língua oficial portuguesa através da apresentação de propostas para diversos concursos públicos e privados, destacando-se, nesta matéria, as propostas apresentadas em **Macao** e em **Moçambique**.

Como referido, tendo em atenção a atual carteira de contratos plurianuais e as propostas atualmente em estudo e em negociação, prevê-se para 2014, ainda que com alguma prudência, um crescimento da atividade e proveitos operacionais.

A "**SATU-Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M., S.A.**" é uma empresa municipal participada pelo Grupo em 49% e que explora integralmente o Sistema de Transporte SATU-Oeiras, tendo, em 2013, registado proveitos operacionais de 258 milhares de euros.

A "**TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.**" é uma sociedade detida a 100% pela TD-EC e tem como objeto a gestão do Novo Hospital de Cascais por um período de 30 anos, compreendendo as atividades de conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e manutenção.

Concluída em fevereiro de 2010 a construção do Hospital de Cascais, a atividade da TDHOSP concentrou-se desde essa data, na gestão e de manutenção do edifício hospitalar, bem como na gestão e exploração do Parque de Estacionamento.

No âmbito do Contrato de Gestão, a atividade da TDHOSP é avaliada e monitorizada pela Entidade Pública Contratante nos parâmetros de Disponibilidade, Serviço e Satisfação, tendo obtido, desde o início da operação, a classificação de Muito Bom.

A "**EDUCARE - Atividades Educativas e Culturais, Lda.**" é uma sociedade detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte, que foi constituída em 2007 e que, desde a sua génese, teve como finalidade o desenvolvimento do projeto do "Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul" (CSFA

Luanda Sul), sediado em Talatona, Luanda Sul, em Angola.

Adotando um Modelo Educacional de índole Construtivista/Positivista, cumprindo integralmente o Currículo Português e destinado a alunos desde o Jardim de Infância até final do Ensino Secundário, pretende dar resposta educativa a uma procura exigente e culturalmente diversa de cidadãos de uma comunidade lusófona, sempre com o objetivo de garantir a excelência na divulgação da língua e da cultura portuguesa.

No ano 2013 o CSFA Luanda Sul continuou a desenvolver a sua atividade educativa com as valências de Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3º Ciclos do Ensino Básico (CEB).

Entre janeiro e julho, à semelhança do ocorrido desde o início da atividade do Colégio em 2007/08, a valência da Educação Pré-Escolar manteve-se a funcionar nos espaços provisórios dimensionados para acolher crianças destas faixas etárias, sendo que em agosto de 2013 ficaram prontos os blocos 3 e 4 do edifício definitivo permitindo a tão esperada mudança desta valência para os novos espaços.

Assinala-se a entrada em funcionamento de mais duas turmas, respetivamente dos 8.º e do 9.º anos de escolaridade, que permitiram expandir a lotação do colégio.

Deste modo, em 31 de dezembro de 2013, o CSFA Luanda Sul alcançou a número de 581 alunos, sendo a média anual de 546 alunos, o que representou um incremento de 23% relativamente ao ano 2012.

As alterações anteriormente indicadas, que permitiram a abertura de novas salas de aula no CSFA Luanda Sul, tiveram o esperado impacto no volume de negócio apresentando este um incremento de 15%.

Para 2014 prevê-se a atribuição, por parte da tutela pedagógica (Ministério da Educação e Ciência Português), de certificação das aprendizagens e do reconhecimento do ensino ministrado para o Ensino Secundário por parte da tutela, bem como que o número médio de alunos em frequência atinja os 605.

"PAREDÃO DE MINAS Energia, S.A.", "GONGOJI Montante Energia, S.A." e "TABOQUINHA Energia, S.A.", são três sociedades de direito brasileiro detidas pelo Grupo Teixeira Duarte, que têm dado continuidade aos respetivos processos de licenciamento dos projetos para a construção de três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's).

A **PCH de Paredão de Minas**, a construir nos municípios de João Pinheiro e Buritizeiro, no Estado de Minas Gerais, obteve a licença de instalação em fevereiro de 2012 e terá uma potência instalada de 28,2 MW e uma energia média assegurada de 13,3 MWh.

No ano de 2013 procedeu-se à elaboração do projeto básico consolidado, depois de uma campanha complementar de sondagens e de um levantamento topográfico rigoroso incluindo a área de implantação da linha de transmissão.

Este projeto básico consolidado permitiu uma orçamentação mais apurada do preço de construção, com vista à avaliação do investimento do projeto.

A **PCH de Gongogi**, a construir nos municípios de Gongogi e Aurelino Leal, no Estado da Bahia, terá uma potência de 13,5 MW e uma energia média assegurada de 7,9 MWh.

Esta PCH já tem o aceite do projeto básico pela "Agência Nacional da Energia Elétrica" (ANEEL), o qual será aprovado após a emissão, pelo "Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos" (INEMA), da Licença Prévia, cujo processo de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e elaboração do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) foi protocolado em novembro de 2011.

Durante o ano de 2013, este processo EIA-RIMA esteve em fase de avaliação e esclarecimentos e aguarda a marcação de data da audiência pública, a levar a cabo proximamente.

Prevê-se que a Licença Prévia possa ser emitida ainda em 2014 e que a aprovação do projeto básico na ANEEL ocorra nos meses seguintes, o que permitirá a emissão da Licença de Instalação até meados de 2015.

A **PCH de Taboquinha**, a construir no município de Itacaré, no Estado da Bahia, terá uma potência de 26,3 MW e uma energia média assegurada de 13,3MWh.

Durante o ano de 2013, procedeu-se à revisão do projeto básico, tendo sido concluída, com o objetivo de ser encaminhada à ANEEL.

Neste enquadramento, ir-se-á tramitar a revisão do EIA-RIMA, o que permite perspetivar a obtenção de Licença Prévia em 2014 e aprovação do projeto básico na ANEEL no termo desse mesmo ano.

A ser assim, a obtenção da Licença de Instalação, a emitir pelo INEMA, poderá ser concedida em 2015.

IV.2.2. SOCIEDADES PARTICIPADAS PELO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

Das sociedades que atuam no setor das Concessões e Serviços e que são apenas participadas pela "Teixeira Duarte, S.A.", ou seja, cuja gestão direta não é conduzida pelo Grupo Teixeira Duarte, destacam-se aqui as seguintes entidades:

A **"AEDL - Auto-Estradas do Douro Litoral, S.A."**, que é uma sociedade na qual a TD-EC é titular de uma participação de 19,67% do respetivo capital social e que celebrou com o Estado Português o contrato de concessão do Douro Litoral em finais de dezembro de 2007.

No ano 2013, concluídas as tarefas de construção, avançou um processo de alienação desta participação a favor de investidores mais vocacionados para a fase de exploração.

A **"AEBT - Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A."**, que é uma sociedade na qual a TD-EC é titular de uma participação de 9% do respetivo capital social e que celebrou com a "EP - Estradas de Portugal, S.A." o Contrato de Subconcessão do Baixo Tejo, em 24 de janeiro de 2009.

O referido contrato de subconcessão durará por um prazo de 30 anos e tem como objeto a conceção, projeto, construção, aumento do número de vias, financiamento, exploração e conservação, dos lanços de autoestrada, estradas e conjuntos viários associados no distrito de Setúbal, designados por subconcessão Baixo Tejo, num total de 68 Km, dos quais 17 Km são com cobrança de portagem aos utentes e um investimento previsto de cerca de 278 milhões euros.

Durante o ano 2013, com todos os trabalhos de construção concluídos e todo o percurso em exploração, decorreram tarefas de fecho do contrato de construção.

A **"LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A."**, que é uma sociedade que se dedica em exclusivo à gestão, em regime de concessão, das duas travessias rodoviárias do Tejo, na região de Lisboa, na qual a TD-EC detém 7,5% do capital social.

O ano de 2013 foi mais um ano de desempenho positivo em ambas as travessias no que respeita à qualidade, à fluidez do tráfego e à sua segurança, proporcionando um bom serviço ao cliente, como decorre dos dados dos inquéritos aos clientes, cujo índice de satisfação, numa escala de zero a cinco, atingiu os 3,75 na Ponte Vasco da Gama.

Dado o enquadramento macroeconómico vivido em 2013, em termos consolidados, verificou-se um decréscimo global de tráfego de 2,1% tendo a Ponte 25 de Abril verificado um decréscimo de 2,2% enquanto na Ponte Vasco da Gama o valor foi de 2,0%.

Durante o exercício de 2013, os proveitos operacionais ascenderam a 67.657 milhares de euros, o que representa um acréscimo de 3,61% face a 2012.

Este acréscimo das receitas está ligado essencialmente ao crescimento das receitas de portagens, especialmente na sua componente preço, e à normalização do valor dos subsídios do Estado Português, não se repetindo o desconhecimento da conta a receber no montante de 5,5 milhões de euros que se tinha efetuado em 2012.

O EBITDA Operacional, atingiu a cifra de 56.513 milhares de euros (83,53%), o que representa um acréscimo de 1,06% face ao valor de 2012, 53.970 milhares de euros.

Como parte integrante das negociações com o Estado Português sobre o Acordo Global, o Concedente liquidou as duas prestações relativas a 2013, no montante de 7.665 milhares de euros, tendo a Lusoponte liquidado o montante de 5.683 milhares de euros decorrente da reintrodução da cobrança de portagens no mês de agosto, verificado em 2012, na Ponte 25 de Abril.

A "**CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.**", na qual o Grupo Teixeira Duarte mantém uma participação de 15% do capital social desde a sua fundação em meados dos anos 80, após concurso público internacional, foi pioneira e continua como empresa de referência na construção e exploração de parques de estacionamento e atividades conexas, na Região Administrativa Especial de Macau.

Em 2013 prosseguiu, à semelhança de anos anteriores a sua atuação com sucesso dentro dos parâmetros próprios do mercado, tendo alcançado resultados positivos correspondentes a 1.670 milhares de euros.

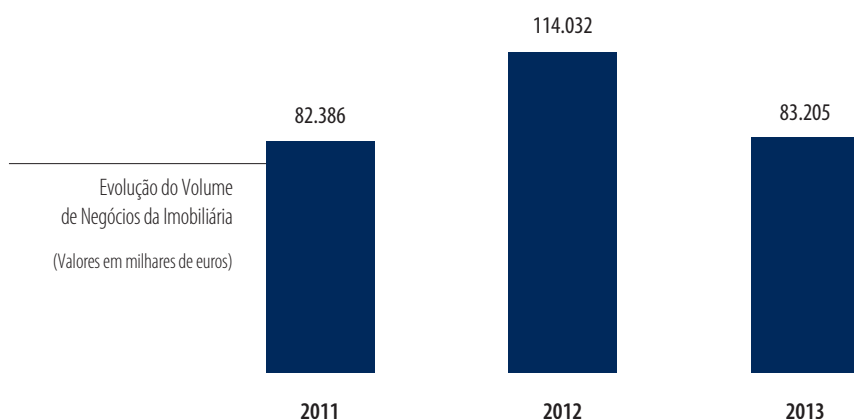
IV.3. IMOBILIÁRIA

O Grupo Teixeira Duarte exerce atividade de promoção imobiliária há mais de 30 anos, consequência natural da intensa atividade no setor da construção. Ao longo destas décadas foi adquirida em Portugal uma vasta experiência nos diversos segmentos do mercado, o que possibilitou a internacionalização desta atividade de forma sustentada para outras geografias como Angola, Brasil, Espanha e Moçambique, contando hoje o Grupo com uma carteira expressiva de empreendimentos já realizados ou em desenvolvimento.

Durante os últimos anos, e antevendo o cenário de crise que o mercado imobiliário atravessa em Portugal e Espanha, o setor centrou a sua atividade na alienação dos ativos para venda e na gestão do património de rendimento do Grupo, concentrando esforços no crescimento das operações no Brasil, Angola e Moçambique.

Além da promoção de projetos imobiliários, parte dos recursos do setor estão hoje dedicados à gestão e expansão de espaços afetos a outras atividade do Grupo, com destaque para a Construção, as Concessões e Serviços, a Hotelaria, a Distribuição, a Energia e o setor Automóvel.

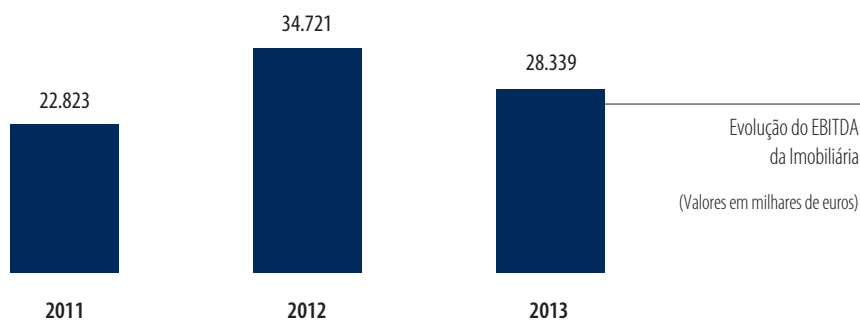
CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



A Imobiliária registou uma quebra global de 27% face a 2012, fruto das diferentes maturidades dos investimentos em curso.

Em Portugal e num clima de retração do setor, registou-se uma quebra de 2,4% face a dezembro de 2012, tendo o Grupo focado a sua atividade na alienação de diversos ativos, essencialmente apartamentos, que permitiram um encaixe de 18,1 milhões de euros, o que se considera muito positivo, principalmente se se atender ao facto de no ano anterior esta cifra apenas ter atingido 17,9 milhões de euros, dos quais 13 milhões de euros se reportavam à alienação de um só imóvel.

O EBITDA no setor da Imobiliária teve uma descida de 18,4% face ao período homólogo, ainda assim, bem superior ao valor registado em 2011, que se considera muito positivo face à atual conjuntura deste setor, em especial em Portugal, onde a estratégia do Grupo passou por a alienação de diversos ativos com descontos consideráveis.



— ATIVIDADE DURANTE 2013

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2013, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor Imobiliário atingiram o valor global de 110.872 milhares de euros, que corresponde a um decréscimo de 19,3% face a 2012, tendo os mercados externos passado a representar 47,9% da atividade e Portugal 52,1%.

Em **Portugal**, fatores como a elevada taxa de desemprego, a diminuição do rendimento disponível das famílias e o seu acesso mais restrito ao financiamento, em particular ao crédito hipotecário, continuaram a marcar o mercado e a justificar o ajuste dos valores de venda e arrendamento a esta realidade económica.

Apesar do difícil contexto económico em que o país se encontra, durante o ano de 2013 assistiu-se no mercado imobiliário e, em particular nas atividades de investimento, a um aumento da procura por parte de entidades nacionais e investidores estrangeiros, que valorizam as boas oportunidades que o mercado imobiliário português apresenta depois de um período onde foram efetuadas algumas correções aos valores dos ativos.

No que diz respeito ao segmento de escritórios, durante o ano de 2013 assistiu-se ao nível mais baixo de colocação de espaços na área metropolitana de Lisboa desde que existe um registo fiável deste indicador, resultado das políticas de contenção que as empresas foram obrigadas a seguir para ultrapassarem o atual contexto económico, tendo-se verificado o mesmo no segmento logístico onde se registaram poucas transações relevantes.

Foi neste contexto que, no "Lagoas Park" – principal ativo imobiliário do Grupo –, foram contratados cerca de 4.200 m² de novas áreas e renegociados contratos que representam cerca de 11.700 m². Assim e não obstante a libertação de algumas áreas por força da reorganização interna de algumas empresas residentes, o ano de 2013 terminou com uma taxa de ocupação de 83%, semelhante à verificada em 2012.

No segmento residencial, um dos mais penalizados pela crise nos últimos anos, em 2013 foi possível contratar um significativo volume de frações, em resultado de um conjunto de campanhas promocionais desenvolvidas nos principais empreendimentos. Estas campanhas deram destaque à qualidade e garantia de construção dos ativos promovidos pelo Grupo, tendo sido essencial para o sucesso das mesmas a oferta de condições especiais de financiamento.

Em Lisboa, no empreendimento "Campo Grande 9" foram contratadas durante o ano de 2013, 11 das 15 frações de habitação e comércio que compõem o empreendimento, ficando por comercializar apenas duas frações de habitação, uma loja e alguns estacionamento avulsos.

Em relação ao empreendimento misto "Villa Park", localizado na Amadora, as referidas campanhas promocionais associadas à oferta de condições especiais de financiamento, possibilitaram a contratação da alienação de 17 frações de habitação. Destaque ainda para a realização do contrato definitivo de compra e venda de quatro frações de comércio destinadas à implementação de uma farmácia.

No empreendimento "Santa Marinha Design District", em Vila Nova de Gaia, foram contratadas as alienações de 29 frações de habitação e de duas frações de comércio. No edifício de escritórios "Tower Plaza", integrado neste mesmo empreendimento, foram celebrados contratos sobre 5 frações. Ainda em Vila Nova de Gaia, destaque para a venda das últimas sete frações disponíveis no empreendimento "Quinta de Cravel".

Num clima de mercado muito difícil, o desempenho comercial conseguido nestes empreendimentos, juntamente com a alienação de outros ativos avulsos, proporcionou a manutenção de um interessante nível de volume de vendas em Portugal.

No que se refere ao empreendimento "Vila Rio" localizado na Póvoa de Santa Iria, que será implantado num terreno com cerca de 17 hectares e que conta com uma extensa frente para o rio Tejo, salienta-se que, em junho e depois de decorrido o período de discussão pública, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira deliberou a aprovação da operação de loteamento que permite a construção de 600 fogos e 32.200 m² de áreas destinadas a comércio e serviços.

Destacam-se ainda as diligências efetuadas para a emissão do alvará de loteamento do empreendimento "Villa Simões", projeto de matriz residencial localizado em Benfica, Lisboa, que prevê a construção de cerca de 48.000 m² acima do solo. Foi ainda dado seguimento à tramitação dos projetos em carteira, nomeadamente o empreendimento "Villa Torrinha" (residências dirigidas ao segmento médio-alto), em Pedrouços, Lisboa, bem como o empreendimento previsto para o Lote 5 do "Fórum Oeiras".

Em 2014, dar-se-á continuidade à comercialização dos empreendimentos onde o Grupo ainda detém algumas frações, nomeadamente no "Santa Marinha Design District", em Vila Nova de Gaia, e no "Villa Park", na Amadora, bem como à manutenção dos bons níveis de ocupação dos ativos de rendimento que o Grupo detém em Portugal.

Em **Angola**, o setor imobiliário manteve ao longo de 2013 um ritmo de crescimento elevado, impulsionado pelo bom desempenho da economia. Neste contexto, a atividade do Grupo neste setor tem sido dedicada maioritariamente à gestão do património por si edificado, à tramitação de licenciamentos de vários projetos em carteira e à expansão das atividades de Construção, Concessão e Serviços, Hotelaria, Distribuição e Automóvel.

Destaca-se a aquisição na cidade de Luanda de dois ativos na zona do Cacuaco, um na zona de Viana e outro na zona de Luanda Centro, e, nas províncias, realça-se a aquisição de um ativo em Benguela e um contrato-promessa de compra e venda para um imóvel no Lubango.

No empreendimento "Vila Sul", localizado em Talatona, Luanda, que no seu conjunto engloba condomínios residenciais, um equipamento de ensino de referência (Colégio São Francisco de Assis) e um centro de desenvolvimento profissional dedicado à formação dos quadros do Grupo Teixeira Duarte, concluiu-se em 2013 a infraestrutura viária principal e iniciou-se a construção de um conjunto de 46 moradias T2 e T3, destinadas a arrendamento.

No **Brasil**, o Grupo Teixeira Duarte atua desde 2006 no mercado residencial e comercial de São Paulo, sendo que após a redução do volume de transações de imóveis residenciais novos ocorrida em 2012 nesta cidade, o ano de 2013 caracterizou-se por um bom desempenho comercial de produtos de qualidade e em boas localizações.

Das 1.416 unidades já lançadas neste mercado pela Teixeira Duarte, já foram vendidas 1.299, das quais contratadas em 2013. Das 117 unidades atualmente disponíveis, apenas 3 correspondem a lançamentos de 2011, sendo 114 unidades correspondentes a empreendimentos cujas vendas se iniciaram durante o exercício de 2012 e 2013. Este excelente desempenho comercial decorre do reconhecimento que o mercado atribui à qualidade e rigor técnico dos projetos promovidos pelo Grupo.

Em Jundiaí, prosseguiu-se a construção do empreendimento "Alta Vista Premium", com cerca de 49.000 m² de construção, e iniciou-se o empreendimento "Alta Vista Prestige", de aproximadamente 54.000m² de construção.



Empreendimento Alta Vista
São Paulo | Brasil



Empreendimento Quartier Vila Mascote
São Paulo | Brasil

Na região Leste, iniciou-se o empreendimento "Verum Mooca" com cerca de 23.000 m² de construção e na região Norte, o "My Place Casa Verde" com cerca de 23.000 m² de construção. Na região Sul, concluiu-se ainda a construção do empreendimento "Quartier Vila Mascote", estando por vender apenas um dos 210 apartamentos construídos.

Em São Paulo para o próximo exercício está previsto o lançamento de três empreendimentos residenciais que disponibilizarão 411 unidades e dar-se-á igualmente seguimento à tramitação legal dos projetos em carteira e à gestão dos empreendimentos em curso.

Em Porto de Galinhas, no Estado de Pernambuco, foi dada continuidade à promoção do empreendimento "Casa do Governador", um projeto de grande dimensão e qualidade que se prevê estruturante para toda aquela região, prosseguindo-se a execução de vários projetos e a tramitação dos respetivos licenciamentos. Prevê-se que durante o próximo ano estejam criadas as condições para se iniciar a construção do primeiro hotel do empreendimento que contará com 600 quartos.

Em **Espanha**, o mercado imobiliário registou no final do ano e pela primeira vez nos últimos cinco anos, ligeiros indícios de recuperação. Depois de anos de recessão grave, o ciclo económico do país parece estar num ponto de inflexão, sendo que essa melhoria progressiva da economia espanhola deverá favorecer a atividade imobiliária.

Em Madrid, foi dado seguimento à comercialização do edifício residencial "Amália", situado perto do Paseo de la Castellana e da Plaza Castilla, tendo-se celebrado em 2013 escrituras de mais duas frações, ficando disponíveis para venda apenas cinco.

Ainda em Madrid, e no âmbito de um contrato de concessão administrativa, foi dada continuidade à comercialização da cessão de uso de lugares de estacionamento para residentes e a exploração de lugares de estacionamento para rotação, bem como a cessão do arrendamento das áreas comerciais disponíveis no "Parking Europa", situado na Avenida de Europa, em San Sebastián de los Reyes.

Em **Moçambique**, o mercado imobiliário da capital apresentou em 2013 um certo dinamismo, tendo-se assistido ao lançamento de alguns empreendimentos na região de Maputo.

Em agosto o Grupo iniciou a construção do edifício "Julius Nyerere 130", com 22 pisos acima do solo, que integra tipologias T1 a T4, duas exclusivas penthouses, generosas áreas sociais de uso exclusivo dos residentes e espaços dedicados a áreas de comércio e escritórios.

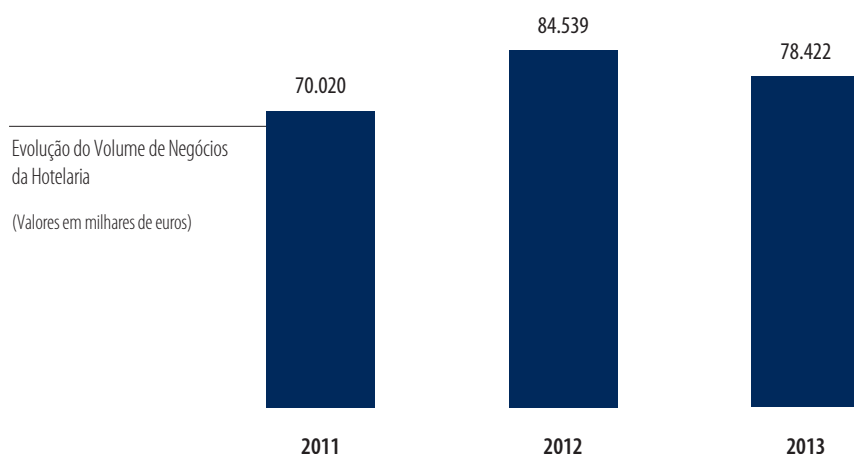
Em 2014, dar-se-á continuidade à atividade de prospeção do mercado, particularmente na cidade de Maputo, na qual se prosseguirá a comercialização de alguns ativos avulso e a gestão do "Polana Shopping Center", espaço de comércio *prime* propriedade do Grupo.

IV.4. HOTELARIA

Depois de uma primeira experiência em 1974, no Algarve, o Grupo Teixeira Duarte retomou a sua atuação neste setor em Sines, nos anos 80, operando hoje através de dez unidades hoteleiras, quatro sitas em Portugal, três em Angola e três em Moçambique, que totalizam 2.799 camas e 1.452 quartos.

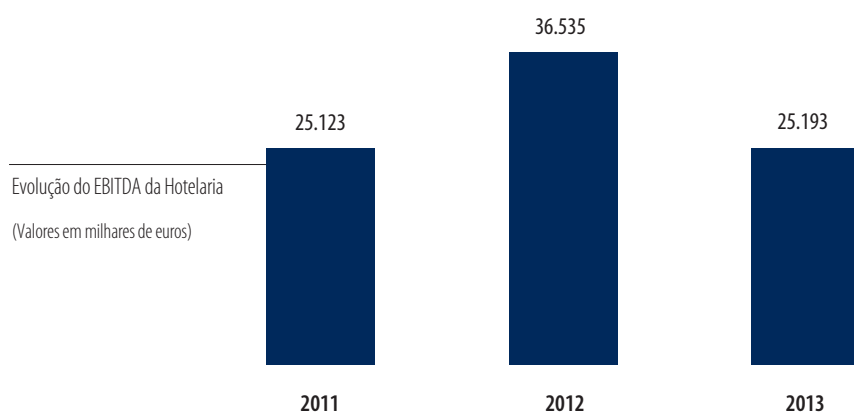
A Teixeira Duarte desenvolve também negócios na área de *Fitness*, nomeadamente com quatro *Health Clubs* (no "Lagoas Park", em Torres Vedras, em Faro e no "Villa Park", na Amadora) e algumas unidades de restauração em Portugal e Angola, destacando-se neste último país as pastelarias "Nilo".

– CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



O Volume de Negócios da Hotelaria desceu 7,2% face ao período homólogo, penalizado, essencialmente, pela prestação das unidades do Grupo em Angola, onde uma delas entrou em remodelação no final do ano.

Em Portugal, o Grupo registou valores semelhantes aos apresentados no exercício de 2012.



O EBITDA desceu 31% e fixou-se em 25.193 milhares de euros, refletindo o desempenho menos conseguido das unidades hoteleiras do Grupo em Angola.

De registar o bom desempenho verificado nos hotéis em Moçambique.



Hotel Eva
Faro | Portugal



Hotel Alvalade
Luanda | Angola

– ATIVIDADE DURANTE 2013

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2013, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Hotelaria atingiram o valor global de 106.275 milhares de euros, que corresponde a um aumento de 4,3% face a 2012, sendo que, nesta área de negócio, os mercados externos representam 83,5% da atividade e Portugal 16,5%.

Em **Portugal**, as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 1.088 camas e 511 quartos, distribuídos por quatro unidades hoteleiras, conforme se refere:

LAGOAS PARK HOTEL	Oeiras	182 quartos
SINERAMA	Sines	105 quartos
HOTEL ORIENTAL	Praia da Rocha	90 quartos
HOTEL EVA	Faro	134 quartos

No global, verificou-se, neste mercado, uma redução da taxa de ocupação de 4%, devido, essencialmente, à diminuição da procura do mercado *corporate*, ao mesmo tempo que se concretizou um acréscimo de cerca de 4% no preço médio, em resultado de uma gestão mais eficiente das vendas via *Internet* e de um melhor desempenho da Central de Reservas.

Uma nota breve para assinalar o facto de, durante 2013, a Teixeira Duarte ter terminado a exploração que vinha fazendo da unidade hoteleira com 140 quartos, em Albufeira, designada "Stella Maris".

Na área de Fitness, o número médio de sócios ativos das várias unidades do "CLUB L" aumentou 2,5% face a 2012. Contudo, a conjuntura económica desfavorável associada à perda do poder de compra dos clientes, conduziu a uma diminuição no valor da mensalidade média e da comercialização de treino personalizado, implicou a diminuição dos proveitos em 10% face ao exercício anterior.

Em **Angola**, as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 1.059 camas e 620 quartos distribuídos pelas três seguintes unidades hoteleiras:

HOTEL TRÓPICO	Luanda	280 quartos
HOTEL ALVALADE	Luanda	202 quartos
HOTEL BAÍA	Luanda	138 quartos

No ano de 2013 o efeito da concorrência, por via do aumento e remodelação da oferta existente, teve influência nos indicadores de gestão registados em duas das unidades do Grupo, quer ao nível das taxas de ocupação como dos preços médios praticados, resultando numa diminuição dos proveitos relativamente a 2012 em cerca de 7%, no HOTEL TRÓPICO e de 10% no HOTEL ALVALADE.

O HOTEL TRÓPICO encerrou para obras de beneficiação que conduzirão ao encerramento da unidade por um período de seis meses. Trata-se de um investimento significativo que se traduzirá numa modernização completa do Hotel, com alterações importantes em termos de *layout* e infraestruturas de serviço ao cliente.

Por seu lado, o HOTEL BAÍA consolidou a sua posição como um dos hotéis de referência em Luanda, mantendo os excelentes níveis de ocupação de 2012 e conseguindo atingir um preço médio ligeiramente superior, o que se traduziu num aumento dos proveitos de cerca de 8%.

Na sua atividade corrente, destaca-se o forte crescimento da área de eventos, associada ao serviço de banquetes e outside catering, que registou um aumento superior a 60% relativamente a 2012.

No que se refere a outras atividades conexas, destaque para as pastelarias "Nilo", uma referência no mercado da Pastelaria e Panificação em Luanda, que, após a abertura da nova unidade Nilo Pintos em dezembro de 2012, iniciou um processo de remodelação e modernização das restantes unidades.

Realce-se a reabertura da Nilo Maianga, em agosto de 2013, que foi alvo de uma intervenção profunda, bem como as obras de modernização da Nilo Alvalade. O total de proveitos desta atividade teve um crescimento de 10%.

Em **Moçambique**, as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 652 camas e 321 quartos distribuídos por três unidades hoteleiras, conforme se refere:

HOTEL AVENIDA	Maputo	159 quartos
HOTEL TIVOLI MAPUTO	Maputo	88 quartos
HOTEL TIVOLI BEIRA	Beira	74 quartos

O ano 2013 caracterizou-se por uma ligeira desaceleração da atividade do setor neste mercado em resultado da redução do número de visitantes a Moçambique, bem como do aumento da concorrência e da renovação contínua da hotelaria local posicionada no mesmo segmento. Assim, a taxa de ocupação e o preço médio registaram uma redução de 2% e 3%, respetivamente, sendo que a gestão criteriosa permitiu manter o bom desempenho de exploração.

IV.5. DISTRIBUIÇÃO

A atuação do Grupo Teixeira Duarte neste setor teve início em 1996 e atualmente é realizada por diversas operações internacionais, atuando em Portugal através da "Teixeira Duarte Distribuição, S.A.", em Angola através das participadas "CND – Companhia Nacional de Distribuição, Lda." e "DCG – Distribuição e Comércio Geral, Lda.", na África do Sul através da "Global Net Distributors, (PTY), Ltd." (GND) e no Brasil através da "TDD Brasil, Limitada".

O reforço da estrutura da "Central de Compras", realizado ao longo dos últimos anos, tem permitido um *procurement* intenso e sistemático das melhores soluções em várias geografias do globo, dotando este setor de um conjunto extenso de produtos de qualidade a preços muito competitivos.

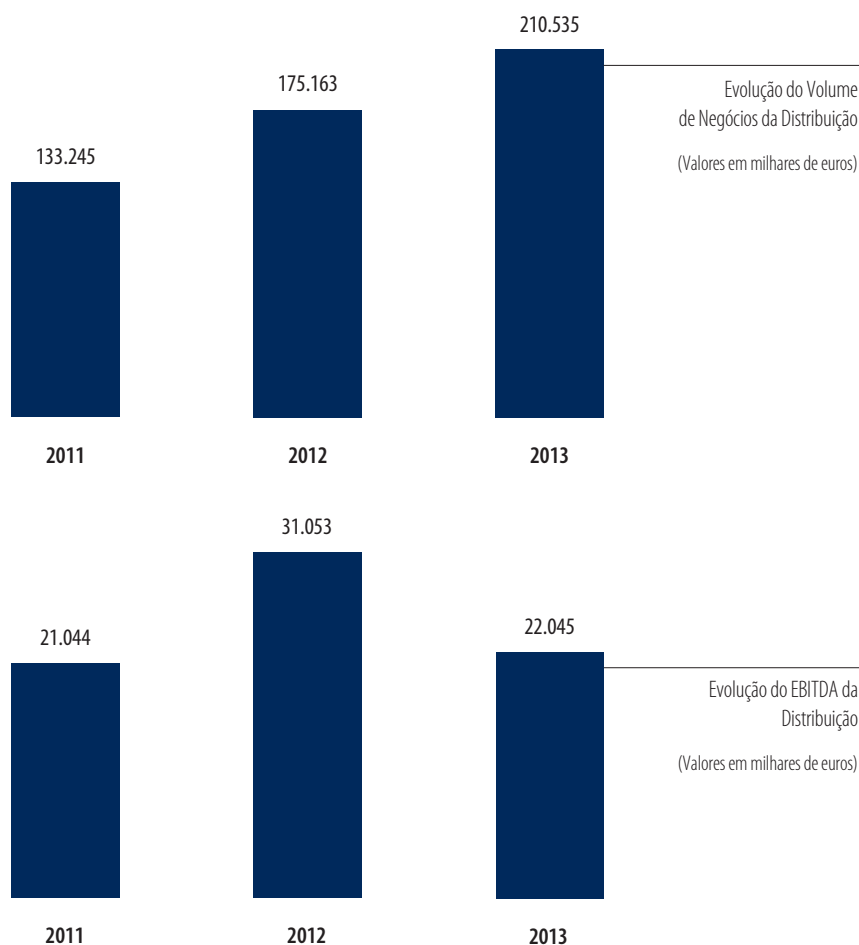
Simultaneamente, nas operações de retalho, deu-se continuidade à procura de novas localizações para pontos de venda e à melhoria geral das condições das diversas unidades onde o Grupo opera, tornando o ambiente das lojas mais atrativo e com mais serviços para os clientes.

– CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

A Distribuição cresceu 20,2% face a dezembro de 2012, com destaque para a área de comércio alimentar, reflexo dos investimentos no crescimento da placa de vendas, que permitiram o início de atividade de três novas superfícies na região metropolitana de Luanda, bem como no aumento da oferta de novos produtos e alargamento dos horários de funcionamento das lojas.

O EBITDA da Distribuição desceu 29% face ao ano anterior, fixando em 22.045 milhares de euros.

Neste setor de atividade registaram-se fortes quebras de *stocks*, com consequência na diminuição do EBITDA neste exercício, ainda assim, com valores superiores a 2011.



– ATIVIDADE DURANTE 2013

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2013, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Distribuição atingiram o valor global de 322.015 milhares de euros, que corresponde a um crescimento de 11,8% face a 2012.

Em Portugal, e através da empresa a "Teixeira Duarte - Distribuição, S.A.", o Grupo manteve a aposta na otimização das competências nas áreas de logística, gestão de categorias e controlo de gestão e prosseguiu com o aprofundamento das relações de parceria na representação de marcas.

Para o ano de 2014, em Portugal, a par da consolidação das estruturas de suporte para todas as operações de Distribuição do Grupo, manter-se-á a análise de novas oportunidades de representação de marcas, sempre que identificadas como geradoras de valor e potenciadoras de sinergias nas unidades de negócio atuais.

Em **Angola**, durante o exercício de 2013, deu-se continuidade ao investimento na expansão das diversas insígnias de retalho que o Grupo opera.

No Comércio Alimentar, na rede de lojas de *hard discount* "Maxi", destaca-se a abertura de três novas unidades de média dimensão, com aproximadamente 3.500 m² de placa de venda, inseridos nos complexos "Maxipark", que se caracterizam por oferecerem no mesmo local um conjunto de outras lojas que complementam a oferta de produtos.

Também na área de Comércio Alimentar, intensificou-se a procura e contratação de novos espaços para a rede de lojas de proximidade "bompreço", unidades com cerca de 1.000 m² de superfície de vendas, que se destacam pela qualidade e diversidade na oferta de produtos frescos.

Na área de Decoração, procedeu-se ao desenvolvimento dos critérios que permitirão o reposicionamento da insígnia "Casa de Coração", mantendo a oferta de produtos de qualidade com preços mais competitivos e ajustados à classe média da população.

A par do desenvolvimento das unidades de retalho, deu-se continuidade ao investimento na rede de distribuição, com a duplicação da superfície do centro logístico de produtos de ambiente e com o reforço da frota de abastecimento às lojas.

Uma grande aposta do Grupo que teve em 2013 o ano de plena afirmação foi o projeto "Fazenda Maxi", que tem como objetivo aproveitar as potencialidades do setor agrícola angolano e contribuir para o desenvolvimento da produção nacional, permitindo alargar a oferta de produtos frescos, com destaque para as frutas e vegetais, com garantia de qualidade e segurança alimentar.

O forte empenho dos vários parceiros, que hoje já representam mais de 8.000 hectares de área cultivável, associados a um planeamento criterioso dos processos de produção e ao acompanhamento técnico sistemático das equipas da "Fazenda Maxi", permitiram o abastecimento regular de frescos a todas as lojas de comércio alimentar, sendo expectável para 2014 que a grande maioria de produtos oferecidos na área de frutas e vegetais já tenha origem nas fazendas aderentes, mesmo considerando o crescimento previsto para a rede.

O assegurar do transporte dos diversos produtos da "Fazenda Maxi", diretamente das fazendas para as unidades de retalho, permitiram reduzir o número de distribuidores intermédios, resultando numa redução acentuada dos custos em alguns produtos. De destacar que estas poupanças foram integralmente repercutidas nos preços para o consumidor final, cumprindo a missão da "Maxi" de oferecer sempre os preços mais baratos.

Apesar da informação de mercado disponível ainda ser insuficiente, uma recente avaliação interna efetuada a 472 produtos nas mais representativas redes de retalho a operar em Angola confirmaram a "Maxi" como a insígnia com preços mais competitivos quando comparada com a concorrência.

Os cartões de fidelização "Maxi Desconto" e "Maxi Pro Gold", que têm como objetivo consolidarem a relação entre a Maxi e os seus clientes através de um grupo alargado de vantagens, tiveram durante o ano de 2013 um conjunto de adesões significativos, o que permitiu atingir, já durante o primeiro trimestre de 2014, a impressionante cifra de 200.000 aderentes.



Loja da Mulemba
Luanda | Angola



Loja do Cacucaco
Luanda | Angola

Em 2013 e no âmbito da "DCG", destaque para o segmento de distribuição de marcas exclusivas centralizadas em produtos de "Impulso" (aperitivos e pastilhas elásticas) e nas "Bebidas" (na maioria, marcas vinhos de origem portuguesa). As operações decorreram de forma positiva, com um crescimento de 15%.

Ao nível dos Recursos Humanos, manteve-se os bons patamares de exigência, através da implementação de políticas de seleção e recrutamento dinâmicas e criteriosas, com o intuito de atrair e selecionar os melhores profissionais. Deu-se continuidade durante o ano a um plano de formação, com ações gerais e dedicadas às diversas áreas de atuação no setor da Distribuição, com o intuito de valorização e reforço de competências de todos os trabalhadores.

Há ainda a destacar a "Academia Maxi", que efetuou quatro cursos de especialização em "Chefias de Loja" e que culminou com a avaliação positiva e certificação de cerca de 20 novos colaboradores para posições de liderança em diversas unidades da rede de lojas e de suporte logístico.

Ainda em matéria de formação, uma referência especial para o projeto de responsabilidade social "Fazer Pescar", que visa apoiar a inserção de jovens carenciados, e que teve este ano 32 formandos, 16 dos quais com formação na área da Distribuição. Com duração de cerca de 10 meses, são ministrados neste projeto diversas formações em matérias como cidadania, disciplinas de base e nas áreas de especialização. Complementarmente, são fornecidas duas refeições diárias, transporte, vestuário e acompanhamento médico regular.

Foi possível durante os cursos, onde vários colaboradores do Grupo tiveram a oportunidade de ministrar formações, registar evoluções muito positivas de aprendizagem, assistindo-se a uma dedicação total de todos os formandos e que permitiu, apenas como exemplo, a uma taxa de absentismo inferior a 1%. Com grande satisfação foi possível certificar com avaliação positiva todos os formandos, que consequentemente tiveram integração imediata nos quadros da Empresa.

Para 2014, manter-se-á, neste país, o nível de investimento do ano anterior, através da expansão das redes de retalho e no reforço das infraestruturas de suporte.

Prevê-se a abertura de sete novas superfícies, a ampliação de 3 unidades existentes, a remodelação de duas lojas e o início da construção de três novas unidades.

Na insígnia "Maxi", prevê-se a abertura em Benguela, em junho de 2014 de uma nova loja com cerca de 3.000 m² de placa de vendas, inserida num complexo "MaxiPark" e que significará a primeira unidade nesta importante cidade angolana.

Também na "Maxi", no mês de outubro, prevê-se a abertura de uma nova unidade, em Luanda, na região dos "Congolenses" e a ampliação de duas unidades existentes, em Luanda Sul e no Zango.

Em paralelo, desenvolver-se-ão os projetos com vista ao início da construção, ainda em 2014, de três novos complexos "MaxiPark", todas de média dimensão e na área metropolitana de Luanda.

Na marca "bompreço", registo para a abertura de uma loja com cerca de 1.000 m², já em abril de 2014, na região da Samba, na cidade de Luanda. Em simultâneo, manter-se-á a prospeção de novas localizações para esta rede de proximidade, sendo previsível a contratação de um novo espaço para a região de Benfica, na capital do país.

Na "Casa de Coração", prevê-se a abertura em junho de quatro novas lojas, três na região metropolitana de Luanda, na Mulemba, no Rocha Pinto e no Cacuaco, e uma loja em Benguela. Está calendarizada para outubro a ampliação da loja do Morro Bento, que passará dos actuais 800 m² para 1.700 m² de superfície de venda, e que permitirá alargar, entre outros, a gama de mobiliário para o lar.

Na área de Distribuição de exclusivos, perspectiva-se para 2014 a continuação das representações já operadas nas unidades de negócio de "Impulso" e "Bebidas", sendo objetivo para este ano melhorar e impulsionar diversas ações de trade marketing em estreita colaboração com as nossas Representadas.

Para o ano de 2014 prevê-se o início da actividade na área de venda a grosso de bebidas gaseificadas, com a aquisição de uma operação com cerca de 20 anos de experiência no mercado de Angola, e que atua predominantemente na venda de bebidas com vasilhame retornável.

Nas infraestruturas de suporte, proceder-se-á à duplicação da central de distribuição na componente de frio positivo e negativo, e será feito o reforço da frota com vista ao abastecimento de novas geografias.

À semelhança de 2013, manter-se-á em 2014 o foco no "Serviço ao Cliente", melhorando o atendimento, a oferta de produtos, a Qualidade, Higiene e Segurança Alimentar dos mesmos, sem abdicar da manutenção da liderança nos preços baixos.

A aposta na valorização e seleção dos recursos humanos irá manter-se, através de um plano de formação ainda mais ambicioso e em novos cursos de especialização no âmbito da "Academia Maxi". Para a prossecução destes objetivos, destaque para a recente inauguração do Centro de Desenvolvimento Profissional Teixeira Duarte, espaço autónomo com várias valências, localizado em Luanda Sul, que agregará toda a formação das áreas de atuação do Grupo Teixeira Duarte em Angola e que tem capacidade para ministrar um total anual de 800.000 horas de formação.

Para 2014, a Empresa manterá a aposta no projeto "Fazer Pescar", com 34 novos formandos, 17 dos quais com formação na área da Distribuição, num curso específico de "Operador de Loja".

Na **África do Sul**, onde o Grupo atua exclusivamente na área de procurement e de representação de marcas, destaque durante o ano de 2013 para o aumento de 20 % das vendas da "GND" e para o reforço da parceria com o Grupo "PepsiCo Matutano", com a extensão do contrato de representação de produtos de impulso.

Para o ano agora em curso, a par da consolidação das relações com os atuais parceiros e fornecedores, prosseguir-se-á com a procura de novos produtos para os mercados onde o Grupo opera.

No **Brasil**, deu-se continuidade à implementação do negócio através da sociedade "TDD Brasil, Limitada", com a seleção de quadros, a implementação do sistema informático de suporte e a obtenção dos alvarás necessários às operações.

No âmbito da "Distribuição de Exclusivos" e de produtos que a Empresa opera com preços muito competitivos, dar-se-á continuidade à procura de novos mercados onde a gama de referências oferecidas possa ser diferenciadora.

IV.6. ENERGIA

O Grupo Teixeira Duarte começou a atuar neste setor em **Portugal** em 1996, sendo que atualmente opera no mercado nacional, através da "TDARCOL - SGPS, S.A.", nas áreas dos Combustíveis Líquidos e Lubrificantes, do Gás e da Energia Solar e no Brasil através da participada "ALVORADA PETRÓLEO S/A", que atualmente tem interesses associados à extração e comercialização de petróleo.

Nos combustíveis, a Teixeira Duarte tem em exploração, diretamente ou através de concessões 60 postos de abastecimento, com a marca AVIA.

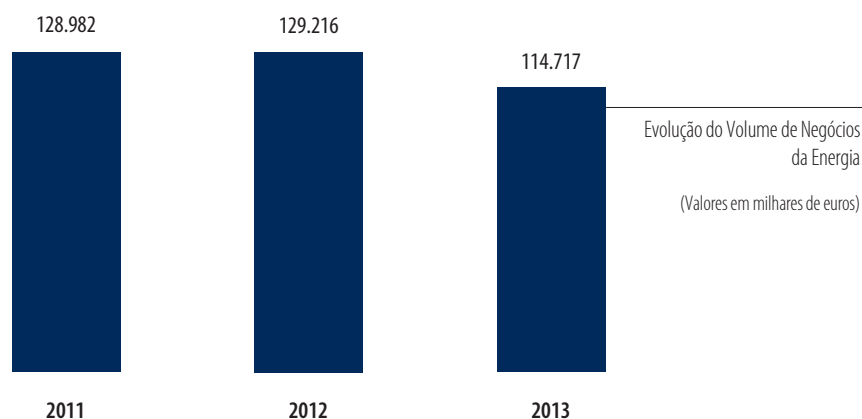
No gás, o Grupo opera com a marca DIGAL e dispõe de mais de 700 reservatórios para abastecimentos locais e de uma rede de distribuição de gás canalizado com mais de 350 Km, abastecendo um número aproximado de 65.000 fogos, para além de uma estrutura com meios de enchimento e distribuição de gás embalado, detendo a representação exclusiva nacional da marca Campingaz.

Na área da energia solar térmica, as empresas do Grupo representam em Portugal as marcas internacionais SOLAHART e SONNENKRAFT onde as suas participadas são líderes de mercado.

No **Brasil**, a Teixeira Duarte é titular, indiretamente de 43,2% do capital da sociedade "ALVORADA PETRÓLEO S/A", sediada em Belo Horizonte.

— CONTRIBUTO DESTES SETOR PARA O GRUPO

Na Energia, o Volume de Negócios do Grupo diminuiu 11,2% face ao período homólogo, essencialmente em resultado da redução dos consumos de combustíveis líquidos e gás em Portugal.

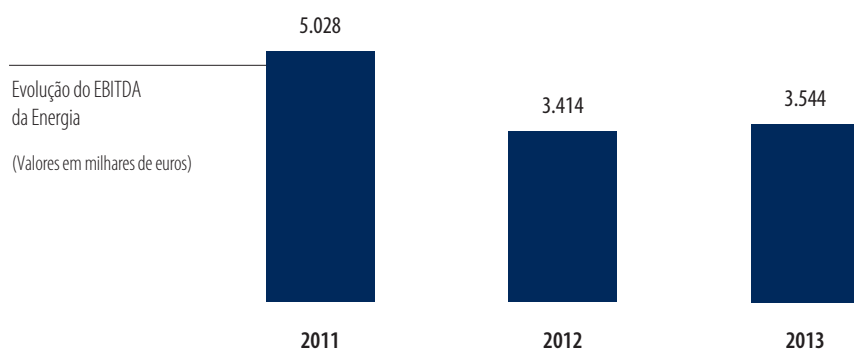




Terminal e parque de tancagem no porto de Aveiro
Aveiro | Portugal



DIGAL | Instalação de uma nova linha de enchimento de garrafas de gás
Sintra | Portugal



Na Energia, o EBITDA registou um aumento de 3,8% face a ano de 2012.

Apesar da redução da atividade neste setor, o EBITDA melhorou, fruto de um controlo rigoroso dos custos.

— ATIVIDADE DURANTE 2013

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2013, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Energia atingiram o valor global de 126.601 milhares de euros, que corresponde a uma diminuição de 11,8% face a 2012.

Relativamente à área dos combustíveis, o ano de 2013 caracterizou-se pelo acentuar da conjuntura económica desfavorável e pelo agravamento das medidas de austeridade implementadas em Portugal, com consequente impacto negativo quer no consumo privado, quer no investimento. Neste contexto, assistiu-se a uma redução do consumo de produtos petrolíferos, com reflexos na atividade em que se verificou uma ligeira quebra nas vendas de combustíveis líquidos, em quantidades, de 5,5% face ao ano anterior, com o Volume de Negócios a registar um total de 99.711 milhares de euros.

O setor dos lubrificantes manteve uma boa prestação, consolidando as vendas e a posição no mercado.

No gás, para além do ambiente exógeno adverso, verificou-se também um aumento significativo do preço do produto nos mercados, o que se refletiu na atividade deste setor.

Apesar da diminuição dos consumos per capita no gás propano canalizado, foi possível manter o número de consumidores.

Foram concluídos os projetos do terminal e parque de tancagem no porto de Aveiro e a instalação de uma nova linha de enchimento de garrafas de gás nas instalações da DIGAL na Granja, em Sintra, prevendo-se o início das operações nos primeiros meses de 2014.

No que diz respeito à Energia Solar, verificou-se um nível de atividade em linha com o exercício anterior, continuando a assegurar as manutenções dos equipamentos solares térmicos instalados ao abrigo do programa de incentivo governamental finalizado em 2010.

IV.7. AUTOMÓVEL

A Teixeira Duarte começou a sua atuação no Setor Automóvel em Angola em 1991, prosseguindo hoje a sua atividade através de um conjunto de sociedades que representam diversas marcas nos seguintes segmentos do mercado:

Ligeiros: Chevrolet, JMC, Honda, Mahindra, Nissan, Peugeot, Renault, SsangYong e Isuzu.

Pesados: Renault Trucks, UD Trucks e Randon.

Motociclos: Honda, Piaggio, Vespa, Gilera e Hyosung.

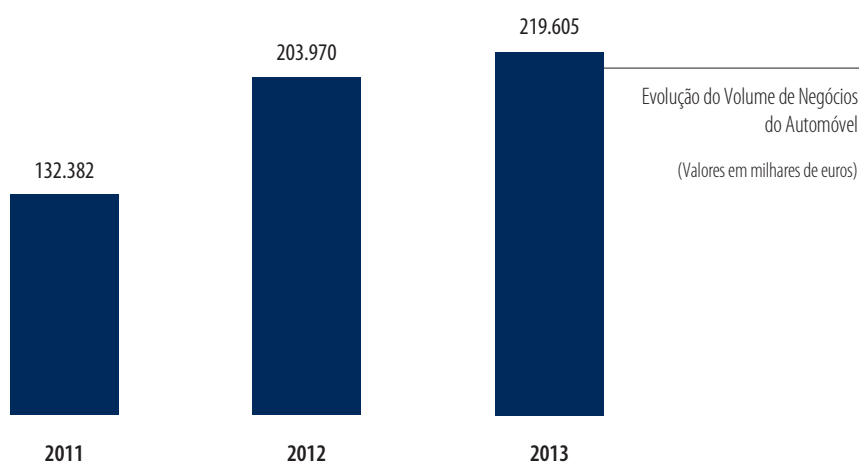
Equipamentos: Nissan Forklift e Wacker Neuson.

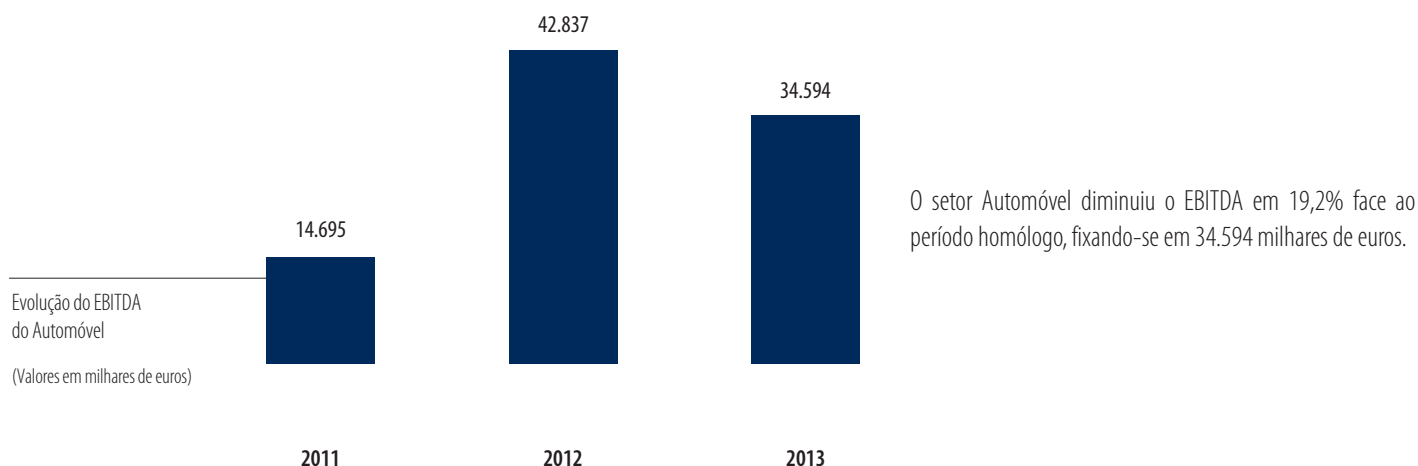
Geradores: Denyo, Pramac, Honda Power Products e Powermate.

— CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

O setor Automóvel aumentou o Volume de Negócios em 7,7% relativamente a dezembro de 2012.

Desconsiderando o efeito cambial, verificou-se um acréscimo efetivo de atividade de 10,7%, destacando-se para esse bom desempenho a comercialização de duas novas marcas e em especial ao crescimento do segmento pós-venda.





— ATIVIDADE DURANTE 2013

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2013, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor Automóvel atingiram o valor global de 369.917 milhares de euros, que corresponde a um crescimento de 11,4% face a 2012.

Em 2013, o mercado automóvel angolano de viaturas importadas pelas empresas que oficialmente representam as marcas manteve a tendência de crescimento registado nos últimos anos, tendo atingido as 32.667 unidades, o que representou um crescimento de 9% face ao ano anterior. É de destacar o mercado de ligeiros passageiros, que actualmente representa 65% do mercado automóvel em Angola e em que o Grupo actua com nove insígnias diferentes, permitindo uma oferta de soluções automóveis para todos os segmentos de mercado.

Destaca-se neste âmbito de atividade do Grupo Teixeira Duarte os investimentos estratégicos feitos em várias instalações, com destaque para os Polos TDA de Talatona e Viana, na área metropolitana de Luanda, e do Polo TDA da Catumbela, na Província de Benguela, disponibilizando-se em todas elas o conceito alargado dos 3S – *showrooms, service, spare parts* (venda de viaturas, prestação de serviços de oficina e venda de peças), cuja atividade se pauta pelos mais avançados padrões de qualidade e que permitem um serviço de elevado desempenho em todos os segmentos onde atua.

O ano de 2013 foi marcado pela expansão da rede, através da abertura de novas concessões, cobrindo hoje as Províncias de Luanda, Benguela, Huíla, Namibe, Cunene e Huambo, o que permitiu aumentar de forma significativa a exposição e cobertura das marcas comercializadas por todo o país.

Apenas nas concessões detidas diretamente por sociedades do Grupo, estão hoje disponíveis e abertos ao público dez *showrooms*, num total de 10.300 m², representando um crescimento de 65% face ao ano anterior e 6 oficinas, que representam 22.850 m², mais 37% que em 2012.

No segmento de Ligeiros, destaque para o contributo das marcas Renault, Nissan e Chevrolet que, no seu conjunto, representam cerca de 80% do volume total de vendas nesta categoria.

A Renault superou os objetivos traçados, com um crescimento de 28% do número de viaturas vendidas, fortemente sustentado pelos modelos Duster, Sandero e Logan que, juntos, representam 93% das vendas desta reconhecida marca.

Com um crescimento mais moderado, a Nissan manteve-se contudo como a marca que mais contribui ao nível de proveitos para as vendas do setor, sendo o seu volume alavancado particularmente pelos modelos Hardbody e Micra.



Loja TDA no Polo TDA Viana
Luanda | Angola



Polo TDA Lobito - Benguela
Catumbela | Angola

A Chevrolet teve um crescimento de 4%, mantendo-se como uma marca de referência no segmento dos veículos de entrada no mercado. No final do ano iniciou-se a comercialização do novo modelo Trax, para o qual se antevê um crescimento das vendas no decorrer de 2014, e fizeram-se ainda as primeiras encomendas do novo modelo Trailblazer, a comercializar em 2014.

De forma a complementar a gama de produtos disponível, iniciou-se em 2013 a representação de duas novas marcas de automóveis, a SsangYong e a Isuzu. A SsangYong, de origem Coreana, registou vendas progressivas dos quatro modelos em comercialização ao longo do ano, sendo o Korando o modelo com maior peso nas vendas desta marca. Relativamente à Isuzu, de origem japonesa e que tem a General Motors como um dos principais acionistas, a introdução desta marca vem reforçar a representatividade do Grupo no segmento das *pick-up*.

Para o exercício já em curso, perspetiva-se um crescimento moderado do número de unidades vendidas, sustentada numa rede de pontos de venda cada vez mais próxima dos clientes e de um serviço de pós venda com padrões internacionais.

No segmento de *Pesados* deu-se continuidade à monitorização do nível de *stocks*, procurando o ajustamento do *line-up* aos modelos com maior procura. O desempenho da Randon foi bastante positivo com um crescimento de 75% no número de unidades vendidas face ao ano anterior. Contudo, no segmento dos tratores, as vendas da Renault Trucks e da UD Trucks ficaram aquém das expectativas, perspetivando-se contudo uma melhoria da performance da Renault Trucks para o ano de 2014. No caso da UD Trucks, aguarda-se a redefinição da estratégia desta marca para o continente africano, numa perspectiva de oferecer produtos com a habitual qualidade, mas a preços mais competitivos.

Não obstante, foi feito um investimento considerável na ampliação dos pontos de venda e de assistência aos pesados, nomeadamente em Viana, Lubango e Lobito, garantindo-se desta forma o suporte às marcas em várias pontos do país.

O aparecimento de soluções financeiras por parte de entidades bancárias promoverá, em 2014, a dinamização desta categoria, sendo por isso expectável o crescimento das vendas.

O segmento dos Motociclos continuou a registar bons desempenhos ao longo de 2013, tendo crescido 55% em unidades comercializadas, num total de 4.000 unidades.

O desempenho dos motociclos Honda foi muito positivo com um crescimento de 57% face a 2012, correspondendo a 3.000 unidades vendidas, e deveu-se em grande medida à expansão da rede de retalho "Lojas TDA", que permitiram uma venda massiva dos modelos de preço mais acessível.

Com um desempenho também muito positivo, a Piaggio registou um crescimento de 44% face a 2012, fruto da expansão da rede de lojas e do reforço da imagem de culto da "Vespa" e que se reflectiu numa aceitação muito interessante dos modelos de entrada, nomeadamente junto da classe média.

Deu-se ainda continuidade ao trabalho feito no passado na área da competição de motociclos, que permitiu à equipa que representa o Grupo - "TDA Paixão Automóvel" - assegurar as vitórias nos dois campeonatos nacionais, de Velocidade e de Todo o Terreno.

Neste segmento dos Motociclos, perspectiva-se para 2014 uma redução das vendas da marca Piaggio para alguns modelos. Nos motociclos da Honda de custos mais baixos, o aumento da rede "Lojas TDA" permitirá um crescimento de vendas nos modelos mais acessíveis.

No segmento dos Equipamentos, iniciou-se em maio a comercialização da marca austríaco-alemã Wacker Neuson com uma gama de equipamentos ligeiros e compactos até 15 toneladas, permitindo a entrada no setor da construção através da disponibilização destes equipamentos específicos, com um showroom dedicado em Viana.

Nos Equipamentos, dar-se-á, neste ano já em curso, entrada no portfolio de Representadas da marca de empilhadores chinesa "Heli", que permitirá ampliar a gama de produtos oferecidos a preços mais competitivos.

Os Geradores registaram um crescimento de 17%, atingindo o equivalente a 10 milhões de dólares de vendas e serviços prestados, em resultado, sobretudo, do crescimento do valor das vendas de geradores de média potência e do número de contratos de manutenção. A Denyo continua a destacar-se como a marca de referência de geradores de média/alta potência, tendo registado um crescimento em valor de 120%.

As novas instalações da Rainha Ginga, espaço exclusivamente dedicado à venda e assistência técnica de geradores, revelou-se uma boa aposta para 2013, permitindo criar condições para o alargamento da assistência técnica 24h a clientes particulares, serviço até aqui limitado a clientes empresariais.

Nos Geradores, manter-se-á a aposta no reforço das equipas de pós venda e na Assistência Técnica 24h, cientes da importância destes equipamentos para os nossos clientes e da importância de garantir níveis de serviço de excelência.

Nas Lojas TDA, a nova geração de lojas terá adicionalmente serviços de mudança de pneus e de manutenções rápidas, diversificando o conceito e dando maior oferta ao conjunto de produtos oferecidos.

As novas instalações oficiais dos novos Polos TDA de Viana e do Lobito, bem como o novo conceito de oficina dedicado à prestação de serviços rápidos sem marcação ("TDA Express"), contribuíram de forma decisiva para o crescimento da área de Pós-venda. Em 2013, deu-se continuidade à aposta na qualidade do serviço pós-venda, melhorando a competência das equipas através de formações especializadas e introduzindo novos processos de controlo.

Durante o ano de 2013, realce para a abertura de mais duas "Lojas TDA", em Viana (fevereiro) e em Talatona (julho), contando a rede no final do ano com cinco lojas na região metropolitana de Luanda. Estes pontos de venda são destinados à comercialização de Acessórios Auto, Pneus, Lubrificantes, Peças Auto, Motociclos e Geradores.

Em 2013, iniciou-se ainda a comercialização de dois novos segmentos nas lojas TDA – Lubrificantes da marca Avia e Pneus da marca Infinity.

Ao nível dos Recursos Humanos, manteve-se os bons patamares de exigência, através da implementação de políticas de seleção e recrutamento dinâmicas e criteriosas, com o intuito de atrair e selecionar os melhores profissionais. Deu-se continuidade durante o ano a um plano de formação, com ações gerais e dedicadas às diversas áreas de actuação no setor Automóvel, com o intuito de valorização e reforço de competências de todos os trabalhadores.

Há ainda a destacar a "Academia TDA", que efetuou dois cursos de especialização em "Chefias Intermédias" e que culminou com a avaliação positiva e a certificação de cerca de 12 novos colaboradores.

Ainda em matéria de formação, uma referência especial para o projeto de responsabilidade social "Fazer Pescar", que visa apoiar a inserção de jovens carenciados, e que teve este ano 32 formandos, 16 dos quais com formação na área Automóvel. Com duração de cerca de dez meses, são ministrados neste projeto diversas formações em matérias como cidadania, disciplinas de base e nas áreas de especialização. Complementarmente, são fornecidas duas refeições diárias, transporte, vestuário e acompanhamento médico regular.

Neste âmbito do Pós-venda, estima-se, para 2014 um crescimento sustentado nos proveitos das oficinas e do balcão de peças, tirando partido da nova rede de oficinas e das boas vendas realizadas em anos anteriores.

A aposta na valorização e seleção dos recursos humanos irá manter-se, através de um plano de formação ainda mais ambicioso e em novos cursos de especialização no âmbito da "Academia TDA". Para a prossecução destes objetivos, destaque para a recente inauguração do Centro de Desenvolvimento Profissional Teixeira Duarte, espaço autónomo com várias valências, localizado em Luanda Sul, que agregará toda a formação das áreas de atuação do Grupo Teixeira Duarte em Angola e que tem capacidade para ministrar um total anual de 800.000 horas de formação.

Para 2014, a Empresa manterá a aposta no projeto "Fazer Pescar", com 34 novos formandos, 17 dos quais com formação na área Automóvel, num curso específico de "Eletromecânico".

V. PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES COTADAS

A Teixeira Duarte foi acionista fundadora do "Banco Comercial Português, S.A." em 1985, mantendo desde então uma participação relevante no capital do Banco, cuja posição relativa no capital tem vindo a diminuir nos últimos anos, sendo que em 2013 baixou dos 2%, deixando, nessa circunstância, de ser considerada participação qualificada.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Em 2013, o Grupo Teixeira Duarte manteve participação no "Banco Comercial Português, S.A.", classificada parte como aplicação de tesouraria e parte como ativos financeiros disponíveis para venda.

Neste enquadramento, o quantitativo global de ações detidas pelas empresas que integram o Grupo Teixeira Duarte no "Banco Comercial Português, S.A." desceu de 428.211.281 para 357.000.000 de ações, correspondentes a 1,81% do respetivo capital social e direitos de voto do banco.

No final do ano de 2013, o valor contabilístico daquela participação, expresso em IFRS, fixou-se em 59.405 milhares de euros, o que, apesar da *supra* referida diminuição de ações em relação a 2012, traduz um aumento de 27.289 milhares de euros do valor da participação detida em 31 de dezembro de 2013.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA, S.A.

Em 2013, o Grupo Teixeira Duarte manteve a participação no "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.", cujo valor contabilístico, expresso em IFRS, se fixou globalmente em 25.226 milhares de euros e prosseguiu fazendo, também a gestão desta participação, parte como aplicação de tesouraria e parte como ativos financeiros disponíveis para venda.

VI. FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO EXERCÍCIO

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atividade nos diversos setores e mercados em que atua, sendo de assinalar os seguintes factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício, os quais foram objeto de comunicados tempestivamente divulgados ao mercado:

Contrato para Construção de Nova Autoestrada na Venezuela, pelo montante de 4.787 milhões de dólares:

No seguimento das reuniões realizadas com os Ministérios das Finanças e Transporte Terrestre ocorridas no âmbito da IX Comissão de Acompanhamento Venezuela Portugal o Presidente da Republica Bolivariana da Venezuela autorizou, em janeiro de 2014, o Ministério do Poder Popular para o Transporte Terrestre a contratar a engenharia, procurement e construção (EPC) do projeto "Nueva Autopista Alterna Caracas-La Guaira" com a sociedade "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", detida a 100% pela TD,SA.

Esta autorização foi prestada na sequência do Memorando de Entendimento celebrado em 18 de junho de 2013 com a referida participada no âmbito do "Acordo Complementar ao Acordo Marco de Cooperação entre a República de Venezuela e a República Portuguesa, em matéria de cooperação económica e energética".

Foi mais um passo importante para a contratação de uma empreitada de uma autoestrada com um total de 19 km de extensão com três vias em cada sentido, que ligará Caracas a La Guaira (Zona do Aeroporto de Maiquetia), com a realização de 4 km em viadutos e de 9 km em túneis, que está prevista executar no prazo de 54 meses e com um preço estimado de 4.787 milhões de dólares dos Estados Unidos de América.

Notificação de ordem de serviço para nova obra de infraestruturas na Argélia, pelo montante de 121.749.760 euros:

Em 2 de abril de 2014, o agrupamento de empresa que integra a sua participada a 100% "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." foi notificado da Ordem de Serviço emitida pela entidade argelina "AGA- Algérienne de Gestion des Autoroutes" para a empreitada de "Réalisation des Installations et Equipements d'Exploitation de l'autoroute Este-Ouest, Lot Ouest" (Execução de instalações e equipamentos de exploração da Auto-estrada Este-Oeste, Lote Oeste), na Argélia.

A referida "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." é líder de agrupamento, detendo uma posição de 48%, pertencendo 46% ao Grupo empresarial argelino "ETRHB HADDAD" e 6% à espanhola "SICE, S.A.".

A empreitada tem o prazo previsto de vinte e três meses a contar do aludido dia 2 de abril de 2014 e o valor global da mesma é de 253.645.332 € (duzentos e cinquenta e três milhões seiscentos e quarenta e cinco mil trezentos e trinta e dois euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, dos quais 35,7% são pagos em euros e os restantes 64,3% em dinares argelinos, sendo que à sua participada "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", em função da quota-parte no referido agrupamento, cabem 121.749.760 € (cento e vinte e um milhões setecentos e quarenta e nove mil setecentos e sessenta euros).

VII. PERSPETIVAS PARA 2014

Prevê-se que venha a ocorrer em 2014, um crescimento da atividade em vários países com expressão na atuação do Grupo no mercado externo.

A Carteira de Encomendas do Grupo Teixeira Duarte para o setor de construção atingiu na sua globalidade o expressivo valor de 2.039.203 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013, registando um decréscimo de 23,8% face a 31 de dezembro de 2012.

Desta forma e para além de eventuais novos contratos, o Grupo tem assegurado bons níveis de atividade na Construção no mercado externo, o que, apesar da atual conjuntura desfavorável no mercado interno, permitiu que, no global, a Teixeira Duarte tenha já contratado a execução de empreitadas no valor global de 785.852 milhares de euros para 2014 e 464.499 milhares de euros para 2015, distribuído da seguinte forma pelos mercados de atuação do Grupo Teixeira Duarte:

	2014	Contributo (%)	2015	Contributo (%)
Portugal	77.469	9,9%	22.373	4,8%
Angola	134.016	17,1%	97.134	20,9%
Argélia	118.373	15,1%	119.318	25,7%
Brasil	119.171	15,2%	10.814	2,3%
Moçambique	42.829	5,5%	23.597	5,1%
Venezuela	284.577	36,2%	190.461	41,0%
Outros Mercados	9.417	1,2%	802	0,2%
Total	785.852	100,0%	464.499	100,0%

Prosseguir-se-á também o desenvolvimento da atuação nos outros setores de atividade, em especial na Distribuição, atribuindo igualmente, sempre que possível, prioridade ao impulso nos mercados externos, que, pela sua dinâmica, têm vindo a ganhar maior expressão no Grupo Teixeira Duarte.

Para 2014, a Teixeira Duarte prevê atingir proveitos operacionais consolidados de 1.600 milhões de euros.

VIII. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS A MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E A COLABORADORES

Em face do propósito assumido relativamente à distribuição pelos colaboradores e pelos membros do Conselho de Administração de parte dos resultados apurados no exercício, procedeu-se, em cumprimento dos normativos atualmente em vigor, ao registo contabilístico desse montante de 2.500.000,00€ (dois milhões e quinhentos mil euros) como gasto do exercício de 2013, com a consequente redução da rubrica de resultados líquidos apurados nas demonstrações financeiras anexas a este Relatório e também sujeitas a aprovação em Assembleia Geral.

Deste modo, com a aprovação deste Relatório e Contas, fica também aprovada pelos Senhores Acionistas a mencionada distribuição de resultados aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, neste último caso a ser deliberada pela Comissão de Remunerações.

Refere-se ainda a este propósito que sociedades suas subsidiárias, nomeadamente a TD-EC, assumiram o propósito de distribuir parte dos resultados por elas apurados no exercício de 2013 por membros dos seus conselhos de administração e pelos seus colaboradores, num total de 5.665.000,00 euros, tendo as mesmas também procedido ao registo contabilístico desse montante como gasto do exercício de 2013, com as consequentes reduções das respetivas rubricas de resultados líquidos.

IX. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados líquidos cuja proposta de aplicação aqui se apresenta, correspondem aos montantes apurados em 31 de dezembro de 2013 acrescidos do gasto de 2.500.000,00€ (dois milhões e quinhentos mil euros) que, estando previstos distribuir aos colaboradores e aos administradores, foram, em cumprimento dos novos normativos aplicáveis, registados como gasto do próprio exercício de 2013 nas demonstrações financeiras que integram este Relatório de Gestão e que, sendo aprovadas, confirmam, por um lado o acordo dos Senhores acionistas em distribuir resultados aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração e, por outro, que o Resultado Líquido que é objeto de proposta de aplicação de Resultados é de 64.028.905,23€ (sessenta e quatro milhões vinte e oito mil novecentos e cinco euros e vinte e três cêntimos).

Acresce ao acima referido que é também política da Teixeira Duarte privilegiar o reforço dos capitais próprios da sociedade e assegurar uma continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos acionistas.

Com esses pressupostos, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos da "TEIXEIRA DUARTE, S.A." apurados no exercício de 2013, no montante de 64.028.905,23€ (sessenta e quatro milhões vinte e oito mil novecentos e cinco euros e vinte e três cêntimos), tenham a seguinte aplicação:

Para reforço da reserva legal	11.000.000,00 €
Para reforço das reservas livres	46.728.905,23 €
Para dividendos aos acionistas	6.300.000,00 €

Lagoas Park, 24 de abril de 2014

O Conselho de Administração,

Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Joel Vaz Viana de Lemos

Carlos Gomes Baptista

Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino

NÚMERO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Em cumprimento dos deveres de informação a que está vinculada pelos diversos normativos em vigor, a Teixeira Duarte, S.A. apresenta, de seguida, a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas por titulares dos órgãos sociais, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o exercício de 2013, especificando o montante, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida:

I. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2012:

	Nome	Qualidade	N.º de Ações
(a) 3.570.550 ações detidas pela sociedade por si dominada PACIM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Presidente do Conselho de Administração	(a) 3.612.550
	Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Administrador	5.149.575
	Joel Vaz Viana de Lemos	Administrador	433.862
(b) ações detidas em regime de compropriedade com sua mulher	Carlos Gomes Baptista	Administrador	25.634
	Diogo Bebiano de Sá Viana Rebelo	Administrador	31.160
	Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino	Administrador	180.000
	António Gonçalves Monteiro	Presidente do Conselho Fiscal	–
	Mateus Moreira	Vogal do Conselho Fiscal	–
	Miguel Carmo Pereira Coutinho	Vogal do Conselho Fiscal	(b) 10.000
	Rogério Paulo Castanho Alves	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	–
	José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	–
	José Pedro Poiães Cobra Ferreira	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	–
	Mariquito, Correia & Associados, SROC	Revisor Oficial de Contas	–

II. Operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2013:

	Nome	Operação	Sociedade	Data	Nº de Ações	Preço por Ação
(c) Esta operação foi realizada pela sociedade por si dominada PACIM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., a qual, por cada 30 ações TEIXEIRA DUARTE, S.A. alienadas, recebeu 1 ação representativa do capital social da TEIXEIRA DUARTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Carlos Gomes Baptista	Aquisição	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	17-jun-13	37.037	0,54€
	Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Alienação	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	15-out-13	(c) 2.400.000	Permuta por ações da TD-SGPS

III. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2013:

	Nome	Qualidade	N.º de Ações
(d) 1.170.550 ações detidas pela sociedade por si dominada PACIM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Presidente do Conselho de Administração	(d) 1.212.550
	Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Administrador	5.149.575
	Joel Vaz Viana de Lemos	Administrador	433.862
(e) ações detidas em regime de compropriedade com sua mulher	Carlos Gomes Baptista	Administrador	62.671
	Diogo Bebiano de Sá Viana Rebelo	Administrador	31.160
	Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino	Administrador	180.000
	António Gonçalves Monteiro	Presidente do Conselho Fiscal	–
	Mateus Moreira	Vogal do Conselho Fiscal	–
	Miguel Carmo Pereira Coutinho	Vogal do Conselho Fiscal	(e) 10.000
	Rogério Paulo Castanho Alves	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	–
	José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	–
	José Pedro Poiães Cobra Ferreira	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	–
	Mariquito, Correia & Associados, SROC	Revisor Oficial de Contas	–

ACIONISTAS TITULARES DE, PELO MENOS, UM DÉCIMO DO CAPITAL SOCIAL

A TEIXEIRA DUARTE, S.A. apresenta, de seguida e para efeitos do n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, a lista dos acionistas que, a 31 de dezembro de 2013 e segundo os registos da Sociedade e as informações recebidas, são titulares de, pelo menos, um décimo do capital social:

Sociedade	N.º ações em 31.12.2013	% Capital
TEIXEIRA DUARTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	197.950.000	47,13%
MIDINVEST, S.G.PS., Sociedade Unipessoal Lda.	42.593.620	10,14%

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Dando cumprimento às disposições legais e regulamentares aplicáveis, é com base nos registos da Sociedade e nas informações recebidas que a TEIXEIRA DUARTE, S.A. divulga aqui a lista dos titulares de participações qualificadas no seu capital social à data de 31 de dezembro de 2013, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

1. A **TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.** é imputada, nos termos do disposto no Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários e em conformidade com entendimento da CMVM — do qual se discorda quanto à matéria constante da alínea d) infra —, uma participação qualificada no capital social e direitos de voto da sociedade TEIXEIRA DUARTE, S.A. de 222.722.034 ações, correspondentes a **53,03%** do capital social e dos respetivos direitos de voto, por força de:
 - a) 197.950.000 ações por ela detidas **diretamente**, correspondentes a **47,13%** do capital social e dos direitos de voto;
 - b) 5.800.000 ações detidas pela sociedade sua participada NGDI — Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., correspondentes a 1,38% do capital social e dos direitos de voto;
 - c) 9.552.400 ações detidas pelos membros do Conselho de Administração de TEIXEIRA DUARTE — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., correspondentes a **2,27%** do capital social e dos direitos de voto (nenhum destes alcançando, individualmente, qualquer participação qualificada);
 - d) 9.419.634 ações detidas pelos membros do Conselho de Administração de NGDI — Gestão e Investimento Imobiliário, S.A. que não sejam membros do Conselho de Administração da sociedade indicada na alínea c) anterior, correspondentes a 2,24% do capital social e dos direitos de voto (nenhum destes alcançando, individualmente, qualquer participação qualificada), imputação esta feita em conformidade com entendimento da CMVM do qual se discorda.
2. Ao **Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte** é imputável, nos termos do disposto no Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários a participação qualificada de 42.6626.620 ações, correspondente a **10,149%** do capital social e dos direitos de voto, por força de:
 - a) 33.000 ações por ele detidas diretamente, correspondentes a 0,008% do capital social e dos direitos de voto;
 - b) 42.593.620 ações detidas pela sociedade por si dominada diretamente **MIDINVEST, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.**, correspondentes a **10,141%** do capital social e dos direitos de voto.
3. Ao **Banco Comercial Português, S.A.** é imputável, nos termos do disposto no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários e em conformidade com entendimento da CMVM, a participação qualificada de 42.000.216 ações, correspondentes a **10,0001%** do capital social e dos direitos de voto, por força de:
 - a) 500 ações detidas pelo Banco Comercial Português, S.A., correspondentes a 0,0001% do capital social e dos direitos de voto;
 - b) 41.999.716 ações detidas pelo **Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português** correspondentes a **9,9999%** do capital social e dos direitos de voto*.
4. Ao **Senhor Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte** é imputável, nos termos do disposto no Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários a participação qualificada de 10.300.000 ações, por si detidas diretamente, correspondente a **2,45%** do capital social e dos direitos de voto.

* Através de comunicação recebida do "Banco Comercial Português, S.A." em 8 de fevereiro de 2007, foi indicado que a sociedade gestora do Fundo de Pensões do Grupo BCP exerce de forma independente os respetivos direitos de voto.

Relatório sobre o Governo da Sociedade **2013**



PARTE I - INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a).

O capital social da TD,SA, no valor global de 210.000.000,00€ (duzentos e dez milhões de Euros) encontra-se representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50€ (cinquenta cêntimos) cada uma.

As ações são todas ordinárias, escriturais, nominativas e estão admitidas à negociação em mercado regulamentado (NYSE EURONEXT LISBON). As ações pertencem a uma categoria única, a cada uma corresponde um voto, e não existem ações com direitos ou deveres especiais.

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (Art. 245.º-A, n.º 1, al. b).

Não existem quaisquer restrições à transmissibilidade das ações, nomeadamente cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a).

Não existem ações próprias.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (art. 245.º-A, n.º 1, al. j).

Não existem acordos com estas características.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não existe qualquer previsão estatutária nem foram adotadas quaisquer medidas defensivas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Em consequência, o disposto na presente norma e na Recomendação n.º 1.4 não é aplicável à TD,SA.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 245.º-A, n.º 1, al. g).

Tanto quanto seja do conhecimento da Sociedade, não existem quaisquer acordos parassociais, nomeadamente os que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

Refira-se ainda, para efeitos do disposto na Recomendação n.º 1.5 do Código de Governo das Sociedades da CMVM que não são adotadas quaisquer medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela TD,SA em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

II. Participações Sociais e Obrigações detidas

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245.º-A, n.º 1, als. c) e d) e art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Informa-se que, a 31 de dezembro de 2013, as participações qualificadas, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, eram as seguintes:

1. A **TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.** é imputada, nos termos do disposto no Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários e em conformidade com entendimento da CMVM — do qual se discorda quanto à matéria constante da alínea d) *infra* —, uma participação qualificada no capital social e direitos de voto da sociedade TEIXEIRA DUARTE, S.A. de 222.722.034 ações, correspondentes a **53,03%** do capital social e dos respetivos direitos de voto, por força de:
 - a) 197.950.000 ações por ela detidas **diretamente**, correspondentes a **47,13%** do capital social e dos direitos de voto;
 - b) 5.800.000 ações detidas pela sociedade sua participada NGDI — Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., correspondentes a 1,38% do capital social e dos direitos de voto;
 - c) 9.552.400 ações detidas pelos membros do Conselho de Administração de TEIXEIRA DUARTE — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., correspondentes a **2,27%** do capital social e dos direitos de voto (nenhum destes alcançando, individualmente, qualquer participação qualificada);
 - d) 9.419.634 ações detidas pelos membros do Conselho de Administração de NGDI — Gestão e Investimento Imobiliário, S.A. que não sejam membros do Conselho de Administração da sociedade indicada na alínea c) anterior, correspondentes a 2,24% do capital social e dos direitos de voto (nenhum destes alcançando, individualmente, qualquer participação qualificada), imputação esta feita em conformidade com entendimento da CMVM do qual se discorda.

2. Ao **Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte** é imputável, nos termos do disposto no Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários a participação qualificada de 42.6626.620 ações, correspondente a **10,149%** do capital social e dos direitos de voto, por força de:
 - a) 33.000 ações por ele detidas diretamente, correspondentes a 0,008% do capital social e dos direitos de voto;
 - b) 42.593.620 ações detidas pela sociedade por si dominada diretamente **MIDINVEST, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.**, correspondentes a **10,141%** do capital social e dos direitos de voto.
3. Ao **Banco Comercial Português, S.A.** é imputável, nos termos do disposto no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários e em conformidade com entendimento da CMVM, a participação qualificada de 42.000.216 ações, correspondentes a **10,0001%** do capital social e dos direitos de voto, por força de:
 - a) 500 ações detidas pelo Banco Comercial Português, S.A., correspondentes a 0,0001% do capital social e dos direitos de voto;
 - b) 41.999.716 ações detidas pelo **Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português** correspondentes a **9,9999%** do capital social e dos direitos de voto¹.
4. Ao **Senhor Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte** é imputável, nos termos do disposto no Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários a participação qualificada de 10.300.000 ações, por si detidas diretamente, correspondente a **2,45%** do capital social e dos direitos de voto.

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

[NOTA: a informação deve ser prestada de forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 5 do art. 447.º CSC]

A TD,SA apresenta, de seguida, a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas por titulares dos órgãos sociais, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o exercício de 2013, especificando o montante, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida.

I. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2012:

Nome	Qualidade	Nº de Ações
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Presidente do Conselho de Administração	(a) 3.612.550
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Administrador	5.149.575
Joel Vaz Viana de Lemos	Administrador	433.862
Carlos Gomes Baptista	Administrador	25.634
Diogo Bebianho Branco de Sá Viana Rebelo	Administrador	31.160
Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino	Administrador	180.000
António Gonçalves Monteiro	Presidente do Conselho Fiscal	-
Mateus Moreira	Vogal do Conselho Fiscal	-
Miguel Carmo Pereira Coutinho	Vogal do Conselho Fiscal	(b) 10.000
Rogério Paulo Castanho Alves	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Pedro Poiães Cobra Ferreira	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-
Mariquito, Correia & Associados, SROC	Revisor Oficial de Contas	-

¹ Através de comunicação recebida do "Banco Comercial Português, S.A." em 8 de fevereiro de 2007, foi indicado que a sociedade gestora do Fundo de Pensões do Grupo BCP exerce de forma independente os respetivos direitos de voto.

II. Operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2013:

Nome	Operação	Sociedade	Data	Nº de Ações	Preço por Ação
Carlos Gomes Baptista	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	17-jun-13	37.037	0,54€
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Alienação	Teixeira Duarte, S.A.	15-out-13	(c) 2.400.000	Permuta por ações da TD-SGPS

III. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2013:

Nome	Sociedade	Nº de Ações
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Presidente do Conselho de Administração	(d) 1.212.550
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Administrador	5.149.575
Joel Vaz Viana de Lemos	Administrador	433.862
Carlos Gomes Baptista	Administrador	62.671
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Administrador	31.160
Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino	Administrador	180.000
António Gonçalves Monteiro	Presidente do Conselho Fiscal	-
Mateus Moreira	Vogal do Conselho Fiscal	-
Miguel Carmo Pereira Coutinho	Vogal do Conselho Fiscal	(e) 10.000
Rogério Paulo Castanho Alves	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Pedro Poiães Cobra Ferreira	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-
Mariquito, Correia & Associados, SROC	Revisor Oficial de Contas	-

(a) 3.570.550 ações detidas pela sociedade por si dominada PACIM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

(b) Ações detidas em regime de compropriedade com sua mulher

(c) Esta operação foi realizada pela sociedade por si dominada PACIM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., a qual, por cada 30 ações TEIXEIRA DUARTE, S.A. alienadas, recebeu 1 ação representativa do capital social da TEIXEIRA DUARTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

(d) 1.170.550 ações detidas pela sociedade por si dominada PACIM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

(e) ações detidas em regime de compropriedade com sua mulher

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (art. 245.º-A, n.º 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Para além de outras atribuições e competências que por lei, pelos Estatutos ou por delegação da Assembleia Geral lhe sejam conferidas, cabe, nomeadamente, ao Conselho de Administração:

- a) exercer os mais amplos poderes de administração da Sociedade e praticar todos os atos e operações tendentes à realização do seu objeto social;
- b) negociar e outorgar todos os contratos, seja qual for o seu alcance, forma e natureza, em que a Sociedade seja parte;
- c) representar a Sociedade, em juízo e fora dele, ativa e passivamente, promover, contestar, transigir ou desistir em quaisquer processos e comprometer-se em todo o tipo de arbitragens;

- d) elaborar, se assim o entender, o seu regulamento interno, definindo as regras e procedimentos respeitantes ao seu funcionamento;
- e) proceder à distribuição de pelouros pelos seus membros e encarregar qualquer um deles de se ocupar especialmente de certas matérias da competência do Conselho;
- f) delegar em quaisquer dos seus membros os poderes necessários para, conjunta ou individualmente, desempenharem certas tarefas ou atuações específicas;
- g) nomear procuradores ou mandatários da Sociedade para a prática de determinados atos ou categorias de atos, com os poderes e atribuições que constarem das respetivas procurações que para o efeito outorgar;
- h) designar o Secretário da Sociedade e o seu Suplente;
- i) deslocar a sede social para outro local, dentro do território nacional, bem como criar, transferir ou extinguir delegações, agências, sucursais, ou quaisquer outras formas de representação da sociedade, no País ou no estrangeiro, nos termos, onde e quando entender conveniente;
- j) deliberar que a Sociedade adquira, aliene e onere quaisquer bens imóveis e direitos de propriedade industrial, licenças e alvarás, bem como quotas, ações, obrigações ou outros títulos;
- k) deliberar que a Sociedade participe na constituição, subscreva capital, assuma interesses ou tome parte em outras sociedades, empresas, agrupamentos complementares ou associações de qualquer espécie e coopere, colabore ou se consorcie com quaisquer outras entidades, bem como preste serviços técnicos de administração e gestão ou apoio em recursos humanos e financeiros a sociedades participadas ou com as quais tenha celebrado contrato de subordinação; e
- l) prestar cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade, nomeadamente avales ou fianças.

Os Estatutos da Sociedade não conferem quaisquer poderes ao Conselho de Administração sobre eventuais aumentos de capital social.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Embora o acionista com participação qualificada no capital da TD,SA seja o Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português, a verdade é que tal participação tem sido imputada ao Banco Comercial Português, S.A..

Sucedem que desde há quase 30 anos que as entidades que integram o Grupo Teixeira Duarte mantêm relações comerciais correntes com o Banco Comercial Português, S.A. e suas participadas, em termos e condições normais de mercado, sendo que, em 31 de dezembro de 2013, o valor global de financiamentos contraídos junto desta instituição ascendia a cerca de 346 milhões de Euros, que correspondem a 25,4% do total do passivo bancário do Grupo.

Relativamente à contratação de garantias com o Banco Comercial Português, S.A. e suas participadas, informa-se que as mesmas totalizavam 38 milhões de euros, representando 5% do valor global das garantias contratadas pelo Grupo.

Finalmente, reporta-se que o Grupo tem também contratos de locação financeira com o Banco Comercial Português, S.A. e suas participadas, num valor global de 171 milhões de euros, correspondentes a 83% do valor total deste tipo de contratos.

Não existem quaisquer outras relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Face à natureza das relações *supra* identificadas e pelo facto do âmbito das mesmas ser circunscrito a áreas já muito regulamentadas e supervisionadas por várias entidades, entende-se não existir razão que justifique que o órgão de fiscalização estabeleça procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada — ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários —, nem tão pouco que a realização de negócios de relevância significativa dependa de parecer prévio daquele órgão.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da mesa da assembleia geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).

Atualmente, a Mesa da Assembleia Geral é constituída pelos seguintes membros:

Presidente: Senhor Dr. Rogério Paulo Castanho Alves, advogado, com domicílio profissional na Avenida Álvares Cabral, 61 - 4º, 1250-017 Lisboa, Portugal;

Vice-Presidente: Senhor Dr. José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla, advogado, com domicílio profissional na Avenida Álvares Cabral, 61 - 4º, 1250-017 Lisboa, Portugal; e

Secretário: Senhor Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira, advogado, com domicílio profissional em Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265 Porto Salvo, Oeiras, Portugal.

Todos os identificados membros da Mesa da Assembleia Geral foram eleitos em Assembleia Geral de 20 de maio de 2011, para exercerem funções nesse órgão durante o quadriénio 2011/2014.

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f);

Não existem quaisquer restrições em matéria de direito de voto, nomeadamente limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, sendo que, quanto aos prazos impostos para o exercício do direito de voto, as únicas limitações são as indicadas para o caso de voto por correspondência.

Mais se informa, que, de acordo com o teor do artigo 13.º do Pacto Social, poderá participar na Assembleia Geral e aí discutir e votar quem, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da Assembleia, for titular de ações que lhe confirmem pelo menos um voto.

A cada ação, nas condições *supra* referidas, corresponde um voto. Embora os Estatutos prevejam, no seu artigo 7.º, a possibilidade de existirem ações sem o direito de voto, a verdade é que tal não existe nem nunca existiu.

Para o exercício do direito de voto por correspondência e para execução dos demais procedimentos constantes dos Estatutos, a Sociedade implementou os meios indispensáveis para o efeito, disponibilizando no seu sítio da Internet e na sede social todos os formulários necessários, nomeadamente minutas de cartas e do boletim de voto, bem como as instruções para o respetivo preenchimento.

A TD,SA entende que as específicas exigências de segurança inerentes ao processo de voto por meios eletrónicos são muito significativas, nomeadamente no que se refere, por um lado, aos meios técnicos necessários para verificar a autenticidade das correspondentes declarações de voto, bem como para garantia da integridade e confidencialidade dos respetivos conteúdos, do mesmo modo que reconhece o elevado nível de segurança e de fiabilidade operacional necessário na receção das mencionadas declarações.

A ponderação do quanto acima se refere e o facto de as Assembleias Gerais da sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte manterem tradicionalmente uma muito alta representação de capital social constituem a razão pela qual a Empresa não implementou a possibilidade de exercício do direito de voto por meios eletrónicos.

Por fim, refira-se ainda que a TD,SA não estabeleceu qualquer tipo de sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial ou de mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º.

Os Estatutos da TD,SA não fixam uma percentagem máxima ou número de direitos de voto que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista (de forma individual ou em concertação com outros acionistas) ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Não existem disposições estatutárias que imponham quóruns maiorias qualificadas para deliberação, pelos acionistas, sobre determinados temas, para além das regras legalmente previstas.

Com efeito, dispõe o artigo 16.º dos Estatutos que “as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria dos votos emitidos, sem prejuízo das disposições legais que, para certos casos, possam exigir maiorias qualificadas ou estabelecer outras formas de vencimento das propostas”.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

(Conselho de Administração, Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral e de Supervisão)

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado.

Desde a sua constituição, em 30 de novembro de 2009, Sociedade adotou um modelo de Governo da Sociedade conhecido por monista latino, tendo como órgãos sociais, além da Assembleia Geral e respetiva Mesa, um Conselho de Administração e dois Órgãos de Fiscalização autónomos: o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Entende-se importante referir aqui a colaboração entre todas essas estruturas do Grupo, bem como as vantagens resultantes dessas sinergias, traduzidas no meio privilegiado e eficaz de se alcançarem objetivos por todos assumidos como coletivos.

O modelo societário adotado dá integral cumprimento aos objetivos que lhe serviram de base, ou seja, manter a Sociedade com bons níveis de funcionamento e eficiência no desempenho das funções de cada órgão social, autonomamente e na interligação entre eles, revelando-se portanto adequado ao *modus operandi* da Empresa, das suas estruturas e dos membros que compõem os órgãos sociais, nomeadamente os do Conselho de Administração.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão e do (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

Quanto às regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração, recorde-se que os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral, pelo sistema de listas, por quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos, e consideram-se empossados logo que eleitos, sem dependência de outras formalidades.

Ao abrigo das regras especiais de eleição previstas na Lei, a Sociedade adotou o sistema que permite que um dos Administradores possa ser eleito entre pessoas propostas em listas que sejam subscritas e apresentadas por grupos de acionistas, desde que nenhum desses grupos possua ações representativas de mais de vinte por cento e menos de dez por cento do capital social. Em conformidade com tal opção, o Administrador assim eleito substitui automaticamente aquele que figurar em último lugar na lista que faça vencimento na eleição dos Administradores.

Os Estatutos não preveem a existência de qualquer Administrador suplente, mas fixam em cinco o número de faltas a reuniões, seguidas ou interpoladas, por mandato, sem justificação aceite pelo Conselho, que conduz à situação de falta definitiva de um Administrador, com as consequências previstas na lei.

Para além das referidas circunstâncias, os Estatutos não fixam qualquer regra específica para a substituição dos membros do Conselho de Administração, pelo que será aplicável o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais sobre esta matéria, ou seja, o Conselho de Administração poderá proceder à substituição do Administrador que deixe de desempenhar funções por qualquer uma das causas previstas na Lei, nomeadamente por renúncia ou acumulação de faltas, procedendo, se assim o entender e nos termos e condições aplicáveis, à correspondente cooptação, a qual deverá ser ratificada na primeira Assembleia Geral seguinte.

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

O Conselho de Administração era composto, a 31 de dezembro de 2013, pelos seguintes membros, todos eles efetivos:

Presidente:

Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Administradores:

Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Senhor Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos

Senhor Eng.º Carlos Gomes Baptista

Senhor Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Senhor Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino

Os Senhores **Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte**, **Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte**, **Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos** e **Eng.º Carlos Gomes Baptista** foram designados pela primeira vez aquando da constituição da Sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercerem funções durante o mandato 2009/2010.

Na Assembleia Geral de 20 de maio de 2011 foram reconduzidos nos seus cargos, para exercerem funções durante o quadriénio de 2011/2014.

O Administrador Senhor **Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo** foi eleito pela primeira vez na Assembleia Geral de 20 de maio de 2011, para exercer funções com os restantes membros reconduzidos durante o mandato 2011/2014.

O Administrador **Senhor Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino** foi designado para o cargo pela primeira vez aquando da constituição da Sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercer funções durante o mandato 2009/2010. Cessou funções enquanto Administrador da TD,SA em 2011, tendo permanecido a exercer funções na Administração de outras sociedades do Grupo. Na Assembleia Geral de 25 de maio de 2013 foi novamente eleito para desempenhar o cargo de Administrador na TD,SA, juntamente com os restantes, até ao final do mandato em curso (2011/2014).

Ao abrigo do disposto no artigo 17.º dos Estatutos, o Conselho de Administração será composto por um número mínimo de cinco e máximo de onze membros. Acresce que a Assembleia Geral, ao eleger tal Conselho, determinará o número de Administradores que, dentro desses limites, o deverá preencher em cada mandato e designará, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente. Os estatutos não preveem a existência de membros suplentes.

Nos termos do número 2 do artigo 10.º dos Estatutos, os membros dos órgãos sociais são eleitos por períodos de quatro anos, conforme já acima foi referido.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

18.1. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente e, quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;**
- b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;**
- c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;**
- d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;**
- e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participação qualificada.**

O Conselho de Administração é constituído exclusivamente por membros executivos, o que se traduz na eficácia, operacionalidade e proximidade das matérias que lhes são cometidas.

Ao mesmo tempo, a total independência e ausência de incompatibilidades dos membros do Conselho Fiscal permite uma intervenção isenta e útil na fiscalização da atividade da Sociedade, não só do ponto de vista contabilístico — onde conta com a intervenção regular da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas — mas também na perspectiva política, neste caso com os limites e alcance adequados à essencial salvaguarda do cumprimento dos normativos legais e regulamentares em vigor, tudo com vista a assegurar uma constante transparência e cumprir níveis adequados de divulgação de informação ao mercado, em geral, e aos acionistas, em especial, em sede de Assembleia Geral.

A TD,SA tem optado por manter todos os seus Administradores com funções executivas uma vez que aquelas que seriam atribuídas a eventuais Administradores não executivos — nomeadamente de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos — são desenvolvidas, com plena eficácia, pelo Conselho Fiscal, pela Comissão de Remunerações e pela Assembleia Geral.

Realce-se também a boa interligação entre todos os órgãos sociais, não só entre a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e o Conselho Fiscal, que reúnem periodicamente, mas também entre estes e o Conselho de Administração, sendo que todos os Administradores têm prestado em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações solicitadas pelos outros membros dos órgãos sociais.

Assim, considerando que todos os membros do Conselho de Administração exercem funções executivas, a presente norma regulamentar não é aplicável à realidade da TD,SA.

Ainda assim e a este propósito, cumpre informar que, no que se refere à independência dos seus membros, o Conselho de Administração considera que nenhum deles se encontra em circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Face ao modelo societário adotado e à composição e ao modo de funcionamento dos seus órgãos sociais — nomeadamente o carácter executivo do Conselho de Administração e a independência do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem que, entre eles ou para outras Comissões existam delegações de competências — a TD,SA considera que a designação de membros não executivos para exercerem funções no Conselho de Administração não traria quaisquer valias significativos para o bom funcionamento do modelo adotado, o qual se tem vindo a revelar adequado e eficiente.

No respeito pelo princípio da estreita colaboração entre os órgãos sociais, refira-se que, para efeitos do disposto na recomendação n.º II.1.9, o Presidente do Conselho Fiscal é convocado para todas as reuniões periódicas e de aprovação dos documentos de prestação de contas, a ele lhe sendo remetidas cópias das atas de todas as reuniões do Conselho de Administração.

Todavia, estes documentos não são remetidos diretamente pelo Presidente do Conselho de Administração, conforme indicado naquela recomendação. Essas tarefas são desempenhadas, por indicação do Presidente do Conselho de Administração, pelos serviços e secretariado da TD,SA que distribuem uma agenda por todos os intervenientes e também pelo Secretário da Sociedade, que entrega ao Presidente do Conselho Fiscal as cópias das atas das reuniões do Conselho de Administração, depois de devidamente assinadas.

Acrescente-se que, embora o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, não existem administradores não executivos, não cabendo portanto ao Conselho de Administração indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação, atendendo ao modelo adotado. Nesta conformidade, o disposto na Recomendação n.º II.1.10 não é aplicável à TD,SA.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Presidente do Conselho de Administração: Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Licenciado em Gestão de Empresas pela “Universidade Católica Portuguesa”, em 1977.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2014.

Refira-se, adicionalmente, que desde 1987 que é Administrador da sociedade de topo do Grupo (que até 2010 era a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.).

Enquanto Presidente do Conselho de Administração, exerce, entre outras, as seguintes funções:

- assegurar o funcionamento deste Conselho, nomeadamente na coordenação do desempenho dos seus membros e realização das respetivas reuniões;
- acompanhar os negócios correntes da Sociedade;
- coordenar a articulação da atuação dos membros do Conselho de Administração da “Teixeira Duarte, S.A.” e os membros do Conselho de Administração da participada a 100%, TD-EC;
- coordenar e acompanhar a atividade desenvolvida pelos Delegados do Grupo nos diversos países.

Em 1978 integrou os quadros da “Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A.”, tendo em 1987 passado a ser Administrador-Delegado dessa que era então a sociedade de topo do Grupo e na qual passou a desempenhar o cargo de Presidente do Conselho de Administração desde 2008, cargo que ainda hoje desempenha.

Em 2009 e logo por ocasião da sua constituição, assumiu em paralelo, o cargo de Presidente do Conselho de Administração da “Teixeira Duarte, S.A.”, que viria a ser a sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte a partir de 2010. Cargo que hoje, igualmente, também exerce cumulativamente à posição homóloga na “Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A.”.

Já fora do Grupo Teixeira Duarte, mas no âmbito da sua estrutura acionista, é Presidente do Conselho de Administração da “Teixeira Duarte-Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”, a qual sendo detida por membros da família Teixeira Duarte domina a referida sociedade cotada de topo, “Teixeira Duarte, S.A.”, em mais de 50%.

Desempenhou ao longo dos anos múltiplos cargos sociais em diversas outras entidades participadas pelo Grupo Teixeira Duarte, das quais se entende adequado indicar:

- A “CIMPOR — Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A.”, da qual foi membro do Conselho de Administração entre 2001 e agosto de 2009; e
- O “Banco Comercial Português, S.A.”, onde já não tem qualquer cargo social ou outra ligação profissional, mas onde desempenhou diversas funções nos órgãos de topo, entre 1985 e 2013, em particular como Vice-Presidente do Conselho Superior, Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e, mais recentemente, Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Administrador: Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da “Universidade de Lisboa”, em 1989.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2014.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que é Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.).

Enquanto administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam a funcionalidade coletiva e o carácter colegial deste órgão institucional de gestão e sem reduzir a operacionalidade sempre praticada de contacto e consulta entre todos os seus membros, este administrador está atualmente encarregue de supervisionar as atividades desenvolvidas pela Direcção Central de Finanças e Contabilidade, bem como pelos Serviços de Secretaria Corporativa, de Consolidação de Contas e de Auditoria Interna, bem como de supervisionar as atuações dos sector da Hotelaria, acompanhar a atuação desenvolvida no sector da Energia e acompanhar a gestão das participações financeiras detidas nas sociedades.

Foi advogado/consultor jurídico em escritório próprio de 1989 a 1996.

Administrador da “TDF – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.”, de 30.06.1992 a 22.04.2005, com funções de supervisão e controlo, decisões de investimento, no âmbito das competências que aos membros do Conselho de Administração são atribuídas pelo C.S.C. e pelos estatutos da Sociedade, bem como a função de relações com a CMVM.

Desde 1993 que passou a integrar os quadros do Grupo Teixeira Duarte, atuando como consultor jurídico e gestor em várias empresas, nomeadamente no setor imobiliário.

Integrou os corpos sociais de múltiplas sociedades do Grupo Teixeira Duarte, sendo que desde abril de 2005 que passou também a ser membro do Conselho de Administração da sociedade cotada de topo do Grupo — àquela data a “Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A.” e atualmente a “Teixeira Duarte, S.A.” —, cargos que ainda hoje exerce, sendo responsável por alguns setores de atividade e por várias estruturas do Centro Corporativo do Grupo, nelas se incluindo a Direção Central de Finanças e Contabilidade.

Fora do Grupo Teixeira Duarte, é também Administrador da “Teixeira Duarte — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”, cargo que assumiu pela primeira vez em 28.02.1991.

Administrador: Senhor Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos

Licenciado em Engenharia Civil pela “Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto”, em 1977.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2014.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que é Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.).

Enquanto administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam a funcionalidade coletiva e o carácter colegial deste órgão institucional de gestão e sem reduzir a operacionalidade sempre praticada de contacto e consulta entre todos os seus membros, este administrador está atualmente encarregue de supervisionar as atividades desenvolvidas pelas Direções Centrais de Recursos Humanos e Serviços Administrativos e de Informática, bem como pelas Direções Centrais da TD-EC das áreas dos Sistemas de Gestão e Tecnologia e de Aprovisionamentos e ainda acompanhar a participação das Sociedades do Grupo que atuam no sector da Construção junto das Associações a que as mesmas estejam ligadas, nomeadamente representando-as ou acautelando a respetiva representação.

Na distribuição de pelouros do Conselho de Administração da TD,SA está ainda encarregue de presidir à Comissão Executiva de Exploração do Conselho de Administração da TD-EC — à qual cabe coordenar a atuação dos seus Centros de Exploração e das suas participadas no setor da Construção —; supervisionar as atividades desenvolvidas pela TD-EC relativas aos Centros de Exploração de Geotecnia e Reabilitação, de Metalomecânica e ao Centro Operacional de Cofragens e Pré-esforço (COC), bem como à Direção de Equipamento; e ainda supervisionar as atividades das sociedades participadas “E.P.O.S. — Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.”, “SOMAFEL — Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.”, “OFM — Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.”, “RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A.”, “INVICTAAMBIENTE — Recolha de Resíduos e Limpeza Pública, S.A. e “RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A., Sociedad Unipersonal” e “EDUCARE – Actividades Educativas e Culturais, Lda..

Após ter concluído, no ano letivo 1977/1978, o curso de especialização em Mecânica dos Solos/Geotecnia pela Universidade Nova de Lisboa, iniciou a sua carreira profissional logo na “Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A.” em 1978, sendo que até 1983 foi Diretor de obra e Projetista na área da Geotecnia e Fundações.

Nos anos de 1983 e 1984 integrou o Departamento Técnico Comercial, elaborando e colaborando em múltiplos estudos e propostas, incluindo pontes, barragens e ampliações de infraestruturas aeroportuárias.

De 1984 a 1992 esteve destacado pela “Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A.” no importante Agrupamento Complementar de Empresas “FERDOURO, ACE”, constituído para a construção da ponte de São João, sobre o Rio Douro, tendo, neste âmbito, desempenhado as funções de Chefe do Gabinete Técnico (1984/88), de Diretor Técnico/Diretor de Produção (1988/89) e de Diretor Geral Adjunto com direção técnica e de produção (1989/92).

De 1992 a 1997 assumiu, na “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”, o cargo de Diretor de Centro de Produção da área então designada por “Obra Pública”, coordenando diversas empreitadas de obras hidráulicas (barragens, ETAR, estações elevatórias), hospitais, estradas e de Infraestruturas gerais.

A partir de 1997 passou a Diretor de Centro de Exploração nessa mesma área da “Obra Pública”.

Desde então passou também a desempenhar cargos sociais em várias Empresas, Agrupamentos, Consórcios e Associações em que Grupo Teixeira Duarte participa, alguns dos quais ainda, mantém mesmo após assumir o cargo de administrador da “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.” em 2005, de todos eles se destacando:

Presidente do Conselho de Administração da “SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração da “OFM – Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.”;

Administrador de “E.P.O.S. – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração ou Administrador de vários agrupamentos com atividade na Argélia bem como Administrador de sociedades de direito argelino.

Presidente do Conselho de Administração da “RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A.” e Administrador da “RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A. Sociedad Unipersonal” (Espanha) e da “EMPA, S.A. – Serviços de Engenharia” (Brasil).

Vice-Presidente do Conselho de Administração da “NOVAPONTE, ACE” (Projeto e Construção da Ponte Vasco da Gama);

Representante de Teixeira Duarte no Consórcio Tejo e Administrador da “FERPONTE, ACE” (Instalação do caminho de ferro e alargamento do tabuleiro rodoviário da Ponte 25 de Abril e Beneficiação Geral do Viaduto de Alcântara);

Administrador da “TECNOCEANO, ACE” (Execução de grandes empreitadas no âmbito da Expo 98, incluindo o projeto e construção do Oceanário) e representante de Teixeira Duarte na Comissão Executiva do “GPCIE, ACE” (construção de Infraestruturas da Expo 98);

Administrador: Senhor Eng.º Carlos Gomes Baptista

Bacharel em Engenharia pelo “Instituto Industrial de Lisboa”, em 1973.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2014.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que era Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.).

Em novembro de 2013, deixou de ser membro do Conselho de Administração da “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”.

Enquanto administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam a funcionalidade coletiva e o carácter colegial deste órgão institucional de gestão e sem reduzir a operacionalidade sempre praticada de contacto e consulta entre todos os seus membros, este administrador está atualmente encarregue de acompanhar a atividade desenvolvida pelos Centros de Exploração de Edificações, supervi-

sionados pelo Senhor Eng.º Fernando Paulo Baptista Gomes de Araújo, no âmbito de atuação da TD-EC; acompanhar a atividade desenvolvida pela Direção Central de Planeamento e Estudos da participada TD-EC supervisionar a atividade da participada “TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.”

Destaca-se na sua carreira profissional a passagem pela “M.S.F., S.A.”, onde esteve de 1975 a 1979 como Chefe de Serviços, colaborando em diversas obras, nomeadamente de natureza hidráulica (conduta e barragem).

Em fevereiro de 1980 entrou para a “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”, como Diretor de Obras, na área das edificações, então designada de “Construção Civil”.

Nos anos de 1982 e 1983 esteve destacado na Venezuela, onde acompanhou várias empreitadas de edifícios de habitação e escritórios.

Já de novo em Portugal, assumiu em 1984 as funções de Diretor de Zona, com responsabilidades em múltiplos empreendimentos nas áreas de turismo, estradas, habitação, edifícios, com especial destaque para as entidades bancárias.

Em 1989, passou a Diretor de Centro de Produção e em 1992 a Diretor de Centro de Exploração da então designada área da “Construção Civil”, da qual foi coordenador de 1998 a 2005, altura em que passou a administrado da “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”, cargo que exerceu até novembro de 2013.

Desde 2000 que acompanha a atuação da empresa do Grupo Teixeira Duarte que opera na área do *Facilities Managment*, designada “TDGI – Tecnologias e Gestão de Imóveis, S.A.”, da qual é Presidente do Conselho de Administração.

Administrador: Senhor Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Licenciatura em Engenharia Civil pelo “Instituto Superior Técnico”, em 1992.

Designado a primeira vez para o cargo em 2011, por deliberação da Assembleia Geral, terminando o mandato em curso em 2014.

Enquanto administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam a funcionalidade coletiva e o carácter colegial deste órgão institucional de gestão e sem reduzir a operacionalidade sempre praticada de contacto e consulta entre todos os seus membros, este administrador está atualmente encarregue de supervisionar a atuação desenvolvida nos sectores da Imobiliária, da Distribuição e Automóvel em todos os mercados de atuação do Grupo Teixeira Duarte, nomeadamente Portugal, Angola, Brasil e Moçambique, sendo, nesse âmbito, administrador de diversas outras sociedades do Grupo e de supervisionar a atividade da “TDHOSP – Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.”.

Trabalhou na “PROFABRIL, S.A.” – Engenheiro Projetista na Divisão de Edifícios, participando em projetos de Estruturas de betão armado – Outubro 1992 a Maio 1993.

Já no Grupo Teixeira Duarte:

De outubro de 1993 a novembro de 1999, integrou as equipas da “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.” no Centro de Exploração das Edificações – então denominado Construção Civil –, tendo desempenhado as funções de Diretor Adjunto de Obra e Diretor de Obra de várias empreitadas em Portugal.

De novembro de 1999 a maio de 2011, integrou as equipas do setor imobiliário do Grupo Teixeira Duarte, sendo responsável pela área técnica

com funções no desenvolvimento de projetos imobiliários, nomeadamente análise de viabilidade, conceção das soluções imobiliárias, coordenação dos projetos, licenciamento, coordenação das empreitadas, definição dos produtos de marketing associados, gestão do património sobre arrendamento, coordenação das equipas de vendas.

A sua responsabilidade incluiu todos os segmentos do setor, desde o residencial, a escritórios, a espaços comerciais, hotelaria, saúde e lazer, indústria/logística e parques de estacionamento, bem como a dedicação à expansão de espaços afetos a outras atividades do Grupo, com destaque para a Construção, a Hotelaria, a Distribuição e o setor Automóvel.

Em 2010 começou também a coordenar a atuação do Grupo nos setores da Distribuição e Automóvel e a partir de maio de 2011, foi eleito Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte — a “Teixeira Duarte, S.A.”.

Administrador: Senhor Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino

Licenciado em Engenharia Civil pela “Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto”, em 1974.

Foi designado para o cargo pela primeira vez aquando da constituição da Sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercer funções durante o mandato 2009/2010. Cessou funções enquanto Administrador da TD,SA em 2011, tendo permanecido a exercer funções na Administração de outras sociedades do Grupo. Na Assembleia Geral de 25 de maio de 2013 foi novamente eleito para desempenhar o cargo de Administrador na TD,SA, juntamente com os restantes, até ao final do mandato em curso (2011/2014).

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que era Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.).

Em novembro de 2013, deixou de ser membro do Conselho de Administração da “Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A.”.

Enquanto administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam a funcionalidade coletiva e o carácter colegial deste órgão institucional de gestão e sem reduzir a operacionalidade sempre praticada de contacto e consulta entre todos os seus membros, este administrador está atualmente encarregue de acompanhar a atividade desenvolvida pelos Centros de Exploração de Infraestruturas, acompanhar a atividade desenvolvida pela Direção Central de Estudos de Infraestruturas da participada TD-EC e de acompanhar a atividade das participadas “MTS — Metro, Transportes do Sul, S.A.”, “AEDL — Auto-estradas do Douro Litoral, S.A.” e “AEBT — Auto-estradas do Baixo Tejo, S.A..

Iniciou a sua carreira como profissional liberal, no dimensionamento e direção de construção de diversas edificações de habitação e para a indústria.

Teve uma passagem “CONDURIL S.A.R.L.”, onde esteve de 1977 a 1981 como Diretor de Obra, colaborando em diversas obras, nomeadamente a construção das barragens de Penha Garcia e Cimeira e Fundeira no Alvão, para a “DGH” e para a “CMVR” respetivamente; varias obras de consolidação de taludes da Linha do Douro adjacentes aos aproveitamentos da Régua e da Valeira, para a “EDP”, na sequência dos estragos causados pelas grandes cheias de 1979 e pelo fenómeno da micro turbulência; obras de tipo diverso para a JAE, no domínio das estradas.

Entrou para a “Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A.” em 1981 onde assumiu a direção de obras na área das edificações, então designada de “Construção Civil”. Nestas funções, desataca-se a construção do Edifício Sede da “Caixa Geral de Depósitos” num conjunto de vários edifícios de relevo, na cidade do Porto e a construção de um Lar de Repouso, na Ilha Terceira, no Açores.

Nos anos de 84 a 91 esteve destacado na Venezuela, onde exerceu funções de Direção de Produção e de Gerência da filial “TEGAVEN S.A.”, no âmbito das quais acompanhou várias empreitadas de edifícios de habitação e escritórios e ainda de infraestruturas de manutenção e outras para o metro de Caracas e construção de autoestradas.

Já de novo em Portugal, assumiu em 1992 as funções Diretor de Centro de Exploração da então designada área da “Obra Pública”, da qual foi coordenador até 2005, altura em que passou a administrador da “Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A.”. Neste período, coordenou o desenvolvimento de grandes projetos na área de estradas e caminhos de ferro, armazenamento, tratamento e distribuição de água, aproveitamentos hidroelétricos, hospitais e outros.

Supervisionou a entrada da “Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A.” na Argélia em 2003, desempenhando, ainda hoje, diversos cargos de administrador em várias entidades participadas do Grupo Teixeira Duarte nesse país.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

O Presidente do Conselho de Administração, **Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte**, é acionista e Presidente do Conselho de Administração da Teixeira Duarte — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., não auferindo, contudo, qualquer remuneração pelo exercício do cargo. Mais se informa que é irmão do Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e filho do Senhor Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte. Declara-se ainda que as relações comerciais por si estabelecidas com o Banco Comercial Português, S.A. não têm um carácter significativo.

O Administrador **Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte**, é acionista e Administrador da Teixeira Duarte — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., não auferindo, contudo, qualquer remuneração pelo exercício do cargo. Mais se informa que é primo do Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e sobrinho do Senhor Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte. Declara-se ainda que as relações comerciais por si estabelecidas com o Banco Comercial Português, S.A. não têm um carácter significativo.

Relativamente aos **restantes membros do Conselho de Administração**, informa-se que nenhum deles mantém relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

Os Estatutos da Sociedade definem as competências de cada um dos órgãos sociais, designadamente nos seus artigos 12.º (Assembleia Geral) 19.º (Conselho de Administração) e 23.º (Conselho Fiscal e Sociedade de Revisores Oficiais de Contas).

Não existe repartição ou delegação de competências por nenhum dos órgãos sociais, nomeadamente pelo Conselho de Administração, em quaisquer comissões específicas, em particular numa Comissão Executiva.

Tal circunstância resulta, essencialmente, do facto de o Conselho de Administração ser exclusivamente composto por membros executivos, o que se traduz numa eficácia de operacionalidade e proximidade das matérias da sua competência, tornando-se redundante e contraproducentes quaisquer delegações neste âmbito.

Sem prejuízo do que acima se referiu, existe um organograma do Grupo Teixeira Duarte, junto no início deste Relatório, que reflete as linhas genéricas organizacionais definidas pelo Conselho de Administração para o Grupo, em particular, no sentido de este dever:

- a) Manter um conjunto de Direções Centrais com especiais responsabilidades de apoio transversal às atuações desenvolvidas nos vários sectores de atividade do Grupo integradas no denominado Centro Corporativo, o qual deverá promover uma uniformização de procedimentos e um apoio junto das estruturas do Grupo que atuam no estrangeiro nestas áreas comuns a vários negócios, ainda que algumas estejam integradas no âmbito da TD,SA e outras no da sua participada Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.;
- b) Organizar as estruturas operacionais do Grupo por Sectores de Atividade, as quais, tendencialmente, abrangerão a responsabilidade por todas as equipas e operações dessas áreas de negócio, independentemente do mercado geográfico em que atuem, aproximando, também por essa forma, os recursos centrais técnicos e humanos do Grupo dos que estão a operar nos diversos mercados de atuação da TD,SA;
- c) Destacar a marca de certas operações integradas no Grupo que, dada a particularidade do seu negócio, deverão manter a respetiva individualidade, em especial nos Sectores da Construção e das Concessões e Serviços;
- d) Reforçar a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. como principal sociedade do Grupo a atuar no sector da Construção:
 - d.1) Mantendo o desenvolvimento da sua atuação através de Centros de Exploração, que dividem as valências de produção e são essenciais na formação de quadros dirigentes e no acompanhamento da sua carreira;
 - d.2) Mantendo um conjunto de Direções Centrais com âmbito de atuação específico no apoio especializado aos Centros de Exploração, em particular nas áreas dos Estudos, Projetos e Propostas;
 - d.3) Mantendo a coordenação e articulação da atividade das participadas que atuam no setor da Construção através do Conselho de Administração da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.;
- e) Criar, no âmbito do Conselho de Administração da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. e do ponto de vista operacional, uma Comissão Executiva de Exploração, que coordenará a atuação dos Centros de Exploração e das participadas neste setor da Construção;
- f) Manter uma estreita ligação entre o Conselho de Administração da TD,SA e da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.;
- g) Reforçar a firmeza e eficácia dos vínculos de unidade no Grupo Teixeira Duarte através da ligação direta do Conselho de Administração com os Delegados do Grupo nos vários países, que aí representam o órgão de gestão, assumindo a representação institucional do Grupo, bem como a ligação com as estruturas dos vários Sectores e do Centro Corporativo que operem nesses mercados e a implementação de práticas de otimização do funcionamento das sociedades do Grupo atendendo às particularidades de cada país.

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Não existe qualquer regulamento de funcionamento ou código de conduta dos órgãos sociais.

Atendendo ao modelo societário escolhido, à composição do Conselho de Administração (todos os membros são executivos) e ao facto de as competências e responsabilidades deste órgão não serem delegáveis em quaisquer outros, nem em comissões especializadas, ou departamentos, o modo de funcionamento do Conselho de Administração é bastante simplificado, acrescentando ainda o facto do número de membros que integra esse órgão não ser alargado o suficiente para justificar a estipulação, em regulamento, de regras adicionais de operacionalidade.

As competências individuais de cada um dos seus membros são fixadas por deliberação do próprio Conselho de Administração e a sua interligação é mantida de forma regular nos termos legalmente estipulados e considerados bastantes para o efeito.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

Durante o exercício de 2013, o Conselho de Administração da TD,SA reuniu 26 vezes.

Para os devidos efeitos, informa-se que a assiduidade de cada um dos membros daquele órgão foi a seguinte:

O Presidente do Conselho de Administração, **Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte** esteve presente em 25 reuniões. A única reunião a que não pôde comparecer por se encontrar deslocado em serviço no estrangeiro, foi convocada com carácter urgente. Ainda assim, fez-se representar, nessa mesma reunião, por um outro membro do Conselho.

O Administrador **Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte** esteve presente em todas as reuniões do Conselho de Administração.

O Administrador **Senhor Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos** esteve presente em 22 das reuniões do Conselho de Administração. Não pôde comparecer a 4 reuniões por se encontrar deslocado em serviço no estrangeiro, tendo-se feito representar por outro Administrador numa dessas reuniões. As suas faltas foram justificadas em conformidade.

O Administrador **Senhor Eng.º Carlos Gomes Baptista** esteve presente em 25 das reuniões do Conselho de Administração. Não pôde comparecer a 1 das reuniões por se encontrar deslocado em serviço no estrangeiro, tendo a sua falta sido justificada em conformidade.

O Administrador **Senhor Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo** esteve presente em 25 das reuniões do Conselho de Administração. A única reunião a que não pôde comparecer por se encontrar deslocado em serviço, no estrangeiro, foi convocada com carácter urgente. Ainda assim, fez-se representar, nessa mesma reunião, por um outro membro do Conselho.

O Administrador **Senhor Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino** esteve presente em 12 das reuniões do Conselho de Administração e fez-se representar por outro Administrador numa outra reunião em que não pôde estar presente. Recorde-se, no entanto, que apenas foi eleito para o cargo na Assembleia Geral de 25 de maio de 2013, pelo que só passou a comparecer às reuniões do Conselho a partir desta data. Não pôde comparecer a 5 reuniões por se encontrar deslocado em serviço no estrangeiro, tendo-se feito representar por outro Administrador numa dessas reuniões. As suas faltas foram justificadas em conformidade.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

O órgão competente para a avaliação do desempenho dos Administradores da Sociedade, todos eles executivos, é a Assembleia Geral, a qual, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, procede anualmente à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

O Conselho Fiscal acompanha, nos termos previstos e aqui descritos neste documento, a atuação do Conselho de Administração, acautelando o cumprimento de uma série de matérias e emitindo parecer anual sobre relatório e contas que submete à apreciação dos Senhores acionistas em Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Comissão de Remunerações procede à avaliação da atividade desenvolvida por cada um dos Administradores, para efeitos de fixação da respetiva remuneração, tendo por base a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral.

Mais se informa que em função do modelo organizativo e funcional estabelecido entre os diversos órgãos sociais, se entendeu que não se justifica criar quaisquer comissões para efeitos de assegurar uma competente e independente avaliação de desempenho dos Administradores executivos e do seu próprio desempenho global ou de quaisquer comissões que, conforme descrito, não existem.

Com efeito, atendendo ao modelo adotado e à estrutura e composição dos membros dos Órgãos Sociais, tais funções encontram-se expressamente cometidas à Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e à Comissão de Remunerações, nos termos acima indicados.

Do mesmo modo e pelas mesmas razões, se entendeu que não se justifica criar quaisquer comissões para refletir sobre o sistema, estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

Estas atribuições são desempenhadas e desenvolvidas por cada um dos Órgãos Sociais que, melhor que qualquer outro organismo criado apenas para esse efeito, conseguem identificar eventuais constrangimentos e dificuldades com que se tenham deparado, do mesmo modo que vão colaborando entre si na avaliação do modelo de governo da sociedade adotado, reportando e ultrapassando eventuais dificuldades de funcionamento e interligação.

Em última análise, a avaliação global da atuação dos órgãos sociais caberá sempre aos Senhores acionistas em Assembleia Geral.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Não existem critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos. Com efeito, todos os Administradores são avaliados de acordo com a respetiva prestação durante o exercício, tendo por base os objetivos fixados e atingidos, os resultados da Empresa e diversos outros parâmetros que, pela sua diversidade e variação ao longo dos anos, se entende que não deverão ser taxativos mas sim adaptáveis às circunstâncias de cada período e de cada situação concreta, tendo por base a política de remunerações que é anualmente aprovada em Assembleia Geral.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Todos os membros do Conselho de Administração da TD,SA têm dezenas de anos “de casa”, com percursos profissionais feitos quase exclusi-

vamente dentro do Grupo Teixeira Duarte, sendo que foi em função das áreas e setores de atuação do Grupo que supervisionam ou acompanham que foram designados para outros cargos sociais, permitindo-lhes inclusivamente o reporte de informação para a TD,SA sobre as atuações dessas mesmas entidades e a correspondente implementação, no âmbito destas, das orientações definidas para o Grupo Teixeira Duarte.

Existem, contudo, algumas situações pontuais de cargos sociais assumidos noutras entidades fora do Grupo Teixeira Duarte, sendo que em nenhuma delas qualquer administrador auferia remuneração ou mantém um vínculo profissional, ou está sujeito a qualquer situação que obste à disponibilidade total para o desempenho do cargo de membro do Conselho de Administração da TD,SA.

Presidente do Conselho de Administração: Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Em 31 de Dezembro de 2013, exercia os seguintes cargos **noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte**:

Presidente do Conselho de Administração de “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”;

Em sociedades fora do Grupo Teixeira Duarte:

Presidente do Conselho de Administração de “TEIXEIRA DUARTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”;

Membro do Conselho Consultivo e de Estratégia de “E.I.A. – Ensino, Investigação e Administração, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “PASIM – Sociedade Imobiliária, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “PACIM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”.

Administrador: Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2013, desempenhava os seguintes cargos **noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte**:

Administrador de “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “BONAPARTE – Imóveis Comerciais e Participações, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “C+P.A. – Cimento e Produtos Associados, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “ESTA – Gestão de Hotéis, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “EVA – Sociedade Hoteleira, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “IMOPEDROUÇOS – Sociedade Imobiliária, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “IMOTD – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração “LAGOAS HOTEL, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “LAGOASFUT – Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “PTG – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “ROCHORIENTAL – Sociedade Hoteleira, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “SINERAMA – Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “STELGEST – Gestão Hoteleira, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “TD VIA – Sociedade Imobiliária, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “TDE – Empreendimentos Imobiliários, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “TDH – Sociedade Gestora de Participações, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “TDHC – Instalações para Desporto e Saúde, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “TDO – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “TEDAL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “V8 – Gestão Imobiliária, S.A.”;

Administrador de “CPM – Companhia de Parques de Macau, S.A.”;

Membro do Conselho de Administração da “EMPA, S.A. Serviços de Engenharia”;

Administrador de “MARINERTES, S.A.”;

Administrador de “TDARCOL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”;

Administrador de “TDHOSP – Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.”;

Administrador de “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções (Macau), Limitada”;

Administrador de “Votorantim Macau Investimentos, S.A.”;

Gerente de “BONAPAPEL – Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos Unipessoal, Lda.”;

Em sociedades fora do Grupo Teixeira Duarte:

Presidente do Conselho de Administração de “SEIUR – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “ILTA – Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.”;

Administrador de “TEIXEIRA DUARTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”;

Secretário da Mesa da Assembleia Geral da “HAB – Cooperativa de Construção e Habitação C.R.L.”;

Membro do Conselho Geral e de Supervisão de “E.I.A – Ensino, Investigação e Administração. S.A.”.

Administrador: Senhor Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos

Em 31 de Dezembro de 2013 desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades, **todas do Grupo Teixeira Duarte**:

Administrador de “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “OFM – Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A.”, anteriormente denominada “RECOLTE – Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de INVICTAAMBIENTE – Recolha de Resíduos e Limpeza Pública, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração de “GMP – Grupo Marítimo Português, ACE”;

Presidente do Conselho de Administração de “GMP MEK – Grupo Marítimo Português Mers El Kebir, ACE”;

Presidente do Conselho de Administração de “MARINERTES, S.A.”;

Vice-Presidente do Conselho de Administração de “Novaponte – Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE”;

Administrador de “E.P.O.S. – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.”;

Membro do Conselho de Administração da “EMPA, S.A. – Serviços de Engenharia”;

Administrador de “TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.”;

Administrador de “PTG – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”;

Administrador de “TDARCOL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”;

Administrador de “SOMAFEL e FERROVIAS, ACE”;

Administrador de “Groupement Maritime Portugais GMP – ORAN”;

Administrador de TEIX.CO, SPA;

Administrador: Senhor Eng.º Carlos Gomes Baptista

Em 31 de Dezembro de 2013 desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades, **todas do Grupo Teixeira Duarte**:

Presidente do Conselho de Administração de “TDGI – Tecnologia de Gestão de imóveis, S.A.”;

Membro do Conselho de Administração da “EMPA, S.A. – Serviços de Engenharia”;

Administrador de “RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A. – Sociedad Unipersonal”;

Administrador de “TEIXEIRA DUARTE/OPCA – Fungere – Parcela 1.18 do Parque da Nações em Lisboa 3.ª Fase – Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE”.

Administrador: Senhor Eng.º Diogo Bebianco Branco de Sá Viana Rebelo

Em 31 de Dezembro de 2013 desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades, **todas do Grupo Teixeira Duarte**:

Presidente do Conselho de Administração de “QUINTA DE CRAVEL IMOBILIÁRIA, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “TEIXEIRA DUARTE – Distribuição, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “TDO – Investimento e Gestão, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração de “TRANSBRITAL – Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A.”;

Administrador de “BONAPARTE – Imóveis Comerciais e Participações, S.A.”;

Administrador de “IMOPEDROUÇOS – Sociedade Imobiliária, S.A.”;

Administrador de “IMOTD – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”;

Administrador de “TD VIA – Sociedade Imobiliária, S.A.”;

Administrador de “TDE – Empreendimentos Imobiliários, S.A.”;

Administrador de “TDHOSP – Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.”;

Administrador de “TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.”;

Administrador de “V8 – Gestão Imobiliária, S.A.”;

Gerente de “BONAPAPEL – Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos – Unipessoal, Lda.”.

Administrador: Senhor Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino

Em 31 de Dezembro de 2013 desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades, **todas do Grupo Teixeira Duarte**:

Presidente do Conselho de Administração de “CONBATE, A.C.E.”;

Administrador de “Abdul Rahman Saad Al Rashid And Sons & Teixeira Duarte, Limited Liability Company”;

Administrador de “Douro Litoral, A.C.E.”;

Membro do Conselho de Administração da “EMPA S.A. Serviços de Engenharia”;

Administrador de “Engil / Mota / Teixeira Duarte - Requalificações Urbanas, ACE”;

Administrador de “GPCC - Grupo Português de Construção de Infraestruturas de Gás Natural, ACE”;

Administrador de “GROUPE ETRHB HADDAD - Teixeira Duarte - El Harrach Douera”;

Administrador de “Groupement Métro d’Alger Centre (GMAC)”;

Administrador de “GROUPEMENT TEIXEIRA DUARTE / GROUPE ETRHB HADDAD”;

Administrador de “GROUPEMENT TEIXEIRA DUARTE, S.A. / KANAGHAZ, SPA - Lagunes de Souf”;

Administrador de “MOLINORTE - Linha do Norte, Construção Civil, ACE”;

Administrador de “TEIXEIRA DUARTE ALGÉRIE, SPA”.

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Não existem atualmente quaisquer Comissões específicas em matéria de administração ou fiscalização — nem mesmo a Comissão Executiva prevista poder ser constituída ao abrigo do artigo 20.º dos Estatutos — sem prejuízo de alguns dos membros do Conselho de Administração manterem contactos e encontros setoriais frequentes e reunirem com regularidade acompanhados de outros membros do Conselho de Administração da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e do assessor da Administração.

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

Considerando que não existe uma Comissão Executiva nem Administradores delegados, a presente regra não é aplicável à TD,SA.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Considerando que não existem comissões criadas no seio do Conselho de Administração, conforme referido em 27. *supra*, a presente regra não é aplicável à TD,SA.

III. FISCALIZAÇÃO

(Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão)

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão) correspondente ao modelo adotado.

O modelo societário adotado é o habitualmente designado por monista latino, tendo-se optado portanto pela designação de um Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº18.

Ao abrigo do disposto no artigo 24.º dos Estatutos da TD,SA, o Conselho Fiscal é constituído, necessariamente, por três membros efetivos e um suplente, os quais deverão obedecer aos requisitos e disporão dos poderes estabelecidos na lei. A Assembleia Geral, ao eleger tal Conselho, designará obrigatoriamente, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente.

À semelhança dos demais membros dos órgãos sociais e nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do Pacto Social, os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral, pelo sistema de listas, por períodos de quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos.

Nessa conformidade, o Conselho Fiscal é atualmente composto pelos seguintes membros:

Presidente: Senhor Dr. António Gonçalves Monteiro

Vogais: Senhor Dr. Mateus Moreira

Senhor Miguel Carmo Pereira Coutinho

Suplente: Senhor Dr. Horácio Lisboa Afonso

Todos os atuais membros do Conselho Fiscal foram designados pela primeira vez aquando da constituição da sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercerem funções durante o mandato 2009/2010.

Na Assembleia Geral Anual de 20 de maio de 2011 foram todos reconduzidos nos respetivos cargos, para exercerem funções durante o quadriénio 2011/2014.

Acrescente-se que todos eles possuem as competências adequadas para o exercício das respetivas funções, conforme *infra* descrito em 33.

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº19.

Todos os atuais membros do Conselho de Fiscal cumprem integralmente os requisitos de independência, sendo que não se verifica qualquer incompatibilidade para o exercício do respetivo cargo por cada um deles, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Os factos referidos no parágrafo anterior são objeto de averiguação periódica em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº21.

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho Fiscal são os que se descrevem de seguida:

Senhor Dr. António Gonçalves Monteiro (Presidente do Conselho Fiscal)

Licenciatura em Finanças pelo “Instituto Superior de Economia” e diplomado em Contabilidade e Administração pelo “Instituto Superior de Contabilidade e Economia de Lisboa”.

É sócio e Presidente do Conselho de Administração da “Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.”, representando a sociedade no exercício de funções de fiscal único ou integrando órgãos de fiscalização de várias empresas e outras entidades.

É Presidente do Conselho Fiscal da “ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A.” e da “SAGESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, S.A.”.

É Presidente da Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

É Presidente da Comissão de Remunerações do “BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A.”

Foi Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (2006-2011) e membro do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria (2009-2011). Foi presidente da Associação Portuguesa de Consultores Fiscais (1998-2005).

Foi Presidente do Conselho Fiscal de “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”.

Nunca exerceu quaisquer atividades profissionais na TD,SA, embora tenha sido representante da sociedade de Revisores Oficiais de Contas que desempenhou os cargos de fiscalização nas sociedades “SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.” e “OFM – Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.”, bem como no “Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF”, integradas no Grupo Teixeira Duarte.

Senhor Dr. Mateus Moreira (Vogal do Conselho Fiscal)

Licenciatura em Finanças pelo “Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras” (1972).

Aposentado em 30.09.2003 do Millennium BCP, onde desempenhava o cargo de Diretor Central – Adjunto.

Foi vogal do Conselho Fiscal de “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”.

Senhor Miguel Pereira Coutinho (Vogal do Conselho Fiscal)

Frequência do 2º ano do “Instituto Superior de Agronomia” (1952).

Foi empresário.

Atualmente está aposentado.

Foi vogal do Conselho Fiscal de “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”.

Senhor Dr. Horácio Lisboa Afonso (Suplente do Conselho Fiscal)

Licenciatura em Finanças pelo “Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras”.

Frequência de diversos cursos de especialização profissional, organizados pela *Price Waterhouse, Deloitte, Grant Thornton, Nexia International* e outras entidades, em Portugal e noutros países, cobrindo contabilidade, gestão financeira, auditoria financeira, auditoria informática, *time management, personal skills* e outras matérias específicas e relevantes para a *governance* de empresas.

Estágio de sete meses realizado no Departamento de Auditoria da *Price Waterhouse*, em Londres, no período de outubro de 1978 a abril de 1979.

Membro da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Membro da Ordem dos Economistas.

Membro da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Sócio fundador da “Camacho Palma & Lisboa Afonso – SROC”, representante em Portugal da *Nexia International*, desempenha funções de Revisor Oficial de Contas em diversas empresas, assumindo a responsabilidade pela Revisão e Certificação Legal das respetivas contas.

Foi suplente do Conselho Fiscal de “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº24.

Conforme acima descrito no n.º 22 do presente Relatório, não existe qualquer regulamento de funcionamento ou código de conduta dos órgãos sociais.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº25.

Durante o exercício de 2013, o Conselho Fiscal reuniu 6 vezes, contando, em todas elas, com a participação de todos os seus membros efetivos.

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 26.

Todos os membros do Conselho Fiscal têm a disponibilidade adequada para o desempenho das suas funções na TD,SA, nomeadamente para participação nas reuniões periódicas do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e para o acompanhamento da atividade da Sociedade e da elaboração e publicação dos documentos de prestação de contas, em articulação com atuação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

De seguida, indica-se os cargos exercidos por cada um dos membros do Conselho Fiscal, em sociedades dentro e fora do Grupo:

Senhor Dr. António Gonçalves Monteiro (Presidente do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2013, não exercia quaisquer cargos noutras sociedades dentro do Grupo Teixeira Duarte.

Nessa data, exercia, na qualidade de representante da “Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.”, funções de Fiscal Único em diversas empresas e instituições que não integram o Grupo Teixeira Duarte.

Senhor Dr. Mateus Moreira (Vogal do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2013, não exercia funções em quaisquer outras sociedades.

Senhor Miguel Pereira Coutinho (Vogal do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2013, não exercia funções em quaisquer outras sociedades.

Dr. Horácio Lisboa Afonso (Suplente do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2013, não exercia quaisquer cargos noutras sociedades dentro do Grupo Teixeira Duarte.

Nessa data, exercia cargos sociais em diversas empresas e instituições que não integram o Grupo Teixeira Duarte, designadamente:

Sócio administrador de “Camacho Palma & Lisboa Afonso – SROC”.

Gerente de “NEXIA, CPLA & Associados – SROC, Lda.”.

Presidente da Comissão de Auditoria de “Banco Espírito Santo, S.A.”.

Presidente do Conselho Fiscal de “PARTRAN – SGPS, S.A.”.

Vogal do Conselho Fiscal de “SOMINCOR – Sociedade Mineira de Neves-Corvo, S.A.”.

c) Competências e funções**37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.**

Não são contratados serviços ao auditor externo que não os de revisão legal de contas e auditoria pelo que a presente norma não é aplicável à realidade da TD,SA.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Os órgãos de fiscalização não exercem outras funções que não as acima descritas e legalmente definidas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O cargo de revisor oficial de contas é exercido pela “Mariquito, Correia & Associados – SROC”, representada pelo respetivo sócio, Senhor Dr. António Francisco Escameia Mariquito.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

O revisor oficial de contas foi designado pela primeira vez para o cargo aquando da constituição da Sociedade em 30 de novembro de 2009, tendo sido reconduzido para o exercício do mesmo cargo durante o quadriénio 2011/2014 em Assembleia Geral de 20 de maio de 2011.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

O revisor oficial de contas não presta outros serviços que não os de revisão legal de contas e auditoria à TD,SA.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O auditor externo designado, nos termos do artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários, é a sociedade de revisores oficiais de contas “Mariquito, Correia & Associados – SROC”, representada pelo respetivo sócio, Senhor Dr. António Francisco Escameia Mariquito, e registada na CMVM sob o número 2.235.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

O auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções na TD,SA desde a sua constituição em 30 de novembro de 2009, ou seja, desde há 4 anos.

No entanto, informa-se que tanto a SROC como o respetivo sócio acima referido exercem funções noutras sociedades do Grupo TEIXEIRA DUARTE há 26 anos.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Não existe uma política definida sobre a rotatividade do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Acrescente-se, todavia, que a questão prevista na Recomendação n.º IV.3 — *as sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos* — não se coloca, uma vez que o mesmo se encontra a cumprir o segundo mandato no exercício daquelas funções.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

A atuação do Auditor Externo tem vindo a ser avaliada pelo Conselho Fiscal e por todos os demais órgãos sociais da TD,SA, sendo que nunca se verificou qualquer circunstância que pudesse motivar a sua destituição ou resolução do contrato de prestação dos seus serviços com justa causa.

A este propósito, refira-se que o Conselho de Administração da TD,SA e os serviços dele dependentes têm vindo a assumir o compromisso de zelar para que sejam asseguradas as condições adequadas à prestação dos serviços por parte do auditor externo, dentro da Empresa, uma vez que aqueles se enquadram diretamente na estrutura operacional da TD,SA e que dispõem dos meios físicos e da informação e documentação necessária para proporcionarem ao auditor externo as condições adequadas para o exercício das suas funções.

O interlocutor da Empresa e primeiro destinatário dos relatórios do auditor externo é o Conselho de Administração, uma vez que, conforme ficou descrito *supra*, é este o órgão que se encontra diretamente enquadrado na estrutura operacional da empresa, facilitando as comunicações e a divulgação de informação entre os diversos órgãos e entidades, sem que alguma vez a independência do auditor tenha sido prejudicada.

Tais procedimentos estão, contudo, acertados e articulados com o Conselho Fiscal que, sem prejuízo disso, obtém também do auditor externo e da sua equipa as informações e elementos que entende necessários para o exercício das suas funções.

A remuneração do auditor externo é fixada pela Comissão de Remunerações da Empresa, nos termos previstos nos Estatutos, à semelhança do que sucede para os demais órgãos sociais, não se encontrando, por ora, qualquer fundamento para a interferência do Conselho Fiscal nesta matéria.

Este modelo, implementado há já alguns anos no âmbito do Grupo Teixeira Duarte, tem-se vindo a revelar adequado ao bom funcionamento dos órgãos sociais e à garantia da transparência.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Informa-se que nem o Auditor Externo, nem quaisquer outras entidades que com ele se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, prestam à TD,SA serviços diversos dos serviços de auditoria.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de

domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio):

A retribuição paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede é determinada em função do volume e qualidade dos serviços prestados no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

Pela Sociedade		
Valor dos serviços de revisão de contas	61.000,00	100%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	0,00	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal	0,00	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	0,00	-
Por entidades que integram o Grupo		
Valor dos serviços de revisão de contas	217.800,00	100%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	0,00	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal	0,00	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	0,00	-

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

Não existem regras específicas para eventuais alterações dos Estatutos da Sociedade, aplicando-se o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais, em especial os termos constantes dos seus artigos 85.º, 383.º, n.º 2 e 386.º.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Quanto à política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas, a Sociedade incentiva os colaboradores a informarem, pelos meios que julgarem convenientes — por contacto direto, documento escrito, e-mail ou por via telefónica — as respetivas hierarquias de quaisquer irregularidades detetadas. As pessoas com legitimidade para receber essas comunicações são os respetivos superiores hierárquicos.

Sempre que tal se revele adequado ao correto apuramento dos factos e das responsabilidades inerentes à prática dos mesmos, são abertos os correspondentes processos ou inquéritos, salvaguardando também a necessária confidencialidade da comunicação, quando solicitada pelo declarante ou assim ajuizado como conveniente pelo recetor, sem prejuízo de não se alinhar por práticas persecutórias destituídas de valor para a organização.

Os processos são acompanhados pelo responsável do departamento em que a alegada irregularidade tenha ocorrido, com recurso a pessoas

não envolvidas na situação em causa e, caso se afigure conveniente, com o acompanhamento de advogados e da Direção Central de Recursos Humanos e Serviços Administrativos.

Os processos são sujeitos a uma decisão por parte das hierarquias envolvidas, dela se dando reporte ao Conselho de Administração, a quaisquer outras entidades a quem esta comunicação deva ser efetuada com carácter imperativo.

Em complemento das mencionadas regras e, em especial, do ponto de vista dos demais *stakeholders*, existe um Gabinete de Apoio ao Investidor disponível também para eventuais participações de possíveis irregularidades, o mesmo sucedendo com os órgãos de fiscalização da Sociedade, ou seja, o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Para além disso, foi já implementado em 2014 um novo veículo de comunicação de irregularidades diretamente para o Conselho Fiscal, através da criação do endereço de e-mail irregularidades@teixeiraduarte.pt, através do qual os colaboradores (em especial através do Portal corporativo) e os acionistas (estando o mesmo disponibilizado para o efeito no site oficial da TD,SA www.teixeiraduarte.pt) poderão remeter o reporte de eventuais irregularidades.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Os Serviços de Auditoria Interna do Grupo Teixeira Duarte têm vindo a desempenhar um papel fundamental em matéria de implementação de sistemas de controlo interno.

A 31 de dezembro de 2013, estes serviços contavam com 6 colaboradores e encontravam-se na dependência hierárquica e funcional do Administrador Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte.

A este propósito, sublinha-se ainda o relevante contributo prestado pelos serviços corporativos de Consolidação de Contas e Secretaria Corporativa no processo de reporte e divulgação de informação financeira.

51. Explicação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

Conforme acima referido, 31 de dezembro de 2013, os serviços de auditoria interna encontravam-se na dependência hierárquica e funcional do Administrador Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, o qual não era considerado independente ao abrigo das disposições normativas aplicáveis.

Contudo, considera-se que este Administrador não se encontra em circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Acrescente-se que, desde a sua criação no âmbito da orgânica do Grupo Teixeira Duarte, os Serviços de Auditoria Interna não só sempre se encontraram na dependência hierárquica do Conselho de Administração como sempre reportaram funcionalmente ao Administrador titular do pelouro da área financeira. Tal modelo tem-se vindo a revelar adequado uma vez que é facilitada a comunicação, colaboração e troca de informações entre os aludidos Serviços enquadrados na estrutura organizativa da empresa e o Administrador responsável, sem que, reitere-se,

a isenção de nenhum deles seja alguma vez posta em causa.

É, pois, neste enquadramento que se informa que é o Conselho de Administração que se pronuncia sobre os planos de trabalho e os recursos afetos ao Serviço de Auditoria Interna e é o destinatário de todos os relatórios realizados por este serviço, mesmo quando estão em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

No que respeita aos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade, o Conselho de Administração é responsável, em primeiro lugar, pelo conhecimento e avaliação dos mais relevantes riscos a que a Sociedade se encontra sujeita, bem como pela promoção das iniciativas necessárias para a respetiva prevenção.

Neste âmbito, compete ao Conselho de Administração conceber e projetar os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos que se revelem necessários e adequados para as diversas situações identificadas, bem como monitorizar a respetiva implementação e acompanhar e avaliar o seu funcionamento.

Acrescente-se que cabe ainda ao Conselho de Administração — e não aos órgãos de fiscalização — a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da TD,SA, uma vez que esta é uma matéria que, pela sua natureza e pelas especificidades acima descritas, se enquadra no âmbito de atuação próprio do Conselho de Administração e no controlo e supervisão deste órgão sobre as diversas Direções das sociedades do Grupo, sistema este que se tem revelado adequado para os respetivos fins.

Esta realidade é, contudo, seguida de próximo pelos membros dos órgãos de fiscalização que, para além do regular acompanhamento da atividade do Grupo, se fazem representar nas reuniões mensais do Conselho de Administração onde se disponibiliza um vasto conjunto de elementos de diferentes naturezas com informação de reporte e previsão da atuação do Grupo nos vários mercados e setores.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Não existem quaisquer outras áreas com competências exclusivas no âmbito do controlo de risco, sendo que, face àquele que é modelo em vigor no Grupo sobre esta matéria, todas as áreas têm essa quota-parte de responsabilidade nos termos acima descritos.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

Os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade são os seguintes:

- alterações nas condições económicas e de negócio em Portugal, bem como nas condições económicas e de negócio nas operações do Grupo no estrangeiro, nomeadamente em Angola, Argélia, Brasil e Venezuela;
- flutuações e volatilidade das taxas de juro, dos spreads de crédito e das taxas de câmbio;
- alterações nas políticas governamentais;
- enquadramento regulamentar e financeiro da atividade bancária;

- alterações no ambiente competitivo dos setores de atividade em que o Grupo Teixeira Duarte opera; e
- flutuações dos mercados acionistas em geral e em particular da cotação do BCP.

Acresce que a atividade do Grupo Teixeira Duarte está dependente do enquadramento económico e das consequências que determinada situação macroeconómica possa vir a ter nos níveis de confiança dos vários agentes económicos, nos volumes de investimento, exportações e comércio global, bem como nos níveis de emprego e padrões de consumo.

A evolução das áreas de atividade onde o Grupo opera, nomeadamente da área da construção, mas também, por exemplo, das áreas imobiliária, hoteleira e de energia, está historicamente correlacionada, de uma forma mais ou menos direta, com o desempenho macroeconómico dos países ou mercados onde o Grupo Teixeira Duarte atua, designadamente, com a evolução do Produto Interno Bruto (PIB). Deste modo, a atividade do Grupo, bem como os seus resultados, podem ser significativamente afetados pelo desempenho das economias onde o Grupo Teixeira Duarte opera, nomeadamente por efeito do crescimento ou retração do mercado da construção, área de negócio com maior representatividade nos proveitos operacionais do Grupo (50,5% em 2013).

Sendo o negócio da **construção** a principal atividade do Grupo Teixeira Duarte, nomeadamente nos sub-ramos da Geotecnia e Reabilitação, das Edificações, das Infraestruturas e da Metalomecânica, Obras Subterrâneas, Ferroviárias e Marítimas, apresenta-se, de seguida, uma descrição dos principais riscos inerentes ao referido negócio:

O negócio da construção de elevada escala e dimensão envolve uma grande afetação de recursos humanos e materiais, que implica uma estrutura de custos fixos elevada, não só pela necessária aposta nas equipas e na sua formação, mas também pelo investimento significativo que é necessário para a aquisição, manutenção e adaptação de equipamentos.

Os custos associados a muitos dos concursos, tanto na elaboração de propostas, como nos seguros e nas garantias e cauções por vezes necessárias prestar, também constituem outro fator de risco inerente à atividade, sobretudo se atendermos também às penalizações muitas vezes associadas às grandes empreitadas públicas em que o Grupo Teixeira Duarte participa.

Acresce que a retração do investimento público, bem como do privado de maior volume, têm afetado as receitas, que são também por vezes prejudicadas pelos prazos e atrasos nos pagamentos.

Por outro lado, a natureza do serviço prestado implica muitas vezes alterações das circunstâncias inicialmente negociadas, fruto das vicissitudes das empreitadas em causa (alterações climáticas; descoberta de características da natureza adversas e diferentes do previsto; fenómenos naturais, sociais e económicos resultantes do impacto da obra) e das alterações dos projetos, muitas vezes por novas opções dos donos de obra que obrigam a uma grande agilidade na eficiência da execução das mesmas.

Outro aspeto importante resulta do significativo número de fornecedores de bens e equipamentos e de prestadores de serviços com que a empresa lida nesta área de atuação e que podem implicar riscos por ações ou omissões a eles imputáveis, incluindo interrupções e atrasos no serviço prestado ou no fornecimento de bens.

Do ponto de vista comercial, a globalização tem viabilizado a entrada de outros grandes Grupos Construtores nos principais e mais antigos mercados de atuação da Teixeira Duarte — nomeadamente em Portugal e Angola — obrigando a um maior esforço na apresentação de soluções e propostas, bem como a uma otimização de custos que permita acompanhar a força da competitividade dessas entidades.

As **Concessões** são normalmente projetos de longo prazo que envolvem cada vez mais vertentes, como as ligadas a projeto, conceção, construção, financiamento e exploração e que, quer por tal complexidade e necessidade de parcerias, quer pela longevidade dos processos, implicam um risco forte na avaliação de ativos e projetos a longo prazo, num mundo cada vez mais dinâmico e com alterações inesperadas.

A área **Imobiliária** esteve na origem e núcleo da chamada crise do *subprime* e os reflexos dessa conjuntura internacional estão presentes em Portugal, onde as exigências para novos projetos aumentam a todos os níveis (administrativo, económico, social, ambiental, entre outros), a cada vez maior evidência de excedentes na oferta faz diminuir os preços e a própria procura está muito penalizada por maiores dificuldades no recurso ao crédito.

A **Hotelaria** no Algarve tem sido muito penalizada por novos destinos acessíveis e pelas mudanças de rotas de grandes agências internacionais, sendo que os hotéis em África estão naturalmente expostos às idiossincrasias dos respetivos países e à concorrência que aumenta numa dimensão nunca antes verificada. Adicionalmente, e considerando os níveis de endividamento de algumas das empresas participadas que operam neste setor, os resultados e, consequentemente, a situação patrimonial das referidas empresas poderão sofrer impactos adversos em consequência de evoluções desfavoráveis nas taxas de juro.

A **Distribuição** em Angola está muito exposta às características próprias do país e das dificuldades logísticas de abastecimento, de transporte e de deslocação.

A área **Automóvel** desenvolve-se num mercado muito saturado, onde internacionalmente grandes *players* do setor faliram e foram fortemente afetados, com inevitáveis reflexos a nível mundial e que já antes haviam levado o Grupo Teixeira Duarte a alienar a atividade que nesta área desenvolvia em Portugal.

Em Angola, a competitividade está a aumentar bastante e o investimento efetuado pelo Grupo obriga a uma forte otimização de processos e custos, num mercado que está cada vez mais exigente.

No setor da **Energia** do Grupo Teixeira Duarte os riscos cingem-se ao mercado nacional e centram-se em três aspetos: (i) a reduzida quota de mercado na área dos combustíveis líquidos; (ii) o facto de os principais fornecedores serem simultaneamente os principais concorrentes, com grandes quotas de mercado (iii) e a delicada gestão do crédito concedido aos redistribuidores, nomeadamente pela consignação do produto entregue.

Relativamente às **participações financeiras**, nomeadamente a participação detida no Banco Comercial Português, S.A., o risco resulta da atual fragilidade dos mercados financeiros e do possível impacto da volatilidade das respetivas cotações nas contas do Grupo Teixeira Duarte, o que, em certas circunstâncias, pode afetar os resultados.

Os riscos descritos, a ocorrerem, poderão vir a ter um impacto negativo sobre os resultados do Grupo Teixeira Duarte e sobre a sua situação financeira.

A TD,SA encontra-se exposta a riscos de estratégia, existindo a possibilidade de tomar decisões estratégicas inadequadas, de ocorrerem falhas na implementação de decisões ou de se verificar a falta de capacidade de resposta face à evolução das condições de mercado.

O negócio internacional do Grupo Teixeira Duarte representa uma fatia significativa do volume de negócios do Grupo (81,2% em 2013). Não é possível garantir o pleno sucesso das operações nos mercados externos nos quais o Grupo opera. Adicionalmente, tais operações estão expostas aos riscos cambiais decorrentes de eventuais desenvolvimentos adversos a nível económico nos países em que estão estabelecidas. Estes fatores poderão afetar de forma adversa a atividade, situação financeira e resultados do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte atua em diversos setores de atividade, dos quais se destaca, pela sua contribuição para os proveitos operacionais do Grupo, o setor da Construção, mas também outros como a Distribuição, Energia e Automóvel. Os setores referidos representam 34,5% dos proveitos operacionais do Grupo e podem descrever-se como sendo setores muito competitivos. Este quadro concorrencial, quando associado a ciclos negativos nas áreas de atividade onde o Grupo opera, pode ter um efeito negativo nas margens de comercialização da empresa e nos seus resultados e, por conseguinte, na sua situação financeira.

A capacidade do Grupo Teixeira Duarte de implementar com sucesso a estratégia delineada depende da sua capacidade de recrutar e reter colaboradores qualificados e competentes para cada função. Apesar da política de recursos humanos do Grupo Teixeira Duarte estar orientada para atingir estes objetivos, não é possível garantir que, no futuro, não existam limitações nesta área. Tal circunstância poderá limitar ou atrasar a execução da estratégia delineada, o que poderá ter um efeito negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Um agravamento das condições económicas globais ou das adversidades que afetam as economias a uma escala local podem originar a incapacidade de os clientes do Grupo Teixeira Duarte saldarem as suas obrigações ou atrasar de forma significativa o cumprimento das mesmas, levando a que as linhas de crédito existentes entrem em *default*. Este cenário resultaria em perdas que afetariam a atividade, situação financeira e os resultados do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte poderá, no futuro, ser parte numa pluralidade de litígios relacionados com a sua atividade, incluindo aqueles cuja sentença lhe tenha sido favorável, total ou parcialmente, e que possam vir a ser objeto de recurso ou ação de anulação pelas contrapartes nos termos das normas processuais aplicáveis e até ao trânsito em julgado dessas mesmas sentenças. O Grupo Teixeira Duarte não pode garantir que venha a ganhar quaisquer ações respeitantes às suas atividades e uma decisão negativa nas mesmas poderá ter um efeito adverso que seja significativo para a atividade, situação financeira e resultados do Grupo Teixeira Duarte.

As atividades da TD,SA exigem investimentos. O Grupo financia uma parte destes investimentos fazendo uso dos fluxos de caixa gerados pelas suas atividades operacionais. No entanto, a TD,SA e as suas participadas financiam uma proporção maior dos investimentos fazendo uso de fontes externas, incluindo empréstimos bancários e ofertas nos mercados de capitais.

O Grupo Teixeira Duarte está exposto a um conjunto de riscos, tal como riscos de liquidez, riscos de taxa de juro ou riscos de taxa de câmbio, entre outros, sendo que, perante a ocorrência de cenários excecionalmente adversos, as políticas e procedimentos utilizados pela TD,SA na identificação, acompanhamento e gestão dos riscos poderão não se revelar totalmente eficazes.

Como qualquer outro grupo económico integrado numa envolvente competitiva, o Grupo Teixeira Duarte encontra-se igualmente sujeito a riscos relacionados com liquidez. O Grupo considera estar adequadamente provido dos meios necessários para um efetivo controlo de risco da sua atividade, considerando eficaz a ação desenvolvida pela administração com reporte de elementos que lhe são facultados pelos Serviços de Consolidação de Contas e de Auditoria Interna, bem como pela Direção Central de Finanças e Contabilidade, a quem, sob supervisão direta do Administrador do pelouro, está especialmente cometido o controlo da liquidez do Grupo Teixeira Duarte.

A TD,SA gere o risco de liquidez do Grupo atuando através de duas vias: garantindo que a dívida financeira do Grupo tem uma elevada componente de médio e longo prazo com maturidades adequadas à capacidade esperada de geração de fundos e dispondo de facilidades de crédito, disponíveis em diversos casos na modalidade de linhas em conta corrente.

No decurso normal da atividade, o Grupo está sujeito a determinados riscos operacionais, incluindo interrupções no serviço prestado ou atrasos na prestação de serviços, fraudes, omissões, erros e atrasos na implantação de requisitos para a gestão dos riscos. Estes riscos são acompanhados pelo Grupo de uma forma contínua, através de sistemas administrativos e de informação, entre outros, estando alguns riscos operacionais cobertos por apólices de seguros.

As operações desenvolvidas pelo Grupo Teixeira Duarte estão dependentes do processamento informático. O processamento informático envolve a manutenção de registos, o reporte financeiro e outros sistemas, incluindo sistemas de monitorização e controlo das várias operações do Grupo, nomeadamente na gestão de recursos humanos, contabilística e ainda logística, administrativa e de armazenamento. Apesar da avaliação que tem vindo a ser efetuada aos sistemas computacionais e da convicção de que as suas capacidades são adequadas, não é possível garantir a potenciais investidores a total identificação e correção atempada de todos os problemas relacionados com os sistemas de tecnologias de informação, nem o êxito sistemático na implantação de melhorias tecnológicas.

O custo da grande maioria da dívida financeira contraída pelo Grupo Teixeira Duarte está indexado a taxas de referência variáveis, estando a TD,SA, por essa via, exposta ao risco de taxa de juro.

Contudo, e como forma de gerir estas variações, a área financeira do Grupo Teixeira Duarte segue em permanência o desenvolvimento do mercado, estando em condições de utilizar instrumentos financeiros que permitam minorar os efeitos da volatilidade das taxas de juro. A contratação deste tipo de instrumentos é efetuada tendo em conta os riscos que afetam os ativos e passivos e após a verificação de quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos. Estas operações são permanentemente monitorizadas, nomeadamente através da análise de diversos indicadores relativos a estes instrumentos, em particular a evolução do seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado e a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objetivo de avaliar os seus efeitos financeiros. O registo dos instrumentos financeiros derivados é efetuado de acordo com as disposições da IAS 39, sendo mensurados pelo seu justo valor o qual tem por base avaliações efetuadas por instituições financeiras. Proceder-se à qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação, em observância das disposições da IAS 39.

A variação da taxa de câmbio do Euro face a outras moedas, nomeadamente, o dólar americano, o kwanza angolano, o dinar argelino, o real brasileiro, o metical moçambicano e o bolívar venezuelano, pode ter impacto na situação financeira da TD,SA. O Grupo Teixeira Duarte desenvolve operações em diversos mercados e regista proveitos em moeda estrangeira, tendo igualmente ativos e passivos monetários denominados em moeda que não o Euro, pelo que se encontra, deste modo, exposto a variações nas respetivas divisas.

Em termos indiretos, referem-se ainda as circunstâncias de o Grupo Teixeira Duarte adquirir bens diversos, com relevância nas áreas da construção, da distribuição e do automóvel, em moedas distintas daquela em que os mesmos são posteriormente vendidos, nomeadamente em Angola, sendo que tal facto pode influenciar em parte os resultados obtidos pelo Grupo na atividade que desenvolve nestes setores.

Destaca-se a importação e exportação de materiais para construção e de produtos essencialmente de consumo para as sociedades de direito Angolano que operam na área da distribuição, bem como de veículos automóveis, peças e equipamentos para as diversas participadas locais que atuam no setor automóvel em Angola, operando, entre outras, com as marcas Nissan, Honda, Chevrolet, Renault, Peugeot, JMC, Mahindra e SsangYong.

Variações adversas no preço do petróleo e das matérias-primas poderão afetar significativamente os resultados e situação financeira do Grupo Teixeira Duarte.

A volatilidade do preço das matérias-primas constitui um risco para o Grupo Teixeira Duarte, afetando a atividade operacional da área de negócio da construção, embora seja pontualmente mitigado através de contratos com fornecedores com preços fixos e contratos com clientes que permitam repercutir estas alterações no valor pago por estes.

Em particular, o Grupo Teixeira Duarte tem uma exposição indireta ao preço do petróleo. A capacidade do Grupo em fazer refletir nos preços dos bens finais e dos serviços que presta aumentos do preço do petróleo é reduzida, pelo que poderão surgir consequências negativas nas margens diretas dos bens finais vendidos e no contributo líquido dos serviços prestados. Adicionalmente, um aumento do preço do petróleo tem um impacto direto nos custos de transporte associados ao desenvolvimento das atividades do Grupo, pelo que variações adversas nos preços do petróleo poderão exercer um efeito material negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Mais concretamente, a evolução do preço do petróleo poderá afetar significativamente os resultados do Grupo Teixeira Duarte por três razões:

- diretamente, através da margem gerada na Energia, área de negócio que, em 2013, representou 7,4% dos proveitos operacionais do Grupo Teixeira Duarte;
- o custo de transporte é uma das rubricas de custos mais importantes nas contas de exploração do Grupo;

– os custos energéticos têm ainda algum significado no preço dos fornecimentos e serviços externos.

O aumento de impostos ou a redução de benefícios fiscais poderá ter um efeito adverso na atividade do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte poderá ser afetado por alterações na legislação e demais regulamentação fiscal aplicável em Portugal, na União Europeia e nos diversos países onde desenvolve a sua atividade.

As demonstrações financeiras do Grupo Teixeira Duarte podem ser influenciadas pela valorização das participações financeiras detidas.

A situação líquida, os capitais próprios e até, em certas situações de imparidade, os resultados do Grupo Teixeira Duarte podem ser influenciados pela valorização das participações financeiras detidas, o que, no caso das participações detidas em sociedades admitidas à negociação em mercado regulamentado, depende diretamente da cotação de mercado das respetivas ações.

As entidades do Grupo Teixeira Duarte estão sujeitas aos riscos inerentes a qualquer atividade económica, como é o caso de acidentes, avarias ou catástrofes naturais que possam originar prejuízos nos ativos do Grupo ou interrupções temporárias na respetiva atividade. Da mesma forma, estes riscos podem afetar os principais clientes e fornecedores do Grupo Teixeira Duarte, o que teria um impacto significativo nos níveis de rentabilidade, caso não fosse possível encontrar clientes substitutos de modo a garantir o nível de volume de negócios, ou fornecedores que possibilitassem manter a mesma estrutura de custos.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

Os procedimentos implementados ao nível do controlo interno e da gestão de riscos caracterizam-se por promover a autonomia dos quadros da Sociedade na direção e acompanhamento dos assuntos, inculcando uma postura de responsabilidade e forte estímulo ao comportamento empreendedor.

Esta constante relação entre autonomia e sentido de responsabilidade impõe, de uma forma realista, um rigoroso e ponderado cumprimento das tarefas que estão atribuídas a cada um dos colaboradores, integrando, por si só, um sólido, sustentado e eficaz sistema de controlo de riscos, com resultados práticos considerados satisfatórios.

Tem-se sempre presente a importância da ponderação dos custos de controlo em relação às matérias que se pretende controlar. Da avaliação que se faz da Sociedade, da forma como é gerida, da composição dos quadros e gestores das sociedades que integram o Grupo Teixeira Duarte e dos princípios e conceitos fundamentais que são aplicados, conclui-se que os custos de eficiência e de controlo com a criação de eventuais comissões de controlo seriam amplamente superiores aos custos do que se iria controlar. A simples criação de comissões para o efeito, do ponto de vista formal, acaba por implicar mais entraves do ponto de vista burocrático que não encontram reflexo na sua concretização prática.

Pese embora o sistema de controlo interno e de gestão de riscos implementado na sociedade não cumprir integralmente os requisitos enumerados na Recomendação n.º II.1.5, a TD,SA mantém a sua convicção na opção pelo modelo acima descrito, pois entende que as principais linhas desta recomendação são inadequadas ao regular funcionamento da Empresa, podendo vir a criar diversos obstáculos do ponto de vista meramente formal e burocrático que não são compatíveis com a execução dos procedimentos já implementados nem com a responsabilização das estruturas organizacionais do Grupo.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245.º-A, n.º 1, al. m).

O processo de divulgação de informação financeira é coordenado pelo Conselho de Administração e acompanhado sempre pelos Órgãos de Fiscalização, nele trabalhando as equipas dos Serviços de Consolidação de Contas e da Secretaria Corporativa, respetivamente na elaboração e apuramento de contas e demais informes contabilísticos e financeiros e na preparação e divulgação do documento final.

Ambos os aludidos Serviços acompanham a evolução dos normativos aplicáveis, tanto nas áreas financeiras como jurídicas e estão em articulação com a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários para atualização de informes e regulamentos complementares sobre estas matérias e reportam diretamente ao Conselho de Administração.

Todos os colaboradores que integram os Serviços de Consolidação de Contas e aqueles que, nos Serviços da Secretaria Corporativa participam na preparação e divulgação do documento final são integrados na listagem prevista no artigo 248.º do Código de Valores Mobiliários — ou seja de colaboradores com acesso a informação privilegiada —, sendo todos eles notificados por carta entregue pessoalmente da sua inclusão na referida listagem e das consequências legais decorrentes da divulgação ou utilização abusiva de informação privilegiada.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

Em reforço da política de divulgação de informação acima referenciada e com o objetivo de promover o contacto permanente com o mercado e a resposta às solicitações dos investidores em tempo útil, assegurando o rigoroso cumprimento do princípio da igualdade entre os acionistas e no intuito de prevenir eventuais assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, a Sociedade dispõe de um Gabinete de Apoio ao Investidor, que funciona sob a tutela do Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, Administrador com esse pelouro, coordenado pelo Senhor Dr. José Pedro Poiães Cobra Ferreira, Representante para as Relações com o Mercado devidamente registado junto da CMVM.

Toda a informação que os investidores entendam necessitar e esteja disponível ao abrigo das normas, regulamentos e demais diretivas aplicáveis é prestada por este Gabinete, podendo os acessos ao mesmo ser feitos através dos seguintes meios de comunicação:

Morada: Lagoas Park, Edifício Dois, 2740-265, Porto Salvo, Oeiras

Telef.: + 351 217 912 415

Fax.: + 351 217 941 108

E-mail: representantemercado@teixeiraduarte.pt

O Gabinete de Apoio ao Investidor assegura ainda a manutenção de um registo dos pedidos apresentados pelos diversos “stakeholders” e do tratamento que lhes foi dado.

57. Representante para as relações com o mercado.

Conforme referido em 56. *supra*, o cargo de Representante para as Relações com o Mercado é exercido pelo Senhor Dr. José Pedro Poiães Cobra Ferreira.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

O prazo de resposta a pedidos de informação no ano de 2013 foi, em média, de 2 dias.

V. SÍTIO DE INTERNET**59. Endereço(s).**

O sítio de internet da TD,SA tem o seguinte endereço: www.teixeiraduarte.pt. Neste sítio, a Sociedade disponibiliza, em português e inglês, as informações consideradas relevantes e que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

Estes elementos podem ser consultados em:

<http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/identificacao-da-sociedade.html>

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

Os Estatutos da Sociedade ser consultados em:

<http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/estatutos.html>.

Conforme já foi previamente referido, não existem regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais e/ou comissões.

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

A informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais pode ser consultada em:

<http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/orgaos-sociais/orgaos-sociais-teixeira-duarte-sa.html>.

A informação sobre o representante para as relações com o mercado e o Gabinete de Apoio ao Investidor pode ser consultada em:

<http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/gabinete-apoio-investidor.html>

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

Os documentos de prestação de contas desde a constituição da sociedade, em 2009, e os documentos de prestação de contas da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. – anterior sociedade cotada de topo do Grupo – referentes aos últimos 5 anos podem ser consultados em:

<http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/informacao-financeira/relatorios-anuais.html>

O calendário semestral de eventos societários pode ser consultado em:

<http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/calendario-do-investidor.html>

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

Todos os elementos referentes às Assembleias Gerais da TD,SA podem ser consultados em:

<http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/assembleias-gerais/teixeira-duarte-sa.html>

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

Todos estes elementos podem ser consultados em:

<http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/assembleias-gerais/teixeira-duarte-sa.html>

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

Ao abrigo do disposto no artigo 11.º dos Estatutos da TD,SA e nos termos fixados na Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade, compete à Comissão de Remunerações determinar a remuneração dos órgãos sociais.

Refira-se ainda que, conforme já ficou esclarecido, não existe uma comissão executiva ou administrador delegado, pelo que, nesta parte, esta questão não é aplicável à realidade da TD,SA.

Contudo e tomando por base o critério fixado no artigo 248.º-B, n.º 3 do Código de Valores Mobiliários, os únicos dirigentes da TD,SA que não

integram o seu Conselho de Administração são membros do Conselho de Administração da sociedade sua participada “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”, sendo que conforme estabelecido também na indicada Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização da TD,SA, a determinação da remuneração destes dirigentes cabe à Comissão de Remunerações da “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”, a qual é composta exatamente pelos mesmos membros que os da Comissão de Remunerações da TD,SA.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

Atualmente, a Comissão de Remunerações é composta pelas seguintes pessoas, eleitas na Assembleia Geral de 20 de maio de 2011, para desempenho de funções no mandato 2011/2014:

Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Senhor Eng.º António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Senhora Dra. Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

O Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte não é considerado independente em relação aos membros do Conselho de Administração, uma vez que é também o Presidente daquele órgão de gestão.

Sendo a TD,SA controlada por sociedades detidas por membros da família Teixeira Duarte, é natural que estes integrem a Comissão de Remunerações. Tradicionalmente, e durante décadas, tem sido esta a prática seguida e sempre em consonância com as atuais regras e recomendações sobre remunerações dos membros do Órgão de Administração fixadas pela CMVM, pelo que não se vislumbram quaisquer motivos para a alterar.

Reitere-se que se trata de uma Sociedade que, seguindo o exemplo da anterior *holding* do Grupo (Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.), com a sua peculiar forma de atuação e o seu distinto cunho e empresarial, adotou uma muito própria forma de estar e uma saudável política de gestão que, perante o público e o mercado, tem sido reconhecida como tal.

Acrescenta-se que não foram contratadas quaisquer pessoas singulares ou coletivas para a Comissão de Remunerações ou para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções.

Mais se informa que cabe ao Auditor Externo, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Os Senhores Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte e Eng.º António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte têm conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração, tendo em conta que exerceram essas funções durante vários anos noutras sociedades.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

A Comissão de Remunerações da TD,SA emitiu a respetiva declaração sobre política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, a qual foi aprovada por unanimidade em Assembleia Geral daquela sociedade, realizada em 25 de maio de 2013, declaração essa cujo teor aqui se deixa reproduzido:

"I. ENQUADRAMENTO NORMATIVO

De acordo com o disposto na Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, cabe a esta Comissão submeter, anualmente, à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização desta Sociedade, devendo ter em consideração, para além daquele diploma, as disposições conjugadas dos artigos 399.º do Código das Sociedades Comerciais e 248.º-B do Código de Valores Mobiliários, bem como as Recomendações da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários sobre o Governo das Sociedades Cotadas (2010).

II. ÂMBITO DA DECLARAÇÃO:

Em função do modelo societário adotado, a "Teixeira Duarte, S.A." tem como órgão de Administração e Fiscalização o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Com base na declaração prestada pelo Conselho de Administração para este efeito, os únicos colaboradores que, não sendo membros dos órgãos de administração e de fiscalização da "Teixeira Duarte, S.A.," têm acesso regular a informação privilegiada e participem nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial são os membros do Conselho de Administração da sociedade dominada a 100% "Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A.," ou seja, os Senhores Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino, Eng.º João José de Gouveia Capelão e Eng.º João José do Carmo Delgado.

Assim, a presente declaração abrange os membros dos órgãos de Administração e Fiscalização da "Teixeira Duarte, S.A." e aqueles outros três dirigentes, que se enquadram na aceção do número 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.

III. INTRODUÇÃO:

Uma vez que, ao abrigo de um processo de reestruturação societária do Grupo Teixeira Duarte, em 2010 a "Teixeira Duarte, S.A." sucedeu à "Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A." enquanto sociedade cotada de topo do Grupo ter-se-ão em conta na definição desta Política de Remunerações a realidade histórica e o enquadramento do tema experienciado no âmbito desta última sociedade ao longo dos anos, não se tomando qualquer política ou prática remuneratória de outros grupos de sociedades como elemento comparativo para a fixação da remuneração.

IV. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

No que se refere ao Conselho de Administração, a Comissão de Remunerações deverá determinar os valores da componente fixa e variável das suas remunerações, segundo orientações que os ligam ao desempenho e aos resultados da Empresa no seu todo, bem como à atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos demais colaboradores da sociedade por si detida a 100% "Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A."

A política de remunerações e a sua concretização nos termos aqui descritos deverá ter em conta o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

O quantitativo variável deverá ser fixado a cada um dos membros do Conselho de Administração a título de remuneração complementar e de prémio de desempenho, sendo que tal componente nada terá que ver com a cotação das ações da Sociedade, dependendo sim da evolução dos negócios sociais, de indicadores financeiros como o endividamento líquido e a autonomia financeira, do empenho na concretização por cada um dos membros das tarefas e objetivos inerentes às respetivas funções, bem como dos resultados do exercício e da correspondente política de aplicação dos mesmos que vem privilegiando o reforço dos capitais próprios da Sociedade e assegurando a continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos acionistas.

Não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver atribuição em concreto por esta Comissão de Remunerações, do mesmo modo que não está prevista a possibilidade de o pagamento da componente variável ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato. Também não existirão mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando este seja expectável no exercício em curso.

Porém, a Comissão deverá ponderar se uma parte significativa da remuneração variável deverá ser diferida por um período não inferior a três anos e se o seu pagamento deverá ou não ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período, entendendo-se como tal a verificação de pelo menos um dos seguintes factos:

- Aumento dos capitais próprios;*
- Média EBITDA nos exercícios de 2013 a 2015 superior ao EBITDA registado em 2012*
- Média de Resultados Líquidos Consolidados dos exercícios 2013 a 2015 superior aos resultados líquidos Consolidados no exercício de 2012.*

Não existirá nenhum regime sobre atribuição de ações e ou direitos de adquirir opções sobre ações e ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações.

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba será paga sob a forma de participação nos lucros.

Os Administradores da "Teixeira Duarte, S.A." não deverão receber qualquer remuneração, seja a que título for, paga por sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo.

Não deverão existir quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários, para além dos fixados por esta Comissão.

Aos membros do Conselho de Administração serão pagas ajudas de custo nos termos e quantitativos determinados para os demais colaboradores da "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.," nomeadamente por força de deslocações em serviço da Empresa.

Não foram pagas, nem estão previstos quaisquer pagamentos, de quantias relativas à destituição ou cessação por acordo de funções de Administradores.

V. CONSELHO FISCAL:

Todos os membros do Conselho Fiscal, deverão, em sintonia com o atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, auferir uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada por esta Comissão de Remunerações, sendo que nenhum deles deverá receber qualquer outra retribuição da "Teixeira Duarte, S.A." ou de outra sociedade que com esta esteja em relação de domínio ou de grupo, em especial por quaisquer outros serviços prestados a estas entidades.

Do mesmo modo e à semelhança do que se referiu em cima sobre o Órgão de Administração, não deverá existir nenhum regime sobre atribuição de ações e/ou direitos de adquirir opções sobre ações e/ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações, nem nenhuma verba paga sob a forma de participação nos lucros, nem tão-pouco quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários.

VI. REVISOR OFICIAL DE CONTAS:

A remuneração da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas deverá ser determinada em função do volume e qualidade dos serviços prestados no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

No caso da “Teixeira Duarte, S.A.”, compete a esse órgão de fiscalização proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal das contas da Sociedade, para o que se deverá fixar uma quantia como valor global anual a ser paga nos termos e prazos definidos com o Conselho de Administração em função da sua sensibilidade e acompanhamento dos negócios e da atividade deste Órgão de Fiscalização.

De referir, a este propósito, que a mesma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas presta também serviços, exclusivamente da mesma natureza de Revisão Legal de Contas e Auditoria, a outras entidades integradas no Grupo Teixeira Duarte, delas auferindo as correspondentes retribuições, cujo quantitativo global será divulgado nos termos da Lei, em especial através da publicação do Relatório sobre o Governo da Sociedade.

Uma vez que o Conselho Fiscal tem vindo a desempenhar um papel cada vez mais ativo no acompanhamento do trabalho da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, aquele deverá ser consultado para se pronunciar sobre a fixação das remunerações desta.

VII. OUTROS DIRIGENTES:

Os identificados três dirigentes enquadrados no âmbito deste normativo são membros do Conselho de Administração da participada “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”, cuja Comissão de Remunerações eleita é composta exatamente pelos mesmos membros que os da “Teixeira Duarte, S.A.”.

A qualquer um dos indicados dirigentes são igualmente aplicáveis as regras e orientações acima definidas para os membros do Conselho de Administração da “Teixeira Duarte, S.A.”, ainda que as remunerações, fixas e variáveis, por estes auferidas sejam pagas pela “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”.

VIII. CONCLUSÃO:

Será, pois, com base na política de remunerações acima exposta que esta Comissão deverá proceder à fixação, em concreto, dos quantitativos exatos das remunerações dos membros dos indicados órgãos de administração e fiscalização da sociedade, de acordo com o juízo pessoal dos membros que a integram, expresso em deliberação lavrada em ata e cujo conteúdo será depois comunicado ao Conselho de Administração para implementação, nos estritos termos que ficam definidos.

Tais montantes serão anualmente divulgados sempre que a lei assim o exija, em especial no âmbito dos Relatórios sobre o Governo da Sociedade.

Em conclusão, reforça-se que muitos dos aspetos acima fixados visam o cumprimento dos normativos mencionados no início, podendo os mesmos ser suscetíveis de eventuais alterações que tais regras possam sofrer.”

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é

baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A acrescer às obrigações inerentes ao exercício da própria função, a remuneração dos Administradores cumpre também complementarmente com o alinhamento dos interesses destes com os da Sociedade. Com efeito, a remuneração é determinada por uma Comissão eleita em Assembleia Geral, que fixa esses valores segundo orientações relacionadas com o desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como com a atividade do órgão de gestão na sua globalidade e ao desempenho efetivo de cada um dos seus membros, face aos objetivos fixados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos demais colaboradores da sociedade por si detida a 100% Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A..

A fixação das remunerações tem ainda em conta o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

A remuneração dos Administradores compreende uma componente variável, que nada tem a ver com a evolução das cotações das ações da Sociedade, dependendo sim da evolução dos negócios sociais, de indicadores financeiros como o endividamento líquido e a autonomia financeira, do empenho na concretização por cada um dos membros das tarefas e objetivos inerentes às respetivas funções, bem como dos resultados do exercício e da correspondente política de aplicação dos mesmos que vem privilegiando também o reforço dos capitais próprios da Sociedade e assegurando a continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos acionistas.

Nessa conformidade, não existe um limite máximo para cada componente, mas sim uma atribuição em conformidade com os parâmetros acima identificados, com a política de remunerações definida para a Sociedade e com a avaliação do desempenho e execução das funções por cada um.

Apesar de parte da componente variável atribuída pela Comissão de Remunerações ser diferida no tempo, cumpre referir que não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver qualquer atribuição em concreto, pela Comissão de Remunerações, nos termos e com os fundamentos por ela fixados.

Para efeitos do disposto na Recomendação n.º III.5, informa-se que os membros do órgão de administração não celebraram contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tivessem por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes foi fixada pela sociedade.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Parte dos pagamentos dos quantitativos de parte da componente variável foram diferidos para 2016, dependendo da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2013 a 2016.

Refira-se que o pagamento da componente variável da remuneração dos membros do Conselho de Administração tem estado intrinsecamente dependente dos resultados do exercício e da evolução dos negócios sociais. A este propósito, recorda-se que os Administradores da TD,SA, são “gente da casa” há dezenas de anos, sendo as suas remunerações inseridas num plano geral que abrange todos os colaboradores. Não são gestores que tenham vindo de outras empresas ou grupos, nem representam interesses próprios de acionistas.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Não aplicável. A retribuição variável não é atribuída em ações nem foram celebrados quaisquer contratos com as características *supra* descritas.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Não aplicável. A retribuição variável não é concedida em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

A Comissão de Remunerações tem em consideração, na atribuição de prémios anuais, o desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos demais colaboradores da sociedade por si detida a 100% Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A..

Os prémios anuais foram fixados tendo em conta ainda o desempenho de longo prazo da Sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado, conforme já havia sido referido.

Acrescenta-se que não foram concedidos quaisquer benefícios não pecuniários relevantes aos Administradores da Sociedade.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Em relação a quaisquer ex-Administradores reformados, cabe à mencionada Comissão de Remunerações fixar todos os quantitativos pagos nesse âmbito, seja a que título for.

No que se refere à atribuição de regimes complementares de reforma, é o próprio Pacto Social que estabelece, no seu artigo 22.º, que adiante se transcreve, quais os termos e os critérios com que a Comissão de Remunerações deve fixar tais quantitativos:

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

UM – Quando as pessoas que hajam exercido o cargo de administradores cessarem as suas funções, poderá a Sociedade atribuir-lhes uma pensão de reforma vitalícia, sempre que preencham um dos seguintes requisitos:

- a) Terem mais de dez anos de exercício do cargo nesta sociedade, contando, para este efeito, os anos de exercício do mesmo cargo na “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”;*

b) Terem, ainda que com menor duração de tal exercício, um total de mais de vinte e cinco anos de serviços prestados à Sociedade, contando, para este efeito, os anos de serviço na “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”

DOIS – O quantitativo de tal pensão, que será determinado tendo em consideração o tempo ou a relevância dos serviços prestados e a situação do beneficiário, deverá ser anualmente revisto mas nunca poderá ser superior à mais elevada das remunerações em cada momento auferidas pelos administradores efetivos.

TRÊS – Por delegação da Assembleia Geral, desde já estabelecida, competirá à Comissão de Remunerações referida no Artigo Décimo Primeiro, apreciar os casos que lhe sejam expostos e fixar os valores e os demais trâmites de atribuição das pensões.

À Assembleia Geral reserva-se a atribuição de proceder à eleição dos membros da Comissão de Remunerações que têm a competência exclusiva de decidir sobre estes temas.

A *supra* citada determinação do pacto social não invalida que a Comissão de Remunerações possa vir a submeter tal matéria à Assembleia Geral, o que, não foi feito, por tal nunca se ter revelado necessário ou adequado face à norma estatutária fixada.

Para os devidos efeitos, informa-se que, desde a constituição da sociedade, em 2009, até esta data, não foram aprovados em Assembleia Geral quaisquer sistemas de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais, do mesmo modo que também não foi atribuído qualquer benefício em concreto, designadamente pela Comissão de Remunerações, por qualquer cessação de funções, designadamente por reforma.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

No exercício de 2013, as remunerações, em sentido amplo, auferidas individualmente pelos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Remuneração Variável (a)	Remuneração Total
Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	140.000,00	200.000,00	340.000,00
Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	137.200,00	105.114,90	242.314,90
Engº Joel Vaz Viana de Lemos	131.200,00	97.453,85	234.653,85
Engº Carlos Gomes Baptista	137.200,00	108.846,25	246.046,25
Engº Diogo Bebianco Branco de Sá Viana Rebelo	137.200,00	125.402,25	262.602,25
Engº Jorge Ricardo Figueiredo Catarino (b)	88.200,00	31.101,40	119.301,40
	777.000,00	667.918,65	1.444.918,65

(a) Pagamento de Prémios foi de 560.000,00€, correspondendo os remanescentes 107.918,65€ a compensação por deslocações.

(b) O Senhor Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino foi eleito para o cargo de Administrador da TD,SA em 25 de maio de 2013. Até então, a sua remuneração era paga pela participada a 100% Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. e correspondeu, em 2013, ao montante global de 149.690,00€: 49.000,00€ a título de remuneração fixa e a título de remuneração variável 100.690,00€ (incluindo uma verba para compensação por deslocações).

Durante o exercício de 2013, não foram adquiridos quaisquer direitos de pensão.

Relativamente à parte variável da remuneração, cumpre referir que o montante global atribuído a cada membro do Conselho de Administração incluía a verba acima indicada no mapa anterior acrescida dos montantes indicados no mapa seguinte, cujos pagamentos foram diferidos para 2016, dependendo da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2013 a 2016:

Conselho de Administração	Remuneração Variável (Prémios)		
	Pago 2013	Diferido	Total
Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	200.000,00	210.000,00	410.000,00
Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	85.000,00	87.000,00	172.000,00
Engº Joel Vaz Viana de Lemos	95.000,00	100.000,00	195.000,00
Engº Carlos Gomes Baptista	90.000,00	95.000,00	185.000,00
Engº Diogo Bebianco Branco de Sá Viana Rebelo	90.000,00	95.000,00	185.000,00
Engº Jorge Ricardo Figueiredo Catarino (a)	0,00	0,00	0,00
	560.000,00	587.000,00	1.147.000,00

(a) O Senhor Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino foi eleito para o cargo de Administrador da TD,SA em 25 de maio de 2014. Até então, a sua remuneração era paga pela participada a 100% Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A., a qual procedeu igualmente ao pagamento da remuneração variável, no montante de 85.000,00€, tendo ficado diferido no tempo o pagamento de 87.000,00€.

Em 2013, o montante global das remunerações variáveis pagas pela TD,SA representou 46,2% do valor total auferido.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

No exercício de 2013, os membros do Conselho de Administração não receberam qualquer remuneração, seja a que título for, paga por outras sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com a TD,SA.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos.

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba é paga sob a forma de participação nos lucros.

Com efeito, aos membros do Conselho de Administração é paga uma quantia a título de prémio de desempenho e de distribuição de resultados, objeto de deliberação da Comissão de Remunerações.

Sendo que, conforme acima ficou clarificado, a fixação dos prémios pagos foi motivada pelo desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como pela atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo tido em conta as condições e quantitativos das remunerações dos demais colaboradores da sociedade por si detida a 100% Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A..

Foi também tido em conta, para a fixação dos prémios, o desempenho de longo prazo da Sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à

atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas, nem são devidas, quaisquer indemnizações a ex-Administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício, mais se acrescentando que, durante o ano de 2013 não houve Administradores a cessar funções.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Todos os membros do Conselho Fiscal auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, e conforme determinado pela Comissão de Remunerações da Sociedade, remunerações fixas pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos.

Assim, em 2013, as remunerações auferidas pelos membros do Conselho Fiscal da TD,SA foram distribuídas da seguinte forma:

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa	Remuneração Variável (a)	Remuneração Total
Dr. António Gonçalves Monteiro	32.500,00	0,00	32.500,00
Dr. Mateus Moreira	19.500,00	0,00	19.500,00
Miguel Carmo Pereira Coutinho	19.500,00	0,00	19.500,00
	71.500,00	0,00	71.500,00

O valor global pago à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS — SROC” e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo, respeitante aos únicos serviços por esta prestados, ou seja, os de Revisão Legal de Contas e Auditoria, foi de:

SROC	Remuneração
Serviços de revisão legal de contas ao Grupo	278.800,00
Outros serviços de garantia de fiabilidade	0,00
Serviços de consultoria fiscal	0,00
Outros serviços que não de revisão legal de contas	0,00
	278.800,00

Todos os valores acima enumerados referentes à remuneração dos membros do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foram pagos no decurso do exercício de 2013, pelo que não existem parcelas cujo pagamento seja diferido no tempo.

Acrescente-se ainda que, conforme previsto na Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade e, simultaneamente, em cumprimento do disposto na Recomendação n.º III.2, a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não inclui nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.

Com exceção do indicado Secretário da Mesa da Assembleia Geral, os demais membros deste órgão, auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente do disposto no 422.º-A, por remissão do número 3 do artigo 374.º-A, uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada pela Comissão de Remunerações prevista no artigo 11.º dos Estatutos.

Nestes termos, informa-se que a remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, durante o exercício de 2013, foi de 5.000,00€ (cinco mil euros).

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS**83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.**

Não existe qualquer limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de um membro do Conselho de Administração, considerando, desde logo, que não é celebrado qualquer contrato para o exercício do cargo de Administrador, nem tão pouco qualquer acordo sobre eventual compensação a pagar por destituição com ou sem justa causa. A existência de uma limitação contratual nos termos acima referidos seria incoerente, tendo em conta as características da relação existente entre a Sociedade e os membros do seu órgão de Administração.

Refira-se que, para efeitos do disposto na recomendação n.º III.8, não estão fixados quaisquer mecanismos jurídicos — para além dos legalmente estabelecidos — para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho.

Recorde-se que os Administradores da sociedade de topo do Grupo Teixeira Duarte — anteriormente a “Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A.” e atualmente a TD,SA — sempre foram “gente da casa”, que desenvolveram o seu percurso profissional no Grupo Teixeira Duarte e não gestores vindos de outras empresas ou grupos, nunca se tendo verificado qualquer situação de destituição de um administrador desde a sua constituição, nem tão pouco o pagamento de qualquer compensação pela cessão do contrato, pelo que se entende ser desajustada a fixação de quaisquer mecanismos jurídicos no sentido acima descrito.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (art. 245.º-A, n.º 1, al. I).

Não existem quaisquer acordos com estas características. É política da Sociedade a não realização de quaisquer pagamentos ligados à cessação antecipada do exercício das funções pelos Administradores ou demais dirigentes, bem como a não celebração de quaisquer acordos a respeito destas matérias.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES (“STOCK OPTIONS”)

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

Não existe nenhum plano de atribuição de ações ou de atribuição de opções de aquisição de ações. Há vários anos atrás, e em relação à anterior sociedade de topo do Grupo, Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., dependendo das circunstâncias e da conjuntura económica, houve acionistas de referência que disponibilizaram um determinado número de ações para serem cedidas aos quadros dessa Empresa em prazos definidos e preços determinados. Porém, quanto à TD,SA e relativamente ao ano em apreço, não ocorreu nenhuma de tais operações.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções).

Conforme descrito em 85. *supra*, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações (‘stock options’) de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

Conforme descrito em 85. *supra*, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).

Não existe qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital, pelo que não se justifica a existência de mecanismos de controlo na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (Para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).

Todas as transações entre entidades do Grupo Teixeira Duarte com partes relacionadas são efetuadas a preços de mercado. O Conceito é claro e assumido por todos os gestores de negócio das diversas áreas do Grupo que lidam com partes relacionadas.

Esta postura é transversal a todas as transações desta natureza, ou seja, em quaisquer transferências de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver um débito de preço.

Acresce a tais orientações generalizadas, que todas as transações entre partes relacionadas são registadas informaticamente num suporte global do grupo, ao qual, para além dos próprios gestores de negócio, têm também acesso as equipas de finanças e contabilidade, de consolidação de contas e de auditoria, assim como a própria administração e, complementarmente, os próprios órgãos de fiscalização da Sociedade e do Grupo.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Neste enquadramento e face aos mecanismos acima indicados, todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo nos termos referidos, podendo as transações com partes relacionadas e respetivos saldos e informações complementares serem consultados na nota 29 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Não existem procedimentos e critérios nos termos acima mencionados uma vez que o tipo de operações realizadas entre a Sociedade e titulares de participação qualificada são de carácter corrente e para exercício da atividade, nomeadamente para financiamentos junto do Banco Comercial Português, S.A., o que se considera ser uma matéria da exclusiva responsabilidade e competência do Conselho de Administração e que, naturalmente, tem por objeto operações realizadas em condições normais de mercado, considerando-se mesmo desadequado sujeitar estes negócios ao parecer prévio dos órgãos de fiscalização.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

A informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, encontra-se reproduzida na nota 29 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013.

PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

Deverá ser identificado o Código de Governo das Sociedades a que a sociedade se encontre sujeita ou se tenha decidido voluntariamente sujeitar, nos termos e para os efeitos do art. 2.º do presente Regulamento.

Para além dos normativos legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o Código das Sociedades Comerciais, o Código dos Valores Mobiliários e os Regulamentos da CMVM, em especial o Regulamento n.º 4/2013, a TD,SA optou por não se sujeitar a qualquer outro Código do Governo das Sociedades que não o emitido pela CMVM em 2013.

Deverá ainda ser indicado o local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito (art. 245.º-A, n.º 1, al. p).

O mencionado Código do Governo das Sociedades emitido pela CMVM em 2013 pode ser consultado em www.cmvm.pt.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

Nos termos do art. 245.º-A n.º 1, al. o) deverá ser incluída declaração sobre o acolhimento do código de governo das sociedades ao qual o emitente se sujeite especificando as eventuais partes desse código de que diverge e as razões da divergência.

A informação a apresentar deverá incluir, para cada recomendação:

- a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvidamente tratada (capítulo, título, ponto, página);**
- b) Justificação para o eventual não cumprimento ou cumprimento parcial;**
- c) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.**

3. Outras informações

A sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

Os pontos incluídos no n.º 2 são objeto de desenvolvimento simultâneo, dada a sua interligação.

Das 41 Recomendações que compõem o referido o Código do Governo das Sociedades da CMVM, a Empresa não adota doze e adota parcialmente seis.

Na tabela *infra* está reproduzido o texto dessas Recomendações com a numeração constante do aludido Código do Governo das Sociedades, seguido da indicação da sua adoção ou não e da remissão para o ponto deste Relatório em que tal matéria se desenvolve ou em que, respeitando o princípio “comply or explain”, se justifica a sua eventual não adoção.

	Recomendação	Adoção	Remissão
I.1	As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.	Parcial	12
I.2	As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Sim	14
I.3	As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.	Sim	12
I.4	Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária — sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal — e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não Aplicável	5
I.5	Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Sim	6
II	SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1	SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO		
II.1.1	Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade	Não	21

	Recomendação	Adoção	Remissão
II.1.2	O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Sim	21
II.1.3	O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.	Não Aplicável	15
II.1.4	Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:		
a)	Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;	Não	24
b)	Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.	Não	24
II.1.5	O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.	Parcial	54
II.1.6	O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.	Não	18

	Recomendação	Adoção	Remissão
II.1.7	Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo <i>free float</i>. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.	Não	18
II.1.8	Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas	Sim	18
II.1.9	O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Sim	18
II.1.10	Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Não Aplicável	18

	Recomendação	Adoção	Remissão
II.2	FISCALIZAÇÃO		
II.2.1	Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Sim	32
II.2.2	O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Não	45
II.2.3	O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Não	45
II.2.4	O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Não	51
II.2.5	A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i>) e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.	Não	51
II.3	FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES		
II.3.1	Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Parcial	67 e 68
II.3.2	Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Sim	67

	Recomendação	Adoção	Remissão
II.3.3	A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter, adicionalmente: a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais; b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos; d) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.	Parcial	69
II.3.4	Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.	Não aplicável	85
II.3.5	Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.	Não	76
III	REMUNERAÇÕES		
III.1	A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.	Sim	70
III.2	A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Sim	18 e 81
III.3	A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.	Parcial	71
III.4	Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.	Sim	72
III.5	Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.	Sim	71

	Recomendação	Adoção	Remissão
III.6	Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não Aplicável	73
III.7	Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não Aplicável	74
III.8	Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.	Não	83
IV	AUDITORIA		
IV.1	O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Parcial	51 e 67
IV.2	A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços — que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade — eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Sim	37, 41 e 46
IV.3	As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Sim	44

	Recomendação	Adoção	Remissão
V	CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS		
V.1	Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Sim	10
V.2	O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada — ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários —, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.	Não	10
VI.	INFORMAÇÃO		
VI.1	As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.	Sim	59
VI.2	As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.	Sim	56

Demonstrações Financeiras **2013**



O anexo faz parte integrante do
Balanço para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores em milhares de euros)

Rubricas	Notas	2013	2012 Reexpressado
Ativo			
Ativo não corrente			
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	6	436.026	372.274
Ativos por impostos diferidos	8.2	1.250	1.220
Outras contas a receber	5.3 e 9.1	107.955	-
		545.231	373.494
Ativo corrente			
Clientes	5.3 e 9.1	339	-
Estado e outros entes públicos	9.1	12.935	7
Outras contas a receber	2.3, 5.3 e 9.1	39.355	13.547
Diferimentos	9.1	-	70
Caixa e depósitos bancários	4	26	1
		52.655	13.625
Total do Ativo		597.886	387.119
Capital Próprio e Passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	17	210.000	210.000
Reservas legais	18	10.000	5.500
Outras reservas	18	128.661	118.983
Resultados transitados:			
Lucros não atribuídos – método da equivalência patrimonial		(118.184)	(102.218)
Ajustamentos em ativos financeiros de subsidiárias:			
Lucros não atribuídos – método da equivalência patrimonial		118.184	102.218
Outros ajustamentos em ativos financeiros de subsidiárias	6	5.348	1.378
		354.009	335.861
Resultado líquido do período		64.029	20.478
Total do Capital Próprio		418.038	356.339
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9.3 e 16.2	192	183
Outras contas a pagar	9.2 e 16.2	2.375	1.426
		2.567	1.609
Passivo corrente:			
Fornecedores	9.2 e 16.2	116	27
Estado e outros entes públicos	9.2 e 16.2	319	4.226
Financiamentos obtidos	9.3 e 16.2	154.552	16.296
Outras contas a pagar	2.3, 9.2 e 16.2	22.294	8.622
		177.281	29.171
Total do Passivo		179.848	30.780
Total do Capital Próprio e Passivo		597.886	387.119

Rendimentos e Gastos	Notas	2013	2012
Vendas e serviços prestados		2.606	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	6	70.282	22.266
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(1)	-
Fornecimentos e serviços externos	13	(2.108)	(197)
Gastos com o pessoal	12	(7.171)	(1.245)
Outros rendimentos e ganhos	14	153	-
Outros gastos e perdas	15	(102)	(6)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		63.659	20.818
Juros e rendimentos similares obtidos	11	45	7
Juros e gastos similares suportados	11	(1.772)	(929)
Resultado antes de impostos		61.932	19.896
Imposto sobre o rendimento do período	8.1	2.097	582
Resultado líquido do período		64.029	20.478

O anexo faz parte integrante da Demonstração dos resultados por naturezas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da Demonstração das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores em milhares de euros)

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros de filiais e associadas	Resultado líquido do período	Total	
Saldo em 1 de janeiro de 2012	1	420.000	5.500	90.766	(108.384)	131.602	(175.617)	363.867	
Alterações no período:									
Aplicação de resultados		-	-	-	(175.617)	-	175.617	-	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	(28.006)	-	(28.006)	
Redução de capital		(210.000)	-	28.217	181.783	-	-	-	
	2	(210.000)	-	28.217	6.166	(28.006)	175.617	(28.006)	
Resultado líquido do período	3						20.478	20.478	
Resultado integral do período	4=2+3							(7.528)	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5=1+2+3	210.000	5.500	118.983	(102.218)	103.596	20.478	356.339	
Saldo em 1 de janeiro de 2013	5	17	210.000	5.500	118.983	(102.218)	103.596	20.478	356.339
Alterações no período:									
Aplicação de resultados			-	4.500	9.678	-	-	(14.178)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-	-	-	(15.966)	19.936	-	3.970
	6		-	4.500	9.678	(15.966)	19.936	(14.178)	3.970
Resultado líquido do período	7						64.029	64.029	
Resultado integral do período	8=6+7							67.999	
Operações com detentores de capital no período:									
Distribuições	9		-	-	-	-	-	(6.300)	(6.300)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	10=5+6+7		210.000	10.000	128.661	(118.184)	123.532	64.029	418.038

	Notas	2013	2012
Atividades operacionais			
Pagamentos a fornecedores		(885)	(180)
Pagamentos ao pessoal		(2.476)	(688)
Caixa gerada pelas operações		(3.361)	(868)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(13.636)	(975)
Outros recebimentos/pagamentos		(913)	(541)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(17.910)	(2.384)
Atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		14	7
Dividendos	4	10.500	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		10.514	7
Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		138.256	3.196
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Partes Relacionadas		(122.955)	-
Juros e gastos similares		(1.580)	(1.034)
Dividendos		(6.300)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		7.421	2.162
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		25	(215)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1	216
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	26	1

O anexo faz parte integrante da Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores em milhares de euros)

Anexo

1. Nota introdutória

A Teixeira Duarte, S.A. ("Empresa"), número de pessoa coletiva 509.234.526, tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 30 de novembro de 2009 e tem como atividade principal a realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu grupo empresarial, atuando essencialmente nos domínios do planeamento estratégico e organizativo, bem como prestando serviços de administração, gestão, consultoria, assistência operacional ou apoio em recursos humanos, técnicos e financeiros a participadas ou a entidades com as quais tenha celebrado contrato para esse efeito.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.2.a).

Todos os valores deste anexo estão expressos em milhares de euros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto.

2.3 No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Empresa procedeu à reclassificação de saldos com empresas do grupo, referentes ao Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), anteriormente reconhecidos na rubrica "Acionistas / sócios".

Deste modo e para efeitos comparativos do presente exercício com o seu homólogo, procedeu-se à seguinte reexpressão:

Rubrica	2012	Reexpressão	2012 Reexpressado
Ativo corrente:			
Acionistas	13.974	(13.974)	-
Outras contas a receber	-	13.547	13.547
	13.974	(427)	13.547
Passivo corrente:			
Acionistas	8.231	(8.231)	-
Outras contas a receber	818	7.804	8.622
	9.049	(427)	8.622

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, exceto no que respeita às propriedades de investimento, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa mantidos de acordo com as NCRF.

A empresa integra todos os movimentos de sucursais eliminando as operações internas e, caso existam, os resultados derivados dos mesmos.

3.2 Políticas contabilísticas relevantes

a) Investimentos Financeiros:

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabili-

zadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou deduzido da diferença entre esse custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas e subsidiárias por contrapartida de Rendimentos e Ganhos ou Gastos e Perdas em subsidiárias e associadas, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida da rubrica de "Ajustamentos em ativos financeiros - relacionados com o método de equivalência patrimonial", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As perdas em subsidiárias e associadas que excedam o investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando a empresa tenha assumido compromissos para com essas entidades.

b) Imparidade dos ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados nas respetivas rubricas, consoante a sua natureza.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente, ou no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados nas respetivas rubricas.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

c) Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados.

Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de "Outras contas a receber" e "Diferimentos" (correntes e não correntes) no ativo e "Outras contas a pagar" e "Diferimentos" (correntes e não correntes) no passivo.

d) Custos de Empréstimos Obtidos

Os custos com empréstimos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização, ou final de produção ou construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos custos financeiros elegíveis para capitalização.

e) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se torna parte na respetiva relação contratual.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes a caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Contas a receber

As contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

Investimentos

Os investimentos são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da empresa após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

Contas a pagar

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidas de perdas por imparidade estimadas.

Empréstimos bancários

Os empréstimos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, sendo adicionados ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o exercício.

f) Imposto sobre o Rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento em Portugal é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

g) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.3 Juízos de Valor do Órgão de Gestão

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

4. Fluxos de caixa

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	2013	2012
Depósitos bancários imediatamente imobilizáveis	26	1

Os dividendos recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram como segue:

	2013	2012
Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.	10.500	-

5. Partes relacionadas

5.1 As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram as seguintes:

	2013	2012
Administradores executivos		
Benefícios de curto prazo	1.445	1.078
Conselho fiscal		
Benefícios de curto prazo	72	66
Revisor oficial de contas		
Benefícios de curto prazo	61	60
	1.578	1.204

5.2 As Remunerações atribuídas aos membros da alta direção da Empresa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram as seguintes:

	2013	2012
Benefícios de curto prazo	397	-

5.3 Saldos e transações entre partes relacionadas:

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as transações com empresas subsidiárias, associadas, empreendimentos conjuntos e outras partes relacionadas foram como segue:

	Prestações de serviços intragrupo		Compras e serviços obtidos	
	2013	2012	2013	2012
Empresa-mãe:				
Teixeira Duarte – E.C., S.A.	639	-	551	18
Outras partes relacionadas:				
Lagoas Hotel, S.A.	-	-	4	5
	639	-	555	23

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos com empresas subsidiárias, associadas, empreendimentos conjuntos e outras partes relacionadas eram como segue:

	Saldos a receber		Saldos a pagar		Outras dívidas a receber e a pagar	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Subsidiárias:						
Teixeira Duarte – E.C., S.A.	339	-	5	5	130.247	5.601
Outras partes relacionadas:						
Bonapapel, Lda.	-	-	-	-	(24)	(13)
Bonaparte, S.A.	-	-	-	-	(69)	(48)
EPOS, S.A.	-	-	-	-	3.323	1.949
ESTA, S.A.	-	-	-	-	648	205
EVA, S.A.	-	-	-	-	(77)	(32)
Imopedrouços, S.A.	-	-	-	-	436	(1)
IMOTD – S.G.P.S., S.A.	-	-	-	-	(74)	(406)
Lagoas Hotel, S.A.	-	-	-	-	(347)	(179)
Lagoasfut, S.A.	-	-	-	-	(70)	(36)
PTG – S.G.P.S., S.A.	-	-	-	-	(8)	(2)
Quinta de Cravel, S.A.	-	-	-	-	(532)	(254)
Recolte, S.A.	-	-	-	-	(103)	(173)
Rochoriental, S.A.	-	-	-	-	(112)	(94)
Sinerama, S.A.	-	-	-	-	62	58
TDHOSP, S.A.	-	-	-	-	(1.058)	(600)
TDE, S.A.	-	-	-	-	(352)	(177)
TDF, S.A.	-	-	-	-	27	17
TDGI, S.A.	-	-	-	-	1.422	634
TD-G.P.I.I., S.A.	-	-	-	-	(12.819)	(3.945)
TDH – S.G.P.S., S.A.	-	-	-	-	(713)	(456)
TDHC, S.A.	-	-	-	-	(878)	(424)
TDVIA, S.A.	-	-	-	-	(984)	(443)
Tedal, S.A.	-	-	-	-	3.881	2.450
T.D. - Distribuição, S.A.	-	-	-	-	6.472	2.636
Transbrital, S.A.	-	-	-	-	(51)	(26)
V8, S.A.	-	-	-	-	(968)	(498)
	-	-	-	-	(2.968)	142
	339	-	5	5	127.279	5.743

Com exceção do saldo em aberto entre a Empresa e a Teixeira Duarte-E.C., S.A., todos os restantes saldos com outras partes relacionadas dizem, única e exclusivamente, respeito ao RETGS.

6. Investimentos em subsidiárias

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Empresa apresentava a seguinte participação financeira, mensurada pelo Método da Equivalência Patrimonial:

Denominação Social	Sede	Percentagem de Participação
Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park – Porto Salvo – Oeiras	100%

A principal informação financeira relativa à empresa subsidiária em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

	Ativos totais		Passivos totais		Rendimentos		Resultado líquido	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.	1.683.186	1.320.795	1.247.160	948.521	808.859	600.381	70.282	22.266

A participação no capital da empresa subsidiária teve os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Partes de Capital	
Saldo em 1 de janeiro de 2012	378.014
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:	
- Efeito no resultado do exercício	22.266
- Efeito em capitais próprios	(28.006)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	372.274
Saldo em 1 de janeiro de 2013	372.274
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:	
- Efeito no resultado do exercício	70.282
- Efeito em capitais próprios	3.970
- Dividendos recebidos	(10.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	436.026

7. Passivos contingentes

Na sequência de diversas inspeções realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) aos elementos contabilísticos da Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. (“T.D.-G.P.I.I., S.A.”), sociedade detida indiretamente a 100% pela Teixeira Duarte, S.A. referentes aos exercícios de 2007 a 2011, foram efetuadas as seguintes correções aos prejuízos fiscais inicialmente apurados por esta participada:

Exercício	Prejuízo Fiscal Apurado	Correção da AT
2007	46.632	29.331
2008	50.590	45.938
2009	50.182	24.807
2010	18.165	6.467
2011	12.779	3.213

Com exceção do montante de 611 milhares de euros, incluído na correção ao prejuízo fiscal de 2008 (respeitante, segundo a AT, à aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF à distribuição de rendimentos por parte do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF), as restantes correções resultam, na sua totalidade, da não-aceitação como gasto fiscal dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações suplementares.

Dado que a T.D.-G.P.I.I., S.A. se encontra tributada em IRC segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (artigo 69.º e seguintes do Código do IRC), as correções aos prejuízos fiscais dos exercícios de 2007, 2008 e 2009 foram objeto de Demonstrações de Liquidação adicionais de IRC e juros compensatórios emitidas à sociedade dominante daqueles exercícios – Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. (“Teixeira Duarte – E.C., S.A.”), a qual apresentou impugnações judiciais junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra.

No decorrer de 2013, a Teixeira Duarte – E.C., S.A., na qualidade de sociedade dominante, foi notificada do Relatório de Conclusões do exercício de 2010 e da consequente Demonstração de Liquidação adicional de IRC e juros compensatórios com referência às correções do exercício de 2010, encontrando-se a preparar a correspondente impugnação, considerando os prazos legais aplicáveis.

Não obstante o desfecho desfavorável às pretensões da T.D.-G.P.I.I., S.A. e, consequentemente, da sociedade dominante, no âmbito do processo relativo ao exercício de 2006, o Conselho de Administração mantém expectativas de vir a obter um desfecho diferente nos restantes exercícios objeto de correções.

Cumprir referir que a Demonstração de Liquidação de IRC e juros compensatórios do exercício de 2008 emitida à Teixeira Duarte – E.C., S.A. na qualidade de sociedade dominante, compreende, para além das correções supra descritas da participada T.D.-G.P.I.I., S.A., uma correção ao lucro tributável apurado, a nível individual da Teixeira Duarte – E.C., S.A..

O montante total de correções ao lucro tributável ascendeu a 35.467 milhares de euros, do qual a Teixeira Duarte – E.C., S.A. contestou 32.595 milhares de euros, relacionados com crédito de imposto, regime de reinvestimento de mais-valias fiscais e aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF.

A correção relativa ao exercício de 2011 efetuada à participada T.D.-G.P.I.I., S.A., não foi objeto de qualquer liquidação adicional à sociedade dominante à data do fecho de dezembro de 2013.

8. Imposto sobre o rendimento

A Empresa e a generalidade das suas participadas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 25%. As entidades que apuram lucro tributável ficam ainda sujeitas a Derrama Municipal, cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a Derrama Estadual, incidente sobre a parte do lucro tributável que excede o montante de 1.500.000 e 7.500.000 euros, às taxas de 3% e 5%, respetivamente. Independentemente do resultado fiscal apurado no exercício, as referidas entidades estão ainda sujeitas a tributação autónoma sobre as despesas e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC.

Para o apuramento do lucro tributável, ao qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, depois de deduzidos os prejuízos fiscais reportáveis, são adicionados e/ou subtraídos ao resultado contabilístico, montantes que não relevam fiscalmente. Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

A Empresa e as participadas detidas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, com sede e direção efetiva em território português, são tributadas segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades. Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as sociedades incluídas no perímetro de consolidação, conforme estabelecido no artigo 69.º e seguintes do Código do IRC, aplicando-se ao resultado global assim obtido, após a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis, as taxas de IRC. Ao montante de imposto assim apurado, acresce a Derrama Municipal e Estadual, se aplicável, apuradas individualmente e às taxas supra referidas, bem como a tributação autónoma apurada por cada sociedade.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de, regra geral, quatro anos (cinco anos para a Segurança Social).

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àquelas declarações não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras individuais reportadas a 31 de dezembro de 2013.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Imposto sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

8.1 Relativamente ao Imposto sobre o Rendimento, a relação entre o gasto / rendimento de impostos e o lucro contabilístico, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são:

	2012	2011
Resultado líquido do período	64.029	20.478
Ajustamentos para o lucro tributável:		
Diferenças definitivas:		
- A acrescentar	14	11
- A deduzir	(72.361)	(22.859)
Prejuízo fiscal	(8.318)	(2.370)
Outras componentes do imposto:		
- Tributação autónoma	13	11
Imposto corrente	13	11
Imposto diferido	(2.080)	(592)
Alterações nas estimativas	(30)	(1)
Gastos de impostos	(2.097)	(582)

A taxa de imposto efetivo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, era como segue:

	2012	2011
Imposto Corrente	13	11
Resultado antes de impostos	61.932	19.896
Taxa de imposto efetiva	0,02%	0,06%

8.2 - O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

Exercício de 2013

	Saldo inicial	Constituição	Ajustamento	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	1.220	2.110	(2.080)	1.250

Exercício de 2012

	Saldo inicial	Constituição	Ajustamento	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	1.220	592	(592)	1.220

9. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros, correntes e não correntes, tinham nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a seguinte composição:

9.1 Ativos financeiros

a) Clientes

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica "Clientes" (corrente) era única e exclusivamente composta por um saldo a receber da empresa subsidiária Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. no montante de 339 milhares de euros (Nota 5.3).

b) Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica "Outras contas a receber" (corrente) tinha a seguinte composição:

	2013		2012	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Devedores por acréscimos de rendimentos:				
Prestações de serviços realizados e não faturados	760	-	-	-
Juros a receber	33	-	-	-
	793	-	-	-
Outros devedores	38.562	107.955	13.547	-
	39.355	107.955	13.547	-

c) Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os outros ativos tinham a seguinte composição:

	2013	2012
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas – IRC:		
- Estimativa de imposto	(2.065)	-
- Retenção na fonte	3.296	-
- Pagamentos por conta	11.704	-
	12.935	-
Imposto sobre o valor acrescentado – IVA	-	7
	12.935	7
Diferimentos	-	70

9.2 - Passivos financeiros

a) Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica "Fornecedores" corrente tinha a seguinte composição:

	2013		2012	
	Não grupo	Grupo	Não grupo	Grupo
Conta corrente	111	5	22	5

b) Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica "Outras contas a pagar" tinha a seguinte composição:

	2013		2012	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Credores por acréscimo de gastos:				
Gastos incorridos e não faturados por fornecedores	64	-	-	-
Encargos com pessoal	932	-	98	-
Distribuição de resultados	1.833	2.375	650	1.426
Encargos financeiros vencidos e não pagos	185	-	70	-
Seguros a liquidar	33	-	-	-
	3.047	2.375	818	1.426
Outros credores	19.247	-	7.804	-
	22.294	2.375	8.622	1.426

A rubrica "Outros credores" diz respeito aos saldos em aberto entre a Empresa, enquanto Sociedade Dominante, e as restantes empresas pertencentes ao grupo, no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades.

c) Outros passivos

	2013	2012
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas - IRC:		
- Estimativa de imposto	-	6.236
- Retenção na fonte	-	(1.076)
- Pagamento especial por conta	-	(973)
	-	4.187
Imposto sobre o rendimento - Retenções a terceiros	127	19
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	41	-
Segurança social	151	20
	319	4.226

9.3 - Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os saldos da rubrica “Financiamentos obtidos” apresentavam-se como segue:

	2013		2012	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Contas caucionadas	110.313	-	16.296	-
Descobertos bancários contratados	44.239	-	-	-
Papel Comercial	-	192	-	183
	154.552	192	16.296	183

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Financiamentos obtidos”, respeita a diversas operações contratadas junto de várias instituições financeiras, vencendo juros a taxas normais de mercado.

Os financiamentos contratados pela Empresa, correspondem essencialmente a:

- Descobertos bancários e contas caucionadas que venciam juros a taxas normais de mercado.

- Um programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 30 de dezembro de 2011, com o Banco Comercial Português, S.A., no montante global de 43.000 milhares de euros, atualmente de 36.000 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a sua acionista única Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e a holding do grupo, Teixeira Duarte, S.A., sendo que nesta data os montantes utilizados por cada uma eram de 35.500 milhares de euros, 250 milhares de euros e 250 milhares de euros, respetivamente. Cada uma das emissões tem obrigatoriamente que ser realizada em conjunto por todas as emitentes e a participação de cada uma não pode ser inferior a 250 milhares de euros. O programa tem uma duração de sete anos a contar da data de realização da primeira emissão, estando previstas amortizações no final de cada semestre por valores crescentes compreendidos entre 2.000 milhares de euros e 6.500 milhares de euros. A taxa de juro a aplicar é igual a taxa Euribor para o prazo de cada emissão, em vigor no segundo dia útil anterior ao seu início, acrescida de um spread de 4,25%.

Os mesmos são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

	2013	2012
Menos de um ano	154.552	16.296
4 a 5 anos	192	183
	154.744	16.479

Garantias colaterais:

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado em 28 de dezembro de 2011 com o Banco Comercial Português, S.A., outorgado pelas emitentes, Teixeira Duarte, S.A., Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., no montante atual de 36.000 milhares de euros, foi constituída uma hipoteca genérica sobre os imóveis implantados respetivamente nos lotes 6, 18 e 19, sítos em Lagoas Park, propriedade da Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A..

10. Cartas-conforto e outros compromissos

No período findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa tem emitidas cartas-conforto prestadas a favor de empresas do grupo, sob a forma de avals bancários, nos seguintes montantes:

Empresa	Valor em divisas	Divisa	Valor em Milhares de euros
Angoimo – Empreendimentos e Construções, Lda.	4.390.650.000,00	AON	32.622
EMPA – Serviços de Engenharia, S.A.	18.770.400,00	BRL	5.762
TDA – Comércio e Indústria, Lda.	1.891.400.000,00	AON	14.053
Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.			12.524
			64.961

11. Resultados financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os resultados de financiamento estavam discriminados como segue:

	2013	2012
Gastos e perdas financeiros:		
Juros suportados	1.391	765
Outros custos e perdas financeiros	381	164
	1.772	929
Rendimentos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	45	7
Resultados financeiros	(1.727)	(922)

12. Benefícios dos empregados

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 78.

No exercício findo naquela data, os gastos com pessoal tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Salários	2.182	-
Outras remunerações	301	-
Encargos com remunerações	462	184
Encargos com órgãos Sociais	1.655	811
Distribuição de resultados	2.500	250
Seguros	71	-
	7.171	1.245

13. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram como segue:

	2013	2012
Serviços especializados	1.884	145
Materiais	29	27
Deslocações, estadas e transportes	139	15
Serviços diversos	56	10
	2.108	197

14. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram como segue:

	2013	2012
Correções relativas a períodos anteriores	153	-

15. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram como segue:

	2013	2012
Imposto de selo	89	-
Taxas	6	6
Multas	1	-
Outros	6	-
	102	6

16. Gestão de riscos financeiros

A Empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- Risco de taxa de juro decorrente do passivo financeiro;
- Risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira da Empresa assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte da Empresa. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

16.1 - Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o passivo financeiro é composto única e exclusivamente por taxa de juro variável.

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido inferiores em 1% durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os resultados financeiros daqueles exercícios teriam aumentado em 260 milhares de euros e 148 milhares de euros, respetivamente. Caso as mesmas taxas de juro de mercado tivessem, ao contrário, sido superiores em 1% durante os mesmos períodos, os resultados financeiros dos mesmos já teriam diminuído em 260 milhares de euros e 148 milhares de euros, respetivamente.

16.2 - Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, a Empresa procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

O passivo financeiro com vencimento até um ano é, sempre que se entenda adequado, substituído com maturidade a médio e longo prazo.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é conforme segue:

Exercício de 2013

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	116	-	-	-	116
Financiamentos obtidos	154.552	-	-	192	154.744
Estado e outros entes públicos	319	-	-	-	319
Outras contas a pagar	22.294	385	740	1.250	24.669
	177.281	385	740	1.442	179.848

Exercício de 2012

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	27	-	-	-	27
Financiamentos obtidos	16.296	-	-	183	16.479
Estado e outros entes públicos	4.226	-	-	-	4.226
Outras contas a pagar	8.622	391	385	650	10.048
	29.171	391	385	833	30.780

17. Capital social

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social da Empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euros cada.

Em 31 de dezembro de 2013, as participações no capital da Empresa acima dos 20% eram como segue:

	% Capital	N.º Ações
Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	47%	197.950.000

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Aplicação dos Resultados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 25 de maio de 2013, foram aprovadas as contas do exercício 2012 e foi decidido que o resultado líquido apurado no montante de 20.478.206,13€ (vinte milhões quatrocentos e setenta e oito mil duzentos e seis Euros e treze cêntimos) tivesse a seguinte aplicação:

	Valor
Reservas Legais	4.500.000,00
Reservas Livres	9.678.206,13
Dividendos	6.300.000,00
	20.478.206,13

18. Outras informações

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

19. Eventos subsequentes à data do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

Demonstrações Financeiras Consolidadas **2013**



(Valores expressos
em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da
demonstração consolidada da posição
financeira em 31 de dezembro de
2013

	Notas	2013	2012
Ativos não correntes:			
<i>Goodwill</i>	19	29.706	29.715
Ativos intangíveis	20	34.563	31.281
Ativos fixos tangíveis	21	571.257	529.775
Propriedades de investimento	22	479.965	498.236
Investimentos em associadas	7 e 23	35.898	50.709
Ativos financeiros disponíveis para venda	7 e 25	84.613	48.597
Outros investimentos	26	15.537	14.546
Ativos por impostos diferidos	27	188.514	111.912
Clientes	28	53.224	58.091
Outros devedores	28	97	79
Outros ativos não correntes	31	1.561	1.716
Total de ativos não correntes		1.494.935	1.374.657
Ativos correntes:			
Inventários	9 e 10	289.894	313.575
Clientes	28	492.305	476.851
Outros devedores	28	69.307	64.095
Caixa e equivalentes a caixa	30	189.912	246.063
Outros investimentos	26	62	10.888
Outros ativos correntes	31	247.181	281.357
Total de ativos correntes		1.288.661	1.392.829
TOTAL DO ATIVO	7	2.783.596	2.767.486
Capital próprio:			
Capital	33	210.000	210.000
Ajustamentos de partes de capital em associadas		1.669	1.607
Ajustamentos de conversão cambial		(37.085)	(3.671)
Reservas e resultados transitados	34	86.849	20.066
Resultado líquido consolidado		63.974	24.003
Capital próprio atribuível a acionistas		325.407	252.005
Interesses não controlados	35	35.321	73.863
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		360.728	325.868
Passivos não correntes:			
Empréstimos	36	680.980	401.060
Provisões	37	74.407	38.203
Locações financeiras	39	184.062	199.580
Passivos por impostos diferidos	27	52.693	57.979
Outros credores	38	9.833	15.110
Outros passivos não correntes	40	83.906	177.793
Total de passivos não correntes		1.085.881	889.725
Passivos correntes:			
Empréstimos	36	681.626	834.905
Fornecedores	38	167.773	187.830
Locações financeiras	39	21.634	22.015
Outros credores	38	84.162	19.097
Outros passivos correntes	40	381.792	488.046
Total de passivos correntes		1.336.987	1.551.893
TOTAL DO PASSIVO	7	2.422.868	2.441.618
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		2.783.596	2.767.486

	Notas	2013	2012
Proveitos Operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	7 e 8	1.580.959	1.383.326
Outros proveitos operacionais	8	48.968	56.775
Total de proveitos operacionais	8	1.629.927	1.440.101
Custos Operacionais:			
Custo das vendas	9	(583.362)	(519.475)
Variação da produção	10	(5.761)	(958)
Fornecimentos e serviços externos	11	(465.172)	(388.505)
Custos com o pessoal	12	(275.643)	(244.898)
Amortizações e depreciações	7, 20 e 21	(62.856)	(60.747)
Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciables e amortizáveis e <i>Goodwill</i>	7 e 37	(36.213)	(5.105)
Outros custos operacionais	14	(86.875)	(77.170)
Total de custos operacionais		(1.515.882)	(1.296.858)
Resultados operacionais	7	114.045	143.243
Custos e perdas financeiros	7 e 15	(156.072)	(144.593)
Proveitos e ganhos financeiros	7 e 15	49.177	67.214
Resultados relativos a atividades de investimento:			
Resultados relativos a associadas	7 e 15	(99)	7.892
Outros	7 e 15	5.748	(10.574)
Resultados financeiros		(101.246)	(80.061)
Resultados antes de impostos	7	12.799	63.182
Imposto sobre o rendimento	16	51.947	(37.125)
Resultado líquido consolidado do exercício		64.746	26.057
Resultado líquido atribuível a:			
Detentores de capital	17	63.974	24.003
Interesses não controlados	35	772	2.054
Resultado por ação:			
Básico (euros)	17	0,15	0,06
Diluído (euros)	17	0,15	0,06

(Valores expressos
em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da
demonstração consolidada dos
resultados do exercício findo em 31
de dezembro de 2013

(Valores expressos
em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da
demonstração consolidada dos
resultados e do outro rendimento
integral do exercício findo em 31 de
dezembro de 2013

	Notas	2013	2012
Resultado líquido consolidado do exercício		64.746	26.057
Rendimentos e gastos que não serão subsequentemente reclassificados para resultados			
Aquisição de interesses não controlados	35	(24.304)	(1.303)
Outras variações de capital		(120)	2.579
		(24.424)	1.276
Rendimentos e gastos que podem ser subsequentemente reclassificados para resultados			
Justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	25	33.079	995
Ajustamentos de conversão cambial		(35.009)	(35.470)
Ajustamentos de partes de capital em associadas	23	62	2.812
Instrumentos financeiros de cobertura	41	2.706	(2.453)
		838	(34.116)
Resultado reconhecido diretamente no capital próprio		(23.586)	(32.840)
Rendimento integral do exercício		41.160	(6.783)
Rendimento integral atribuível a:			
Detentores de capital		79.702	(4.067)
Interesses não controlados		(38.542)	(2.716)

	Notas	Capital	Ajustamentos de partes de capital em associadas	Ajustamentos de conversão cambial	Reservas e resultados transitados					Resultado líquido consolidado	Total do capital próprio atribuível a acionistas	Interesses não controlados	Total
					Reserva legal	Reservas livres	Reserva de justo valor	Reserva de operações de cobertura	Resultados transitados				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	33	210.000	1.607	(3.671)	5.500	65.700	995	(11.011)	(41.118)	24.003	252.005	73.863	325.868
Rendimento integral do exercício:													
Resultado líquido consolidado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	63.974	63.974	772	64.746
Varição nos ajustamentos de conversão cambial		-	-	(33.414)	-	-	-	-	-	-	(33.414)	(1.595)	(35.009)
Varição do justo valor e alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	25	-	-	-	-	-	33.079	-	-	-	33.079	-	33.079
Efeito de operações de cobertura	41	-	-	-	-	-	-	2.706	-	-	2.706	-	2.706
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	23	-	62	-	-	-	-	-	-	-	62	-	62
Aquisição de interesses não controlados	35	-	-	-	-	-	-	-	5.433	-	5.433	(29.737)	(24.304)
Outros		-	-	-	-	-	-	-	7.862	-	7.862	(7.982)	(120)
Operações com detentores de capital no exercício:													
Aplicação do resultado consolidado de 2012:													
Transferência para reservas legal, livre e resultados transitados		-	-	-	4.500	9.678	-	-	3.525	(17.703)	-	-	-
Dividendos distribuídos	18	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.300)	(6.300)	-	(6.300)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		210.000	1.669	(37.085)	10.000	75.378	34.074	(8.305)	(24.298)	63.974	325.407	35.321	360.728

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2013

	Notas	Capital	Ajustamentos de partes de capital em associadas	Ajustamentos de conversão cambial	Reservas e resultados transitados					Resultado líquido consolidado	Total do capital próprio atribuível a acionistas	Interesses não controlados	Total
					Reserva legal	Reservas livres	Reserva de justo valor	Reserva de operações de cobertura	Resultados transitados				
Saldo em 31 de dezembro de 2011	33	420.000	(1.205)	31.018	5.500	37.483	(13.980)	(8.558)	(13.749)	(200.437)	256.072	76.579	332.651
Rendimento integral do exercício:													
Resultado líquido consolidado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	24.003	24.003	2.054	26.057
Varição nos ajustamentos de conversão cambial		-	-	(34.689)	-	-	-	-	-	-	(34.689)	(781)	(35.470)
Varição do justo valor e alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	25	-	-	-	-	-	14.975	-	(13.980)	-	995	-	995
Efeito de operações de cobertura	41	-	-	-	-	-	-	(2.453)	-	-	(2.453)	-	(2.453)
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	23	-	2.812	-	-	-	-	-	-	-	2.812	-	2.812
Aquisição de interesses não controlados	35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.303)	(1.303)
Outros		-	-	-	-	-	-	-	5.265	-	5.265	(2.686)	2.579
Operações com detentores de capital no exercício:													
Aplicação do resultado consolidado de 2011:													
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	-	-	-	(200.437)	200.437	-	-	-
Redução de capital	33	(210.000)	-	-	-	28.217	-	-	181.783	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012		210.000	1.607	(3.671)	5.500	65.700	995	(11.011)	(41.118)	24.003	252.005	73.863	325.868

(Valores expressos em milhares de euros)

(Valores expressos
em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da
demonstração dos fluxos de caixa do
exercício findo em 31 de dezembro
de 2013

	Notas	2013	2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		1.403.216	1.417.091
Pagamento a fornecedores		(1.015.756)	(940.892)
Pagamento ao pessoal		(268.810)	(245.049)
Fluxo gerado pelas operações		118.650	231.150
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(47.693)	(35.947)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		12.115	(86.788)
Fluxos das atividades operacionais (1)		83.072	108.415
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	30	58.886	39.506
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		7.559	4.617
Ativos intangíveis		-	45
Juros e proveitos similares		9.040	14.194
Dividendos	30	1.555	9.548
		77.040	67.910
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	30	(54.803)	(27.359)
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		(158.373)	(124.197)
Ativos intangíveis		(2.071)	(4.352)
		(215.247)	(155.908)
Fluxos das atividades de investimentos (2)		(138.207)	(87.998)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		2.852.302	1.889.784
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(2.725.661)	(1.872.385)
Juros e custos similares		(88.058)	(78.072)
Dividendos	18	(6.300)	-
		(2.820.019)	(1.950.457)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		32.283	(60.673)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(22.852)	(40.256)
Efeito das diferenças de câmbio		(32.228)	(5.374)
Caixa e seus equivalentes - alteração de perímetro		(1.071)	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	30	246.063	291.693
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	30	189.912	246.063

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Teixeira Duarte, S.A. "Empresa" ou ("TD, S.A.") tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 30 de novembro de 2009, com capital social de 420.000.000 euros, representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 1 euro, e tem como atividade principal a realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu Grupo empresarial.

Em 19 de outubro de 2012 o capital social foi reduzido para 210.000.000 euros, passando a estar representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euros (Nota 33).

O universo empresarial da Teixeira Duarte ("Grupo") é formado pelas empresas participadas indicadas nas Notas 4, 23 e 24. As principais atividades do Grupo são as seguintes: Construção; Concessões e Serviços; Imobiliária; Hotelaria; Distribuição; Energia e Automóvel (Nota 7).

Os valores indicados serão expressos em milhares de euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações realizadas no estrangeiro são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita na Nota 2.9.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados no processo de consolidação, de modo a estarem de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2013.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* ("IASC") e respetivas interpretações, emitidas pelo *IFRS Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC"), respetivamente, cuja adoção foi aprovada pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IFRS".

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, exceto no que respeita às propriedades de investimento, aos ativos financeiros disponíveis para venda e aos instrumentos financeiros derivados.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas ("endorsed") pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Observações
Emenda à norma IFRS 1 — Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro (Empréstimos do governo)	1-jan-13	Esta emenda isenta as entidades que adotam pela primeira vez as IFRS da aplicação retrospectiva das disposições da IAS 39 e do parágrafo 10A da IAS 20 relativas a empréstimos do governo.
Emenda à norma IFRS 7 — Instrumentos Financeiros: divulgações (Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros)	1-jan-13	Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível dos instrumentos financeiros, em particular as relacionadas com a compensação entre ativos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 1 — Apresentação de Demonstrações Financeiras (Outro rendimento integral)	1-jul-12	Esta emenda consubstancia-se nas seguintes alterações: (i) os itens que compõem o Outro Rendimento Integral e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; e (ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral.

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Observações
Revisão da norma IAS 19 — Benefícios a Empregados	1-jan-13	A revisão desta norma contemplou diversas alterações, nomeadamente: (i) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais e financeiros decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades e do rendimento esperado dos ativos e os valores efetivamente verificados, assim como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais e financeiros ocorridos no exercício, por contrapartida de reservas (outro rendimento integral); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro na determinação do valor presente das responsabilidades e do retorno esperado dos ativos do plano; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros; (iv) introdução de novas exigências em termos de divulgação.
IFRS 13 — Mensuração ao Justo Valor (nova norma)	1-jan-13	Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.
IFRIC 20 — Registo de certos custos na fase de produção de uma mina a céu aberto	1-jan-13	Esta interpretação clarifica o registo de certos custos incorridos durante a fase de produção numa mina a céu aberto.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2009-2011)	1-jan-13	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente IFRS 1 (aplicação repetida da norma), IAS 1 (informação comparativa), IAS 16 (equipamento de serviço), IAS 32 (efeito fiscal da distribuição de instrumentos de capital próprio) e IAS 34 (informação de segmentos).

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Observações
IFRS 10 — Demonstrações Financeiras Consolidadas	1-jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspetos, a norma IAS 27 — Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 — Consolidação — Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 11 — Acordos Conjuntos	1-jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 — Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 — Entidades Controladas Conjuntamente — Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
IFRS 12 — Divulgações Sobre Participações Noutas Entidades	1-jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
IAS 27 — Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	1-jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 — Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	1-jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 — Investimentos em Associadas e as novas normas adotadas, em particular a IFRS 11 — Acordos Conjuntos.
Emenda às normas: IFRS 10 — Demonstrações Financeiras Consolidadas; IFRS 12 — Divulgações Sobre Participações Noutas Entidades (Entidades de investimento)	1-jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Observações
Emenda à norma IAS 32 — Compensação entre ativos e passivos financeiros	1-jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspetos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre ativos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 36 — Imparidade (Divulgações sobre a quantia recuperável de ativos não financeiros)	1-jan-14	Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os ativos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender.
Emenda à norma IAS 39 — Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	1-jan-14	Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Decorrente da entrada em vigor em 1 de janeiro de 2014 da IFRS 11 — Acordos conjuntos a contabilização dos interesses em empreendimentos conjuntos tal como mencionada na Nota 2.3. b) já não será permitida. Assim, em 1 de Janeiro de 2014 a consolidação proporcional destes ativos e passivos será descontinuada e os mesmos passarão a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) dessas empresas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas. Os impactos desta alteração na posição financeira e demonstração consolidada dos resultados serão os seguintes:

	2013	Ajustamento	2013 "Reexpresso"	
Ativos não correntes	1.494.935	540	1.495.475	Posição Financeira
Ativos correntes	1.288.661	(4.893)	1.283.768	
Total do Ativo	2.783.596	(4.353)	2.779.243	
Capital próprio atribuível a acionistas	325.407	-	325.407	
Interesses não controlados	35.321	-	35.321	
Total do Capital Próprio	360.728	-	360.728	
Passivos não correntes	1.085.881	(1.473)	1.084.408	
Passivos correntes	1.336.987	(2.880)	1.334.107	
Total do Passivo	2.422.868	(4.353)	2.418.515	
Total do Capital Próprio + Passivo	2.783.596	(4.353)	2.779.243	

	2013	Ajustamento	2013 "Reexpresso"	
Proveitos operacionais	1.629.927	(627)	1.629.300	Demonstração dos Resultados
Custos operacionais	(1.416.813)	799	(1.416.014)	
EBITDA	213.114	172	213.286	
Amortizações e depreciações	(62.856)	11	(62.845)	
Provisões e perdas por imparidade	(36.213)	126	(36.087)	
EBIT	114.045	309	114.354	
Resultados financeiros	(101.246)	(309)	(101.555)	
Resultados antes de impostos	12.799	-	12.799	
Imposto sobre o rendimento	51.947	-	51.947	
Resultado líquido	64.746	-	64.746	
Atribuível a:				
Detentores de capital	63.974	-	63.974	
Interesses não controlados	772	-	772	

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Observações
IFRS 9 — Instrumentos Financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos ativos financeiros.
Emendas às normas: IFRS 9 — Instrumentos Financeiros (2013) IFRS 7 — Instrumentos Financeiros Divulgações	A emenda à IFRS 9 insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. A IFRS 7 foi igualmente revista em resultado desta emenda.
Emenda à norma IAS 19 — Benefícios dos empregados	Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011-2013)	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.
IFRIC 21 — Pagamentos ao Estado	Esta emenda vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

2.2. Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes aspetos:

Imparidade dos ativos não correntes (exceto goodwill)

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Imparidade do goodwill

O goodwill é sujeito a teste de imparidade anual ou sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa às quais o goodwill é atribuído, são determinados com base nos fluxos de caixa esperados. Esses cálculos exigem o uso de estimativas por parte do Conselho de Administração relativamente à evolução futura da atividade e taxas de desconto consideradas.

Vidas úteis dos ativos intangíveis e tangíveis

A vida útil de um ativo é o tempo durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para uso e esta deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização / depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica é essencial para determinar o montante das amortizações / depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados de cada exercício.

Estes três parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos segmentos operacionais em que o Grupo opera.

Provisões e passivos contingentes

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade de existência de responsabilidade presente e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existem expectativas razoáveis de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada exercício tendo em atenção a expectativa de performance fiscal futura.

Perdas por imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas em função da avaliação efetuada pela gestão – dos riscos estimados de cobrança existentes à data da posição financeira, os quais se poderão revelar errados.

Reconhecimento do rédito em contratos de construção

O Grupo reconhece os resultados dos contratos de construção de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data da posição financeira e a soma destes custos com os custos estimados para completar o contrato. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os mais recentes indicadores de produção.

Avaliação de propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas pelo seu justo valor, o qual é determinado com base em avaliações efetuadas, em alguns casos, por entidades especializadas independentes e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário. Estas avaliações são baseadas em dados observáveis de mercado e requerem julgamento por parte do avaliador no que respeita às condições de transação de cada imóvel em mercado, os quais poderão divergir do resultado apurado no futuro.

2.3. Princípios de consolidação**a) Empresas controladas**

A consolidação das empresas controladas em cada exercício contabilístico é efetuada pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral, ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente na posição financeira e na demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral, nas respetivas rubricas de "Interesses não controlados".

As transações e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que apropriado, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

b) Empresas controladas conjuntamente

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos (Nota 24) foram consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. De acordo com este método, os ativos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas são eliminados na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos que regulam o controlo conjunto.

c) Concentração de atividades empresariais

A concentração de atividades empresariais, nomeadamente a aquisição de empresas controladas é registada pelo método da compra.

O custo de aquisição é determinado como o somatório do justo valor dos ativos entregues, passivos incorridos ou assumidos, e instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da assunção de controlo da adquirida. Custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como custo quando incorridos. Quando aplicável, o custo

de aquisição inclui ainda o justo valor de pagamentos contingentes mensurados à data de aquisição. Alterações subsequentes no valor de pagamentos contingentes são registados de acordo com o normativo contabilístico que regula a contabilização dos ativos ou passivos em questão, exceto caso se qualifiquem como ajustamento no período de mensuração provisória (com um máximo de 12 meses).

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, que cumpram com os critérios de reconhecimento de acordo com a IFRS 3 – Concentração de Atividades Empresariais (“IFRS 3”), são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição, exceto os ativos não correntes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda, de acordo com a IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (“IFRS 5”), os quais são reconhecidos e mensurados pelo respetivo justo valor deduzido dos custos a suportar na futura venda.

Qualquer excesso do custo de aquisição acrescido do valor dos interesses não controlados face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como *Goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como resultado líquido do período em que ocorre a aquisição, após reconfirmação do justo valor atribuído.

Se o processo de contabilização de concentrações de atividades empresariais estiver incompleto no final do exercício em que a concentração ocorra, o Grupo divulga essa mesma situação, sendo que os valores considerados podem ser ajustados durante o período de mensuração (o período entre a data de aquisição e a data em que o Grupo obtenha a informação completa sobre os factos e circunstâncias que existiam à data de aquisição e no máximo de 12 meses), ou poderão ser reconhecidos novos ativos e passivos de forma a refletir factos e circunstâncias que existiam à data da posição financeira e que, caso conhecidos, teriam afetado os montantes reconhecidos na data de aquisição.

Os interesses não controlados são identificados em capital próprio separadamente pelo capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-mãe. Os interesses não controlados podem ser inicialmente mensurados quer pelo seu justo valor quer pela proporção do justo valor de ativos e passivos da subsidiária adquirida. Esta opção é efetuada separadamente para cada transação.

Após o reconhecimento inicial, o valor contabilístico dos interesses não controlados é determinado como o valor inicialmente reconhecido acrescido da proporção de alterações de capital próprio da subsidiária. O rendimento integral de uma subsidiária é atribuído aos Interesses não controlados ainda que os mesmos sejam negativos.

Alterações na percentagem de controlo sobre empresas subsidiárias que não resultem em perda de controlo são contabilizadas como transações de capital próprio. O valor dos interesses do Grupo e dos interesses não controlados são ajustados para refletir as alterações de percentagem. Qualquer diferença entre o montante pelo qual os interesses não controlados são ajustados e o justo valor do preço da transação é reconhecido diretamente em capital próprio e atribuído aos acionistas da Empresa-mãe.

Quando o Grupo perde controlo sobre uma subsidiária, o ganho ou perda na alienação é calculado como a diferença entre (i) o montante agregado do justo valor do preço e o justo valor dos interesses retidos e (ii) o valor contabilístico dos ativos (incluindo *goodwill*) e dos passivos da subsidiária e dos interesses não controlados. Montantes reconhecidos previamente como outro rendimento integral são transferidos para resultados do exercício ou transferidos para resultados transitados da mesma forma que seriam caso os ativos ou passivos relacionados fossem alienados. O justo valor dos interesses retidos corresponde ao justo valor no reconhecimento inicial para efeitos de contabilização subsequente no âmbito da IAS 39 – Instrumentos financeiros (“IAS 39”) ou, conforme e quando aplicável, o custo para efeitos de reconhecimento inicial de um investimento numa associada ou em um empreendimento conjunto.

d) Investimentos em associadas

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo ou controlo conjunto.

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas (Nota 23) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação no capital próprio dessas empresas reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de “Resultados relativos a empresas associadas”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de “Ajustamentos de partes de capital em associadas”, bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As perdas em associadas que excedam o investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com essa associada.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como “Investimentos em associadas – *goodwill*”. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

e) *Goodwill*

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias, conjuntamente controladas e empresas associadas, acrescido, no caso de subsidiárias, do valor dos Interesses não controlados e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas como *goodwill* (no caso de subsidiárias e conjuntamente controladas) ou mantidos na rubrica de investimentos em empresas associadas.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira ou na rubrica de "Investimentos em associadas" (Notas 19 e 23). Relativamente ao *goodwill* de subsidiárias e conjuntamente controladas, anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os montantes de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada dos resultados do período e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho do período em que ocorre a aquisição.

2.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, direitos contratuais e despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo no período em que são incorridos.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de utilidade esperada pelo Grupo para os ativos em causa.

2.5. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Anos de vida útil	
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação / abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais", conforme aplicável.

2.6. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; ou, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo, as depreciações / amortizações acumuladas correspondentes e as responsabilidades pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações / amortizações do ativo são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o exercício do contrato de locação.

2.7. Imparidade de ativos não correntes, excluindo *goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da eventual perda por imparidade.

Nas situações em que o ativo individualmente não gera *cash-flows* de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, a qual é registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciables e amortizações e *goodwill*".

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos para vender) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade é registada quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuirão. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciables e amortizações e *goodwill*" do exercício em que a reversão ocorra. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.8. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que incluem terrenos e edifícios detidos para arrendamento, apreciação de capital, ou ambos, são inicialmente registadas pelo seu preço de compra ou pelo seu custo de construção (caso se trate de investimento de construção própria), incluindo qualquer dispêndio diretamente atribuível.

Após o reconhecimento inicial todas as propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em construção, são mensuradas pelo respetivo valor que reflete as condições de mercado à data da posição financeira. Todos os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do exercício em que ocorrem e registados na rubrica "Variação no justo valor de propriedades de investimento", incluída em "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais", consoante se trate de ganhos ou perdas.

O justo valor de cada propriedade de investimento é determinado através de avaliações efetuadas, em alguns casos, por entidades especializadas independentes e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário. Nos restantes casos, a determinação do valor de mercado é efetuada internamente, com base em critérios similares aos considerados pelos avaliadores externos.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As benfeitorias ou beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondam à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzem a um acréscimo de benefícios económicos futuros.

2.9. Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, dado que é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera.

As transações em outras divisas que não o euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos, ou à data da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial".

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e conjuntamente controladas expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data da posição financeira, para conversão de ativos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do exercício, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral e dos fluxos de caixa.

De acordo com a IAS 21 — Os efeitos de alterações em taxas de câmbio ("IAS 21"), o *goodwill* e as correções de justo valor apurados na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidas para euros à taxa de câmbio na data da posição financeira. As diferenças cambiais assim geradas são registadas na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial".

2.10. Custos de financiamento

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um exercício substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos custos financeiros elegíveis para capitalização.

2.11. Subsídios

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis, são incluídos nas rubricas de "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes" (conforme aplicável) e são creditados na demonstração dos resultados em quotas constantes de forma consistente e proporcional com as depreciações / amortizações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

2.12. Inventários

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e intermédios e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as depreciações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização), o qual é inferior ao valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

São registadas perdas por imparidade em inventários pela diferença entre o valor de custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao valor contabilístico.

2.13. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando: i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

2.14. Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular, que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles que efetuam segmentos que operam em outros ambientes económicos.

O Grupo apresenta como segmentos operacionais os segmentos de negócio, de forma coincidente com aquela em que a gestão conduz os negócios.

2.15. Resultados operacionais

O resultado das operações inclui a totalidade dos custos e proveitos das operações, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os custos com reestruturações e os custos e proveitos associados a ativos operacionais (ativos fixos tangíveis e outros ativos intangíveis). Inclui ainda, as mais ou menos valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral ou proporcional. Assim, excluem-se dos resultados operacionais os custos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas, com os outros investimentos financeiros e os impostos sobre o rendimento.

2.16. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo torna-se parte na respetiva relação contratual.

a) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes a caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

b) Contas a receber

As contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados na rubrica "Outros custos operacionais". O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

c) Investimentos

Os investimentos são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

Os investimentos classificam-se como segue:

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são investimentos financeiros que se encontram disponíveis para venda e são classificados como ativos não correntes.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica de "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Outros investimentos

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas, sendo reconhecidos na rubrica de "Outros investimentos".

Adicionalmente, os ativos mensurados ao justo valor através de resultados são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Estes ativos encontram-se reconhecidos na rubrica “Outros investimentos” e qualquer variação no seu justo valor é reconhecida na rubrica “Resultados relativos a atividades de investimento – Outros”.

d) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Contas a pagar

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

f) Empréstimos

Os empréstimos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, sendo adicionados ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o exercício.

g) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

A contratação de instrumentos financeiros derivados tem como objetivo efetuar a cobertura dos riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto, decorrentes de variações nas taxas de juro. Neste sentido, o Grupo não recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados com objetivos especulativos.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respetivo justo valor e reconhecidos na rubrica “Outros passivos / ativos correntes” ou “Outros passivos / ativos não correntes”, consoante aplicável. O método de reconhecimento depende da natureza e objetivo da sua contratação.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado com referência a valores de cotação. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é determinado com base na análise de fluxos de caixa descontados, os quais incluem pressupostos suportados em preços ou taxas observáveis de mercado.

Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (“IAS 39”), nomeadamente, quanto à respetiva documentação e efetividade.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de justo valor são reconhecidas como resultado financeiro do exercício, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de *cash-flow* são registadas em “Reserva de operações de cobertura” na sua componente efetiva e, em resultados financeiros na sua componente não efetiva. Os valores registados em “Reserva de operações de cobertura” são transferidos para resultados financeiros no exercício em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, é vendido ou exercido, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na “IAS 39”.

2.17. Responsabilidades com pensões

O Grupo proporciona aos seus colaboradores um seguro de reforma.

Este seguro foi constituído no âmbito de uma política social e de incentivos aos trabalhadores e é da exclusiva iniciativa das empresas participadas onde esses benefícios são atribuídos. Caracterizando-se pela sua natureza facultativa, é por decisão exclusiva das respetivas administrações que se efetuam as contribuições que em cada momento se afigurem adequadas, tendo em consideração o desempenho e a situação económica e financeira. Assim, as contribuições efetuadas pelo Grupo são registadas como custo na data em que são devidas.

2.18. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios ou créditos fiscais obtidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, não são descontados e são reconhecidos em ativos ou passivos não correntes.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura. São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributárias.

2.19. Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Um passivo contingente é (i) uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos ou (ii) uma obrigação presente, que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecido por não ser provável a existência de uma saída de recursos ou a eventual saída de recursos não poder ser mensurada com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de recursos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.20. Rédito e especialização de exercícios

Vendas

Os proveitos decorrentes de vendas de ativos são reconhecidos na demonstração dos resultados quando estão satisfeitas as condições seguintes:

- O Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos;
- O Grupo não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos ativos vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Prestações de serviços

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data da posição financeira.

Sempre que o resultado de um contrato de construção possa ser estimado razoavelmente, a receita e os custos correspondentes são reconhecidos de acordo com a percentagem de acabamento, conforme disposto na IAS 11 - Contratos de construção ("IAS 11"). De acordo com este método, os proveitos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos incorridos e os custos totais estimados das obras (custos incorridos adicionados dos custos a incorrer). As diferenças entre os proveitos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas "Outros ativos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza das diferenças.

As variações nos trabalhos contratados, reclamações e prémios são considerados à medida que vão sendo acordados e sempre que seja possível a sua quantificação com suficiente fiabilidade.

Para que o resultado de um contrato possa ser estimado com razoabilidade, é necessário que se verifiquem as seguintes condições:

- Ser provável que o Grupo obtenha os benefícios económicos previstos no contrato;
- Os custos do contrato são identificáveis e podem ser quantificados com razoabilidade;
- À data da posição financeira tem de ser possível que os custos necessários para completar a construção, bem como o grau de acabamento da mesma, possam ser quantificados com suficiente razoabilidade, por forma a que os custos reais incorridos se possam comparar com as estimativas iniciais.

Para fazer face aos custos a incorrer durante o exercício de garantia das obras, o Grupo reconhece uma provisão para fazer face a este risco, a qual é apurada tendo em conta a produção anual e o historial de custos incorridos no passado com as obras em exercício de garantia.

Quando se torna provável que os custos excedam os proveitos do contrato, a perda prevista é reconhecida na demonstração dos resultados do exercício em que é prevista.

As atividades desenvolvidas ao abrigo de contratos de concessão de serviços públicos são contabilizados em concordância com a IFRIC 12 — Acordos de concessão de serviços (“IFRIC 12”), a qual estabelece as disposições a serem aplicadas na mensuração, reconhecimento, apresentação e divulgação de atividades desenvolvidas ao abrigo de contratos de concessão de serviços públicos.

Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados independente do momento em que são recebidos ou pagos. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes faturados e os correspondentes proveitos e custos são registadas nas rubricas de “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”.

2.21. Classificação da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da posição financeira são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo, como correntes.

São ainda classificados como correntes os passivos relativamente aos quais não haja um direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos doze meses após a data da posição financeira.

2.22. Imparidade de ativos financeiros

O Grupo analisa a cada data da posição financeira se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Ativos financeiros disponíveis para venda

No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os instrumentos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, a perda acumulada – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos qualquer perda por imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados – é removida de capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados. Perdas por imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são revertidas através da demonstração dos resultados.

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que o Grupo não irá receber todos os montantes a que tinha direito, de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação destes são utilizados diversos indicadores, tais como:

- antiguidade dos créditos;
- dificuldades financeiras do devedor;
- probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor da posição financeira do ativo financeiro e são registados por contrapartida de resultados do exercício. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da respetiva perda por imparidade acumulada reconhecida. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

2.23. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iv) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor contabilístico ou o respetivo justo valor deduzido dos custos para a sua venda.

2.24. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da TD, S.A., pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da TD, S.A., pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em ações da Empresa.

2.25. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da posição financeira, estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos após a data da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da posição financeira, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, incluindo as normas e interpretações novas, emendadas ou revistas aprovadas pela União Europeia, com impactos na Posição Financeira Consolidada ou no Resultado Consolidado das operações, nem foram registados erros materiais ou alterações de estimativas contabilísticas significativas relativas a exercícios anteriores.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2013 foram incluídas na consolidação, pelo método integral, TEIXEIRA DUARTE, S.A. e as seguintes empresas controladas:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
MERCADO INTERNO		
CONSTRUÇÃO		
CONSTRUSALAMONDE, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	92,50%
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
INVICTAAMBIENTE - Recolha de Resíduos e Limpeza Pública, S.A.	Praça do Bom Sucesso, nº 61 - Escritórios 501 e 502 Porto	100,00%
MARINERTES, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	51,00%
RECOLTE - Serviços e Meio Ambiente, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
SATU-Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, S.A. (a)	Edifício Paço de Arcos, E.N. 249/3 Paço de Arcos	49,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
IMOBILIÁRIA		
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
IMOPEDROUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
IMOTD - SGPS, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	93,75%
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TRANSBRITAL - Transportes e Britas Pio Monteiro & Filhos, S.A.	Pedreira das Perdigueiras - Laveiras Paço de Arcos	100,00%
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
HOTELARIA		
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
EVA - Sociedade Hoteleira, S.A.	Av. República, nº 1 Faro	100,00%
GO CORP TRAVEL SOLUTIONS - Agência de Viagens, S.A.	Rua da Comunidade Lusíada, nº 2, Letra C Faro	100,00%
LAGOASFUT - Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
LAGOAS HOTEL, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
ROCHORIENTAL - Sociedade Hoteleira, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%

(a) O Grupo detém o controlo destas subsidiárias através da subsidiária TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.

(b) O Grupo detém o controlo destas subsidiárias através da subsidiária TDARCOL - SGPS, S.A.

(c) O Grupo detém o controlo destas subsidiárias através da subsidiária PTG - SGPS, S.A.

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDH - SGPS, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
BONAPAPEL - Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos - Unipessoal, Lda.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - DISTRIBUIÇÃO S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
ENERGIA		
ACG - Distribuição e Comércio de Gás, S.A. (b)	Rua das Lagoas - Campo Raso Sintra	48,61%
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A. (b)	Rua das Lagoas - Campo Raso Sintra	47,50%
DNGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, S.A. (b)	Rua das Lagoas - Campo Raso Sintra	50,00%
MULTIGÁS - Sociedade Comercial e Distribuidora de Gás, S.A. (b)	Rua das Lagoas - Campo Raso Sintra	47,50%
PETRIN - Petróleos e Investimentos, S.A. (b)	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	47,91%
PPS - Produtos Petrolíferos, S.A. (b)	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	50,00%
PTG - SGPS, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100, 00%
TANQUIGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, S.A. (b)	Rua das Lagoas - Campo Raso Sintra	47,50%
TDARCOL - SGPS, S.A. (c)	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	50,00%
AUTOMÓVEL		
TDO - Investimento e Gestão, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fracção 4 D Funchal	100,00%
OUTRAS		
C + PA. - Cimento e Produtos Associados, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDO - SGPS, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fracção 4 D Funchal	100,00%
TEDAL - SGPS, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
MERCADO EXTERNO		
ÁFRICA DO SUL		
DISTRIBUIÇÃO		
Global Net Distributors (PTY) Ltd.	Po Box 15318 Farrarmere - Benon - Gauteng 1518 África do Sul	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
ANGOLA		
CONSTRUÇÃO		
BETANGOLA – Betões e Pré-Fabricados de Angola, Lda.	Rua Comandante Che Guevara, 67 – 1º D Luanda	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
EDUCARE – Atividades Educativas e Culturais, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 – R/C C Luanda	100,00%
TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Rua Comandante Che Guevara, 67 – 1º D Luanda	100,00%
IMOBILIÁRIA		
AFRIMO – Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 51 – 1º C Luanda	51,00%
ANGOPREDIAL – Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 – R/C D Luanda	100,00%
IMOAFRO – Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 – R/C D Luanda	100,00%
TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções (Angola), Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 – R/C D Luanda	100,00%
URBÁFRICA – Sociedade Imobiliária, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 35 – 5º C Luanda	90,00%
HOTELARIA		
ALVALADE – Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Rua Comandante Gika – Bairro Maiango Luanda	100,00%
ANGOIMO – Empreendimentos e Construções, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 35 – 5º C Luanda	100,00%
HOTEL TRÓPICO, S.A.	Rua da Missão, 103 Luanda	80,00%
URBANGO – Gestão Imobiliária, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 – R/C D Luanda	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
CND – Companhia Nacional de Distribuição, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 51 – 1º C Luanda	100,00%
DCG – Distribuição e Comércio Geral, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van – Dúnem Luanda	100,00%
AUTOMÓVEL		
AUTO COMPETIÇÃO Angola, Lda.	Rua Eugénio de Castro, Instalações do Cine Atlântico Luanda	100,00%
AUTO 8, Lda.	Via A-1, Lote CCB-5 – Polo Automóvel Luanda	100,00%
COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, Lda.	Rua Frederich Engels, 9 Luanda	100,00%
TDA – Comércio e Indústria, Lda.	Rua Amílcar Cabral, nº 27 R/C, Letra C Luanda	100,00%
VAUCO – Automóveis e Equipamentos, Lda.	Rua Ho Chi Min (Largo 1º de Maio) Luanda	51,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
ARGÉLIA		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE ALGERIE, SPA	Parc Miremont, Rue A, nº 136 Bouzareah Alger	99,94%
BRASIL		
CONSTRUÇÃO		
EMPA - Serviços de Engenharia, S.A.	Rua Major Lopes, 800 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	100,00%
SOMAFEL Brasil - Obras Ferroviárias e Marítimas, Ltda.	Rua Major Lopes, 800 - sala 306 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	60,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
GONGOJI Montante Energia, S.A.	Rua Major Lopes, 800 - sala 310 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	100,00%
PAREDÃO de Minas Energia, S.A.	Rua Major Lopes, 800 - sala 306 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	100,00%
TABOQUINHA Energia, S.A.	Rua Major Lopes, 800 - sala 308 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	100,00%
IMOBILIÁRIA		
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.	Avenida Domingos Ferreira nº 4060, sala 301 Boa Viagem - Cidade de Recife	100,00%
TDSP - Participações, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Elisa de Moraes, Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	90,00%
TDSP - Bela Vista, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Galeno de Castro, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Maratona, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Direitos Humanos, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Alta Vista I, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Verum Mooca, Empreendimento Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Gilberto Sabino, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP - Alta Vista II, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Gualaxos, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Alta Vista III, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Zanzibar, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,50%
TDSP - Dionísio da Costa, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,50%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
TDSP - 11, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - 12, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Volta Redonda, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - 14, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Alta Vista IV, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - 16, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - 17, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
TDD - Distribuição Brasil, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
CHIPRE		
OUTRAS		
LEVENEL, Limited	Irakli, Egkomi, 2413 Nicosia	100,00%
ESPANHA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
RECOLTE, Servicios Y Medioambiente, S.A.U.	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º Madrid	100,00%
GIBRALTAR		
CONSTRUÇÃO		
Teixeira Duarte International, LTD.	23, Portland House - Glacis Road Gibraltar	100,00%
MACAU		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Macau), Lda.	Rua de Xangai, 175 Edifício Associação Comercial de Macau, 10 A Macau	100,00%
MOÇAMBIQUE		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	Av. 24 de Julho, 141 Maputo	74,46%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Av. 24 de Julho, 141 Maputo	69,55%
IMOBILIÁRIA		
IMOPAR - Centro Comercial de Maputo, S.A.R.L.	Av. 24 de Julho, 135 Maputo	100,00%
HOTELARIA		
AVENIDA - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Av. 24 de Julho, 135 Maputo	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
Sociedade Hotel Tivoli, Lda.	Av. 25 de Setembro, 1321 Maputo	65,00%
TIVOLI BEIRA – Hotelaria e Serviços, Lda.	Av. 24 de Julho, 141 Maputo	98,72%
<u>NAMÍBIA</u>		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
KARIBIB Portland Cement (PTY)	P O Box 9574 Windhoek Namíbia	95,00%
KPC Trading and Services	P O Box 2143 Windhoek Namíbia	57,00%
SQUIRREL Investments 115 PTY, Ltd.	P O Box 2143 Windhoek Namíbia	95,00%
<u>RÚSSIA</u>		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
MMK Cement, Limited Liability Company	Murmansk Rússia	70,00%
<u>VENEZUELA</u>		
CONSTRUÇÃO		
Consortio Boyacá — La Guaira	Av. San Juan Bosco Ota Coromoto no Aplica Urb. Altamira Caracas - Venezuela	57,20%

5. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No decorrer do quarto trimestre de 2013, verificou-se a perda de controlo da participada “TEGAVEN — Teixeira Duarte Y Associados, C.A.”, tendo a participada sido consolidada pelo método integral até setembro de 2013, com o respetivo impacto na demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral.

De referir ainda, que, durante o exercício de 2013 foram dissolvidas as seguintes empresas:

- MERCAPETRO — Produtos Petrolíferos, S.A.
- ANGOCIME — Cimentos de Angola, Lda.
- BEL — ere — Engenharia e Reabilitação de Estruturas Angola, Lda.
- CASANGOL — Gestão Imobiliária, Lda.
- EMPA Logística, Ltda.

6. COTAÇÕES

As cotações utilizadas para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2013 e 2012, bem como os resultados das operações desenvolvidas em países com moeda funcional distinta do Euro, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram as seguintes:

Divisa	Câmbio de fecho			Câmbio médio		
	2013	2012	Var	2013	2012	Var
Dólar Americano	1,3791	1,3194	4,5%	1,3300	1,2932	2,8%
Pataca Macaense	11,0141	10,5328	4,6%	10,6251	10,3322	2,8%
Metical Moçambicano	41,2400	39,2400	5,1%	39,6346	36,3715	9,0%
Bolivar Venezuelano	8,6774	5,6664	53,1%	7,9551	5,5539	43,2%
Kwanza Angolano	134,5920	126,8460	6,1%	128,0569	123,6906	3,5%
Dinar Argelino	108,1034	103,1890	4,8%	105,7237	100,1353	5,6%
Dirham Marroquino	11,2621	11,1526	1,0%	11,1687	11,1061	0,6%
Real Brasileiro	3,2576	2,7036	20,5%	2,8791	2,5220	14,2%
Hryvnia Ucrâniana	11,3638	10,6212	7,0%	10,8397	10,4501	3,7%
Dólar Namibiano	14,5660	11,1727	30,4%	12,8713	10,5725	21,7%
Escudo Cabo Verde	110,2650	110,2650	-	110,2650	110,2650	-
Rublo Russo	45,3246	40,3295	12,4%	42,4441	40,2354	5,5%
Dinar Tunisino	2,2701	2,0492	10,8%	2,1578	2,0088	7,4%
Rand Africa do Sul	14,5660	11,1727	30,4%	12,8713	10,5725	21,7%
Peso Colombiano	2.661,6600	2.331,3800	14,2%	2.489,0092	n.a.	-

7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo encontra-se organizado de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

- Construção;
- Concessões e serviços;
- Imobiliária;
- Hotelaria;
- Distribuição;
- Energia;
- Automóvel.

As vendas e prestações de serviços e os resultados de cada um dos segmentos operacionais acima mencionados, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram como segue:

Segmento	Vendas e prestações de serviços						Resultados operacionais	
	2013			2012			2013	2012
	Clientes externos	Intersegmental	Total	Clientes externos	Intersegmental	Total		
Construção (Nota 32)	800.259	81.449	881.708	617.138	63.143	680.281	46.645	27.716
Concessões e serviços	74.216	19.296	93.512	59.268	18.262	77.530	(6.612)	3.262
Imobiliária	83.205	15.041	98.246	114.032	15.024	129.056	21.974	32.575
Hotelaria	78.422	14.610	93.032	84.539	10.389	94.928	17.265	25.337
Distribuição	210.535	8.758	219.293	175.163	7.604	182.767	15.967	26.746
Energia	114.717	2.259	116.976	129.216	2.733	131.949	1.731	1.544
Automóvel	219.605	14.387	233.992	203.970	6.136	210.106	32.558	41.331
Não afetos a segmentos	-	2.606	2.606	-	-	-	(15.861)	(15.133)
Eliminações	-	(158.406)	(158.406)	-	(123.291)	(123.291)	378	(135)
	1.580.959	-	1.580.959	1.383.326	-	1.383.326	114.045	143.243
Custos e perdas financeiros (Nota 15)							(156.072)	(144.593)
Proveitos e ganhos financeiros (Nota 15)							49.177	67.214
Resultados relativos a atividades de investimento (Nota 15)							5.649	(2.682)
Resultados antes de impostos							12.799	63.182

As transações intersegmentais são efetuadas em condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

As políticas contabilísticas nos diversos segmentos são consistentes com as políticas do Grupo.

Outras informações:

Segmento	Dispendios de capital fixo		Amortizações e depreciações em resultados		Provisões e perdas por imparidade	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Construção	65.583	64.008	34.709	36.036	21.181	(946)
Concessões e serviços	7.519	3.480	4.119	3.892	14.648	5.841
Imobiliária	16.831	4.399	6.171	2.643	194	(497)
Hotelaria	4.914	8.810	7.928	10.498	-	700
Distribuição	35.081	28.420	6.078	4.307	-	-
Energia	6.811	8.487	1.813	1.870	-	-
Automóvel	6.706	2.308	2.036	1.499	-	7
Não afetos a segmentos	-	-	2	2	190	-
	143.445	119.912	62.856	60.747	36.213	5.105

O ativo e passivo dos segmentos e a respetiva reconciliação com o total consolidado, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são como segue:

	Ativos								Passivos	
	2013				2012					
	Investimentos em associadas (Nota 23)	Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 25)	Outros ativos	Total	Investimentos em associadas (Nota 23)	Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 25)	Outros ativos	Total	2013	2012
Construção	989	-	1.853.966	1.854.955	5.427	-	1.651.788	1.657.215	1.435.524	1.196.820
Concessões e serviços	842	25.208	232.336	258.386	837	19.031	228.447	248.315	176.292	157.604
Imobiliária	71	54.080	1.565.408	1.619.559	87	25.542	1.562.127	1.587.756	887.726	1.179.400
Hotelaria	-	-	303.808	303.808	-	-	329.252	329.252	215.297	285.463
Distribuição	-	-	221.756	221.756	-	-	154.397	154.397	184.806	118.529
Energia	24	-	76.064	76.088	24	-	79.698	79.722	49.271	52.289
Automóvel	-	-	146.448	146.448	-	-	151.887	151.887	108.128	118.917
Não afetos a segmentos	33.972	5.325	971.611	1.010.908	44.334	4.024	337.019	385.377	211.041	50.818
Eliminações	-	-	(2.708.312)	(2.708.312)	-	-	(1.826.435)	(1.826.435)	(845.217)	(718.222)
	35.898	84.613	2.663.085	2.783.596	50.709	48.597	2.668.180	2.767.486	2.422.868	2.441.618

As vendas e prestações de serviços e a informação acerca de ativos não correntes não monetários, por segmento geográfico apresentam a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Segmento geográfico	Vendas e prestações de serviços		Ativos não correntes não monetários	
	2013	2012	2013	2012
Portugal	297.866	356.778	608.334	630.462
Angola	748.176	703.139	369.578	337.040
Argélia	81.434	56.879	12.395	11.592
Brasil	98.504	88.703	52.643	41.644
Espanha	28.253	22.745	12.946	12.236
Moçambique	62.817	37.998	24.911	23.088
Venezuela	253.648	108.842	33.343	31.044
Outros	10.261	8.242	1.341	1.901
	1.580.959	1.383.326	1.115.491	1.089.007

8. PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os proveitos operacionais, foram como segue:

(a) Os trabalhos para a própria empresa decorrem essencialmente, da capitalização de custos associados à construção de imóveis.

(b) Os ganhos indicados foram obtidos com a alienação de ativos fixos tangíveis no montante de 5.695 milhares de euros (6.672 milhares de euros em 31 de dezembro de 2012) (Nota 21).

	2013	2012
Vendas e prestações de serviços:		
Vendas	1.316.222	1.126.316
Prestações de serviços	264.737	257.010
	1.580.959	1.383.326
Outros proveitos operacionais:		
Trabalhos para a própria empresa (a)	7.559	6.679
Proveitos suplementares	6.483	9.197
Alienação de ativos (b)	5.695	6.674
Ganhos em inventários	5.512	4.372
Reversão de perdas por imparidade em contas a receber (Nota 28)	4.192	6.491
Reversão de perdas por imparidade em inventários (Nota 9 e 10)	2.320	412
Correções a exercícios anteriores	1.997	3.823
Restituição de impostos	1.853	1.891
Variação justo valor de propriedades de investimento (Nota 22)	438	2.936
Outros proveitos operacionais	12.919	14.300
	48.968	56.775
	1.629.927	1.440.101

9. CUSTO DAS VENDAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o custo das vendas foi apurado como se segue:

	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	17.365	140.105	157.470
Ajustamentos de conversão cambial	(284)	(2.107)	(2.391)
Regularizações	(1.470)	(7.399)	(8.869)
Compras	104.257	442.599	546.856
Custo do exercício	(92.131)	(427.344)	(519.475)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	27.737	145.854	173.591
Ajustamentos de conversão cambial	(1.922)	(4.650)	(6.572)
Regularizações	(200)	(11.619)	(11.819)
Compras	156.724	442.971	599.695
Custo do exercício	(163.961)	(419.401)	(583.362)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	18.378	153.155	171.533
Perdas por imparidade acumuladas em inventários:			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	84	1.731	1.815
Ajustamentos de conversão cambial	(4)	(104)	(108)
Reforços (Nota 14)	97	4.944	5.041
Reduções (Nota 8)	(3)	(409)	(412)
Regularizações	-	(176)	(176)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	174	5.986	6.160
Ajustamentos de conversão cambial	151	(285)	(134)
Reforços (Nota 14)	258	3.121	3.379
Reduções (Nota 8)	(158)	(952)	(1.110)
Regularizações	(149)	(77)	(226)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	276	7.793	8.069
Valor líquido em 31 de dezembro de 2012	27.563	139.868	167.431
Valor líquido em 31 de dezembro de 2013	18.102	145.362	163.464

10. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como se segue:

	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	135.183	17.744	152.927
Ajustamentos de conversão cambial	(6.653)	-	(6.653)
Regularizações	1.884	-	1.884
Variação da produção	337	(1.295)	(958)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	130.751	16.449	147.200
Ajustamentos de conversão cambial	(9.191)	-	(9.191)
Regularizações	(5.818)	-	(5.818)
Variação da produção	774	(6.535)	(5.761)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	116.516	9.914	126.430
Perdas por imparidade acumuladas em inventários:			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-	-
Ajustamentos de conversão cambial	(76)	-	(76)
Reforços (Nota 14)	1.132	-	1.132
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.056	-	1.056
Ajustamentos de conversão cambial	(64)	-	(64)
Reforços (Nota 14)	218	-	218
Reduções (Nota 8)	(1.210)	-	(1.210)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-
Valor líquido em 31 de dezembro de 2012	129.695	16.449	146.144
Valor líquido em 31 de dezembro de 2013	116.516	9.914	126.430

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os produtos e trabalhos em curso respeitam na sua totalidade a empreendimentos imobiliários.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os empreendimentos imobiliários encontram-se a ser desenvolvidos pelas seguintes entidades:

	2013	2012
TD VIA – Sociedade Imobiliária, S.A.	28.838	28.819
QUINTA DE CRAVEL – Imobiliária, S.A.	17.451	17.387
V8 – Gestão Imobiliária, S.A.	15.599	15.492
TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	11.894	11.851
TDSP – Volta Redonda, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	10.163	8.941
TDSP – Gualaxos, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	8.118	9.498
TDSP – Galeano de Castro, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	7.296	8.601
TDSP – Bela Vista, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	2.696	4.682
IMOPREDOUÇOS – Sociedade Imobiliária, S.A.	2.494	1.953
TDSP – Gilberto Sabino, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	2.357	2.810
TDSP – Alta Vista III, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	1.780	2.060
TDSP – Don Klabin, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	1.438	3.252
TDSP 15, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	1.347	1
TDSP – Zanzibar, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	1.181	4.163
TDSP – Verum Mooca, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	540	3.414
TDSP – Alta Vista II, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	475	2.239
ANGOIMO – Empreendimentos e Construções, Lda.	351	366
TDSP – Maratona, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	329	465
TDSP – Participações, Ltda.	-	2.334
TDPG – Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.	-	847
TDSP 11, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	-	22
Outros	2.169	1.554
	116.516	130.751

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existiam inventários dados como penhor de garantia a passivos.

11. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os fornecimentos e serviços externos, foram como segue:

	2013	2012
Subcontratos	198.225	167.108
Trabalhos especializados	61.204	51.803
Rendas e alugueres	42.701	32.708
Transporte de mercadorias	31.687	19.828
Conservação e reparação	22.572	19.678
Combustíveis	11.393	10.317
Deslocações e estadas	10.305	6.980
Transporte de pessoal	8.113	5.465
Honorários	6.881	4.515
Publicidade	5.872	5.829
Electricidade	5.515	6.507
Vigilância e segurança	5.185	5.921
Outros	55.519	51.846
	465.172	388.505

12. CUSTOS COM O PESSOAL

O número médio de empregados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, por segmento operacional, foi o seguinte:

	2013	2012
Construção	6.388	6.055
Concessões e serviços	1.493	1.404
Imobiliária	107	83
Hotelaria	1.568	1.531
Distribuição	1.250	837
Energia	228	226
Automóvel	899	717
Não afetos a segmentos	78	-
	12.011	10.853

A rubrica de "custos com o pessoal", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, tem a seguinte composição:

(a) Os encargos com benefícios de reforma correspondem a contribuições efetuadas para o seguro de reforma (Nota 2.17)

	2013	2012
Remunerações normais	145.860	135.717
Outras remunerações	80.619	66.601
Encargos com remunerações	31.014	28.579
Seguros	4.492	3.783
Benefícios de reforma (a)	1.774	1.186
Outros custos com o pessoal	11.884	9.032
	275.643	244.898

13. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram reconhecidos custos de 291 milhares de euros e 428 milhares de euros, respetivamente, relativos a rendas de contratos de locação operacional, os quais foram reconhecidos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos".

As rendas de contratos de locação operacional mantidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, apresentam as seguintes maturidades:

	2013	2012
2013	-	383
2014	140	106
2015	73	66
2016	44	40
2017	3	3
2018 e seguintes	-	-
	260	598

14. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Os outros custos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram como se segue:

	2013	2012	
Impostos	37.544	30.159	(a) As perdas indicadas foram incorridas com a alienação de ativos fixos tangíveis, no montante de 2.442 milhares de euros (1.289 milhares de euros em 31 de dezembro de 2012) (Nota 21)
Perdas em inventários	16.993	11.496	
Perdas por imparidade em dívidas a receber (Nota 28)	7.208	5.921	
Varição justo valor de propriedades de investimento (Nota 22)	6.537	8.327	
Perdas por imparidade em inventários (Nota 9 e 10)	3.597	6.173	
Perdas incorridas na alienação de ativos (a)	2.442	1.515	
Dívidas incobráveis	102	2.747	
Outros custos operacionais	12.452	10.832	
	86.875	77.170	

15. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram os seguintes:

	2013	2012	
Custos e perdas financeiros:			(a) Os resultados relativos a empresas associadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, incluem o efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos em associadas no montante de (370) milhares de euros (7.949 milhares de euros em 31 de dezembro de 2012) (Nota 23).
Juros suportados	(89.547)	(78.305)	
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(41.667)	(37.686)	
Outros custos e perdas financeiros	(24.858)	(28.602)	
	(156.072)	(144.593)	
Proveitos e ganhos financeiros:			Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Grupo alienou 20% do capital da "VOTORANTIM Macau Investimentos, S.A." pelo montante de 11.668 milhares de euros (Nota 30), tendo registado uma mais-valia de 271 milhares de euros.
Juros obtidos	9.973	21.079	
Diferenças de câmbio favoráveis	34.289	39.995	
Descontos de pronto pagamento obtidos	559	663	
Outros proveitos e ganhos financeiros	4.356	5.477	
	49.177	67.214	
Resultados relativos a atividades de investimento:			No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ocorreu uma operação de cisão da ALVORADA PETRÓLEO, S.A. da qual resultou a ALVOPETRO, S.A., que passou igualmente a ser detida pelo Grupo em 43,2%. Ainda no decurso de 2012, o Grupo alienou a ALVOPETRO, S.A., registando uma mais-valia de 5.634 milhares de euros.
Resultados relativos a empresas associadas (a)	(99)	7.892	
Dividendos (b)	1.555	2.458	
Outros investimentos (c)	2.994	2.239	
Ganhos / perdas na mensuração de ativos disponíveis para venda (d)	1.199	(15.271)	
	5.649	(2.682)	
Resultados financeiros	(101.246)	(80.061)	

(b) Em 31 de dezembro de 2013 os valores apresentados correspondem a dividendos recebidos de "Ativos financeiros disponíveis para venda" de 552 milhares de euros (533 milhares de euros em 31 de dezembro de 2012) (Nota 25) e os restantes de "Outros investimentos" (Nota 26).

(c) Na rubrica "Outros Investimentos" estão contabilizados ganhos e perdas e mais e menos valias na alienação de Ativos financeiros disponíveis para venda ao justo valor (Nota 26).

(d) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Grupo alienou 37.211.281 ações do "Banco Comercial Português, S.A." (Nota 25) pelo montante de 3.990 milhares de euros (Nota 30), registando uma mais-valia de 1.199 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2012 os valores apresentados correspondem ao registo de imparidades de "Ativos financeiros disponíveis para venda" de 26.596 milhares de euros e à alienação de direitos de subscrição do "Banco Comercial Português, S.A." de 11.325 milhares de euros.

Adicionalmente, o Grupo alienou as ações preferenciais que detinha na "ALVORADA PETRÓLEO, S.A.", registando uma mais-valia de 35 milhares de euros e registou uma perda por imparidade referente à participação detida na "ALVORADA PETRÓLEO, S.A.", com impacto nos resultados financeiros de 5.726 milhares de euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram capitalizados juros no custo de aquisição de ativos qualificáveis no montante de 956 milhares de euros (550 milhares de euros em 31 de dezembro de 2012). Para efeitos de capitalização de encargos financeiros ao custo de aquisição dos ativos qualificáveis, foi utilizada uma taxa média de 7% em 31 de dezembro de 2013 (5,2% em 31 de dezembro de 2012).

16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A "TD, S.A." e a generalidade das suas participadas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 25%. As entidades que apuram lucro tributável ficam ainda sujeitas a Derrama Municipal, cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a Derrama Estadual, incidente sobre a parte do lucro tributável que excede o montante de 1.500.000 e 7.500.000 euros, às taxas de 3% e 5%, respetivamente. Independentemente do resultado fiscal apurado no exercício, as referidas entidades estão ainda sujeitas a tributação autónoma sobre as despesas e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC.

Para o apuramento do lucro tributável, ao qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, depois de deduzidos os prejuízos fiscais reportáveis, são adicionados e/ou subtraídos ao resultado contabilístico, montantes que não relevam fiscalmente. Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

A "TD, S.A." e as participadas detidas, direta ou indiretamente em pelo menos 90% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, com sede e direção efetiva em território português, são tributadas segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades. Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as sociedades incluídas no perímetro de consolidação, conforme estabelecido no artigo 69.º e seguintes do Código do IRC, aplicando-se ao resultado global assim obtido, após a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis, a taxa de IRC. Ao montante de imposto assim apurado, acresce a Derrama Municipal e Estadual, se aplicável, apuradas individualmente e às taxas *supra* referidas, bem como a tributação autónoma apurada por cada sociedade.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de, regra geral, quatro anos (cinco anos para a Segurança Social).

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àquelas declarações não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2013.

O Grupo procede ao registo de impostos diferidos correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na IAS 12 – Imposto sobre o rendimento (Nota 27).

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são como segue:

	2013	2012
Imposto corrente:		
Imposto sobre o rendimento em Portugal	(12.193)	(15.369)
Imposto sobre o rendimento em outras jurisdições	(40.101)	(39.885)
Imposto corrente	(52.294)	(55.254)
Imposto diferido (Nota 27):	104.241	18.129
	51.947	(37.125)

Para além dos montantes de impostos diferidos registados diretamente na demonstração dos resultados, foram registados diretamente nos capitais próprios impostos diferidos no montante de (6.836) milhares de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (443 milhares de euros em 31 de dezembro de 2012) (Nota 27).

A Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, que procedeu à reforma da tributação das sociedades, e que alterou o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC), nomeadamente no que respeita à taxa do IRC a aplicar, que passou de 25% para 23%, e à criação de um escalão adicional à Derrama Estadual em que é aplicada uma taxa de 7% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 35.000 milhares de euros, bem como no que concerne à forma de tributação das mais e menos valias realizadas com a transmissão onerosa de partes sociais.

Deste modo, o Grupo efetuou, quando aplicável, a correção dos ativos e passivos por impostos diferidos registados, sendo de destacar:

- Os ativos por impostos diferidos de "Ativos financeiros disponíveis para venda", com impacto negativo em resultados no montante de 5.376 milhares de euros, relativamente à redução de taxa para 23% (Nota 27);
- Os ativos por impostos diferidos de "Ativos financeiros disponíveis para venda", com impacto positivo nos resultados no montante de 70.863 milhares de euros, devido à alteração da forma de tributação das mais e menos valias realizadas com a transmissão onerosa de partes sociais (Nota 27).

17. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2013	2012
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	63.974	24.003
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (milhares)	420.000	420.000
Resultado líquido por ação básico	0,15	0,06

Pelo facto de nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existirem efeitos diluidores do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

18. DIVIDENDOS

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 25 de maio de 2013 foi deliberada a distribuição de dividendos no valor de 6.300 milhares de euros que corresponde a 0,015 euros por ação, liquidados em junho de 2013, tendo em consideração as demonstrações financeiras separadas da Empresa em 31 de dezembro de 2012.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não ocorreu a deliberação ou liquidação de dividendos.

19. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido nos valores do *goodwill* apurados na aquisição de empresas subsidiárias ou controladas conjuntamente, bem como nas respetivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2013	2012
Ativo bruto:		
Saldo inicial	37.164	35.723
Ajustamentos de conversão cambial	(9)	(4)
Aquisições	-	1.445
Saldo final	37.155	37.164
Perdas por imparidade acumuladas	(7.449)	(7.449)
Ativo líquido:	29.706	29.715

Os valores do *goodwill* em 31 de dezembro de 2013 e 2012 respeitam às seguintes entidades:

Participada	Segmento operacional	2013	2012
EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	Construção	12.107	12.107
BONAPARTE – Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	Imobiliária	1.979	1.979
ACG – Distribuição e Comércio de Gás, S.A.	Energia	142	142
DIGAL – Distribuição e Comércio, S.A.	Energia	7.335	7.335
MULTIGAS – Sociedade Comercial e Distribuidora de Gás, S.A.	Energia	60	60
TANQUIGAS – Distribuição e Comércio de Gás, S.A.	Energia	71	71
Auto Competição Angola, LDA	Automóvel	206	215
C+PA – Cimento e Produtos Associados, S.A.	Outras	7.806	7.806
		29.706	29.715

Os *goodwill* relativos a empresas associadas fazem parte integrante do valor dos correspondentes investimentos e encontram-se evidenciados na Nota 23.

Os valores do *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de que os mesmos possam estar em imparidade.

A quantia recuperável das unidades geradoras de caixa às quais os *goodwill* estão afetos é determinada com base no cálculo do seu valor de uso, que utiliza as projeções de

fluxos de caixa com base nas projeções financeiras mais recentes aprovadas pelos respetivos Conselhos de Administração cobrindo um período de cinco anos, descontados através das taxas de desconto indicadas no quadro seguinte as quais foram calculadas com base no custo médio ponderado do capital ("WACC"), ajustado pelos riscos específicos do mercado em que cada unidade se insere. Os fluxos de caixa para além desse período de cinco anos foram projetados utilizando as taxas indicadas no mesmo quadro. Estas taxas não excedem, a taxa média de crescimento a longo prazo para os mercados em que aquelas unidades geradoras de caixa se encontram afetos.

Os Conselhos de Administração acreditam que qualquer mudança razoavelmente possível nos pressupostos fundamentais em que a quantia recuperável é baseada, não faria com que quantia escriturada daquelas unidades geradoras de caixa excedesse o seu valor recuperável.

Assim, os principais pressupostos considerados na determinação do valor de uso dos valores de *goodwill*, são os seguintes:

Participada	2013			2012		
	Valor contabilístico do <i>goodwill</i>	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Valor contabilístico do <i>goodwill</i>	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	12.107	10,9%	2,0%	12.107	8,3%	2,0%
C+PA. - Cimento e Produtos Associados, S.A.	7.806	17,0%	-	7.806	6,0%	2,0%
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A.	7.335	10,6%	1,5%	7.335	10,4%	2,0%
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	1.979	6,5%	2,0%	1.979	6,9%	2,0%
Auto Competição Angola, Lda.	206	16,9%	1,5%	215	15,0%	2,0%
ACG - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.	142	10,9%	1,5%	142	12,0%	2,0%
TANQUIGAS - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.	71	10,9%	1,5%	71	12,0%	2,0%
MULTIGAS - Sociedade Comercial e Distribuidora de Gás, S.A.	60	10,9%	1,5%	60	8,4%	2,0%
	29.706			29.715		

20. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido nos outros ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Propriedade industrial	Outros	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta ativos intangíveis	Total
Ativo bruto:					
Saldo em 31 de dezembro de 2011	11.081	852	-	4.369	16.302
Ajustamentos de conversão cambial	(193)	(33)	(253)	(21)	(500)
Adições	3.115	75	6.203	-	9.393
Transferências e abates	5.162	(246)	9.221	(3.261)	10.876
Alienações	(71)	-	-	-	(71)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	19.094	648	15.171	1.087	36.000
Ajustamentos de conversão cambial	(756)	(45)	(504)	(48)	(1.353)
Adições	1.618	-	4.925	-	6.543
Transferências e abates	309	(75)	(998)	-	(764)
Alienações	(11)	-	-	-	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	20.254	528	18.594	1.039	40.415
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.991	649	-	-	3.640
Ajustamentos de conversão cambial	(46)	(12)	-	-	(58)
Transferências e abates	501	(246)	-	-	255
Reforços	894	14	-	-	908
Alienações	(26)	-	-	-	(26)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.314	405	-	-	4.719
Ajustamentos de conversão cambial	(131)	(19)	-	-	(150)
Transferências e abates	221	(6)	-	-	215
Reforços	1.062	17	-	-	1.079
Alienações	(11)	-	-	-	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.455	397	-	-	5.852
Valor líquido:					
Em 31 de dezembro de 2012	14 780	243	15 171	1 087	31 281
Em 31 de dezembro de 2013	14 799	131	18 594	1 039	34 563

21. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto:										
Saldo em 31 de dezembro de 2011	36.871	409.024	358.935	78.270	32.644	39.457	21.127	25.356	-	1.001.684
Ajustamentos de conversão cambial	(327)	(4.195)	(5.771)	(2.608)	(159)	(640)	(269)	(335)	-	(14.304)
Adições	126	5.436	43.443	9.671	6.390	2.786	3.107	35.091	183	106.233
Transferências e abates	(2.821)	(146)	(12.351)	(2.719)	(1.732)	(875)	(4.811)	(16.127)	-	(41.582)
Alienações	(23)	(767)	(5.783)	(3.067)	(146)	(568)	(431)	-	-	(10.785)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	33.826	409.352	378.473	79.547	36.997	40.160	18.723	43.985	183	1.041.246
Alteração de perímetro	(724)	(854)	(276)	(308)	(7)	(26)	-	-	-	(2.195)
Ajustamentos de conversão cambial	(800)	(11.321)	(17.323)	(5.387)	(1.121)	(1.655)	(569)	(3.280)	(63)	(41.519)
Adições	-	18.540	52.473	13.589	5.201	3.619	1.875	41.336	-	136.633
Transferências e abates	(586)	18.748	1.766	1.100	53	(586)	(9.799)	(16.089)	(120)	(5.513)
Alienações	(33)	(387)	(8.092)	(6.180)	(54)	(307)	(224)	(79)	-	(15.356)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	31.683	434.078	407.021	82.361	41.069	41.205	10.006	65.873	-	1.113.296
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo em 31 de dezembro de 2011	166	100.846	268.589	53.225	28.462	30.426	4.781	-	-	486.495
Efeito de conversão cambial	-	(1.379)	(3.226)	(1.905)	(101)	(478)	(28)	-	-	(7.117)
Reforços	1	14.570	28.227	11.684	1.949	2.903	505	-	-	59.839
Transferências e abates	(1)	(420)	(13.072)	(2.458)	(1.305)	(905)	(82)	-	-	(18.243)
Alienações	-	(626)	(5.545)	(2.647)	(105)	(560)	(20)	-	-	(9.503)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	166	112.991	274.973	57.899	28.900	31.386	5.156	-	-	511.471
Alteração de perímetro	-	(375)	(88)	(118)	(5)	(22)	-	-	-	(608)
Efeito de conversão cambial	-	(3.750)	(6.545)	(3.602)	(223)	(1.116)	(63)	-	-	(15.299)
Reforços	-	16.950	28.936	9.401	2.680	3.191	619	-	-	61.777
Transferências e abates	-	7.813	(8.682)	514	(207)	(729)	(49)	-	-	(1.340)
Alienações	-	(330)	(7.482)	(5.608)	(45)	(278)	(219)	-	-	(13.962)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	166	133.299	281.112	58.486	31.100	32.432	5.444	-	-	542.039
Valor líquido:										
Em 31 de dezembro de 2012	33.660	296.361	103.500	21.648	8.097	8.774	13.567	43.985	183	529.775
Em 31 de dezembro de 2013	31.517	300.779	125.909	23.875	9.969	8.773	4.562	65.873	-	571.257

As adições de ativos fixos tangíveis realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 respeitam, essencialmente, a investimentos realizados em instalações e equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2013 os ativos fixos tangíveis em curso incluem 44.521 milhares de euros relativos a edifícios e outras construções em curso, dos quais destacamos os seguintes:

- Para o setor da Hotelaria, a remodelação do Hotel Trópico em Angola;
- Para o setor da Distribuição, a expansão da rede de lojas em Angola;
- Para o setor da Energia, desenvolvimento do projeto de tancagem de Aveiro.

22. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido nas propriedades de investimento foi o seguinte:

	2013	2012
Saldo inicial	498.236	522.016
Ajustamentos de conversão cambial	(3.810)	(2.443)
Aumentos / (alienações)	(7.101)	(12.477)
Variação no justo valor (Nota 8 e 14)	(6.099)	(5.391)
Transferências com ativos fixos tangíveis	(1.261)	(3.469)
Saldo final	479.965	498.236

Os rendimentos obtidos com propriedades de investimento decorrentes da existência de contratos de locação operacional ascenderam a 33.765 milhares de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (42.773 milhares de euros em 31 de dezembro de 2012). As despesas operacionais diretas com propriedades de investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 ascenderam a 6.521 milhares de euros (6.411 milhares de euros em 31 de dezembro de 2012).

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração é periodicamente determinado através de avaliações, efetuadas, na maioria dos casos, por entidades especializadas e independentes e de acordo com metodologias de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, nomeadamente os métodos do rendimento, de comparativos de mercado ou de custo de reposição, dependendo das situações concretas de cada imóvel.

Nos restantes casos, a determinação do valor de mercado é efetuada internamente, com base em critérios similares aos considerados pelos avaliadores externos, atendendo aos fluxos de caixa descontados expectáveis.

Os principais pressupostos e métodos inerentes às avaliações de suporte ao valor de mercado das propriedades de investimento foram os seguintes:

- *Yield* entre 7% e 10%;
- Média do método comparativo e de múltiplos de rendimento;
- Média do método comparativo e do custo.

A IAS 40 – Propriedades de investimento (“IAS 40”) não exige que se determine o justo valor das propriedades de investimento na base de uma valorização por um avaliador independente. Contudo, aproximadamente, 84% do justo valor das propriedades de investimento do Grupo é determinado com base em avaliadores independentes e com qualificação profissional relevante e reconhecida (registados na CMVM) e com experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento valorizadas. Estes avaliadores utilizaram metodologias correntes neste mercado, o qual prevê a utilização do método do rendimento, do custo de reposição ou de comparativos de mercado, consoante as situações concretas de cada imóvel. Tendo em consideração que os ativos se encontram locados, foi utilizado o método do rendimento, tendo igualmente em consideração os restantes métodos para avaliar a razoabilidade dos resultados atingidos por aquele método. Segundo este método, foram utilizados os rendimentos dos atuais contratos nas circunstâncias atuais e, findo o exercício daqueles contratos, a utilização de uma *yield* adaptada a cada um dos imóveis. Para as restantes avaliações realizadas internamente, foram utilizadas *yields* adaptadas em função das indicações dadas por profissionais independentes.

23. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As empresas associadas que, em 31 de dezembro de 2013, foram registradas pelo método da equivalência patrimonial, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
ALVORADA PETRÓLEO, S.A.	Rua Major Lopes, 800, 3º andar Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil	43,20%
ALSOMA, GEIE.	3 Av André Malraux Levallois Peret	27,00%
AVIA PORTUGAL - Produtos Petrolíferos, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	21,32%
CONSORCIO MINERO LUSO VARGAS C.A. (CONLUVAR)	Av. La Armada, Edifício Centro Socialista Demivargas, Piso 4 1162 La Guaira - Catia La Mar	49,00%
Limited Liability Company Cement	Khutorskya Str., 70 Odessa	49,00%
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	Av. 24 de Julho, 135 Maputo	49,92%
RPK Gulfstream, Ltd.	Tri Ruchja str. 183003, Murmansk	42,70%
SCP AK10 - Empreendimentos e Participações SPE Ltda.	Avenida Alameda Santos, nº 960 - 19º, Edifício CYK, Cerqueira César, São Paulo	25,00%
STELGEST - Gestão Hoteleira, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	45,00%
TEIX.CO, SPA	BP 62B Zone D'Active Dar El Beida Alger	48,78%

Os investimentos em empresas associadas, tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

(a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Grupo alienou 20% do capital da "VOTORANTIM Macau Investimentos, S.A. pelo montante de 11.668 milhares de euros (Nota 30), tendo registado uma mais-valia de 271 milhares de euros (Nota 15)

(b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ocorreu uma operação de cisão da ALVORADA PETRÓLEO, S.A. da qual resultou a ALVOPETRO, S.A., que passou igualmente a ser detida pelo Grupo em 43,2%. Ainda no decurso de 2012, o Grupo alienou a ALVOPETRO, S.A., registando uma mais-valia de 5.634 milhares de euros.

Adicionalmente, o Grupo alienou as ações preferenciais que detinha na "ALVORADA PETRÓLEO, S.A.", registando uma mais-valia de 35 milhares de euros e registou uma perda por imparidade referente à participação detida na "ALVORADA PETRÓLEO, S.A.", com impacto nos resultados financeiros de 5.726 milhares de euros.

	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo em 31 dezembro de 2011	39.180	19.084	58.264
Efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício (Nota 15)	7.949	-	7.949
- Efeito em capital próprio	2.812	-	2.812
- Dividendos recebidos	(7.110)	-	(7.110)
Aumentos	6.009	-	6.009
Alienações (b)	(9.220)	(1.248)	(10.468)
Efeito conversão cambial	(770)	(792)	(1.562)
Outros	156	(5.341)	(5.185)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	39.006	11.703	50.709
Efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício (Nota 15)	(370)	-	(370)
- Efeito em capital próprio	62	-	62
- Dividendos recebidos	-	-	-
Aumentos	477	-	477
Alienações (a)	(11.397)	-	(11.397)
Ajustamentos de conversão cambial	(844)	(10)	(854)
Outros	(2.729)	-	(2.729)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	24.205	11.693	35.898

O detalhe dos investimentos em associadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como se segue:

Associadas	2013			2012		
	Partes de capital	Goodwill	Valor da posição financeira	Partes de capital	Goodwill	Valor da posição financeira
Limited Liability Company Cement	16.072	11.643	27.715	16.072	11.643	27.715
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	6.257	-	6.257	4.506	-	4.506
RPK Gulfstream Ltd.	842	-	842	837	-	837
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	21	50	71	27	60	87
VOTORANTIM Macau Investimentos, S.A.	-	-	-	12.113	-	12.113
Alvorada Petróleos, S.A.	-	-	-	3.975	-	3.975
TEIX.CO, SPA	-	-	-	541	-	541
Outros	1.013	-	1.013	935	-	935
	24.205	11.693	35.898	39.006	11.703	50.709

As referidas participações estão relevadas pelo método da equivalência patrimonial que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, teve os seguintes impactos:

Associadas	2013			
	Ganhos e perdas em empresas associadas (Nota 15)	Ajustamentos de partes capital	Dividendos	Total
Alvorada Petróleos, S.A.	(122)	-	-	(122)
Limited Liability Company Cement	(1.525)	259	-	(1.266)
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	1.095	276	-	1.371
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	(2)	-	-	(2)
TEIX.CO, SPA	(678)	(9)	-	(687)
Outros	862	(464)	-	398
	(370)	62	-	(308)

Associadas	2012			
	Ganhos e perdas em empresas associadas (Nota 15)	Ajustamentos de partes capital	Dividendos	Total
Alvorada Petróleos, S.A.	8.002	(88)	(6.906)	1.008
Limited Liability Company Cement	(132)	71	-	(61)
VOTORANTIM Macau Investimentos, S.A.	(612)	3.276	-	2.664
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	561	(647)	-	(86)
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	(51)	-	(37)	(88)
TEIX.CO, SPA	(159)	(242)	-	(401)
Outros	340	442	(167)	615
	7.949	2.812	(7.110)	3.651

A principal informação financeira a respeito das empresas associadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é a seguinte:

(a) O Grupo tem registado provisões para partes de capital (Nota 37) correspondente à sua quota-parte nos capitais próprios das referidas participadas.

(b) Empréstimo de financiamento de 16.072 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

	Ativos totais		Passivos totais		Ativos líquidos totais		Quota parte do Grupo nos ativos líquidos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Alvorada Petróleos, S.A. (a)	1.947	11.487	2.412	2.288	(465)	9.199	-	3.975
VOTORANTIM Macau Investimentos, S.A.	-	235.802	-	221.488	-	14.314	-	12.113
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	16.375	12.343	3.840	2.632	12.535	9.711	6.257	4.506
Limited Liability Company Cement (a) (b)	26.905	27.919	35.378	33.809	(8.473)	(5.890)	16.072	16.072
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	140	345	56	237	84	108	21	27
TEIX.CO SPA (a)	5.653	6.530	5.950	5.425	(297)	1.105	-	541
Outros	14.318	15.993	12.769	14.502	1.549	1.491	1.855	1.772
	65.338	310.419	60.405	280.381	4.933	30.038	24.205	39.006

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, registou-se em resultados relativos a empresas associadas 610 milhares de euros, relativos aos resultados de 2011, anteriormente estimados.

	Vendas e prestação de serviços		Resultado líquido do exercício		Quota parte do Grupo nos resultados líquidos do exercício	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Alvorada Petróleos, S.A.	118	33.204	(282)	18.523	(122)	8.002
Limited Liability Company Cement	20.832	11.408	(3.112)	(268)	(1.525)	(132)
VOTORANTIM Macau Investimentos, S.A. (a)	-	-	-	(8)	-	(612)
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	77	-	2.194	1.208	1.095	561
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	-	-	(9)	(204)	(2)	(51)
Outros	21.634	12.326	352	277	184	181
	42.661	56.938	(857)	19.528	(370)	7.949

24. EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2013, as seguintes entidades participadas foram consolidadas pelo método proporcional, dado que a gestão e controlo das mesmas são exercidos conjuntamente com os outros sócios/acionistas:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
AVIAS - Grupo Ferroviário para a Alta Velocidade, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	14,10%
CAIS DE CRUZEIROS 2ª FASE, ACE	Rua da Tapada da Quinta de Cima Linhó - Sintra	15,00%
CONBATE, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	20,00%
DOURO LITORAL, ACE	Edifício 8, Lagoas Park Porto Salvo	40,00%
D.L.O.E.A.C.E. - Douro Litoral Obras Especiais, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	40,00%
ENGIL/MOTA/TEIXEIRA DUARTE - Requalificações Urbanas, ACE	Av. Fabril do Norte, 1601 Matosinhos	33,33%
FERROVIAL/TEIXEIRA DUARTE - Obras Hidráulicas do Alqueva, ACE	Edifício Central Park - Rua Alexandre Herculano, nº 3, 2º Linda-a-Velha	50,00%
GMP - Grupo Marítimo Português, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	20,04%
GMP - Grupo Marítimo Português MEK, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	20,04%
GPCC - Grupo Português de Construção de Infraestruturas de Gás Natural, ACE	Rua Senhora do Porto, 930 Porto	25,00%
GPCIE - Grupo Português de Construção de Infraestruturas da Expo, ACE	Edifício Sagres - Rua Professor Henrique de Barros, nº 4, 2 A Prior Velho	25,00%
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	Estrada da Luz, 90 - 6º E Lisboa	26,80%
NOVA ESTAÇÃO, ACE	Av. Frei Miguel Contreiras, nº 54, 7º Lisboa	25,00%
SOMAFEL/FERROVIAS, ACE	Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 93 - 7º Lisboa	36,00%
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	57,30%
TEIXEIRA DUARTE/OPCA - Fungere - Parcela 1.18 do Parque das Nações em Lisboa - 3ª Fase - Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%
TRÊS PONTO DOIS - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 2º C Lisboa	50,00%

Em resultado da consolidação daquelas participadas, pelo método de consolidação proporcional, foram incluídos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os seguintes montantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

	Ativos correntes		Ativos não correntes		Passivos correntes		Passivos não correntes	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
AVIAS, ACE	28	-	-	-	28	-	-	-
CAIS DOS CRUZEIROS - 2ª Fase, ACE	68	95	-	-	50	57	18	19
CONBATE, ACE	517	1.098	1	1	168	613	31	131
DOURO LITORAL, ACE	2.175	2.528	3	6	481	344	1.469	1.937
DOURO LITORAL OBRAS ESPECIAIS, ACE	335	542	17	22	306	114	80	80
FERROVIAL / TEIXEIRA DUARTE - Obras Hidráulicas do Alqueva, ACE	99	113	-	-	63	76	143	144
GMP - Grupo Marítimo Português, ACE	1.449	1.215	-	5	1.523	1.262	-	-
GMP - Grupo Marítimo Português MEK, ACE	839	674	-	-	889	780	-	-
GPCC - Grupo Português de Construção de Infraestruturas de Gás Natural, ACE	78	80	-	-	78	80	-	-
GPCIE - Grupo Português de Construção de Infraestruturas da Expo, ACE	-	1	-	-	-	1	-	-
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	113	105	-	-	113	105	-	-
NOVA ESTAÇÃO, ACE	1.032	1.181	2	4	1.036	1.221	-	-
SOMAFEL E OFM - Obras do Metro, ACE	-	30	-	-	-	30	-	-
SOMAFEL/FERROVIAS, ACE	13	35	-	-	-	15	-	-
TEIXEIRA DUARTE/OPCA - Fungere - Parcela 1.18 do Parque das Nações em Lisboa - 3ª Fase - Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE	64	56	-	-	64	56	-	-
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	156	230	-	-	156	230	-	-
TRÊS PONTO DOIS - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	251	321	-	-	248	187	-	-
	7.217	8.304	23	38	5.203	5.171	1.741	2.311

Em resultado da consolidação daquelas participadas, pelo método de consolidação proporcional, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram incluídos os seguintes montantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

	Proveitos		Custos	
	2013	2012	2013	2012
AVIAS, ACE	28	-	28	-
CAIS DOS CRUZEIROS - 2ª Fase, ACE	2	26	2	8
CONBATE, ACE	90	11.015	125	10.660
DOURO LITORAL, ACE	747	5.840	771	5.850
DOURO LITORAL OBRAS ESPECIAIS, ACE	4	445	38	76
FERROVIAL / TEIXEIRA DUARTE - Obras Hidráulicas do Alqueva, ACE	17	10	18	19
GMP - Grupo Marítimo Português, ACE	3	229	111	291
GMP - Grupo Marítimo Português MEK, ACE	8	212	29	305
GPCC - Grupo Português de Construção de Infraestruturas de Gás Natural, ACE	2	33	2	33
GPCIE - Grupo Português de Construção de Infraestruturas da Expo, ACE	-	2	-	2
METROPAÇO - Trabalhos de Construção da Estação do Metropolitano do Terreiro do Paço, ACE	-	3	-	3
NOVA ESTAÇÃO, ACE	13	1	13	35
SOMAFEL/FERROVIAS, ACE	-	30	2	24
TEIXEIRA DUARTE/OPCA - Fungere - Parcela 1.18 do Parque das Nações em Lisboa - 3ª Fase - Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE	7	7	7	7
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	44	70	44	70
TRÊS PONTO DOIS - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	3	-	1	16
	968	17.923	1.191	17.399

Incluído na informação indicada na Nota 42, o Grupo prestou garantias bancárias, seguros de caução e cartas conforto como empreendedor nestes empreendimentos conjuntos no montante de 18.274 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013 (19.343 milhares de euros em 31 de dezembro de 2012).

25. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos na valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda, valorizados pelo respetivo justo valor, foram como se segue:

	2013	2012
Saldo inicial	48.597	70.052
Alienações durante o exercício	(2.791)	-
Aumento / diminuição no justo valor (a)	38.807	(25.175)
Transferência de adiantamento de investimentos financeiros	-	3.720
Saldo final	84.613	48.597

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Grupo registou um aumento dos Ativos financeiros disponíveis para venda no montante de 38.807 milhares de euros, deduzido de impostos diferidos de 5.728 milhares de euros (Nota 27), com impacto positivo no capital próprio de 33.079 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Grupo detinha 357.000.000 e 394.211.281 ações do Banco Comercial Português, S.A., respetivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Grupo alienou 37.211.281 ações do "Banco Comercial Português, S.A." pelo montante de 3.990 milhares de euros (Nota 30), registando uma mais-valia de 1.199 milhares de euros (Nota 15).

Os ativos financeiros disponíveis para venda, e os respetivos valores de custo e de mercado, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são como seguem:

	2013		2012	
	V. custo	V. mercado	V. custo	V. mercado
Banco Comercial Português, S.A.	717.321	59.405	760.114	29.566
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	35.958	25.208	35.958	19.031
	753.279	84.613	796.072	48.597

Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram recebidos dividendos destes investimentos no montante de 552 milhares de euros e 533 milhares de euros, respetivamente, os quais foram reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício findo naquela data (Nota 15).

26. OUTROS INVESTIMENTOS

a) Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram recebidos dividendos destes investimentos no montante de 1.003 e 1.925 milhares de euros, respetivamente, os quais foram reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício findo naquela data (Nota 15).

	Não correntes		Correntes	
	2013	2012	2013	2012
Ativos financeiros disponíveis para venda ao custo a)				
LUSOPONTE – Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	5.606	5.456	-	-
COLT Resources Inc.	2.504	2.504	-	-
AEDL – Auto Estradas do Douro Litoral, S.A.	1.212	1.212	-	-
LONGAPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	1.006	1.006	-	-
AEBT – Vias do Baixo Tejo, S.A.	819	824	-	-
JÚPITER – Indústria Hoteleira, S.A.	784	784	-	-
VOTORANTIM Macau Investimentos, S.A.	715	-	-	-
LONGAVIA, S.A.	670	670	-	-
MTS – Metro Transporte do Sul, S.A.	570	570	-	-
MATADOURO DE MACAU, S.A.R.L.	317	317	-	-
EIA – Ensino, Investigação e Administração, S.A.	300	300	-	-
VSL Sistemas Portugal – Pré-Esforço, Equipamento e Montagens, S.A.	258	258	-	-
ILTA – Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.	256	256	-	-
CPM – Companhia de Parques de Macau, S.A.R.L.	205	205	-	-
TEGAVEN – Teixeira Duarte Y Associados, C.A.	95	-	-	-
Outros	220	184	-	-
	15.537	14.546	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda ao justo valor				
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	-	-	18	8.162
Banco Comercial Português, S.A.	-	-	-	2.550
Banco Popular Espanhol, S.A.	-	-	-	176
Outros	-	-	44	-
	-	-	62	10.888
	15.537	14.546	62	10.888

27. IMPOSTOS DIFERIDOS

Todas as situações que possam vir a afetar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	2013						
	Saldo inicial	Constituição		Reversão		Efeito cambial e ajustamentos	Saldo final
		Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)	Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)		
Ativos por impostos diferidos:							
Imparidades de inventários	68	82	-	-	-	(22)	128
Imparidades de clientes cobrança duvidosa	20	35	-	(3)	-	-	52
Ativos financeiros disponíveis para venda	84.238	70.863	-	(8.976)	(3.936)	(3.693)	138.496
Prejuízos fiscais reportáveis	22.557	27.426	-	(2.054)	(61)	(17.219)	30.649
Provisão para prejuízos em obras	635	1.901	-	-	-	1.081	3.617
Outros	4.394	10.210	-	(564)	(1.055)	2.587	15.572
	111.912	110.517	-	(11.597)	(5.052)	(17.266)	188.514
Passivos por impostos diferidos:							
Ganhos tributados em períodos futuros	1.138	164	-	(850)	-	(114)	338
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	1.792	-	-	-	1.792
Propriedades de investimento	48.832	3	-	(3.756)	-	(905)	44.174
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	6.017	-	-	(1.247)	(8)	248	5.010
Outros	1.992	442	-	(77)	-	(978)	1.379
	57.979	609	1.792	(5.930)	(8)	(1.749)	52.693

	2012						Saldo final
	Saldo inicial	Constituição		Reversão		Efeito cambial e ajustamentos	
		Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)	Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)		
Ativos por impostos diferidos:							
Imparidades de inventários	26	51	-	(9)	-	-	68
Imparidades de clientes cobrança duvidosa	71	-	-	(51)	-	-	20
Ativos financeiros disponíveis para venda	81.485	2.753	-	-	-	-	84.238
Prejuízos fiscais reportáveis	17.486	15.624	-	(4.878)	(441)	(5.234)	22.557
Provisão para prejuízos em obras	909	-	-	(274)	-	-	635
Outros	7.023	1.968	884	(4.956)	-	(525)	4.394
	107.000	20.396	884	(10.168)	(441)	(5.759)	111.912
Passivos por impostos diferidos:							
Ganhos tributados em períodos futuros	2.058	218	-	(969)	-	(169)	1.138
Propriedades de investimento	54.765	876	-	(6.403)	-	(406)	48.832
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	6.239	-	-	(222)	-	-	6.017
Outros	2.844	598	-	(1.999)	-	549	1.992
	65.906	1.692	-	(9.593)	-	(26)	57.979

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os mesmos eram reportáveis como se segue:

	2013			2012		
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Gerados em 2007	-	-	2013	563	155	2013
Gerados em 2008	909	270	2014	1.650	483	2014
Gerados em 2009	5.387	1.384	2015	5.320	1.376	2015
Gerados em 2010	22.202	6.773	2014	24.034	7.400	2014
Gerados em 2011	16.676	4.389	2015	21.646	5.913	2015
Gerados em 2012	18.227	4.277	2017	31.661	7.230	2017
Gerados em 2013	41.699	13.556	2018	-	-	-
	105.100	30.649		84.874	22.557	

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os prejuízos e créditos fiscais que por prudência não foram registados como ativos por impostos diferidos, são detalhados como segue:

	2013			2012		
	Prejuízo fiscal	Crédito do imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito do imposto	Data limite de utilização
Gerados em 2007	-	-	2013	3.211	803	2013
Gerados em 2008	3.471	798	2014	3.544	886	2014
Gerados em 2009	3.321	764	2015	3.369	842	2015
Gerados em 2010	3.180	731	2014	2.978	745	2014
Gerados em 2011	3.108	715	2015	3.153	788	2015
Gerados em 2012	2.922	672	2017	2.922	730	2017
Gerados em 2013	2.252	518	2018	-	-	-
	18.254	4.198		19.177	4.794	

Relativamente aos ativos por impostos diferidos, os mesmos só são registados na medida em que se considera provável que venham a existir lucros tributáveis em períodos de tributação futuros que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados, nas perspetivas de geração de resultados tributáveis.

A partir de 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados em períodos anteriores, é limitada a 70% do lucro tributável do exercício em que é realizada tal dedução.

28. CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Corrente		Não corrente	
	2013	2012	2013	2012
Clientes:				
Clientes conta corrente	507.445	491.521	53.224	58.091
Clientes títulos a receber	12	3.035	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	32.020	28.092	-	-
	539.477	522.648	53.224	58.091
Perdas por imparidade	(47.172)	(45.797)	-	-
	492.305	476.851	53.224	58.091
Outros devedores:				
Pessoal	1.094	614	-	-
Outros devedores	69.277	65.278	97	79
	70.371	65.892	97	79
Perdas por imparidade	(1.064)	(1.797)	-	-
	69.307	64.095	97	79

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade de contas a receber, foram os seguintes:

Perdas por imparidade acumuladas a clientes e outros devedores:	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	59.603
Ajustamentos de conversão cambial	(737)
Reforços (Nota 14)	5.921
Reversões (Nota 8)	(6.491)
Regularizações	(10.702)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	47.594
Alteração de perímetro	(869)
Ajustamentos de conversão cambial	(1.299)
Reforços (Nota 14)	7.208
Reversões (Nota 8)	(4.192)
Regularizações	(206)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	48.236

A exposição do Grupo ao risco de crédito (Nota 43) é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os saldos apresentados na Demonstração da posição financeira encontram-se líquidos de perdas por imparidade resultantes de cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber corresponde à melhor estimativa é do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o mesmo se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes e outros devedores.

29. PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos entre a "TD,S.A." e as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação, que são partes relacionadas, foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as empresas associadas, relacionadas e indivíduos com poder de voto significativo com empresas próprias, estão detalhados abaixo.

Os termos ou condições praticados entre estas relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os principais saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012, podem ser detalhados como se segue:

	Saldos a receber		Saldos a pagar		Empréstimos concedidos		Outras dívidas	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
AEBT – Auto Estradas do Baixo Tejo, S.A.	-	-	-	-	819	819	-	-
AEDL – Auto Estradas do Douro Litoral, S.A.	-	-	-	-	1.202	1.202	-	-
ALSOMA, GEIE	-	-	24	24	-	-	-	-
AVIA PORTUGAL, S.A.	-	-	-	33	-	-	-	-
VOTORANTIM Macau Investimentos, S.A.	-	-	-	-	-	8.536	-	-
CINTEL – Construção Interceptor Esgotos, S.A.	46	46	-	-	4	4	-	-
Consórcio Minero Luso Vargas – CONLUVAR	4.783	1.968	779	-	-	-	6	(1.665)
Consórcio OPSUT 2010	1.560	2.184	-	454	-	-	-	-
EIA – Ensino de Investigação e Administração, S.A.	-	-	-	-	-	-	(324)	(324)
IMOC – Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	1.554	2.213	-	3	-	-	(2.092)	(247)
RPK Gulfstream, Ltd.	-	-	-	-	2.200	2.473	-	-
Limited Liability Company Cement	-	147	-	-	16.072	16.072	-	-
LUSOPONTE – Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	-	-	-	-	150	-	-	-
Moreira e Cunha, Lda.	33	8	-	-	-	-	(80)	(2.132)
MTS – Metro Transportes do Sul, S.A.	-	-	-	-	740	740	-	-
Promociones Inmobiliárias 3003, C.A.	55	55	-	-	-	-	(37)	(31)
STELGEST – Gestão Hoteleira, S.A.	19	23	-	-	-	-	(736)	(958)
TEGAVEN – Teixeira Duarte Y Asociados, C.A.	6.106	-	1.349	-	139	-	68.521	-
Teix.co SPA	1.381	1.435	720	755	-	-	(291)	(304)
VSL Sistema de Pré-Esforço – Equipamento de Montagem, S.A.	-	-	-	1	-	-	-	-
	15.537	8.079	2.872	1.270	21.326	29.846	64.967	(5.661)

As principais transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 com entidades relacionadas foram como se segue:

	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos		Juros debitados	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
AVIA PORTUGAL, S.A.	-	-	25	27	-	-
Consórcio Minero Luso Vargas - CONLUVAR	3.467	1.793	15.422	-	-	-
Consórcio OPSUT 2010	1.536	3.456	2.973	6.287	-	-
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	1.687	55	79	83	-	-
Limited Liability Company Cement	-	104	-	-	1.768	1.324
Moreira e Cunha, Lda.	126	59	-	-	-	-
STELGEST - Gestão Hoteleira, S.A.	111	118	2	-	59	52
Teix.co SPA	-	-	-	218	-	-
TEGAVEN - Teixeira Duarte Y Asociados, C.A.	-	-	2.028	-	-	-
VSL Sistema de Pré-Esforço - Equipamento de Montagem, S.A.	-	259	-	275	-	-
	6.927	5.844	20.529	6.890	1.827	1.376

As remunerações dos membros dos órgãos sociais da TD, S.A., nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram as seguintes:

	2013	2012
Administradores executivos:		
Benefícios de curto prazo	1.445	1.078
Conselho fiscal:		
Benefícios de curto prazo	72	66
Revisor oficial de contas:		
Benefícios de curto prazo	61	60
	1.578	1.204

As remunerações dos membros da alta direção da TD.S.A, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram as seguintes:

	2013	2012
Alta direção:		
Benefícios de curto prazo	7.561	7.437
	7.561	7.437

30. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2013	2012
Depósitos à ordem	136.807	153.725
Depósitos a prazo	34.849	80.210
Outras aplicações de tesouraria	2.704	2.234
Numerário	15.552	9.894
	189.912	246.063

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Fluxos das atividades de investimento

Os recebimentos provenientes de investimentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respeitam à alienação de partes de capital nas seguintes entidades:

(a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Grupo alienou 37.211.281 ações do “Banco Comercial Português, S.A.” classificadas como Ativos financeiros disponíveis para venda no montante de 3.990 milhares de euros e o restante montante recebido, refere-se à alienação de ações classificadas como Ativos financeiros disponíveis para venda ao justo valor – “Outros Investimentos” (Nota 26)

	2013	2012
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	34.836	13.704
Banco Comercial Português, S.A. (a)	12.163	13.379
VOTORANTIM Macau Investimentos, S.A.	11.668	-
ALVOPETRO, S.A.	-	11.362
Outros	219	1.061
	58.886	39.506

Os pagamentos respeitantes a investimentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respeitam à aquisição de partes de capital nas seguintes entidades:

	2013	2012
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	24.616	11.027
C + P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.	23.259	-
Banco Comercial Português, S.A.	5.503	3.592
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A.	928	3.147
Limited Liability Company Cement	-	6.000
COLT Resources Inc.	-	2.504
Outros	497	1.089
	54.803	27.539

Os dividendos recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram como se segue:

	2013	2012
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	772	861
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	392	562
Alvorada Petróleos, S.A.	-	6.906
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE, Ltda.	-	37
Outros	391	1.182
	1.555	9.548

31. OUTROS ATIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os outros ativos correntes e não correntes têm a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2013	2012	2013	2012
Estado e outros entes públicos:				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	32.826	24.720	-	-
Empresas associadas, participadas e outros acionistas:				
Empresas associadas	2.930	3.581	-	-
Empresas participadas	3.226	783	955	955
Outros acionistas	296	3.755	-	47
	6.452	8.119	955	1.002
Acréscimos de proveitos:				
Juros a receber	1.639	671	-	-
Valores a faturar (Nota 32)	84.322	106.880	-	-
Outros acréscimos de proveitos	37.654	46.032	-	-
	123.615	153.583	-	-
Custos diferidos:				
Seguros pagos antecipadamente	4.914	10.555	-	-
Juros a pagar	53	20	-	-
Outros custos diferidos	22.514	34.247	606	714
	27.481	44.822	606	714
Outros ativos correntes:				
Adiantamentos a fornecedores	56.807	50.113	-	-
	247.181	281.357	1.561	1.716

32. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os custos e os proveitos reconhecidos relativos a contratos de construção em curso, são como segue:

	2013	2012
Proveitos líquidos:		
Faturação emitida	827.411	646.315
Varição de:		
- Proveitos diferidos - obras (Nota 40)	(4.594)	(43.775)
- Acréscimos de proveitos - obras (Nota 31)	(22.558)	14.598
	800.259	617.138
Custos líquidos:		
Custos faturados	750.552	591.147
Varição de:		
- Provisões para garantias (Nota 37)	1.353	(569)
- Provisões para perdas futuras (Nota 37)	1.709	(1.156)
	753.614	589.422
Resultados apurados (Nota 7):	46.645	27.716

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as retenções efetuadas por clientes relativas a contratos de construção ascendiam a 928 milhares de euros e 1.177 milhares de euros, respetivamente.

33. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o capital subscrito e realizado estava representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euro cada.

Em 19 de outubro de 2012 o capital social foi reduzido para 210.000.000 euros, através da diminuição do valor nominal das ações, passando a estar representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euros, visando a cobertura de prejuízos acumulados de 181.783 milhares de euros e reforço das reservas livres de 28.217 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a TEIXEIRA DUARTE — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detinha, diretamente, 197.950.000 ações representativas do capital da TEIXEIRA DUARTE, S.A., correspondentes a 47,13% do respetivo capital social.

34. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de justo valor: A reserva de justo valor resulta da diferença entre o valor de custo e o valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda, ainda não reconhecida na demonstração dos resultados.

Reservas livres: As reservas livres são disponíveis para distribuição.

Reserva de operações de cobertura: Conforme descrito na Nota 2.16 g), a reserva de operações de cobertura reflete a componente efetiva (líquida de efeito fiscal) das variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de *cash-flow*.

35. INTERESSES NÃO CONTROLADOS

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram os seguintes:

(a) Durante o exercício de 2013, o Grupo adquiriu os restantes 48% da participada "C+P.A. — Cimento e Produtos Associados, S.A." pelo montante de 23.259 milhares de euros e 5% da participada "DIGAL — Distribuição e Comércio de Gás, S.A. pelo montante de 928 milhares de euros (Nota 30). O Grupo ainda adquiriu 5% de empresas do setor da Energia, já consolidadas anteriormente por 116 milhares de euros

	2013	2012
Saldo inicial	73.863	76.579
Alterações de perímetro (Nota 5)	(1.082)	-
Ajustamentos de conversão cambial	(1.595)	(781)
Dividendos	(493)	(491)
Aquisição de interesses não controlados (a)	(29.737)	(1.303)
Outras variações de capital próprio das empresas participadas	(6.407)	(2.195)
Resultado do exercício atribuível aos interesses não controlados	772	2.054
Saldo final	35.321	73.863

36. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os empréstimos obtidos eram como se segue:

	2013	2012
Passivos não correntes:		
Empréstimos bancários a)	209.200	211.044
Papel comercial b)	471.780	190.016
	680.980	401.060
Passivos correntes:		
Empréstimos bancários a)	569.278	362.145
Papel comercial b)	112.348	472.760
	681.626	834.905
	1.362.606	1.235.965

a) Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos bancários internos, os descobertos bancários e as contas correntes caucionadas venciam juros à taxa média anual ponderada de 3,92% (4,18% em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos bancários mais significativos contratados pelo Grupo, correspondem essencialmente a:

- Empréstimo junto do Banco Caixa Geral (Espanha), contratado em 11 de fevereiro de 2008 no montante atual de 16.320 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 11 de fevereiro de 2016.
- Empréstimo junto da Caixa Banco de Investimento, S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A., contratado em 21 de fevereiro de 2008 no montante atual de 47.276 milhares de euros, cujo reembolso será em 40 prestações semestrais iguais e sucessivas, com termo em 10 de dezembro de 2033.
- Empréstimo junto do Banco BIC de Angola, contratado em 20 de outubro de 2008 no montante atual de 1.814 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 27 de novembro de 2014.
- Empréstimo contratado pelo Grupo em 30 de dezembro de 2008 junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., no montante atual de 35.137 milhares de euros, cujo reembolso será em 120 prestações mensais iguais e sucessivas, com termo em 30 de dezembro de 2023.
- Empréstimo junto do Banco Fomento de Angola, contratado em 2 de fevereiro de 2009 no montante atual de 680 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 4 de janeiro de 2014.
- Empréstimo junto do Banco Fomento de Angola, contratado em 6 de fevereiro de 2009 no montante atual de 680 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 30 de março de 2014.
- Empréstimo junto do Banco Fomento de Angola, contratado em 6 de fevereiro de 2009 no montante atual de 725 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 30 de setembro de 2014.
- Empréstimo junto do Banco Caixa Geral Totta Angola, contratado em 21 de dezembro 2011, no montante atual de 15.862 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 28 de fevereiro de 2019.
- Empréstimo junto do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., contratado em 29 de dezembro de 2011 no montante atual de 2.018 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 27 de novembro de 2015.
- Empréstimo junto do Banco BPI, S.A., contratado em 19 de julho de 2012, no montante atual de 3.141 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 19 de julho de 2015.
- Empréstimo junto do Banco BIC de Angola, contratado em 9 de outubro de 2012 no montante atual de 12.439 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 5 de dezembro de 2019.
- Empréstimo junto do Banco BIC de Angola, contratado em 9 de outubro de 2012 no montante atual de 27.622 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 13 de dezembro de 2019.

- Empréstimo junto do Banco Privado Atlântico de Angola, contratado em 12 de outubro de 2012 no montante atual de 21.486 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 18 de outubro de 2017.
- Empréstimo junto do Banco Popular Portugal, S.A., contratado em 13 de dezembro de 2012, no montante atual de 6.187 milhares de euros. O capital atual será amortizado ao longo do período de vida do contrato, e conforme tabela de expurgos acordada, pelo produto da venda dos imóveis objetos de hipoteca, sendo o remanescente liquidado através amortizado *bullet* em 13 de dezembro de 2015.
- Linha de factoring com recurso junto do Banco Espírito Santo, S.A. no montante de 35.000 milhares de euros, a qual está utilizada no montante de 34.897 milhares de euros.
- No âmbito de uma linha de crédito com a Caixa Geral de Depósitos, S.A. no montante de 35.000 milhares de dólares dos Estados Unidos da América para antecipação do recebimento de faturas referentes a exportação, em 31 de dezembro de 2013 a mesma encontra-se utilizada no montante de 27.232 milhares de dólares.
- No âmbito de uma linha de Desconto Comercial sobre o estrangeiro (antecipação de cartas de crédito), junto do Banco Espírito Santo, S.A. no montante de 30.000 milhares de euros, sendo que, em 31 de dezembro de 2013 a mesma encontrava-se utilizada em 12.780 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os empréstimos bancários incluem ainda as contas caucionadas no montante de 453.408 e 260.815 milhares de euros, respetivamente.

b) Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo tem negociado os seguintes programas de papel comercial:

- Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto dos Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e Banco Espírito Santo, S.A. em 16 de dezembro de 2005, no montante de 100.000 milhares de euros, atualmente de 46.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. e a sua associada TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., estando a totalidade em utilização pela TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das utilizações. O programa tem uma duração de cinco anos menos um dia, a contar da data de assinatura do contrato. Os prazos de emissões são de 1 a 6 meses e vencem juros antecipadamente à taxa Euribor do período acrescido de um spread de 2,5%, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 20 de agosto de 2018, estando previstas amortizações semestrais com início em 20 de agosto de 2015 no montante de 1.000 milhares de euros, na primeira ocorrência e de 2.500 milhares de euros nas restantes e liquidação do valor remanescente na data da última emissão do programa.
- Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 14 de fevereiro de 2006 com o Banco Comercial Português, S.A., no montante global de 50.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. e a sua associada TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., pelos montantes de 5.000 milhares de euros e 45.000 milhares de euros, respetivamente. A participação de cada sociedade em cada programa poderá ser variável em cada uma das utilizações, tendo a TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. que participar no mínimo, com 10% do valor total. Estão contratadas dezasseis emissões semestrais e sucessivas pelo valor nominal total do programa, vencendo juros semestrais e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a seis meses acrescida de 0,875% e determinado em função da data de realização do leilão, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 14 de fevereiro de 2014.
- Programa de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Comercial Português, S.A. em 20 de agosto de 2008, no montante de 20.000 milhares de euros, com renovação anual. Os juros vencem-se postecipadamente, sendo a taxa indexada à Euribor de um a três meses acrescida de um *spread* de 5,75% e determinada em função da data de realização de cada emissão.
- Programa de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Comercial Português, S.A. em 20 de agosto de 2008, no montante de 25.000 milhares de euros, com renovação anual. Os juros vencem-se postecipadamente, sendo a taxa indexada à Euribor de um a três meses acrescida de um *spread* de 5,75% e determinada em função da data de realização de cada emissão.
- Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. em 7 de julho de 2010, no montante de 70.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. e a sua associada TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., estando a totalidade em utilização pela TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. A participação de cada sociedade em cada programa poderá ser variável em cada uma das utilizações. O programa foi reduzido para 60.000 milhares de euros em 28 de abril de 2011 e renovado em 11 de maio de 2012 por mais 3 anos a contar de 14 de maio de 2012. Ao montante atual de 50.000 milhares de euros está prevista mais uma amortização de 10.000 milhares de euros em 14 de maio de 2014. Os juros vencem-se antecipadamente na data de cada subscrição, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de 5,25% e determinada em função da data de realização de cada leilão.
- Programa de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Espírito Santo Investimento, S.A. e Banco Espírito Santo, S.A. em 28 de dezembro de 2010, no montante de 34.000 milhares de euros, no qual toma parte a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.. O programa tem uma utilização de três anos, a

qual foi prorrogada até 28 de janeiro de 2015, a contar da data de assinatura do contrato. Os juros vencem-se antecipadamente na data de cada subscrição, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de 3% e determinada em função da data de realização de cada leilão.

- Programa grupado de emissões de papel comercial, por subscrição particular contratado em 14 de janeiro de 2011 com o Banco Comercial Português, S.A., no montante utilizado de 20.750 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. e a sua associada TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., pelos montantes de 18.650 milhares de euros e 2.100 milhares de euros, respetivamente. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das utilizações do programa, tendo a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. que participar, no mínimo, com 10% do valor total. O programa tem uma duração de cinco anos, a contar da data de assinatura do contrato, os juros vencem-se postecipada e semestralmente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor de um a seis meses por leilão competitivo de 7 a 180 dias por colocação direta, acrescidos de 4,375% e determinada em função da data de realização de cada leilão, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 6 de Janeiro de 2016.
- Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 30 de dezembro de 2011, junto do Banco Comercial Português, S.A., no montante global de 43.000 milhares de euros, atualmente de 36.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE, S.A., a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., e a TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sendo que nesta data os montantes utilizados por cada uma eram de 250 milhares de euros, 250 milhares de euros e 35.500 milhares de euros, respetivamente. Cada uma das futuras emissões terá obrigatoriamente que ser realizada em conjunto por todas as emitentes e a participação de cada uma não poderá ser inferior a 250 milhares de euros. O programa tem uma utilização de sete anos a contar da data de realização da primeira emissão, estando previstas amortizações no final de cada semestre por valores crescentes compreendidos entre 2.000 e 6.500 milhares de euros. A taxa de juro a aplicar é igual a taxa Euribor para o prazo de cada emissão, em vigor no segundo dia útil anterior ao seu início, acrescida de um *spread* de 4,25%.
- Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 6 de novembro de 2013 com o Banco Espírito Santo, S.A. e o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., no montante de 100.000 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e a sua acionista única Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., pelos montantes de 90.000 milhares de euros e 10.000 milhares de euros, respetivamente. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das suas emissões. O programa tem uma duração de cinco anos, a contar da data de assinatura do contrato, os juros vencem-se antecipadamente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de um *spread* de 5,00% e determinada em função da data de realização de cada leilão, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 6 de novembro de 2018. O Programa será sujeito a amortizações parciais, a ocorrerem semestralmente a partir de maio de 2015 de 1.500 milhares de euros, a partir de maio de 2016 de 2.000 milhares de euros sendo a penúltima prestação em maio de 2018 de 2.500 milhares de euros.
- Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 30 de dezembro de 2013 com o Banco Espírito Santo, S.A. e o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., no montante de 203.000 milhares de euros, outorgado pelas emitentes, Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. e Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., e pelas garantes TEDAL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., Quinta de Cravel – Imobiliária, S.A., e V8 – Gestão Imobiliária, S.A. estando totalmente a ser utilizado pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.. A participação de cada sociedade em cada programa poderá ser variável em cada uma das suas emissões. O programa tem uma duração de cinco anos menos 1 dia, a contar da data de assinatura do contrato, os juros vencem-se antecipadamente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de um *spread* de 5,00% e determinada em função da data de realização de cada leilão, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 29 de novembro de 2018. O Programa será sujeito a amortizações parciais, a ocorrerem semestralmente a partir de abril de 2014 de 1.250 milhares de euros, em 30 de dezembro de 2015 de 8.000 milhares de euros e a partir de junho de 2016 de 5.000 milhares de euros.

Decorrente do compromisso de renovação sucessiva durante o exercício dos contratos programa, algumas emissões existentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012 encontram-se classificadas como passivo não corrente.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os empréstimos não correntes têm o seguinte plano de reembolso definido:

	2013	2012
2014	–	114.007
2015	164.209	85.903
2016	82.051	53.896
2017	46.190	30.770
2018	323.461	45.354
2019 e seguintes	65.069	71.130
	680.980	401.060

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os financiamentos em moeda externa encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

Divisa	2013		2012	
	Divisa	Euros	Divisa	Euros
Bolívar Venezuelano	409.000	47.134	10.000	1.765
Dólar Americano	80.572	58.423	89.008	67.461
Dólar Namibiano	-	-	199	18
Iene Japonês	-	-	76.000	669
Kwanza Angolano	12.754.485	94.764	14.062.387	110.862
Rand África do Sul	1.117	77	-	-
Real Brasileiro	40.487	12.428	78.826	29.156

Os empréstimos denominados em moeda externa vencem juros à taxa de mercado e foram convertidos para euros tomando por base a taxa de câmbio existente à data da posição financeira.

37. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foi o seguinte:

	Provisões para riscos legais e fiscais	Outras relacionadas com o pessoal	Garantia a clientes (Nota 32)	Processos judiciais	Prejuízos em obras (Nota 32)	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	7.170	21.872	195	3.922	3.072	36.231
Ajustamentos de conversão cambial	-	-	(23)	(21)	(113)	-	(157)
Reforços	-	7.788	135	441	1.522	3.773	13.659
Reduções	-	-	(2.078)	(6)	(3.360)	(247)	(5.691)
Utilizações	-	(6.283)	386	-	-	-	(5.897)
Transferências	-	-	1.011	-	795	(1.748)	58
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	8.675	21.303	609	2.766	4.850	38.203
Alteração de perímetro (Nota 5)	-	-	-	(223)	-	(653)	(876)
Ajustamentos de conversão cambial	-	-	(110)	(139)	(847)	-	(1.096)
Reforços	360	8.173	8.886	112	3.906	32.401	53.838
Reduções	-	-	(6.901)	(92)	(499)	(849)	(8.341)
Utilizações	-	(6.847)	(522)	-	-	39	(7.330)
Transferências	-	-	-	-	(851)	860	9
Saldo em 31 de dezembro de 2013	360	10.001	22.656	267	4.475	36.648	74.407

Os reforços e as reduções foram efetuados por contrapartida de:

	2013			2012		
	Reforços	Reduções	Total	Reforços	Reduções	Total
Resultado do exercício:						
Provisões	43.707	(7.494)	36.213	4.750	(5.478)	(728)
Custos com o pessoal	8.260	(382)	7.878	8.391	-	8.391
Resultados relativos a empresas associadas	1.662	(50)	1.612	310	(136)	174
Capital próprio	209	(415)	(206)	208	(77)	131
	53.838	(8.341)	45.497	13.659	(5.691)	7.968

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, registou-se uma perda por imparidade de 5.833 milhares de euros, referente à participação detida na KARIBIB Portland Cement.

38. FORNECEDORES E OUTROS CREDITORES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2013	2012	2013	2012
Outros credores	84.162	19.097	9.833	15.110
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	167.773	187.825	-	-
Fornecedores de imobilizado	-	5	-	-
	167.773	187.830	-	-

39. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor líquido dos bens adquiridos com recurso a locação financeira totalizava:

	2013	2012
Terrenos e recursos naturais	2.558	2.693
Edifícios e outras construções	194.045	206.673
Equipamento básico	21.718	22.675
Equipamento de transporte	3.853	2.706
Ferramentas e utensílios	18	29
Equipamento administrativo	191	234
Outros ativos fixos tangíveis	1.703	1.026
Propriedade industrial	12	-
	224.098	236.036

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira era exigível como se segue:

	2013	2012
2013	-	22.015
2014	21.634	20.929
2015	18.392	16.639
2016	16.465	14.154
2017	14.360	13.515
Após 2017	134.845	134.343
	205.696	221.595

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo tinha contratado uma operação de "sale and leaseback" envolvendo parte do empreendimento Lagoas Park, o qual se encontra essencialmente registado como propriedade de investimento (Nota 22). Para garantia da referida operação, foi transferida a propriedade dos lotes 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16 e 23 daquele empreendimento (Nota 42).

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

40. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2013	2012	2013	2012
Estado e outros entes públicos:				
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC	888	21.617	-	-
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	3.462	4.791	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	26.103	23.696	-	-
Contribuições para a Segurança Social	4.683	3.831	-	-
Outros	5.547	5.557	-	-
	40.683	59.492	-	-
Empresas associadas, participadas e outros acionistas:				
Empresas associadas	128	-	-	-
Empresas participadas	1.195	1.498	-	-
Outros acionistas	4.638	19	-	26
	5.961	1.517	-	26
Acréscimos de custos:				
Seguros a liquidar	112	89	-	-
Remunerações a liquidar	22.386	20.151	-	-
Juros a liquidar	2.373	3.861	-	-
Outros custos a pagar	40.706	31.288	-	-
	65.577	55.389	-	-
Proveitos diferidos:				
Trabalhos faturados não executados (Nota 32)	104.901	100.307	-	-
Outros proveitos diferidos	16.699	10.603	2.731	1.093
	121.600	110.910	2.731	1.093
Outros:				
Adiantamentos de clientes	147.600	260.165	70.149	161.667
Adiantamentos por conta de vendas	371	573	26	26
Instrumentos financeiros derivados (Nota 41)	-	-	11.000	14.981
	147.971	260.738	81.175	176.674
	381.792	488.046	83.906	177.793

41. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Grupo tinha contratado um instrumento financeiro derivado destinado a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro, o qual consiste num contrato de *swap* de taxa de juro.

A contratação deste tipo de instrumentos é efetuada tendo em conta os riscos que afetam os ativos e passivos e após a verificação de quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos.

Estas operações, cuja contratação é sujeita a aprovação prévia por parte do Conselho de Administração da respetiva sociedade, são permanentemente monitorizadas, nomeadamente através da análise de diversos indicadores relativos a estes instrumentos, em particular a evolução do seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objetivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

O registo dos instrumentos financeiros derivados é efetuado de acordo com as disposições da “IAS 39” sendo mensuradas pelo seu justo valor o qual tem por base avaliações efetuadas por instituições financeiras. O instrumento financeiro derivado existente em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foi avaliado por entidade independente e externa ao Grupo através de metodologias e técnicas adequadas e comumente utilizadas por aqueles peritos para cada um dos tipos de instrumentos contratados pelo Grupo.

Procede-se à qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação, em observância às disposições da “IAS 39”.

Instrumentos financeiros derivados qualificados como de cobertura

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, encontra-se contratado um *Interest rate swap* de taxa fixa, com maturidade em 1 de Julho de 2033 e que pretende cobrir o risco de volatilidade de taxa de juro do empréstimo contratado junto da Caixa Banco de Investimento, S.A. e da Caixa Geral de Depósitos, S.A. indicado na Nota 36.

O justo valor daquele instrumento em 31 de dezembro de 2013 e 2012 ascendia a 11.000 milhares de euros e 14.981 milhares de euros, respetivamente, desfavoráveis para o Grupo, o qual se encontra reconhecido na rubrica de Outros passivos não correntes (Nota 40).

Tendo em consideração as disposições da IAS 39, aquele instrumento foi contabilizado inicialmente como instrumento financeiro derivado de negociação por não se encontrarem satisfeitos todos os requisitos para a aplicação de contabilidade de cobertura. As variações no justo valor deste instrumento foram registadas até aquela data diretamente nas demonstrações dos resultados dos períodos em que se verificaram.

A partir de 1 de janeiro de 2010, aqueles requisitos foram satisfeitos, sendo o derivado contabilizado de acordo com a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa. Assim, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a parcela efetiva da variação do instrumento de cobertura foi reconhecida em Reserva de operações de cobertura, no montante de 2.706 e (2.453) milhares de euros, líquido de efeito fiscal, respetivamente.

A principal informação subjacente à determinação do justo valor daquele instrumento em 31 de dezembro de 2013, foi a seguinte:

Dias	Euribor	Datas	Fator Atualização
2	0,35000%	03-01-2014	0,9999708
32	0,21600%	03-02-2014	0,9997849
90	0,28700%	03-04-2014	0,9992539
181	0,38900%	03-07-2014	0,9980189
365	0,55600%	05-01-2015	0,9943348
732	0,53705%	04-01-2016	0,9893028
1096	0,77700%	03-01-2017	0,9769665
1461	1,00100%	03-01-2018	0,9607178
1826	1,26100%	03-01-2019	0,9386854
2191	1,48450%	03-01-2020	0,9142510
2556	1,68600%	04-01-2021	0,8876091
2923	1,86100%	03-01-2022	0,8599865
3287	2,01900%	03-01-2023	0,8313175
3652	2,15800%	03-01-2024	0,8023908
4017	2,27200%	03-01-2025	0,7743598
4383	2,37600%	05-01-2026	0,7462043
4750	2,45490%	04-01-2027	0,7201476
5114	2,52480%	03-01-2028	0,6946892
5478	2,58700%	03-01-2029	0,6698397
5844	2,63100%	03-01-2030	0,6471970
6209	2,66400%	03-01-2031	0,6260932
6574	2,68950%	05-01-2032	0,6061221
6941	2,70750%	03-01-2033	0,5876636
7305	2,72000%	03-01-2034	0,5702493
7670	2,73050%	03-01-2035	0,5534778
8035	2,73700%	03-01-2036	0,5376981
8400	2,74300%	05-01-2037	0,5222790
8768	2,74600%	04-01-2038	0,5078497
9132	2,74750%	03-01-2039	0,4940447
9496	2,73900%	03-01-2040	0,4823971
9861	2,74500%	03-01-2041	0,4684055
10227	2,74350%	03-01-2042	0,4561807
10592	2,74000%	05-01-2043	0,4446241
10959	2,73300%	04-01-2044	0,4342089
11323	2,72950%	03-01-2045	0,4227032
11688	2,72870%	03-01-2046	0,4114609
12053	2,72840%	03-01-2047	0,4005156
12418	2,72850%	03-01-2048	0,3898598
12783	2,72890%	02-01-2049	0,4059683
13148	2,72940%	02-01-2050	0,4214843
13513	2,72990%	02-01-2051	0,4363695
13878	2,73030%	02-01-2052	0,4502636
14243	2,73070%	01-01-2053	0,4720546
14608	2,73800%	01-01-2054	0,4928078

42. PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Passivos contingentes:

Na sequência de diversas inspeções realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) aos elementos contabilísticos da TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. (“TDGPIL, S.A.”), sociedade detida indiretamente a 100% pela TEIXEIRA DUARTE, S.A. referentes aos exercícios de 2007 a 2011, foram efetuadas as seguintes correções aos prejuízos fiscais inicialmente apurados por esta participada:

Exercício	Prejuízo fiscal apurado	Correção da AT
2007	46.632	29.331
2008	50.590	45.938
2009	50.182	24.807
2010	18.165	6.467
2011	12.779	3.213

Com exceção do montante de 611 milhares de euros, incluído na correção ao prejuízo fiscal de 2008 (respeitante, segundo a AT, à aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF à distribuição de rendimentos por parte do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF), as restantes correções resultam, na sua totalidade, da não-aceitação como gasto fiscal dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações suplementares.

Dado que a “TDGPIL, S.A.” se encontra tributada em IRC segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (artigo 69.º e seguintes do Código do IRC), as correções aos prejuízos fiscais dos exercícios de 2007, 2008 e 2009 foram objeto de Demonstrações de Liquidação adicionais de IRC e juros compensatórios emitidas à sociedade dominante daqueles exercícios – TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. (“TD-EC, S.A.”), a qual apresentou impugnações judiciais junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra.

No decorrer de 2013, a “TD-EC, S.A.”, na qualidade de sociedade dominante, foi notificada do Relatório de Conclusões, do exercício de 2010 e da consequente Demonstração de Liquidação adicional de IRC e juros compensatórios com referência às correções do exercício de 2010, encontrando-se a preparar a correspondente impugnação, considerando os prazos legais aplicáveis.

Não obstante o desfecho desfavorável às pretensões da “TDGPIL, S.A.” e, consequentemente, da sociedade dominante, no âmbito do processo relativo ao exercício de 2006, o Conselho de Administração mantém expectativas de vir a obter um desfecho diferente nos restantes exercícios objeto de correções.

Cumprir referir que a Demonstração de Liquidação de IRC e juros compensatórios do exercício de 2008 emitida à “TD-EC, S.A.” na qualidade de sociedade dominante, compreende, para além das correções *supra* descritas da participada “TDGPIL, S.A.”, uma correção ao lucro tributável apurado, a nível individual da “TD-EC, S.A.”.

O montante total de correções ao lucro tributável ascendeu a 35.467 milhares de euros, do qual a “TD-EC, S.A.” contestou 32.595 milhares de euros, relacionados com crédito de imposto, regime de reinvestimento de mais-valias fiscais e aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF.

A correção relativa ao exercício de 2011 efetuada à participada “TDGPIL, S.A.”, não foi objeto de qualquer liquidação adicional à sociedade dominante à data do fecho de dezembro de 2013.

Garantias:

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o conjunto de empresas incluídas na consolidação tinha prestado garantias a terceiros, como segue:

	2013	2012
Garantias bancárias prestadas	344.472	447.093
Seguros de caução	379.711	564.836

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, adiantamentos recebidos e como garantia de boa execução de obras.

A TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., a EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., a SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A., a OFM – Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A., a RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A., a RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.U., a EMPA – Serviços de Engenharia, S.A., e o Consórcio Boyacá – La Guaira, têm seguros de caução prestados como garantia de boa execução de obras e prestação de serviços.

Para garantia de contrato de mútuo celebrado com o Banco Caixa Geral, S.A., no montante atual de 16.320 milhares de euros, outorgado pela RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.U., a RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.U. deu em penhor 2.734.325 ações do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A..

Foi ainda constituída a favor da Caixa Geral de Depósitos, S.A., uma hipoteca sobre o lote 3, sito em Lagoas Park, propriedade da TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., para garantia de contrato de mútuo outorgado pela TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. no montante atual de 35.137 milhares de euros.

Para garantia de contrato celebrado com o Banco Caixa Totta Angola, no montante atual de 15.862 milhares de euros, a URBANGO – Gestão Imobiliária, Lda. constituiu hipoteca sobre o prédio nº 256 – 1ª secção, sua propriedade, sito em Chicala.

Para garantia de contrato celebrado com o BIC, no montante atual de 27.622 milhares de euros, a ANGOIMO – Empreendimentos e Construções, Lda. constituiu hipoteca sobre o prédio nº 2554, sua propriedade, sito em Samba.

Para garantia de contrato celebrado com o BIC, no montante atual de 12.439 milhares de euros, a ANGOIMO – Empreendimentos e Construções, Lda. constituiu hipoteca sobre o prédio nº 2554, sua propriedade, sito em Samba.

Para garantia do contrato de mútuo celebrado com o Banco BPI, S.A., no montante atual de 3.141 milhares de euros, a TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. deu como hipoteca 16 frações do imóvel sito no Campo Grande nº 9 em Lisboa.

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado com o Banco Comercial Português, S.A., no montante atual de 36.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., foi constituída uma hipoteca genérica sobre os imóveis implantados respetivamente nos lotes 6, 18 e 19, sitos em Lagoas Park, propriedade da TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A..

Para garantia do empréstimo no montante atual de 6.187 milhares de euros, celebrado com o Banco Popular Portugal, S.A. em 13 de dezembro de 2012, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos imobiliários S.A., QUINTA DE CRAVEL – Imobiliária, S.A. e pela V8 – Gestão Imobiliária, S.A., a V8 – Gestão Imobiliária, S.A. constituiu hipoteca sobre as frações de sua propriedade no prédio urbano sito na Rua de Castro Portugal, números 497 e 511; Rua Professora Rita Lopes Ribeiro Fonseca, números 28,34,40,46,52, 58, 64, 70, 76, 80, 94 e 96; e Rua Doutor Miguel Assunção Lopes, número 15, Lugar e Freguesia de Vila Nova de Gaia e sobre as frações do prédio urbano denominado lote 14, sito na Rua Guilherme Duarte Camarinha, números 30, 38, 42, 48, 54, 62, 70 e 74 e Rua Professora Rita Lopes Ribeiro Fonseca, números 12 e 18, Lugar do Candal, freguesia de Vila Nova de Gaia, pelo valor global de 6.187 milhares de euros.

Além das garantias indicadas anteriormente, foram prestados os seguintes penhores:

- Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com o Banco Espírito Santo Investimento, S.A. e Banco Espírito Santo, S.A., no valor de 46.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. e TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e a TEDAL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deram em penhor 325.000.000 e 32.000.000 ações do Banco Comercial Português, S.A., respetivamente.
- Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com o Banco Espírito Santo Investimento, S.A. e Banco Espírito Santo, S.A., no valor de 203.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. e TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.. A TEDAL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 12.500.000 ações da EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., 200.000.000 ações da C+PA – Cimentos e Produtos Associados, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. deu em penhor 1.325.000 unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF. A TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. constituiu uma hipoteca voluntária sobre o prédio urbano de sua propriedade, destinado a armazéns, oficinas, laboratório de materiais e estacionamento de equipamentos, sito na Avenida da Indústria, Alto Estanqueiro – Jardim, Montijo, no montante de 15.516 milhares de euros. A QUINTA DE CRAVEL – Imobiliária, S.A., constitui igualmente uma hipoteca sobre os lotes para a construção números 8, 10, 11, 12, 13, 19, 23, 26 e 31, sitos na Quinta de Cravel, Mafamude, Vila Nova de Gaia, pelo valor global de 6.839 milhares de euros. A V8 – Gestão Imobiliária, S.A., constitui uma hipoteca sobre os lotes para a construção números 1, 2, 3, 5, 6, 8, 16, 18, 20 e 30 sitos no Empreendimento Santa Maria Design District, Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, pelo valor global de 30.079 milhares de euros.
- Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., no valor de 70.000 milhares de euros, atualmente de 50.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. e TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. deu em penhor 4.550.000 unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF.
- Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e o Banco Espírito Santo, S.A., no valor de 34.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., a TEDAL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 500.000 ações da TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.

- Para reforço das garantias prestadas no âmbito de contrato de locação financeira celebrado em 31 de dezembro de 2008 com o Banco Comercial Português, S.A., a TEDAL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 9.000.000 ações da SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.
- Para garantia de dívidas a terceiros, no valor de 1.573 milhares de euros, a IMOTD – SGPS, S.A., deu em penhor 24.000 ações da V8, S.A..
- Para garantia do contrato de financiamento outorgado pela TDHOSP – Gestão de Edifício Hospitalar, S.A. no montante atual de 47.276 milhares de euros, a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. deu em penhor à Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Caixa Banco de Investimentos, S.A., 1.540.000 ações da TDHOSP – Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.. No âmbito do mesmo contrato de financiamento a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., na qualidade de acionista, constituiu penhor dos direitos de crédito sobre a TDHOSP – Gestão de Edifício Hospitalar, S.A..

Compromissos financeiros:

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as cartas de conforto prestadas pela TEIXEIRA DUARTE, S.A. e as suas subsidiárias ascendiam a 475.758 e 482.274 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, estavam vigentes contratos de *factoring* sem direito de regresso, os quais foram registados como redução de contas a receber, no montante de 99.829 e 118.876 milhares de euros, respetivamente. De acordo com as condições contratuais, a responsabilidade do Grupo restringe-se essencialmente, à garantia de aceitação por parte dos clientes das faturas objeto de *factoring*.

Outros:

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 não existiam inventários dados como penhor de garantia a passivos.

43. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Princípios gerais:

O Grupo encontra-se exposto a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- riscos de taxa de juro decorrentes do passivo financeiro;
- risco de taxa de câmbio resultante, fundamentalmente, da existência de operações e ativos localizados fora da zona Euro, designadamente Angola, Argélia, Brasil, Macau, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Rússia e Venezuela;
- risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional do Grupo;
- risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira do Grupo assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte do Grupo. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2013, o passivo financeiro é composto por 86% de taxa de juro variável (85% em 31 de dezembro de 2012) e 14% de taxa de juro fixa (15% em 31 de dezembro de 2012).

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1% durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os resultados financeiros daqueles exercícios teriam (diminuído) aumentado em (13.463) / 13.463 milhares de euros e (8.339) / 8.339 milhares de euros, respetivamente.

Risco cambial

As atividades operacionais do Grupo estão expostas a variações das taxas de câmbio do Euro face a outras moedas.

Acresce que, tendo em consideração os diversos países onde o Grupo desenvolve a sua atividade, a sua exposição ao risco de taxa de câmbio decorre do facto das suas subsidiárias relatarem os ativos e passivos denominados em moeda diferente da moeda de relato, designadamente, Angola, Argélia, Brasil, Macau, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Rússia e Venezuela.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pelo Grupo tem como objetivo diminuir a sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, convertidos para euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são como segue:

Moeda	Ativos		Passivos	
	2013	2012	2013	2012
Bolivar Venezuelano	-	1.153	44.890	39.566
Dinar Argelino	15.456	25.779	35.630	71.790
Dirham Marroquino	-	-	-	2.752
Dinar Tunisino	-	-	-	115
Dólar Americano	489.410	288.980	479.144	324.458
Dólar Australiano	-	-	155	155
Dólar Canadiano	-	-	104	-
Dólar Namibiano	-	-	1.726	1.664
Iene Japonês	5.321	3.402	382	88
Libra Esterlina	-	6	-	-
Metical Moçambicano	1.914	28.751	9.960	27.608
Pataca Macaense	-	-	138	145
Rand Africa Sul	-	-	16	-
Real Brasileiro	-	-	26.391	17.012
Rublo Russo	-	-	2.828	3.460
	512.101	348.071	601.364	488.813

A gestão do risco cambial assenta numa permanente quantificação e monitorização das exposições financeira e contabilística relevante.

Os eventuais impactos gerados na rubrica de Ajustamentos de conversão cambial em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e no resultado líquido dos exercícios findos naquelas datas, caso ocorresse uma apreciação de 5% das moedas acima referidas, podem ser resumidos como se segue:

Moeda	2013		2012	
	Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio
Bolivar Venezuelano	(2.245)	-	(1.921)	-
Dinar Argelino	(1.009)	-	(2.301)	-
Dirham Marroquino	-	-	(138)	-
Dinar Tunisino	-	-	(6)	-
Dólar Americano	513	-	(1.774)	-
Dólar Australiano	(8)	-	(8)	-
Dólar Canadiano	(5)	-	-	-
Dólar Namibiano	(86)	-	(83)	-
Iene Japonês	247	-	166	-
Metical Moçambicano	(402)	-	57	-
Pataca Macaense	(7)	-	(7)	-
Rand Africa Sul	(1)	-	-	-
Real Brasileiro	(1.320)	-	(851)	-
Rublo Russo	(141)	-	(173)	-
	(4.464)	-	(7.037)	-

No entender do Conselho de Administração a análise de sensibilidade acima exposta, tendo por base a posição nas datas indicadas, pode não ser representativa da exposição ao risco de câmbio a que o Grupo se encontra sujeita ao longo do exercício.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional do Grupo. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes do Grupo para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados do Grupo.

Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios do Grupo com o objetivo de:

- limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular;
- as perdas por imparidade em contas a receber, são calculadas considerando:
 - a análise da antiguidade das contas a receber;
 - o perfil de risco do cliente;
 - as condições financeiras dos clientes.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade em contas a receber estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as contas a receber de clientes (Nota 28) para as quais não foram registadas perdas por imparidade, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são as seguintes:

	2013	2012
Saldos		
Não vencido	204.584	200.126
Até 180 dias	136.392	165.313
De 180 a 360 dias	31.796	40.184
Mais de 360 dias	172.757	129.319
	545.529	534.942

A qualidade de crédito das contas a receber não vencidas incluídas no quadro acima, é monitorizada numa base regular com base nos objetivos acima descritos.

Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, o Grupo procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

O passivo financeiro com vencimento até um ano é, sempre que se entenda adequado, substituído com maturidade a médio e longo prazo.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é conforme segue:

	2013				Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Empréstimos	681.626	164.209	82.051	434.720	1.362.606
Fornecedores	167.773	-	-	-	167.773
Locações financeiras	21.634	18.392	16.465	149.205	205.696
Outros credores	84.162	1.498	1.436	6.899	93.995
Outros passivos	381.792	46.680	20.713	16.513	465.698
	1.336.987	230.779	120.665	607.337	2.295.768

	2012				Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Empréstimos	834.905	114.007	85.903	201.150	1.235.965
Fornecedores	187.825	-	-	-	187.825
Fornecedores de imobilizado	5	-	-	-	5
Locações financeiras	22.015	20.929	16.639	162.012	221.595
Outros credores	19.097	2.997	1.644	10.469	34.207
Outros passivos	488.046	126.058	51.709	26	665.839
	1.551.893	263.991	155.895	373.657	2.345.436

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor de disponibilidades de caixa e o valor não utilizado do programa de papel comercial e linhas de crédito ascendia a 391.340 milhares de euros e 365.779 milhares de euros, respetivamente.

44. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NO ÂMBITO DA IAS 39

As políticas contabilísticas previstas na IAS 39 para os instrumentos financeiros foram aplicadas aos seguintes itens:

2013						
	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Ativos / passivos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados	Instrumentos derivados de cobertura	Total
Ativos:						
Caixa e equivalentes a caixa	189.912	-	-	-	-	189.912
Clientes	545.529	-	-	-	-	545.529
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	84.613	-	-	-	84.613
Outros investimentos	-	15.537	-	62	-	15.599
Outros devedores	69.404	-	-	-	-	69.404
Outros ativos	187.829	-	-	-	-	187.829
Total de ativos financeiros	992.674	100.150	-	62	-	1.092.886
Passivos:						
Empréstimos	-	-	1.362.606	-	-	1.362.606
Fornecedores	-	-	167.773	-	-	167.773
Outros credores	-	-	93.995	-	-	93.995
Outros passivos	-	-	289.684	-	11.000	300.684
Locações financeiras	-	-	205.696	-	-	205.696
Total de passivos financeiros	-	-	2.119.754	-	11.000	2.130.754

2012						
	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Ativos / passivos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados	Instrumentos derivados de cobertura	Total
Ativos:						
Caixa e equivalentes a caixa	246.063	-	-	-	-	246.063
Clientes	534.942	-	-	-	-	534.942
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	48.597	-	-	-	48.597
Outros investimentos	-	14.546	-	10.888	-	25.434
Outros devedores	64.174	-	-	-	-	64.174
Outros ativos	212.817	-	-	-	-	212.817
Total de ativos financeiros	1.057.996	63.143	-	10.888	-	1.132.027
Passivos:						
Empréstimos	-	-	1.235.965	-	-	1.235.965
Fornecedores	-	-	187.830	-	-	187.830
Outros credores	-	-	34.207	-	-	34.207
Outros passivos	-	-	479.363	-	14.981	494.344
Locações financeiras	-	-	221.595	-	-	221.595
Total de passivos financeiros	-	-	2.158.960	-	14.981	2.173.941

45. MENSURAÇÕES AO JUSTO VALOR

Estimativa de justo valor - ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de dezembro de 2013, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação;
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

Categoria	Item	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos:				
Ativos financeiros disponíveis para venda	Ações	84.613	-	-
Ativos financeiros ao justo valor por resultados	Ações	62	-	-
Propriedades de investimento	Edifícios e terrenos	-	479.965	-
Passivos:				
Passivos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura	11.000	-	-

Exceto no que respeita aos empréstimos não correntes, a generalidade dos ativos e passivos financeiros têm maturidades de curto prazo, pelo que se considera que o seu justo valor é idêntico aos respetivos valores contabilísticos.

Relativamente aos empréstimos, conforme evidenciado na Nota 36, a generalidade dos mesmos encontra-se contratada a taxas de juro variável. Dessa forma, entende-se que o correspondente valor contabilístico (custo amortizado) não difere significativamente do correspondente valor de mercado.

46. HONORÁRIOS E SERVIÇO DOS AUDITORES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os honorários por serviços prestados pelos auditores do Grupo foram os seguintes:

	2013	2012
Serviços de Revisão Legal de Contas	448	445
Outros serviços de garantia e fiabilidade	48	17
Serviços de consultoria fiscal	14	73
Outros serviços	-	3
	510	538

47. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de abril de 2014, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, pela Assembleia Geral de Acionistas, cuja reunião está prevista realizar-se no próximo dia 31 de maio de 2014.

48. EVENTOS SUBSEQUENTES

A TEIXEIRA DUARTE, S.A. prosseguiu a sua atividade nos diversos setores e mercados em que atua. Desde o encerramento do exercício até à data, ocorreram os seguintes factos:

Contrato para Construção de Nova Autoestrada na Venezuela, pelo montante de 4.787 milhões de Dólares:

No seguimento das reuniões realizadas com os Ministérios das Finanças e Transporte Terrestre ocorridas no âmbito da IX Comissão de Acompanhamento Venezuela Portugal o Presidente da República Bolivariana da Venezuela autorizou, em janeiro de 2014, o Ministério do Poder Popular para o Transporte Terrestre a contratar a engenharia, procurement e construção (EPC) do projeto "Nueva Autopista Alterna Caracas-La Guaira" com a sociedade "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.", detida a 100% pela TD,SA.

Esta autorização foi prestada na sequência do Memorando de Entendimento celebrado em 18 de junho de 2013 com a referida participada no âmbito do "Acordo Complementar ao Acordo Marco de Cooperação entre a República de Venezuela e a República Portuguesa, em matéria de cooperação económica e energética".

Foi mais um passo importante para a contratação de uma empreitada de uma autoestrada com um total de 19km de extensão com três vias em cada sentido, que ligará Caracas a La Guaira (Zona do Aeroporto de Maiquetia), com a realização de 4km em viadutos e de 9km em túneis, que está prevista executar no prazo de 54 meses e com um preço estimado de 4.787 milhões de Dólares dos Estados Unidos de América.

Notificação de ordem de serviço para nova obra de infraestruturas na Argélia, pelo montante de 121.749.760 euros:

Em 2 de abril de 2014, o agrupamento de empresa que integra a sua participada a 100% "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." foi notificado da Ordem de Serviço emitida pela entidade argelina "AGA- Algérienne de Gestion des Autoroutes" para a empreitada de "Réalisation des Installations et Equipements d'Exploitation de l'autoroute Este-Ouest, Lot Ouest" (Execução de instalações e equipamentos de exploração da Auto-estrada Este-Oeste, Lote Oeste), na Argélia.

A referida "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." é líder de agrupamento, detendo uma posição de 48%, pertencendo 46% ao Grupo empresarial argelino "ETRHB HADDAD" e 6% à espanhola "SICE, S.A.".

A empreitada tem o prazo previsto de vinte e três meses a contar do aludido dia 2 de abril de 2014 e o valor global da mesma é de 253.645.332 € (duzentos e cinquenta e três milhões seiscentos e quarenta e cinco mil trezentos e trinta e dois euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, dos quais 35,7% são pagos em euros e os restantes 64,3% em dinares argelinos, sendo que à sua participada "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.", em função da quota-parte no referido agrupamento, cabem 121.749.760 € (cento e vinte e um milhões setecentos e quarenta e nove mil setecentos e sessenta euros).

Relatórios, Pareceres e Certificações dos Órgãos de Fiscalização **2013**



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas,

Nos termos previstos na alínea g) do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos o nosso relatório sobre as acções de fiscalização, o nosso parecer sobre o relatório e contas, individuais e consolidadas, da TEIXEIRA DUARTE, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e ainda sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração. O presente documento integra, ainda, a declaração de responsabilidade a que se refere a alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários.

No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhamos as actividades do Grupo, designadamente através da participação regular do presidente do Conselho Fiscal nas reuniões mensais do Conselho de Administração e de outras reuniões e contactos com a Administração, quadros e outros responsáveis do Grupo e, ainda, com os Revisores Oficiais de Contas. Este Conselho promoveu, ainda, a realização de reuniões periódicas em que se procedeu:

- à fiscalização da administração da Sociedade e à verificação do cumprimento da lei e do contrato social;
- ao acompanhamento da gestão das empresas do Grupo;
- à análise dos documentos de prestação de contas, das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade, por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados.

No âmbito das competências que nos são legalmente conferidas, verificámos que:

- o relatório de gestão contém uma exposição clara dos aspetos mais significativos da evolução dos negócios, do desempenho e da situação patrimonial da Sociedade e do Grupo;
- as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e respetivos anexos proporcionam uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da Sociedade e do Grupo TEIXEIRA DUARTE, respetivamente.

Nestes termos, tendo em consideração as informações que nos foram facultadas pelo Conselho de Administração e pelos Serviços da Sociedade e, ainda, as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria emitido pelo auditor registado na CMVM, somos de parecer que:

- a) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- b) sejam aprovadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2013;
- c) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Declaram, ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo o referido relatório uma descrição dos principais riscos e incertezas do negócio.

Lisboa, 29 de abril de 2014

António Gonçalves Monteiro – Presidente

Mateus Moreira – Vogal

Miguel Carmo Pereira Coutinho – Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA *(Contas individuais)*

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, da TEIXEIRA DUARTE, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de dezembro de 2013, (que evidencia um total de 597.886 milhares de euros e um total de capital próprio de 418.038 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 64.029 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da TEIXEIRA DUARTE, S.A. em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Linda-a-Pastora, 28 de abril de 2014

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS – SROC
Representada por:

António Francisco Escarameia Mariquito - ROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, da TEIXEIRA DUARTE, S.A., as quais compreendem: a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2013, (que evidencia um total de 2.783.596 milhares de euros e um total de capital próprio de 360.728 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível a detentores de capital de 63.974 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada dos rendimentos integrais, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da TEIXEIRA DUARTE, S.A. em 31 de dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

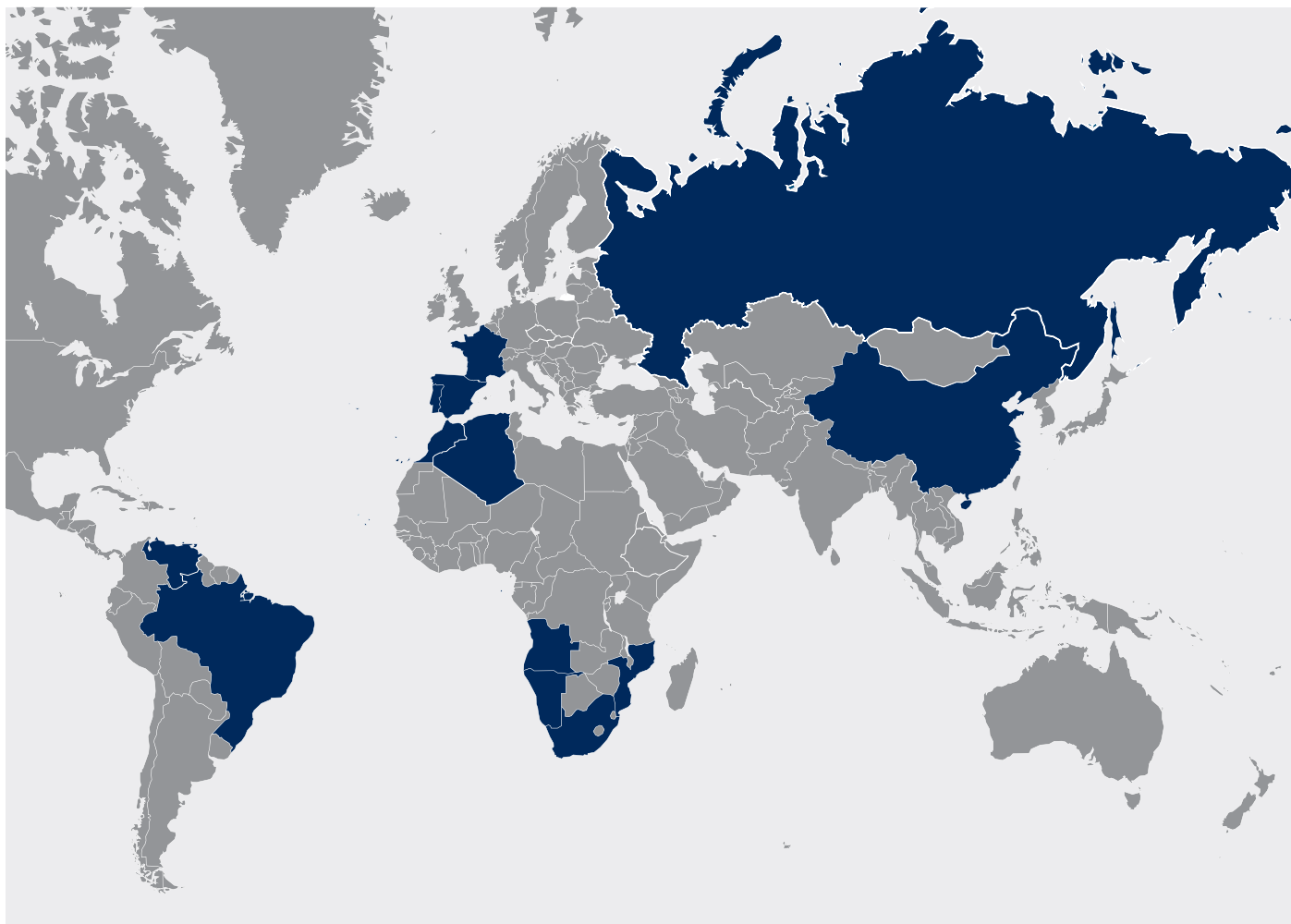
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Linda-a-Pastora, 28 de abril de 2014

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS – SROC
Representada por:

António Francisco Escameia Mariquito - ROC



Sede

Lagoas Park, Edifício 2
2740-265 Porto Salvo – PORTUGAL
Tel.: (+351) 217 912 300
Fax: (+351) 217 941 120

Polo Operacional Teixeira Duarte

Av. da Indústria, 540
2870-635 Alto do Estanqueiro-Jardim – PORTUGAL
Tel.: (+351) 219 948 000 | 210 096 800
Fax: (+351) 219 554 536 | 210 096 888

Escritórios

• Açores

Rua de São Gonçalo, 203-2º Esq.
9500-343 Ponta Delgada
Tel.: (+351) 296 288 095
Fax: (+351) 296 288 098

• Coimbra

Av. Fernão de Magalhães, 584-2º E
3000-174 Coimbra
Tel.: (+351) 239 855 320
Fax: (+351) 239 855 329

• Madeira

Rua das Pretas, 4 – 2º Dto.
9000-049 Funchal
Tel.: (+351) 291 206 930
Fax: (+351) 291 225 331

• Vila Nova de Gaia

Edifício Tower Plaza
Rotunda Engº Edgar Cardoso, nº 23-Piso 8
4400-676 Vila Nova de Gaia
Tel.: (+351) 226 166 180
Fax: (+351) 226 104 297

• África do Sul

GLOBAL NET DISTRIBUTORS (PTY) LTD.
2nd Floor, West Tower – Nelson Mandela Square
Maude Street – Sandton
2196 – Johannesburg
PO Box 785553, Sandton, 2146
Tel.: (+27) 11 881 5963
Fax: (+27) 11 881 5611

• Angola

Alameda Manuel Van Dunen 316 / 320 – A
Caixa Postal 2857 – Luanda
Tel.: (+244) 222 641 500 / 222 641 501
Fax: (+244) 222 641 560

• Argélia

Parc Miremont – Rue A, Nº 136 Bouzareah
16000 Alger
Tel.: (+213) 219 362 83
Fax: (+213) 219 365 66

• Brasil

Rua Iguatemi, 448 – 14º Andar, Conj. 1401
CEP 01451 – 010 – Itaim Bibi
São Paulo
Tel.: (+55) 112 144 57 00
Fax: (+55) 112 144 57 04

EMPA, S/A

Rua Major Lopes, 800
Bairro de S. Pedro
CEP 30330-050
Belo Horizonte – MG
Tel.: (+55) 313 311 4788
Fax: (+55) 313 221 4256

• Cabo Verde

Caixa Postal 98
1310 Porto Novo-Santo Antão
Tel.: (+238) 222 2943

• China (Macau)

Rua de Xangai, nº 175
Edifício Assoc. Com. de Macau, 10º A/E
Macau
Tel.: (+853) 28 780 288
Fax: (+853) 28 780 188

• Espanha

Avenida Alberto Alcocer, nº 24 – 7º C
28036 Madrid
Tel.: (+34) 915 550 903
Fax: (+34) 915 972 834

• França

11, Bis, Passage Dartois Bidot
94100 Saint-Maur des Fosses

• Marrocos

Espace Porte d'Anfa, 2^{ème} Étage,
Batiment B, 218+C19
Angle Boulevard Moulay Rachid
et Rue El Mansour
20050 Casablanca
Tel.: (+212) 223 62 890
Fax: (+212) 223 62 647

• Moçambique

Avenida Julius Nyerere, 130 – R/C
Maputo
Tel.: (+258) 214 914 01
Fax: (+258) 214 914 00

• Namíbia

KARIBIB Portland Cement, PTYC
12th Floor, Sanlam Center
145 – 157 Independence Avenue
PO Box 2558 – Windhoek
Tel.: (+264) 612 202 85
Fax: (+264) 612 204 28

• Rússia

MMK "Cement"
183003 Murmansk
Tri Rutchia Street
Tel.: (+7) 815 248 8240
Fax: (+7) 815 248 8509

• Venezuela

Tegaven – Teixeira Duarte y Asociados, CA
Av. Venezuela del Rosal, con Calle Mohedano,
Torre JWM, frente al BOD, piso 5, El Rosal
1060 Caracas
Tel.: (+58) 212 951 2012
Fax: (+58) 212 953 7409

